

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA PAULA PUPO CORREIA

**“PALÁCIOS DA INSTRUÇÃO” - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E ARQUITETURA
DAS ESCOLAS NORMAIS NO ESTADO DO PARANÁ (1904 A 1927).**

**CURITIBA
2013**

ANA PAULA PUPO CORREIA

**“PALÁCIOS DA INSTRUÇÃO” - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E ARQUITETURA
DAS ESCOLAS NORMAIS NO ESTADO DO PARANÁ (1904 A 1927).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação, Setor de educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Levy Bencostta.

**CURITIBA
2013**

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial ao meu orientador Prof. Marcus Levy Bencostta, que se encanta pela arquitetura como eu. Por continuar incentivando o meu desenvolvimento acadêmico e profissional. Pela confiança, dedicação e conhecimento transmitidos do mestrado e doutorado, tornou-se um querido amigo que eu respeito e admiro.

Aos professores Rosa Fátima de Souza, Hugo Segawa e Key Imaguire Junior pelas críticas e sugestões, que muito me honrou durante o exame de qualificação e permitiram redimensionar esta pesquisa. A professora Maria Elisabeth Blanck Miguel por aceitar em participar da defesa.

À todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, da linha, História e Historiografia da Educação, pelas instigantes discussões acadêmicas. Em especial ao professor Carlos Eduardo Vieira, muito importante nesta trajetória, minha admiração e carinho. A professora Vera Regina Beltrão Marques (in memoriam) que nestes últimos dois anos de trabalho para o desenvolvimento do nosso livro tornou-se uma querida amiga.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, por financiar minha pesquisa, através da concessão da bolsa de estudos e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq pelo financiamento do Doutorado Sanduíche.

A professora Anne-Marie Châtelet que me recebeu na Universidade de Strasbourg - *École nationale supérieure d'architecture de Strasbourg*, indicou livros, lugares para pesquisa, pela possibilidade de participar do seminários sobre Patrimônio Histórico e mostrou como me encantar pela cidade.

Aos amigos do Núcleo de Estudos e Pesquisa em História da Arquitetura (NEPHArqE) e do Núcleo de Estudos e Pesquisa História, Educação e Modernidade (NEPHEM), agradeço pelos encontros, pesquisas e trabalhos realizados durante estes quatro anos. Em especial aos bolsistas: Fernanda Cruzetta, Renan Dinis, Renata Finatti, Patrícia Stoski e a minha querida Rebeka Yurk.

As colegas de doutorado Elaine e Telma, com as quais pude dividir momentos de dúvidas, descobertas e realizações, e demais colegas pelos estudos, aulas

compartilhadas, palavras, alegrias que para mim foram importantes nesta trajetória: Giovana Simão, Danielle Gross, Jordana Botelho, Juarez, Iriana Vezzani.

De modo especial agradeço as minhas amigas Aline Montanha Curi, Cristiane dos Santos e Leticia de Sá pelo carinho, preocupação e risadas.

Aos funcionários do PPGE-UFPR, Secretaria da Educação do Paraná, Biblioteca Pública do Paraná, Secretaria de Cultura, Patrimônio Histórico do Paraná, Casa da Memória de Curitiba, Casa da Memória de Ponta Grossa, Secretaria da Cultura de Paranaguá, Círculo de Estudos Bandeirantes e às direções das escolas pesquisadas, pelo atendimento sempre atencioso, que me auxiliaram e indicaram locais para encontrar dados importantes.

Aos meus pais Antônio (in memoriam) e Juçara, que sempre me incentivaram e deram-me condições para que eu desenvolvesse o gosto pelo estudo. Tenho certeza que meu pai estaria muito orgulhoso pela conclusão deste trabalho... saudades.

A toda minha família e em especial quero agradecer a minha irmã Maria Helena, com muita dedicação partilhou comigo as incertezas e conquistas, e desde a concepção até o término deste trabalho esteve presente sugerindo e incentivando.

Ao Marcelo, pelo amor, companheirismo e generosidade, esteve sempre ao meu lado em todos os momentos, dividindo alegrias e angústias, mas principalmente por entender com paciência o quanto foi importante para mim esta trajetória.

RESUMO

A presente pesquisa insere-se no âmbito dos estudos da História das Instituições Escolares. Tem como objetivo investigar os debates acerca da implantação dos projetos que desencadearam as políticas de construção dos edifícios destinados às Escolas Normais do Paraná, implantados nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá. O estudo baseia-se no pressuposto de que o edifício escolar, concebido e construído para fins educativos, incorpora em seu espaço as demandas pedagógicas, sanitárias e os códigos de posturas construtivas vigentes. Uma das questões a ser debatida refere-se às relações existentes entre os projetos arquitetônicos e os projetos políticos/educacionais que se veiculavam no período estudado. O recorte temporal priorizado data do início do século XX até 1927, justifica-se pela construção, em 1904, do prédio que abrigou o Ginásio Paranaense e a Escola Normal de Curitiba, e o ano de 1927, com a construção da Escola Normal de Paranaguá. Priorizou-se a análise dos prédios escolares públicos, considerados estabelecimentos de domínio e controle do poder estadual, pois revelam a intenção política dos governos. Desta forma, esta pesquisa analisa os espaços escolares inseridos na cidade e estruturados a partir dos mecanismos de ocupação, por meio das tendências da arquitetura, da vontade política dos governantes e do simbolismo que se tentava transmitir aos habitantes através dos prédios escolares. As fontes pesquisadas foram: as mensagens governamentais, os programas de ensino, os periódicos da época, as plantas arquitetônicas, imagens e filmes documentários produzidos no período estudado. Os referenciais teóricos utilizados, cujas obras contribuíram para abrir o campo da investigação destacam-se: Anne-Marie Châtelet (1999), Antonio Vinão e Augustín Escolano (1998), Rosa Fátima de Souza (1998), Marcus Levy Bencostta (2005), Silvia Ferreira Santos Wolff (1996), Giulio Carlos Argan (1998), Walter Benjamin (2010), dentre outros. Desta maneira, acredita-se ser possível apresentar explicações históricas sobre a organização da cultura e da arquitetura escolar no período do discurso “modernizador” do estado do Paraná.

Palavras-chave: História da Educação, Arquitetura Escolar, Cultura Escolar.

ABSTRACT

This research falls within the scope of the studies of History of Institutions School. Aims to investigate the discussions about the implementation of projects that triggered the political construction of buildings for the Normal Schools of Paraná, deployed in the cities of Curitiba, Ponta Grossa and Paranaguá. The study is based on the assumption that the school building, designed and built for educational purposes, incorporates in its space demands educational, health codes and constructive force postures. One of the issues to be discussed concerns the relationship between the architectural and political projects / educational conveyed that in the period studied. The time frame given priority date of the early twentieth century until 1927, justified by the construction, in 1904, the building that housed the Normal School and Gymnasium Paranaense in Curitiba, and 1927, with the construction of the Normal School of Paranaguá. Prioritized the analysis of public school buildings, premises considered domain and control of state power, because they reveal the political intent of governments. Thus, this research analyzes the school spaces inserted into town and structured according to the mechanisms of occupation, through the architecture of the trends, the political will of governments and symbolism that is trying to convey to people through the school buildings. The search was: posts governmental, educational programs, the periodicals of the time, the architectural plans, images and documentary films produced during the study period. The theoretical framework, whose works helped to open up the field of research stand: Anne-Marie Châtelet (1999), Antonio Vinão and Augustín Escolano (1998), Rosa Fátima de Souza (1998), Marcus Levy Bencostta (2005), Silvia Ferreira Santos Wolff (1996), Giulio Carlos Argan (1998), Walter Benjamin (2010), among others. Thus, it is believed to be possible to present historical explanations about the organization's culture and architecture school during the speech "modernizer" of the state of Paraná.

Key-words: History of Education, School Architecture, School culture

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ESCOLA NORMAL DA PRAÇA, SÃO PAULO, S. D.	34
FIGURA 2 - ARQUITETURA DAS ESCOLAS NORMAIS DE SÃO PAULO.....	38
FIGURA 3 - ASPECTO EXTERNO DA ESCOLA NORMAL DO RIO DE JANEIRO (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO).....	41
FIGURA 4 - VISTA DO CONJUNTO DA ESCOLA NORMAL DO RIO DE JANEIRO.	42
FIGURA 5 - GRUPOS ESCOLARES NO PARANÁ, DÉCADA DE 1920.	55
FIGURA 6 - EDIFÍCIOS JARDIM DE INFÂNCIA, DÉCADA DE 1920.	56
FIGURA 7 - EDIFÍCIOS ESCOLARES DO PARANÁ, DÉCADA DE 1920.	57
FIGURA 8 - TREM SOBRE A PONTE PARANAGUÁ-CURITIBA.	83
FIGURA 9 - CENA DO CENTRO DA CIDADE DE CURITIBA.	93
FIGURA 10 - CENAS DA CIDADE DE CURITIBA, DÉCADA DE 1930.	94
FIGURA 11 - VISTA DA CIDADE DE CURITIBA, INÍCIO DO SÉCULO XX.....	99
FIGURA 12 - ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CURITIBA, DÉCADA DE 1930.	100
FIGURA 13 - PALÁCIO DA INSTRUÇÃO ESCOLA NORMAL, DATA 22 DE SETEMBRO DE 1922.	106
FIGURA 14 - CENAS DA CIDADE DE PONTA GROSSA, DÉCADA DE 1930.....	107
FIGURA 15 - ESTAÇÃO ROXO DE RODRIGUES.	110
FIGURA 16- PRAÇA MUNHOZ DA ROCHA EM PONTA GROSSA.....	110
FIGURA 17 - IMAGENS DOS PRÉDIOS ESCOLARES, DÉCADA DE 1930.....	115
FIGURA 18 - VISTA DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO.....	117
FIGURA 19 - VISTA DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO.....	118
FIGURA 20 - CENAS DA CIDADE DE PARANAGUÁ, DÉCADA DE 1930.....	119
FIGURA 21 - CIDADE DE PARANAGUÁ, INÍCIO DO SÉCULO XX.	123
FIGURA 22 - ESTRADA DE FERRO PARANAGUÁ-CURITIBA.	125
FIGURA 23 - CENA PRÉDIO DA ANTIGA ESTAÇÃO DA CIDADE DE PARANAGUÁ.....	126
FIGURA 24 - EDIFÍCIO DA CIDADE DE PARANAGUÁ.	128
FIGURA 25 - VISTA AÉREA DA CIDADE DE PARANAGUÁ.	129

FIGURA 26 - INUNDAÇÃO RUA JULIA DA COSTA, NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1920.	131
FIGURA 27 - INUNDAÇÃO PARANAGUÁ, MARÇO DE 1953.....	132
FIGURA 28 - ENTORNO DA ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ.....	132
FIGURA 29 - IMAGENS DAS ESCOLAS NORMAIS DO PARANÁ.	150
FIGURA 30 - UNIVERSIDADE DO PARANÁ E ESCOLA NORMAL DE CURITIBA.	160
FIGURA 31 - FLAGRANTES DE PARANAGUÁ.	161
FIGURA 32 - INAUGURAÇÃO DO NOVO PRÉDIO DA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA, 1922.....	164
FIGURA 33 - ASPECTOS DA ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ.....	167
FIGURA 34 – COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO NA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA.....	171
FIGURA 35 - ESCOLA NORMAL SECUNDÁRIA, NO MAIOR DIA DA ARGENTINA E BRASIL.	172
FIGURA 36 - DESFILE DAS ESCOLAS NO DIA 15 DE SETEMBRO	174
FIGURA 37 - ALUNAS DO GRUPO ANEXO A ESCOLA NORMAL	174
FIGURA 38 - GINÁSTICA DAS ALUNAS DA ESCOLA NORMAL	175
FIGURA 39 - PLANTAS DE SALAS DE AULA, FINAL DO SÉCULO XIX.....	185
FIGURA 40 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE PROFESSORAS DE MELUN.....	198
FIGURA 41 - PLANTAS DA ESCOLA NORMAL DE PROFESSORAS DE MELUN	199
FIGURA 42 - FACHADA PRINCIPAL E CORTE DA ESCOLA NORMAL DE PROFESSORAS DE MELUN.....	199
FIGURA 43 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE PROFESSORES DE MONTAUBAN.	200
FIGURA 44 - PLANTAS DA ESCOLA NORMAL DE PROFESSORES DE MONTAUBAN	201
FIGURA 45 - FACHADA DOS PAVILHÕES DA ESCOLA NORMAL DE PROFESSORES DE MONTAUBAN	201
FIGURA 46 - CORTE E DETALHE DOS PAVILHÕES DA ESCOLA NORMAL DE PROFESSORES DE MONTAUBAN	201

FIGURA 47 - ESCOLA NORMAL PRIMARIA NA FRANÇA, SECULO XIX.....	204
FIGURA 48 - ESCOLAS NORMAIS NA INGLATERRA E SUÍÇA	206
FIGURA 49 - ESCOLAS NORMAIS NA ALEMANHÃ E BELGICA.....	207
FIGURA 50 - CENAS DA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA.....	209
FIGURA 51- PRIMEIRA SEDE DA ESCOLA NORMAL, S/D.....	210
FIGURA 52 - ASPECTO DO EDIFÍCIO APÓS A REFORMA DE 1883.....	210
FIGURA 53 - CARTÃO-POSTAL DO GYMNASIO CURITYBA-PARANÁ, 1904.....	211
FIGURA 54 - PLANTAS DOS PAVIMENTOS TÉRREO E SUPERIOR DO GINÁSIO E ESCOLA NORMAL, 1904.	212
FIGURA 55 - EDIFÍCIO DO GINÁSIO PARANAENSE E ESCOLA NORMAL 1916.	214
FIGURA 56 - CENAS DO EDIFÍCIO DO GINÁSIO PARANAENSE E ESCOLA NORMAL.....	215
FIGURA 57 - DESENHO FACHADA FRONTAL DA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA. DECADA DE 1920.....	217
FIGURA 58 - DESENHO FACHADA LATERAL DA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA. DECADA DE 1920.....	217
FIGURA 59 - FACHADA FRONTAL DA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA, DECADA DE 1920.	218
FIGURA 60 - DESENHO DAS JANELAS DO PRIMEIRO ANDAR DO PALACIO DE FARNESÉ	220
FIGURA 61- FOTO DA INAUGURAÇÃO DO NOVO PRÉDIO, 1922.....	221
FIGURA 62 - DETALHE DE PROJETO DE UM GUARDA CORPO COM BALAUSTRE.....	221
FIGURA 63 - DETALHE BALAUSTRE CORRIMÃO E ENTRADA PRINCIPAL DA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA, DATA 2012.	221
FIGURA 64 - PLANTA DO PORÃO DA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA, 1921.	223
FIGURA 65 - ALUNAS DA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA, NO DIA DA INAUGURAÇÃO 07/09/1922.....	224
FIGURA 66 - ENTRADA PRINCIPAL INSTITUTO DE EDUCUAÇÃO DO PARANÁ PROFESSOR ERASMO PILOTTO, NOVEMBRO 2012.	225
FIGURA 67 - VITRAIS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ PROFESSOR ERASMO PILOTTO, NOVEMBRO 2012.....	226

FIGURA 68 - PLANTA DO PAVIMENTO TÉRREO DA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA, 1921.....	227
FIGURA 69 - PLANTA DO PRIMEIRO PAVIMENTO DA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA, 1921.....	229
FIGURA 70 - SALA DE AULA DE CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS, DECADA DE 1930.	230
FIGURA 71 - SALA DE AULA DE GEOGRAFIA, DECADA DE 1930.	230
FIGURA 72 - SALA HISTÓRIA NATURAL, DECADA DE 1930.	230
FIGURA 73 - SALÃO NOBRE, DECADA DE 1930.	232
FIGURA 74- CENAS DA ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA	234
FIGURA 75 - CENAS ALUNOS ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA	235
FIGURA 76 - FACHADA DA ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA, DECADA DE 1920.	236
FIGURA 77 - PLANTA DO PAVIMENTO TÉRREO DA ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA, DECADA DE 1920.....	237
FIGURA 78 - PLANTA DO PAVIMENTO TÉRREO DA ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA, DECADA DE 1920.....	237
FIGURA 79 - FACHADA FRONTAL DA ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA, DECADA DE 1920.	239
FIGURA 80 - ENTRADA PRINCIPAL ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA, NOVEMBRO 2012.	240
FIGURA 81 - ORNAMENTO FACHADA, ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA, NOVEMBRO 2012.	240
FIGURA 82 - DETALHES ORNAMENTOS FACHADA LATERAL - ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA, NOVEMBRO 2012.....	241
FIGURA 83 - DESENHO FACHADA FRONTAL - ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA.....	241
FIGURA 84 - CENAS DA ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ.	243
FIGURA 85 - CENAS DA ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ.	244
FIGURA 86 - FACHADA DA ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ, ANO 1930....	245
FIGURA 87 - PLANTA DO PAVIMENTO TÉRREO – ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ, DECADA DE 1920.....	246

FIGURA 88 - PLANTA DO PAVIMENTO SUPERIOR – ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ, DÉCADA DE 1920.	247
FIGURA 89 - OBRAS ESCOLA NORMAL ENTRADA PRINCIPAL	248
FIGURA 90 - VITRAIS ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ, NOVEMBRO 2012.	249
FIGURA 91 - FACHADA PRINCIPAL ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ.....	250
FIGURA 92 - FACHADA LATERAL ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ.....	250
FIGURA 93 - FACHADA FRONTAL DA ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ, DÉCADA DE 1920.	251
FIGURA 94 - PORTÃO DE ENTRADA – ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ, S.D.	252
FIGURA 95 - DESENHO DE BALCÃO DOS MONUMENTOS DA PRAÇA DA CONCORDIA.	253
FIGURA 96 - ENTRADA PRINCIPAL ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ, 2012.	253
FIGURA 97 - ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ, 1927.....	253
FIGURA 98 - VISTA POSTERIOR DA ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ, 1927.....	253
FIGURA 99 - DETALHE JANELA PAVIMENTO TÉRREO – ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ, 2012.....	254
FIGURA 100 - BAIXO RELEVO LOCALIZADO NO MURO DA ENTRADA PRINCIPAL, ESCULTURA DE JOÃO TURIN.....	255
FIGURA 101 - CENAS DO MURAL DA ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ.	255
FIGURA 102 - MEMORIAL CAETANO MUNHOZ DA ROCHA, PARANAGUÁ.	256

LISTA DE TABELAS

QUADRO 1 – PROGRAMA DE ENSINO DA ESCOLA NORMAL, 1894.	63
QUADRO 2 – PROGRAMAS DAS ESCOLAS NORMAIS DO ESTADO DO PARANÁ	66

LISTA DE MAPA E PLANTAS URBANA

MAPA 1 - MAPA DO ESTADO DO PARANÁ, 1924.....	84
PLANTA URBANA 1 - CIDADE DE CURITIBA, 1927.....	104
PLANTA URBANA 2 - CIDADE DE PONTA GROSSA, FINAL DA DÉCADA DE 1920.....	113
PLANTA URBANA 3 - CIDADE DE PARANAGUÁ, FINAL DA DÉCADA DE 1920.	127

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 ESCOLAS NORMAIS: CONTRIBUIÇÃO PARA A MODERNIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ	27
1.1 AS ESCOLAS NORMAIS NO BRASIL E A CONSOLIDAÇÃO DOS ESPAÇOS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	28
1.2 ESCOLAS NORMAIS: DAS “PLANTAS EXÓTICAS” AOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XX	44
1.3 MUDANÇAS NAS ESCOLAS NORMAIS DO PARANÁ NOS PRIMEIROS 30 ANOS DO SÉCULO XX	60
2 CIDADES ESCOLHIDAS PARA A CONSTRUÇÃO DAS ESCOLAS NORMAIS	73
2.1 “PELO PARANÁ MAIOR” – AS REPRESENTAÇÕES DAS CIDADES DE CURITIBA, PONTA GROSSA E PARANAGUÁ, SEGUNDO OS DOCUMENTÁRIOS DO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	80
2.1.1 Curitiba - A Terra do Futuro	92
2.1.2 Ponta Grossa – A Terra do Futuro	107
2.1.3 Paranaguá - A Terra do Futuro	118
3 DISCURSOS E AÇÕES QUE LEGITIMARAM A IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS NORMAIS NO PARANÁ: GOVERNANTES, INSPETORES DE ENSINO E IMPRENSA	134
3.1 REIVINDICAÇÕES DE ESPAÇOS ADEQUADOS E CONSTRUÇÃO DAS ESCOLAS NORMAIS NOS RELATÓRIOS DO GOVERNO DO ESTADO	142
3.2 A IMPRENSA PARANAENSE E O ACOMPANHAMENTO DAS CONSTRUÇÕES DAS ESCOLAS NORMAIS.....	152
3.3 REPRESENTAÇÕES E AÇÕES DAS NOVAS ESCOLAS NORMAIS: INAUGURAÇÕES, FORMATURAS E FESTAS ESCOLARES	159
4 O PROJETO DAS ESCOLAS NORMAIS DO PARANÁ: DO PRÉDIO ALUGADO AO “PALÁCIO DA INSTRUÇÃO”	177

4.1	CORRENTES E TRATADOS ARQUITETÔNICOS EUROPEUS E AS NORMAS PARA AS CONSTRUÇÕES ESCOLARES NA DÉCADA DE 1920.....	181
4.1.1	Propostas e projetos arquitetônicos das escolas normais europeias, século XIX e início do século XX.....	191
4.2	A ARQUITETURA E OS ESPAÇOS DAS ESCOLAS NORMAIS NO PARANÁ – 1904/1927	208
4.2.1	Escola Normal de Curitiba – um novo edifício para a antiga escola...	208
4.2.2	Escola Normal de Ponta Grossa - a nova escola para os Campos Gerais.....	234
4.2.3	Escola Normal de Paranaguá – uma escola para o litoral	242
	CONCLUSÃO	258
	FONTES.....	263
	REFERÊNCIAS.....	271

INTRODUÇÃO

Perceber a arquitetura escolar como símbolo de sua época é relevante tanto para os estudos da História quanto para os da Educação e da Arquitetura. Nesse sentido, é importante que pesquisadores de diversas áreas se ocupem da análise dos espaços educacionais diferenciados, desde os antigos colégios jesuíticos do Brasil colonial até as arquiteturas mais contemporâneas, pois traduzem valores culturais construídos nos diversos momentos da história.

O estudo do espaço escolar e sua relação com a educação, particularmente o estudo de prédios escolares, tem sido uma constante na vida profissional desta pesquisadora, especialmente, a partir do período de desenvolvimento da dissertação de mestrado. Naquela oportunidade, pude estudar os espaços escolares públicos em Curitiba implantados no período compreendido entre 1943 e 1953, momento marcado pelo início do primeiro planejamento urbano da cidade e das comemorações da emancipação política do estado (CORREIA, 2004). A partir daquela experiência possibilitou verificar o quanto o estudo do espaço educacional, viabiliza o diálogo entre a arquitetura e as ideias educacionais, pois essas são corresponsáveis pelo planejamento e organização do espaço físico da escola, bem como pela sua utilização e distribuição dos ambientes em todo o processo educativo.

Após a finalização da pesquisa de mestrado, iniciei uma nova etapa como arquiteta na Superintendência de Desenvolvimento Educacional do Paraná (SUDE), órgão ligado à Secretaria de Estado da Educação, responsável pela construção e manutenção das escolas públicas do Estado. A experiência de vivenciar a realidade das escolas públicas, identificando os problemas de falta de espaços adequados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, bem como a precária situação de conservação em que se encontravam a maioria dos prédios escolares públicos, ajudou a mudar o olhar de quem agora poderia melhor compreender as nuances, a problemática da rede física com a história da educação do Paraná.

Os trabalhos como arquiteta da SUDE possibilitaram avaliar os ambientes inadequados à prática pedagógica, ocupados com outras atividades que não as originalmente programadas, ou usados inadequadamente, não ofereciam as

mínimas condições de aprendizagem, segurança e conforto. Deparei-me à época com constantes reivindicações por parte da comunidade escolar, que solicitava transformações e/ou adaptações das instalações físicas ajustando-as na medida do possível, para as novas funções pedagógicas que o programa escolar exigia. No que diz respeito à conservação de arquiteturas originais, dentre os prédios que deveriam ser preservados, muitos deles foram desfigurados por desconhecimento da sua história, ou por não ter reconhecido seu valor para a educação e para a memória do patrimônio escolar paranaense.

Assim, ao retomar os estudos voltados para a questão escolar, reafirmo o interesse na organização espacial, conciliando três áreas do conhecimento: História, Arquitetura e Educação. Nesse contexto, a presente pesquisa insere-se no âmbito da História das Instituições Escolares e sua cultura material, e tem o objetivo de investigar os debates relacionados à implementação dos projetos que desencadearam em políticas de construção dos edifícios destinados às Escolas Normais públicas do Paraná, nos primeiros decênios do século XX.

Este estudo tem como pressuposto que o edifício escolar, concebido e construído para fins educativos, incorpora em seu espaço as demandas pedagógicas, sanitárias e os códigos de posturas construtivas vigentes. Estas demandas que exigiram o aprimoramento da técnica construtiva refletiram a modernidade de sua linguagem plástica, destacaram a importância que a arquitetura escolar representou no período investigado.

Uma das questões a ser compreendida refere-se às possíveis relações existentes entre os projetos construtivos (arquitetônicos) e os projetos políticos/educacionais. É importante ressaltar que para dar conta dessa questão é necessário não só o estudo destes projetos e sua materialidade no tempo e no espaço, mas também das construções escolares no Paraná, tendo em vista que estas têm inegável valor histórico, artístico e cultural. Esses objetos são relevantes e trazem novos aportes para os estudos de História da Educação do Paraná.

O recorte temporal priorizado nesta pesquisa data do início do século XX até 1927. O ano de 1904 é marcado pela construção projetada para abrigar o Ginásio Paranaense e a Escola Normal, em um mesmo edifício, e no ano de 1927 deu-se a construção da Escola Normal de Paranaguá, para atender a população do litoral do Paraná.

Os prédios construídos para abrigar as Escolas Normais foram representativos no meio urbano, tornando-se referências na paisagem. Buscar-se-á aqui analisar esses edifícios a partir das Mensagens Governamentais, dos Relatórios dos Inspectores de Ensino e dos responsáveis pelas obras, assim como das políticas arquitetônicas exigidas pelo Estado para a construção de instituições de ensino.

Esta tese optou pelo estudo dos prédios escolares públicos, considerados estabelecimentos de domínio e controle do poder estadual. Tal estudo permite revelar a ação educacional que se deu por meio da implantação de um sistema de planejamento proposto pelo estado. A partir disso as escolas públicas deveriam submeter-se a uma série de critérios para a construção dos prédios que, por sua vez, permitem revelar as concepções dos projetos pedagógicos para a formação de professores.

Para compreender a arquitetura das Escolas Normais desse período serão eleitos alguns conceitos e categorias de análises. Ao verificar a implantação desses estabelecimentos observa-se que todas as construções estão inseridas no ambiente urbano, repletas de símbolos, permitindo identificar, ao menos em parte, as questões propostas pela realidade social de uma época. Giulio Carlo Argan, historiador da arte e da cidade, afirma que:

Por definição, é arquitetura tudo o que concerne à construção, e é com as técnicas da construção que se intui e se organiza em seu ser e em seu dever a entidade social e política que é a cidade. Não só a arquitetura lhe dá corpo e estrutura, mas também a torna significativa com o simbolismo implícito em suas formas. Assim como a pintura é figurativa, a arquitetura é por excelência representativa. (ARGAN, 1998, p. 243)

Dessa forma, é preciso analisar os espaços escolares inseridos na cidade e estruturados a partir dos mecanismos de ocupação, por meio das tendências da arquitetura, da vontade política dos governantes e do simbolismo que se tentou transmitir aos habitantes de Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa.

Em cada período histórico algumas edificações arquitetônicas tornam-se referências físicas, culturais e históricas. Esses marcos arquitetônicos constroem uma determinada identidade para as cidades. No caso das cidades paranaenses do início do século XX, criaram seus marcos referenciais como cidades “rumo ao progresso”. Surgiram as estações ferroviárias, jardins públicos, teatro, biblioteca,

universidade, os edifícios públicos, os palacetes burgueses; enfim, todo um conjunto construído e interligado por ruas e praças pavimentadas, “embelezadas” e iluminadas que permitissem um viver urbano, salubre, cultivado e de hábitos requintados (ROSSI, 2001). Todos estes símbolos de modernização foram disseminados nas cidades estudadas e os edifícios escolares contribuíram para divulgar a nova ideologia republicana.

Nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o termo moderno era recorrente nos discursos políticos do Estado republicano. O período histórico moderno era sinônimo de civilização e, nesse sentido, a arquitetura e a educação seriam instrumentos de construção deste pensamento. Segundo essa concepção, consolidar a cultura era uma forma de fazer uma sociedade desenvolvida.

Os esforços se concentraram na construção de uma sociedade capaz de absorver novas ideias e houve no Paraná uma constante busca em tornar o estado moderno. Destaca-se o chamado movimento Paranista¹, com a produção de intelectuais, artistas, escritores e políticos que encontraram uma maneira de construir um referencial cultural. Iniciativas como essas foram incentivadas basicamente na renovação da “medicina (normatizando o corpo), da educação (conformando as mentalidades) e da engenharia (organizando o espaço)” (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p. 13).

Dentre os autores que discutem as cidades, priorizam-se aqui os estudos de Walter Benjamin. Este autor defende que a cidade pode abrigar várias realidades, verdades e visões de mundo. Afirma que a cidade é por excelência o espaço do conflito, dos contrastes sociais, culturais, econômicos e políticos, a cidade é cheia de contradições (BENJAMIN, 2009). Por isso, inúmeros retratos e fragmentos permitem captar diferentes visões, pensamentos e perspectivas sobre uma mesma sociedade, pois se deve ler a cidade não como uma sequência, mas como diversos retratos urbanos.

Portanto, tem-se aqui uma perspectiva de entendimento de como as escolas foram pensadas e implantadas no meio urbano. Para isto, destacam-se as contribuições e relatos de alguns viajantes e autores da época, tratados aqui como fontes históricas, especialmente os relatórios de viagem de Auguste de Saint-Hilaire

¹ O chamado *Movimento Paranista* será analisado no Capítulo II.

(SAINT-HILAIRE, 2001) e o livro “A Terra do Futuro” de Nestor Vitor (VITOR, 1996). Este último, de maneira ufanista, mas bastante detalhada, descreveu e apresentou suas visões sobre as cidades de Paranaguá, Curitiba e Ponta Grossa.

Diante dessa perspectiva, os textos dos governadores, inspetores, professores ou do discurso técnico de engenheiros/arquitetos, e até mesmo os periódicos e jornais serão tratados como artefatos que operam na construção de representações sobre os modos de viver e de pensar de uma coletividade, constituindo, reforçando ou até mesmo renovando realidades culturais existentes na sociedade em que circulam. Assim, as fontes podem ser consideradas como estratégias orais e/ou escritas autorizadas pelos governantes. Edward Thompson (1987) chama-as de “retórica da legitimidade”, pois estão autorizadas a apresentar a situação das escolas. Para interpretar as fontes legislativas e as mensagens governamentais, destacam-se alguns ideários de matriz republicana, marcados por forte crença no progresso do Estado.

Outro conceito importante na orientação da pesquisa é o de *cultura material* escolar, que contribui para a compreensão da composição do espaço escolar, assim como identifica as diretrizes educacionais adotadas pela escola. Os estudos de Rosa Fátima de Souza trouxeram novas possibilidades de investigações sobre a cultura material escolar no Brasil. A autora destaca que é necessário:

(...) desviar o olhar para dimensões do universo educacional – edifícios, mobiliários, utensílios, materiais pedagógicos, manuais didáticos etc. – (...) instrumentos mediadores da ação educativa e elementos estruturais para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino. (SOUZA, 2007, p. 10)

Em torno da cultura material escolar foram instituídas práticas discursivas, modos de organização pedagógica da escola, consolidação do método de ensino, constituição de sujeitos e práticas, aspirações de modernização educacional e significados simbólicos (SOUZA, 2007). A representação em torno da composição desse novo modelo de Escola Normal que se consolidou na República, tornou-se um símbolo da formação de professores no Brasil.

Com relação ao tipo de currículo utilizado no período serão investigados os programas de ensino do início do século XX até o ano de 1924. A intenção aqui será identificar as mudanças curriculares e as possíveis conexões com as propostas da construção dos ambientes das Escolas Normais no Paraná. Para essa discussão

destacamos os estudos de André Chervel, quando afirma que o currículo não é um instrumento passivo, mas uma força para legitimar as ideologias políticas, sociais econômicas, pois, a educação não se faz de práticas neutras, conseqüentemente no currículo também não há neutralidade. Os currículos estão apoiados em um sistema de crenças e valores e têm direções que apontam para determinados resultados. Para Chervel,

A concepção de escola como puro e simples agente de transmissão de saberes elaborados fora dela está na origem da ideia, muito amplamente partilhada de no mundo das ciências humanas e entre o grande público, segundo o qual ela é, por excelência, o lugar do conservadorismo, da inércia, da rotina. (CHERVEL, 1990, p. 182)

Esta concepção é contestada quando levamos em conta o caráter “eminentemente criativo da escola”. Para o autor a escola forma não somente o indivíduo, mas também uma cultura que vem por sua vez “penetrar, moldar, modificar” (CHERVEL, 1990, p. 184) uma determinada sociedade em um determinado contexto histórico. No âmbito escolar, a constituição das disciplinas corresponde à redistribuição das finalidades atribuídas à instrução em diferentes épocas. Os estudos de Miguel (2008) também devem ser considerados, principalmente na análise sobre a história da formação de professores no Paraná, tendo em vista que a Escola Normal passou por várias mudanças e configurações no período estudado.

Quanto ao espaço escolar, Vinão (2001, p. 101) afirma que esse pode ser estudado sob dois enfoques, a escola como lugar e a escola como território. A escola como lugar trata da concepção física do espaço “pensado, desenhado, construído e utilizado única e exclusivamente para esse fim.” (VIÑAO; ESCOLANO, 2001, p. 69). Já a escola como território preocupa-se com a localização, e principalmente a sua relação entre os espaços externos e internos. Outro aspecto refere-se ao estudo dos espaços interno da escola, ou seja, as relações entre as áreas construídas e as não construídas, sua distribuição e usos, suas permanências e mudanças.

Nesta compreensão verifica-se a importância de estudar as zonas não edificadas, a disposição dos edifícios, a identificação externa, as ideias que se constroem das instituições escolares. A disposição interna das zonas edificadas dos

atribuídos às diversas dependências também deve ser observada, sem deixar de lado as áreas de transição – pórticos, corredores, áreas de espera, áreas de convivência, aberturas, fechamentos etc.

As correntes arquitetônicas, os tratados arquitetônicos, as normas, os códigos de posturas e os congressos de higiene serão analisados pelas influências exercidas nas concepções arquitetônicas do período estudado. As concepções arquitetônicas das Escolas Normais do Paraná tiveram influência da arquitetura escolar paulista, mais especificamente dos projetos do arquiteto Ramos de Azevedo, que trouxe as suas experiências europeias para os trabalhos executados no Brasil. Como consequência, os tratados arquitetônicos e as propostas francesas para a construção das Escolas Normais Francesas estão presentes nos projetos e teorias da arquitetura brasileira, por isso arquitetos e autores de livros sobre arquitetura escolar como Louis Cloquet e Félix Narjoux serão estudados nesta pesquisa².

Os prédios escolares dedicados à formação dos professores, construídos no período da República, ostentavam representações políticas e sociais. Nesta perspectiva, muitos trabalhos contribuíram para a definição dos pressupostos da análise das edificações escolares. Dentre esses o livro *La naissance de l'architecture scolaire*, de Anne-Marie Châtelet (1999), apesar de se referir ao período de 1870 a 1914 focar na arquitetura escolar parisiense, a autora destaca o crescimento da construção da escola primária como sendo uma obra de grande importância da Terceira República Francesa (1870–1940). Para Châtelet, a escola submeteu-se às regras impostas pelo Estado na construção do valor social da República. Esse poder político direcionou o discurso do arquiteto e do pedagogo, que criaram, conjuntamente, as novas escolas públicas e, assim, formaram o novo cidadão, a fim de fortalecer os pensamentos republicanos.

Ao estudar os grupos escolares paulistas nos primeiros anos da república brasileira, SOUZA (1998), além de problematizar a função da arquitetura escolar na sociedade e na cultura de seu tempo, estudou os aspectos internos administrativos e institucionais da escola. Ao tratar do espaço escolar como lugar da ordem, da moral, da formação do caráter e da transmissão da cultura, levantou não só as mudanças

² Serão analisadas aqui as propostas sobre a construção da arquitetura escolar nos livros de Louis Cloquet *Traité d'architecture* (1911) e principalmente os livros de Félix Narjoux que destaca a arquitetura das Escolas Normais francesas e europeias: *Architecture Communale: Architecture scolaire* (1880) e *Les Écoles Normales Primaires, construction et installation* (1880).

que essas construções escolares trouxeram para o sistema de ensino, mas também o significado político, educacional e sociocultural para os habitantes da cidade.

Essas instituições foram, para a autora, espaços que contribuíram na formação do cidadão republicano. Os edifícios dos primeiros grupos escolares, no Brasil, puderam sintetizar o projeto político atribuído à educação popular, como ressalta a autora, procurando “convencer, educar e dar-se a ver”. Neste sentido, era preciso colocá-los em evidência, exibi-los, solenizá-los. Como síntese, a arquitetura escolar desempenhou um papel simbólico, pois esperava-se ao passar por esses monumentos as pessoas soubessem a que e a quem se destinavam. Portanto, a monumentalidade dos edifícios dos primeiros grupos tornou-se símbolo do valor da educação e da ação pública. Por fim, Souza destaca que era preciso “extrair todo o sentido da escola graduada como ‘templo de civilização’, voltada a moralizar e civilizar a população brasileira” (SOUZA, 1998).

Já a arquiteta Silvia F. Wolff (2010) discute os levantamentos das escolas construídas desde o final do século XIX até meados dos anos de 1930. Por meio da riqueza de fontes, como plantas, fotografias e demais registros iconográficos, a autora analisa determinadas características da arquitetura, além do estudo sobre os arquitetos que projetaram as construções dessas escolas. A autora conclui que a arquitetura escolar pública paulista – pioneira no Brasil – visou atender a objetivos pragmáticos, como construir espaços adequados para o ensino, além de promover intervenções de natureza simbólica, pois devia representar positivamente a ação governamental que a gerava:

A arquitetura, mais do que abrigar variadas funções da atividade humana é suporte de conteúdos simbólicos. Através de suas formas, os edifícios caracterizam-se como símbolos destas mesmas funções. É por isso que ao longo da história aprendeu-se a decodificar a imagem da igreja, da mesquita, do prédio dos correios, da agência bancária, do mercado e da escola, entre tantas outras tipologias arquitetônicas que se foram consolidando. (WOLFF, 2010, p. 105)

Os estudos realizados sobre o espaço e arquitetura escolar no Brasil, foram destaques na publicação de Viñao e Bencostta (2009) ao realizar uma visão panorâmica das produções espanholas e brasileiras que tiveram como eixo central este tema. No Brasil, parte dos estudos está focada na história dos grupos escolares, no ensino secundário e espaços universitários, segundo os autores são

raras as coletâneas sobre a história da arquitetura escolar, entre eles pode-se destacar Bencostta (2005), Buffa e Pinto (2002). Mais raros ainda são os estudos que têm como foco principal a arquitetura das Escolas Normais. As pesquisas sobre os espaços das Escolas Normais no Brasil, na sua maioria, são apresentadas como um tópico ou apenas um capítulo de análise. Dentre as obras que contribuíram para o campo da investigação da arquitetura escolar, do ponto de vista da apropriação e interpretação do espaço em sua funcionalidade, destacam-se os trabalhos de Buffa e Nosella (2002), Carvalho (2000), Castro (2011), Arruda (2010), Segawa (1998), Iwaya (2001), Wolff (2010), entre outros.

Com relação às fontes analisadas nesta pesquisa as plantas arquitetônicas foram fundamentais no que diz respeito ao levantamento de condições de produção, dos seus usos e das transformações pelas quais as escolas passaram ao longo do tempo. Estas traduzem um conjunto de fontes essenciais para entender a história dessas instituições e o local em que foram instalados.

Essa análise não decorre da necessidade de registrar apenas o passado, mas compreender e interpretar a própria educação ofertada por uma dada sociedade, que se utiliza das instituições escolares, como espaço privilegiado para sua ação e que revela a opção pedagógica também na distribuição dos ambientes e do projeto construtivo.

Para a leitura e análise da arquitetura do prédio escolar, foram consultados os documentos oficiais nos arquivos públicos de cada um dos municípios (Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá); plantas arquitetônicas das escolas organizadas pela Secretaria de Obras do Estado, fotografias da época, bem como os ofícios das administrações municipais, os relatórios e as mensagens governamentais.

As fontes imagéticas são primordiais para a pesquisa em Arquitetura pois mostram os espaços construídos e expressam a forma, o programa e o uso dos mesmos. Considerando que a fotografia é, indubitavelmente, uma forma de representação da arquitetura e do espaço arquitetônico, nesse caso, ela se torna um instrumento de informação fundamental para compreender a relação entre os projetos das novas edificações escolares e os objetivos impressos à sua representação fotográfica³. Nesse sentido, ao analisar as fotografias dos prédios

³ A respeito da relação entre fotografia e arquitetura no século XIX ver o trabalho: CARVALHO e WOLFF (1991).

escolares, a arquitetura deve ser também examinada, embora de forma tangencial, ou ainda estritamente na sua relação com a fotografia⁴.

Outra fonte desta pesquisa são os filmes documentários produzidos no período estudado por solicitação do Estado. Estes tiveram a finalidade de divulgação das ações do governo, e representam um meio de conhecimento de cenas do passado; portanto, constituem-se como uma possibilidade de auxiliar na memória visual de sua produção e de seu entorno sociocultural. Os filmes⁵ priorizadas neste estudo foram: “Pelo Paraná Maior” (1927), “L’Etat du Paraná” (1928) “O que é o Paraná”(1929), “El Trigo” (1929), “Cidades do Paraná”(1936) e “Grandes Realizações” (1942). Esses documentários foram escolhidos por serem produzidos no período estudado, além disso, todos registram cenas das cidades e as Escolas Normais pesquisadas.

Os textos jornalísticos⁶ são fontes que possibilitam uma leitura da representação da sociedade sobre as Escolas Normais no Paraná. Operam na construção de representações sobre modos de viver e de pensar de uma coletividade, constituindo, reforçando ou até mesmo renovando realidades culturais existentes na sociedade em que circulam (CAPELATO, 1989). Relações, identidades e comportamentos passam a ser (re)criados e/ou (re)produzidos nos discursos veiculados também pelo jornal. Nesse sentido, as informações veiculadas na imprensa permitem um melhor entendimento da concepção e das relações entre a escola e o projeto de urbanização, que expressam as práticas e as visões de mundo dos sujeitos e dos projetos políticos/pedagógicos. Por este motivo, foram estudados os principais periódicos de cada uma das cidades estudadas, verificando o impacto da instalação dessas escolas.

Estes artigos jornalísticos, de alguma maneira, carregam consigo representações formadas a respeito das escolas. Entende-se aqui o termo *representação* na perspectiva de Roger Chartier (1991) que apresenta este conceito como o modo pelo qual em diferentes lugares e momentos uma determinada

⁴ Os estudos de autores como BARTHES (1984), KOSSOY (2007), LEITE (2001) entre outros, auxiliarão para refletir a utilização das imagens nos textos históricos.

⁵ Todos os filmes fazem parte do acervo da Cinemateca de Curitiba.

⁶ Os jornais e periódicos aqui analisados são: “Diário da Tarde”, “Gazeta do Povo”, “O Dia”, “O Progresso” e “Diário dos campos” e as revistas “Ilustração Paranaense”, “O Itiberê” e “A Divulgação”. Alguns defendiam os interesses do governo estadual outros eram oposição, os quais serão apresentados no capítulo III.

realidade é construída, pensada e dada a ler por diferentes grupos sociais. Nesta perspectiva, a imprensa criou representações através da sua inserção rápida na sociedade. A maneira de tornar público um determinado assunto ou tema tem na imprensa o instrumento privilegiado.

Por fim, importa destacar que esta tese tem por objetivo estudar a arquitetura das Escolas Normais, do início do século XX até meados da década de 1920, no Paraná, trilhando as seguintes metas:

- Relacionar os diversos projetos arquitetônicos implantados pelo governo paranaense na construção de edifícios das Escolas Normais e a suas influências na transformação do entorno urbano nas cidades de Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa.
- Verificar o impacto, nos periódicos paranaenses da época, sobre as representações das Escolas Normais no Paraná.
- Analisar os discursos divulgados sobre a construção destes prédios, na ótica dos educadores, representantes políticos e arquitetos/engenheiros do momento de sua construção.
- Identificar concepções que nortearam as construções escolares destinadas às Escolas Normais, verificando as possíveis conexões entre os programas de ensino e a composição dos espaços nas Escolas Normais.

As hipóteses que orientam esta pesquisa asseguram afirmar que:

- O Estado do Paraná criou projetos-tipo para a construção das Escolas Normais que expressaram a concepção de seu papel civilizador da República.
- As concepções pedagógicas predominantes em cada período histórico influência nas edificações escolares, especialmente na organização e utilização do espaço físico interno e externo da escola.

A estrutura da Tese foi desenvolvida em quatro capítulos, no primeiro capítulo intitulado de “Escolas Normais: contribuição para a modernização do estado do Paraná”, a intenção foi entender a fundação das primeiras escolas profissionais de formação de professores e as possíveis influências das configurações dos espaços das primeiras escolas normais criadas no Brasil. Outro ponto de destaque neste

capítulo será compreender as mudanças do programa de ensino para formação de professores até meados da década de 1920.

No segundo capítulo, “Cidades escolhidas para a Construção das Escolas Normais” busca-se analisar a organização das escolas Normais no Paraná e relacioná-las ao espaço urbano, nos contextos das cidades de Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá. As fontes privilegiadas foram os documentários, que auxiliaram para o entendimento de como os governantes quiseram mostrar o cotidiano dessas cidades. Nestes filmes ressaltam-se os marcos de referências arquitetônicas, dentre eles os edifícios das Escolas Normais, que foram valorizadas pelos documentários e tiveram a intenção de transmitir uma imagem de credibilidade e solidez sugeridas pelas representações edificadas.

No terceiro capítulo, “Discursos a ações que legitimaram a implantação das Escolas Normais no Paraná: governantes, inspetores de ensino e imprensa”, procurou-se compreender a narrativa discursiva da implantação destas escolas, como aporte documental as fontes utilizadas foram os discurso dos representantes políticos, dos inspetores de ensino e dos jornais/periódicos sobre a construção dos edifícios escolares para a implantação das Escolas.

Finalizando, o quarto capítulo “O Projeto das Escolas Normais do Paraná: do prédio alugado ao *Palácio da Instrução*” destacam-se as teorias arquitetônicas que influenciaram nas construções das escolas, procurando enfocar as políticas para a construção de prédios escolares no Paraná. As leituras priorizadas se referem aos programas de edificações previamente traçados pelas instituições estatais para as: Escola Normal de Curitiba, Escola Normal de Paranaguá e Escola Normal de Ponta Grossa.

Desta maneira entende-se aqui que, será possível compreender parte das explicações históricas sobre a organização da cultura e da arquitetura escolar das primeiras Escolas Normais construídas no Paraná.

1 ESCOLAS NORMAIS: CONTRIBUIÇÃO PARA A MODERNIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

Uma das inquietações da presente pesquisa refere-se ao surgimento das primeiras Escolas Normais no Paraná e o processo de modernização do Estado. Essa questão remete a outra mais ampla, o significado e a representação das Escolas Normais para a sociedade brasileira no início do século XX.

As análises deste capítulo têm como objeto o entendimento da organização das Escolas Normais no Paraná e as influências sobre as quais as configurações dos espaços das primeiras escolas normais foram criadas no Brasil. Dentre essas serão apresentadas, ainda que brevemente, as de Niterói, da cidade do Rio de Janeiro, do Estado de São Paulo e por fim do Paraná.

No contexto histórico da implantação das Escolas Normais no Brasil, do início do século XX até a década de 1930, foram consolidadas as mais representativas escolas de formação de professores. As principais referências desta modalidade de ensino no Brasil foram as Escolas Normais⁷ francesas, alemãs e norte-americanas, que segundo Araujo, Freitas e Lopes (2008)⁸ estavam relacionadas à estratégia do intercâmbio de professores para o exterior, bem como pela troca de experiências e influência de professores estrangeiros por todo o Brasil.

No período Imperial, as primeiras Escolas Normais no Brasil foram criadas, ainda com pouco investimento, este ensino só se consolidou no final do século XIX. Em virtude dessa realidade educacional, em 1867, o Inspetor de Ensino, Ernesto Francisco de Lima Santos, chamava a atenção para a necessidade e a dificuldade na sustentação de formação de professores. Destacou que no Brasil ainda eram consideradas “plantas exóticas: nascem e morrem quase no mesmo dia” (PARANÁ, 1867, p. 30).

⁷ O termo “Escola Normal” criado em 1794, foi proposta por J. Lakanal, em Paris. Nas primeiras décadas do século XIX foram criadas escolas para formação de professores primários na Inglaterra e no Brasil em 1835, nos Estados Unidos em 1838 (REIS FILHO, 1995).

⁸ O livro “As escolas normais no Brasil: do Império a República” (ARAÚJO; FREITAS; LOPES, 2008) traz estudos sobre a formação de professores, no âmbito da história das instituições escolares, tendo como objetivo reunir a história de algumas escolas em diferentes estados brasileiros. A pesquisa procurou identificar a disseminação do ensino normal no Brasil e os impactos em cada um desses estados.

A proposta de criação da primeira Escola Normal no Paraná⁹ ocorreu em 1870, com a intenção de melhorar o ensino em todo o estado. Inicialmente a duração do curso era de dois anos, com matrícula gratuita, dividido em duas seções “em horas diferentes; uma para alunos mestres e outra para alunas mestras: de modo que haja completa separação” (PARANÁ, p.11, 1870). Segundo Blanck Miguel (2008)¹⁰ a escola não chegou a funcionar sendo recriada no ano de 1876, com a justificativa de falta de recursos para sua manutenção.

Somente no início do século XX, mais exatamente em 1922, a Escola Normal passou a funcionar em prédio próprio, na capital do Estado. Para que o Paraná chegasse à construção de um edifício exclusivo destinado ao curso de formação de professores, muitas referências podem ser percebidas como será apresentado nos itens a seguir.

1.1 AS ESCOLAS NORMAIS NO BRASIL E A CONSOLIDAÇÃO DOS ESPAÇOS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

As Escolas Normais surgiram no cenário educacional brasileiro a partir da terceira década do século XIX. As primeiras escolas foram implantadas em Niterói (1835), na Bahia (fundada em 1836, mas instalada somente em 1841), no Ceará (1845) e na cidade de São Paulo (1846). Nesse período, um dos problemas da educação brasileira era a falta de professores, acresce que, os poucos em atuação tinham péssima formação e eram mal remunerados. No Brasil, até meados dos anos de 1850 não existiam projetos consistentes que contribuíssem para a ampliação da escolaridade elementar e tampouco uma proposta de qualificação do professor.

Segundo Villela (2000), depois da vinda da família real ao Brasil algumas medidas relativas à organização da instrução elementar foram tomadas pela Coroa

⁹ A Escola Normal do Paraná passou por varias denominações: 1879- Escola Normal do Paraná; 1923 – Escola Normal Secundária; 1936 – Escola de Professores; 1946 – Instituto de Educação do Paraná; 1992 – Instituto de Educação Prof. Erasmo Pilotto; 1993 – Instituto de Educação do Paraná Prof. Erasmo Pilotto.

¹⁰ Para os estudos da Escola Normal no Paraná no período Imperial ver: MIGUEL, M. E. B. A Escola Normal do Paraná: Instituição formadora de professores e educadora do povo. In: ARAUJO. J. C. S.; FREITAS, G. B. F.; LOPES. A. P. As Escolas normais no Brasil: do Império à República. Campinas: SP, Editora Alínea, 2008. Pp-146-162

para atender às novas demandas da nobreza portuguesa. Esse ensino profissionalizante ficou, por muito tempo, restrito à esfera privada, ou seja, o ensino normal atendia às famílias mais abastadas. Durante o Império, a escola funcionava como a extensão da casa do professor, as outras tinham suas atividades improvisadas em paróquias, em cômodos de comércio, em geral funcionando em salas abafadas, sem ventilação adequada, mal iluminada e praticamente sem auxílio e recursos do estado.

Essa situação gerou uma multiplicidade de formas e locais precários de ensinar e aprender, sendo que somente no final do século XIX houve a constituição legal para construção de prédios específicos para atender a demanda das sociedades urbanas que se formavam. Segundo Villela (2000), nas grandes propriedades rurais, os padres ligados à paróquia do engenho ensinavam os filhos de fazendeiros, os agregados e alguns escravos. Entretanto, nos espaços urbanos, a diversidade era ainda maior, a oferta do ensino variava de acordo com as posses e objetivos das famílias e, em muitos casos, as escolas eram subsidiadas pela Igreja Católica. Somente no início do século XIX ocorreu o controle da educação por parte do Estado Monárquico, com as primeiras iniciativas, ainda que precárias, de organização da instrução pública no Brasil.

Pode-se afirmar que a formação docente brasileira teve início a partir das décadas de 1830 e 1840 do século XIX (VILLELA, 2000), com o surgimento das primeiras escolas provinciais. Essa constatação se pauta nos estudos de Villela:

As escolas normais eram locais “autorizados” que deveriam caracterizar o “novo” professor primário, distinguindo-se dos seus antecessores, os “velhos” mestre-escola, e alguns conteúdos foram se transformando num corpo de saberes característicos dessa formação. (VILLELA, 2000, p. 45)

Importa ressaltar que após o Ato Adicional de 1834¹¹ coube às Províncias a responsabilidade pelo ensino secundário, assim como, ao ensino de primeiras letras, ficando sob a esfera nacional a responsabilidade única e exclusiva de ministrar o ensino superior em todo o território nacional e os demais graus às províncias da Corte. Neste momento, segundo Haidar (1972) o ensino nas escolas normais não

¹¹ O Ato Adicional foi uma modificação da constituição brasileira de 1824. Aprovado em 12 de agosto de 1834, muitas reformas foram realizadas, uma delas foi o da criação da Regência Una, que alterou a organização política e administrativa do Império, com isso criou-se as Assembleias Legislativas provinciais, o que proporcionou mais autonomia para as províncias (HAIDAR, 1972).

passava em sua maioria de “um nível primário superior” e estavam mais direcionadas para a educação doméstica.

No Brasil, em 1835, na Província do Rio de Janeiro, em Niterói, a primeira escola de formação de professores, conhecida como Escola Normal de Niterói, foi construída nos moldes das escolas francesas¹². Villela (2008) mostra em seus estudos a importância dessa instituição de ensino na constituição do campo profissional do magistério brasileiro. A autora enfatiza que a Escola Normal de Niterói [...] “pelo seu potencial organizativo e civilizatório, foi imaginada como uma das principais alavancas da expansão e consolidação daquele segmento da classe senhorial que chegava ao poder (os saquaremas)”¹³ (VILLELA, 2008, p. 29). Inicialmente poderiam frequentar somente homens, as mulheres passaram a ter acesso ao curso normal em Niterói apenas em 1862. Contudo, a partir da década de 1880, o número de matrículas femininas já suplantava o número de matrículas masculinas.

A Escola Normal de Niterói havia ficado desativada por mais de dez anos: em 1847 foi encerrada e em 1859, uma lei provincial autorizou a recriação da escola. Os estudos de Villela demonstram que a primeira intenção dos políticos ao instalar esta escola era o de “difundir a instrução para civilizar a plebe, tornando-se religiosa e ordeira”. No segundo momento tratava-se de tornar o povo produtivo para o país, substituir o trabalho escravo e ampliar as bases eleitorais através do voto do cidadão alfabetizado. Isto gerou um discurso “em prol da educação que decolou em fins da década de 1850” (VILLELA, 2008, p. 35).

Com relação ao edifício destinado a abrigar a escola, a autora afirma que o mesmo “tangenciava o limite da pobreza” (VILLELA, 2008, p. 37), pois, funcionava em uma casa alugada imprópria para a finalidade a que se destinava, localizada nos limites da cidade. Apesar de todos os problemas encontrados no início do funcionamento das Escolas Normais no Brasil, Villela considera que foi “importante e estratégico afastar-se cada vez mais da figura do velho mestre-escola e assumir o

¹² Criada através da Lei n. 10, de 4 de abril de 1835, determinava que para ser admitido naquela escola, o indivíduo deveria “ser Cidadão Brasileiro, maior de dezoito anos, com boa morigeração, e saber ler e escrever”. A escola tinha apenas um professor que ensinava pelo método Lancaster (VILLELA, 2008).

¹³ O termo Saquarema passou a ser utilizado de forma mais frequente a partir de 1845, para designar os chefes conservadores daquela localidade (situada na então província do Rio de Janeiro). Apesar disso, o termo foi estendido a outros conservadores (VILLELA, 2008).

ethos de profissional especializado, com a chancela da Escola Normal” (VILLELA, 2008, p. 44).

Ainda, a Escola Normal da Corte¹⁴ foi instalada por meio do Decreto nº 7.684, de 6 de março de 1880. Teve Benjamin Constant como o primeiro Diretor e funcionou inicialmente no espaço cedido pelo Colégio Pedro II. Em 1888, a Escola Normal tinha como principal objetivo preparar os professores primários e secundários, tendo como base o ensino gratuito para ambos os sexos.

Desde o início a organização da escola normal, enquanto instituição, enfrentou uma série de dificuldades devido à situação financeira das províncias e, também pela baixa procura de candidatos ao magistério, em virtude do descrédito da profissão docente. Entretanto, José Ricardo Pires de Almeida (1989, p. 276), afirmava que no final do Império praticamente todas as províncias tinham uma escola normal ou um liceu provincial.

Em 1881, no Congresso de Instrução Pública realizado no Rio de Janeiro, Benjamin Constant (1884) apresentou uma tese intitulada “As escolas normais: sua organização, planos de estudos, métodos e programas de ensino”. Haidar (1972) afirma que as propostas de Benjamin Constant tinham como princípio a defesa do ensino público para todos, baseadas na propagação da mentalidade positivista defendidas na época. Acreditava que:

(...) as escolas normais não tem somente por destino preparar professores para as escolas populares, mas, principalmente, elevar a instrução do povo ao nível científico representado pela constituição atual que devem ter aquelas escolas, com exceção da pedagogia e da metodologia que lhe dão o cunho profissional (apud, HAIDAR, 1972, p. 246).

O depoimento de Constant confirma que com a instalação do regime republicano inicia também um período de reformas do ensino. No ano de 1890 foi criado o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, também dedicado à

¹⁴ Benjamin Constant Botelho de Magalhães foi o diretor interino da escola normal da Corte nos primeiros anos de seu funcionamento. A Escola Normal foi criada em 1876, pelo Decreto nº 6370 de 30.11.1876, entretanto, apenas em 1880 o estabelecimento destinado à formação dos professores primários teve seu início. Com educação pra ambos os sexos, a escola não tinha um prédio próprio, funcionou durante muito tempo na escola politécnica, cuja frequência de alunos era muito reduzida (TANURI, 1970.p. 25).

educação, como ministro Benjamin Constant Botelho de Magalhães (CARTOLANO, 1994). Durante a sua gestão foi criado o regulamento para a Instrução Primária, Secundária e Normal, propondo que as instituições escolares tivessem definitivamente espaços próprios ao ensino.

O primeiro regulamento educacional da república fundamentava-se nos princípios de liberdade e de laicidade do ensino. Uma das principais propostas desta reforma foi a transformação do ensino secundário na preparação de alunos para os cursos superiores e não apenas para a mão de obra de trabalho. Outra mudança foi a substituição da predominância dos currículos literários pela concepção científica do ensino, dos conhecimentos enciclopédicos para uma instituição que preparasse os alunos para os novos conhecimentos científicos (CARTOLANO, 1994).

A lei de 1890, chamada de Reforma Benjamin Constant, propunha em seu art. 76 alternativas para o funcionamento das escolas:

Art. 76. Enquanto não houver edifícios construídos especialmente para este fim, as escolas primárias do 2º grau funcionarão em prédios particulares, que tenham a necessária capacidade e alugados por conta do Governo. (BRASIL, 1891, p. 45)

Desse modo, novas responsabilidades do Estado em relação à construção dos espaços escolares deveriam acontecer, pois no século XIX iniciativas muito discretas foram tomadas no Brasil. Os prédios alugados e adaptados foram uma constante na maioria das escolas secundárias e normais implantadas até aquele período. Apenas em 1922 o Estado se ocupou da construção do primeiro prédio para abrigar exclusivamente a Escola Normal no Paraná.

Uma das contribuições da República no Brasil foi a difusão da educação primária na maioria dos Estados do país. O discurso republicano reforçava o papel do Estado sobre a educação popular e a necessidade de uma remodelação dos processos de ensino, se concretizou nos primeiros anos da República, principalmente com a criação dos grupos escolares e de outras ações educacionais, como o aumento da construção dos ginásios e das Escolas Normais.

Clarice Nunes, que apresenta as mudanças do pensamento educacional brasileiro na passagem do século XIX para o XX, afirma que o processo de difusão do ensino se consolida apenas na década de 1920/30. Para a autora coube aos

intelectuais do período (NUNES, 1994)¹⁵, não só a possibilidade de estruturar um campo de identificação dos educadores, mas a de criar novas reformas da instrução pública. Neste sentido, os intelectuais da educação começam a rever o papel da educação nas cidades, acreditando que de alguma maneira a educação poderia contribuir para a organização do espaço urbano (NUNES, 1994, p. 181). Para isso, os reformadores do ensino buscam institucionalizar um projeto moderno de sociedade, criaram um olhar específico sobre a escola e a cidade, gerador de saberes e poderes. (idem, p. 198)

Entretanto, essa situação se deu de diferentes maneiras nas diversas regiões do Brasil. Na consolidação desse novo olhar, as construções escolares se tornaram uma peça chave na visão da educação republicana. Ainda para Nunes:

Essas edificações escolares podem ser interpretadas, também neste momento, como o gesto intencional que pretendeu criar novos comportamentos e sentimentos diante da escola, expandindo-a para fora e além dela. A arquitetura escolar era uma evidência da inventividade que se inscrevia no movimento urbano. (Idem, p. 197).

O caso da cidade de São Paulo merece especial destaque. O início da formação de professores republicanos se deu na Escola Normal da Praça, fundada em 1846, no entanto o prédio foi inaugurado em 1894¹⁶. Mais tarde esta foi denominada de Escola Caetano de Campos¹⁷. Essa instituição tornou-se um símbolo do magistério não só no estado de São Paulo, mas também foi uma referência para todo o Brasil. Os professores, finalmente, tiveram a construção do seu “palácio”, signo de um tempo de escola que se consolidaria no país nas primeiras décadas da República (MONARCHA, 1999).

Um dos interesses do poder público com a construção da Escola Normal da Praça foi criar um “palácio suntuoso” para a formação dos professores. Segundo Monarcha (1999), no início da República a cidade de São Paulo passava por uma transformação econômica, administrativa, política e cultural. O local destinado à construção do edifício encontrava-se na então chamada “cidade nova”- a Praça da

¹⁵ Neste contexto a autora destaca as Reformas de Educação do Distrito Federal, empreendidas por Anísio Teixeira, Arthur Ramos, Roquete Pinto, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Paschoal Lemme (NUNES, 1994).

¹⁶ Criada em 1846, teve seu primeiro fechamento decretado em 1867, reaberta em 1875, novamente foi fechada em 1878, e em 1880 foi reinaugurada. (DIAS HILSDORF, 2008, p. 76)

¹⁷ Para mais detalhes sobre essa escola ver: MONARCHA, (1999).

República. Criava-se uma expectativa para que ambas se destacassem, a escola e a praça, produzindo, assim, impressões de grandiosidade, confirmando-os como símbolo do desenvolvimento educacional e urbano paulista. Ainda para o autor, a arquitetura “transforma-se em pedagogia eloquente que ensina aos indivíduos os princípios da sociedade perfeita” (MONARCHA, 1999, p. 191).

Com projeto do engenheiro/arquiteto Ramos de Azevedo¹⁸, a construção do edifício, iniciado em 1892 estendeu-se até 1894. Segundo Silvia Ferreira Santos Wolff (2010) as características do edifício da Escola Normal, expressam o ideário e postura da proposta republicana para a formação de professores. O novo prédio atendia aos objetivos republicanos pois era “racional e moderno em seu funcionamento e estilisticamente adequado, segundo a visão da época – monumental, eloquente, mas não excessivo” (WOLFF, 2010, p. 34).



FIGURA 1 - ESCOLA NORMAL DA PRAÇA, SÃO PAULO, S. D.
FONTE: ACERVO DO PATRIMONIO HISTÓRICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

¹⁸ Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851- 1928) teve um papel significativo em seu tempo para a arquitetura paulista. O engenheiro/arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo (São Paulo-1851/ Guarujá-1928), após seus estudos na Europa abre seu primeiro escritório profissional, em Campinas. Em São Paulo projetou os edifícios da Tesouraria da Fazenda, da Secretaria da Agricultura e da Secretaria de Polícia, conhecidos como "Secretarias de Estado" entre outros. Com essa obra, estabelece na capital paulista o maior escritório de projetos do século XIX e início do século XX. Trabalhou em conjunto com diversos engenheiros e arquitetos, tais como Victor Dubugras (1868-1933), Domiziano Rossi (1865 - 1920), Anhaia Mello (1891 - 1974), Ricardo Severo (1869 - 1940) e Arnaldo Dumont Villares (1888 - 1965). Sobre os demais projetos deste arquiteto ver trabalho Carvalho (2000).

Acompanhando as constantes reformulações de ensino que ocorreram durante todo esse período o edifício passou por algumas ampliações, após a sua inauguração. Ao fundo do terreno foram construídos os pavilhões para a Escola Complementar, o salão de ginástica com galpões e o prédio que abrigava o Jardim de Infância¹⁹.

A organização espacial da escola está distribuída em uma planta em forma de “U”. Inicialmente em dois pavimentos e mais um porão utilizável, atendia a tipologia da maioria dos estabelecimentos de ensino do período. A entrada principal era grandiosa, com uma escada de acesso ao edifício. No interior do edifício principal a escada de acesso ao pavimento superior dividia o edifício em duas alas simétricas, uma para cada sexo com acessos independentes. No térreo, estavam instaladas as oficinas escolares, no primeiro andar funcionavam os cursos teóricos, além da administração da escola. A escola contava com mais de 40 salas, utilizadas pelo curso Normal, Complementar e as Escolas-Modelo anexas, além da administração, museus e gabinetes, sem contar o vestíbulo e os corredores, esta construção era considerada diferenciada para a época (WOLFF, 2010).

Alguns autores que analisaram a construção deste edifício confirmavam essa excepcionalidade. Bencostta analisa a ação de dois arquitetos contemporâneos que projetaram edificações escolares em seus países. O autor, ao analisar a Escola Normal de São Paulo, constata que Ramos de Azevedo se ocupou com os “princípios de salubridade”, propondo janelas amplas, com isso “permitiu boa luminosidade e, ao mesmo tempo, ventilação controlada” (BENCOSTTA, 2007, p. 121). Ainda para o autor este projeto de escala monumental promoveu a arquitetura como ferramenta importante para o ensino, além de disseminar princípios de uma sociedade moderna.

Para os autores citados essa obra inaugurou a arquitetura escolar pública para as Escolas Normais, propondo novas configurações do espaço e concepções pedagógicas, um projeto político atribuído à educação da sociedade para a constituição de uma nova Nação. Assim, os espaços escolares tornaram-se uma importante identificação arquitetônica e exerceram uma ação educativa tanto no interior como fora do seu espaço escolar.

¹⁹ Sucessivas intervenções foram realizadas no decorrer do tempo, sendo a mais significativa em 1933, com o acréscimo de mais um pavimento (WOLFF, 2010).

A construção das primeiras Escolas Normais teve como influência o arquiteto Ramos de Azevedo em várias obras no Brasil²⁰. Carvalho (2000) apresenta a vida e as obras do arquiteto, destaca que as inspirações de muitos profissionais foram proporcionadas pela formação do arquiteto na Bélgica, em 1878.

No início do século XIX as construções na Europa predominavam o estilo neoclássico²¹ em especial nos edifícios públicos. No Brasil este estilo foi utilizado inicialmente, no Rio de Janeiro, em 1816, a convite de D. João VI, com a missão artística francesa. Outro centro importante de difusão do estilo foi São Paulo, principalmente pelas obras de Ramos de Azevedo²².

No início do século XX, foram construídos edifícios escolares tanto no interior quanto na capital do estado de São Paulo, transformando e destacando-se em marco na paisagem urbana das cidades em que foram construídas. O “Álbum da 3ª Conferência Nacional de Educação”, de 07 de setembro de 1927 (SÃO PAULO, 1927), apresentava um total de dez Escolas Normais, com edifícios escolares próprios, sendo dois na capital e oito no interior. Na capital, localizavam-se o prédio da Escola Normal Caetano de Campos (1846) na Praça da República e outra no Brás (1912)²³. No interior, foram construídas nas cidades de Itapetininga (1897), Piracicaba (1897), Campinas (1902), Guaratinguetá (1902), Pirassununga (1911), Botucatu (1911), São Carlos (1911) e Casa Grande (1912), que contribuíram para a expansão da formação de professores em todo o Estado²⁴.

O projeto dessas escolas tinha amplos edifícios, erguidos em locais bem escolhidos. Praticamente a mesma planta arquitetônica, com pequenas alterações

²⁰ Após a construção da Escola Normal da Praça, Ramos de Azevedo projetou a Grupo Escolar do Brás e a escola Normal de Itapetininga.

²¹ O estilo chamado “neoclássico” possui características com elementos arquitetônicos que remota a Antiguidade clássica greco-romana. No Brasil, segundo Yves Bruand, o que se convencionou a chamar de neoclassicismo, na realidade não passou de uma forma de ecletismo, onde é possível encontrar justaposição de estilos. (BRUAND, 2003, p. 33)

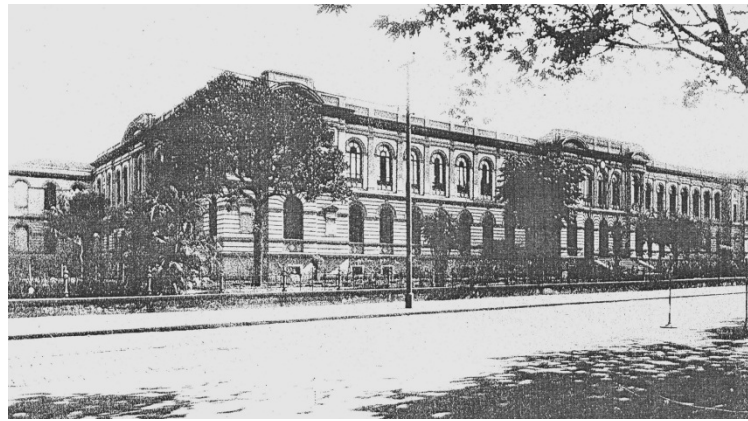
²² Algumas obras oficiais, em São Paulo, realizadas por Ramos de Azevedo: refez o Paço Municipal, edifícios das Secretarias das Finanças e Justiça (1886-1896), Escola Politécnica (1897), entre outras.

²³ Prédio que posteriormente abrigou o Grupo Escolar Padre Anchieta.

²⁴ As escolas normais de Piracicaba, Campinas, Guaratinguetá e Itapetininga foram inicialmente denominadas escolas complementares e transformadas em escolas normais a partir de 1911. Os anos de criação dessas instituições como escolas complementares são os seguintes: Piracicaba, 1897; Campinas, 1903; Guaratinguetá, 1903; e Itapetininga, 1910. A fundação, dos prédios próprios das respectivas escolas normais, foi: Itapetininga (1900), Piracicaba (1917), Campinas (1924), Guaratinguetá (1904), Pirassununga (1914), Botucatu (1916), São Carlos (1914) e Casa Grande (1934).

foi aplicada nas escolas. As salas de aula eram amplas, continham biblioteca, anfiteatro, sala de música, laboratório de história natural e sala de ginástica. Essas escolas tiveram como destaque principal a monumentalidade arquitetônica das fachadas, conforme pode ser observado nas imagens a seguir:

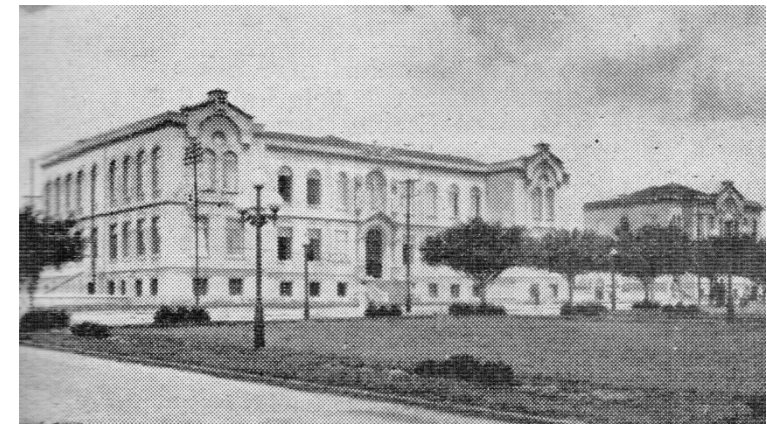
ESCOLA NORMAL DA PRAÇA – CAPITAL



ESCOLA NORMAL DO BRÁS - CAPITAL



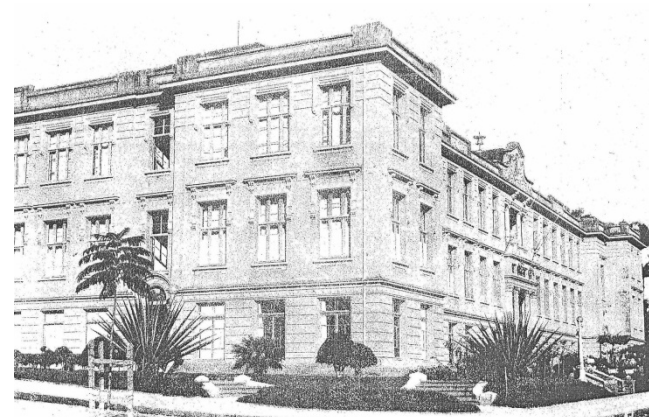
ESCOLA NORMAL DE ITAPETINGA.



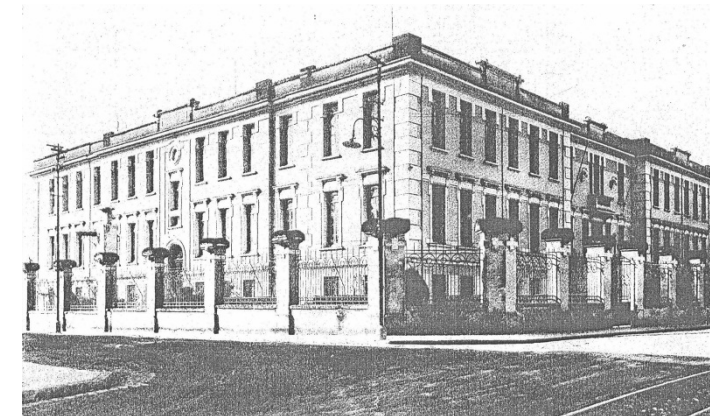
ESCOLA NORMAL DE PIRACICABA



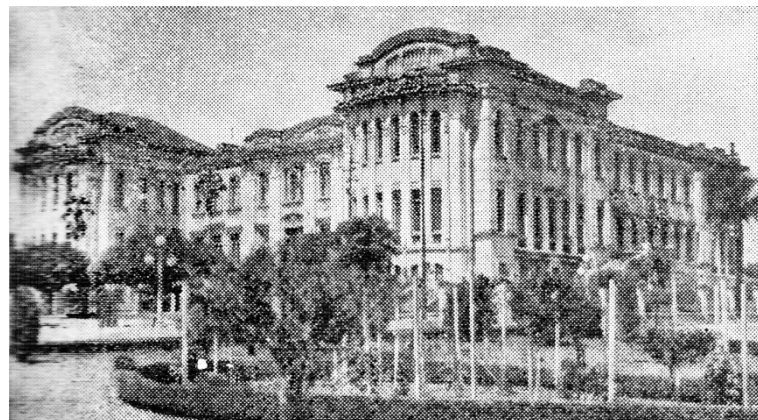
ESCOLA NORMAL DE CAMPINAS



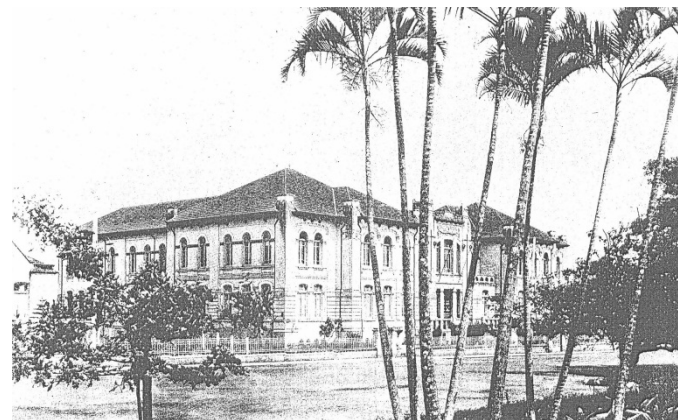
ESCOLA NORMAL DE GUARATINGUETÁ



ESCOLA NORMAL DE PIRASSUNUNGA



ESCOLA NORMAL DE BOTUCATU



ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS

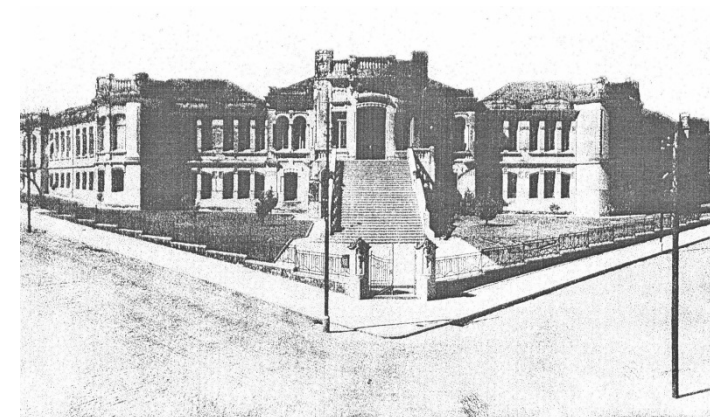


FIGURA 2 - ARQUITETURA DAS ESCOLAS NORMAIS DE SÃO PAULO.
FONTE: ÁLBUM DA 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1927, P. 37.

Outro livro publicado em 1946 foi “Centenário do Ensino Normal em São Paulo – 1846-1946”, que enaltecia a situação das escolas normais paulistas e apresentava um levantamento com várias fotografias e artigos sobre a educação:

No balanço do primeiro centenário do ensino normal em São Paulo demonstrou-se um grande saldo de benefícios, não só à população do estado com a de outras regiões do Brasil onde se estendeu a ação do professor paulista. (ROCCO, 1946)

Inaugura-se o modelo escolar paulista, que influenciou muitos estados brasileiros, especialmente o Paraná. Como exemplo disso destaca-se a contratação de profissionais que trabalhavam no estado de São Paulo, um deles foi diretor da Escola Normal de Pirassununga, Cesar Pietro Martinez²⁵, que tornou-se inspetor geral de ensino na década de 1920 no Paraná.

Nas três primeiras décadas do século XX, as instalações de novas escolas se intensificaram. A importância e finalidade pedagógica e social da escola eram proclamadas por Fernando de Azevedo (AZEVEDO, 1931), que condicionava a eficácia da educação aos objetos educacionais, aos prédios e às instalações adequadas. Quando da sua construção, para Azevedo, na escola deveriam ser previstos espaços para piscinas, ginástica e pátios de recreio, oferecendo um ambiente “*calmo, agradável e pitoresco*”. Além disso, a escola deveria prever boas condições de iluminação e de ventilação, com instalações em número e qualidade suficientes, que facilitassem a prática de hábitos higiênicos e possibilitasse um trabalho educativo planejado. Azevedo ressaltava que os arquitetos dos edifícios escolares deveriam considerar:

(...) os mais perfeitos exemplares de arquitetura escolar, pondo nos seus termos exatos e procurando resolver a multiplicidade de problemas de natureza higiênica e pedagógica, que suscita a construção de prédios escolares. (AZEVEDO, 1931, p. 134)

Azevedo solicitou novas propostas de construção do edifício da Escola Normal do Rio de Janeiro, entre os anos de 1928 e 1930, quando do período da sua administração na Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal. Tal

²⁵ No segundo capítulo serão apresentados os trabalhos do inspetor de ensino Cesar Pietro Martinez.

concepção baseava-se no estilo neocolonial²⁶, executado em três andares, num total de 64 salas, contemplando laboratórios, salas de aula e ambientes administrativos. O projeto contemplava ainda ambientes para a escola primária no mesmo edifício, no andar térreo. O segundo e terceiro pavimento eram dedicados para as Escolas Secundárias e de formação de Professores.

Para Diana Gonçalves Vidal a diversidade de espaços “apontava para os vários usos que o ensino baseado na experiência, na vivência dos estudantes, como pregavam os reformadores cariocas, alicerçados em discursos da Escola Nova, exigia” (VIDAL, 2008, p. 237). Os discursos da Escola Nova disseminavam-se em meados da década de 1920, sendo consolidados nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. No caso paranaense, esse movimento iniciou apenas no final da década de 1930, quando as construções de instituições escolares se ampliavam. É possível perceber a pluralidade de ideias educacionais produzidas nos anos 1920 e na primeira metade dos 1930, que nem sempre conviveram em harmonia, mas mesmo assim possibilitando, inclusive, novas discussões que, com certeza, ampliaram a função da escola. Essa foi uma importante contribuição advinda do movimento da Escola Nova. Além disso, essa corrente de pensamento alargou os objetivos da escola e a sua implementação não se efetivou sem lutas e nem ocorreu como um processo linear e homogêneo, mas como corrente pedagógica que abraçou várias alternativas e possibilidades. (VIDAL, 2008)

O Instituto de Educação do Rio de Janeiro é um exemplo típico das propostas do movimento da Escola Nova. O prédio monumental que abrigava o Jardim de Infância, Escola Primária, Secundária e Escola Normal, serviu como uma afirmação dessa concepção²⁷. Tanto para Azevedo como para outros intelectuais da época a utilização do estilo neocolonial na arquitetura era um fator de nacionalização, a defesa da cultura e arquitetura brasileira. No texto “Novos caminhos e novos fins”,

²⁶ O neocolonial nasceu da reação contra o ecletismo dominante nos primeiros anos do século XX, como busca de uma nova identidade arquitetônica brasileira. (KESSEL, 1999, p. 65)

O modelo incorporou estilos da arquitetura barroca, mescla de referências portuguesas e coloniais brasileiras. Características como frontões curvos, requadros de janelas e portadas imponentes, além de treliças, balcões, pináculos, vidraças recortadas em losangos ou quadrados e janelas em arco batido, estiveram presentes em edifícios públicos e privados do início do século XX.

²⁷ No século XX, vários educadores se destacaram, especialmente após a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, Lourenço Filho (1897-1970), Fernando de Azevedo (1894-1974) e Anísio Teixeira (1900-1971).

Azevedo indica as políticas de edificações escolares e destaca as exigências mínimas na distribuição geral do plano desses edifícios. Para Azevedo, estas atitudes estavam “de acordo com as exigências da Escola Nova” (AZEVEDO, 1931, p. 228):

Certamente, uma construção, seja qual for o estilo em que se inspire, pode atender a todas as exigências preliminares de técnica pedagógica, de higiene e conforto, que devem ter as edificações escolares. Mas, como todo o prédio destinado à escola, deve ser, por isso mesmo, em sua própria estrutura, um “ambiente educativo”, a todos os respectivos, é preciso imprimir à arquitetura escolar o cunho que provém de nossa origem, de nossa evolução histórica e das condições ambientais. (AZEVEDO, 1931, p. 230)



FIGURA 3 - ASPECTO EXTERNO DA ESCOLA NORMAL DO RIO DE JANEIRO (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO)
FONTE: AZEVEDO, 1943.

A linguagem neocolonial da Escola Normal aparece, mais visivelmente, nos frontões curvos e nas colunas com arcos rebaixados. Os requadros de janelas e portadas imponentes dão o tom barroco brasileiro, juntamente com galerias, balcões e vidraças decoradas em mosaico. A figura 04 mostra a inspiração da arquitetura monástica, tanto na área externa da escola quanto interna. O pátio faz lembrar os antigos colégios jesuítas, com galerias superpostas. O prédio foi projetado em dois pavimentos, com galerias internas ao seu redor, com o intuito de facilitar a circulação e a fiscalização dos alunos.

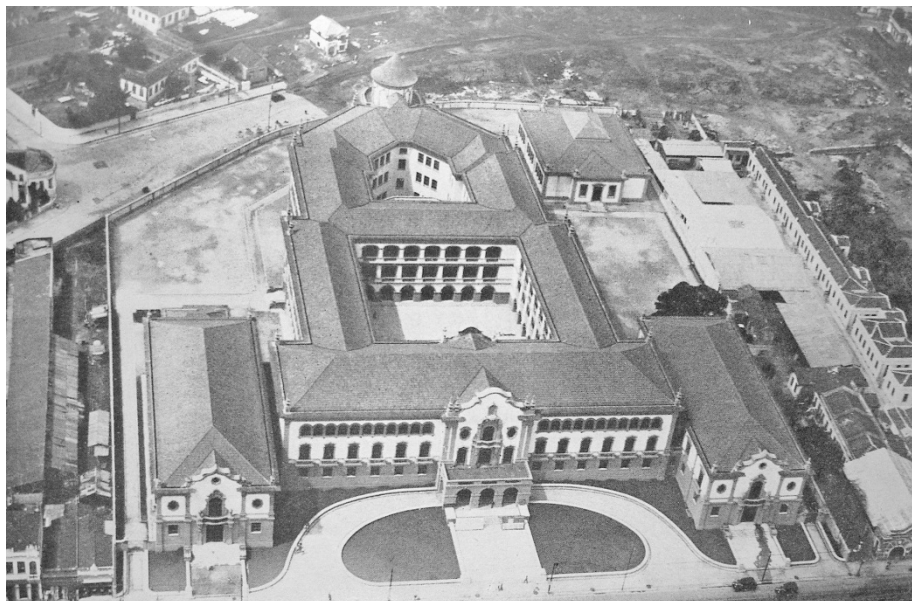


FIGURA 4 - VISTA DO CONJUNTO DA ESCOLA NORMAL DO RIO DE JANEIRO.
FONTE: AZEVEDO, 1943.

Acreditava-se que a construção dos edifícios escolares baseados na linguagem neocolonial despertaria um “sentido de brasilidade” nos alunos e professores. Esse modelo não se efetivou totalmente, pois os altos custos de algumas construções escolares, por exemplo, a Escola Normal do Rio de Janeiro, renderam a Azevedo muitas críticas por parte de educadores e da imprensa. Se por um lado, o projeto previa uma maior racionalização dos usos, com diferenciação de áreas específicas para cada atividade realizada no interior da escola, por outro, prendia-se, ainda, a um conceito estético de prédio que remontava à monumentalidade dos primeiros prédios escolares para as Escolas Normais e grupos escolares.

Em São Paulo, os projetos dos edifícios escolares se aproximaram da linguagem neocolonial a partir da década de 1930. Nas edificações reapareceram os beirais e os ornamentos, que se restringiam a um pequeno frontão marcando a entrada da escola. As novas escolas construídas seguiram os projetos do manual de Mauro Álvaro²⁸, abandonando o desenho dos antigos edifícios austeros, isto é, sem ornamentos. Em seu conjunto, os prédios tinham um projeto mais despojado, o que

²⁸ Mauro Alvaro de Souza Camargo, em 1919 torna-se chefe da Seção de Engenharia do serviço Sanitário do Estado de São Paulo. Organizou um livro chamado “*Projeto de Grupos, Escolas Reunidas e Rurais de 1922*”. Defendia a proposta para os edifícios escolares com fachadas mais simples “menos neoclássicas”, neste momento eram utilizadas as plantas tipos e a linguagem neocolonial. (WOLFF, 2010)

constitui um indício “do abandono paulista do léxico do ecletismo neoclássico” (BUFFA e PINTO, 2002).

Pode-se verificar que as construções das Escolas Normais dos principais centros culturais e econômicos, São Paulo e Rio de Janeiro, não se deram de forma homogênea e tampouco seguiram um padrão arquitetônico. Pelo breve estudo aqui realizado a imponência das escolas de São Paulo influenciaram mais fortemente as construções das escolas no Paraná. A quantidade de Escolas Normais em São Paulo era muito superior se comparado aos demais estados brasileiros, esse fenômeno pode ter contribuído para a disseminação maior de intelectuais e propostas pedagógicas para o estado do Paraná, no início do século XX.

No caso do Paraná, a formação dos professores teve início oficialmente em 12 de abril de 1876, pela Lei n.º 456, que criou a Escola Normal e o Instituto Paranaense (antigo Liceu, posteriormente, chamado de Ginásio Paranaense), na cidade de Curitiba. Ambos funcionaram no mesmo estabelecimento até 1922 quando a Escola Normal mudou-se para instalações próprias. Posteriormente, outras Escolas Normais foram inauguradas no interior do Estado, em Ponta Grossa (1924) e Paranaguá (1927).

O Ginásio Paranaense e a Escola Normal constituíam-se como as únicas escolas públicas que ofertavam ensino secundário no Paraná, até 1922. Segundo os relatórios em 1935, em todo o Estado, funcionavam apenas três Escolas Normais e duas de Ensino Secundário. As Escolas Normais localizavam-se em Curitiba, em Paranaguá e em Ponta Grossa, já as secundárias funcionavam somente em Ponta Grossa e Curitiba (PARANÁ, 1936, p. 46). A oferta do ensino Secundário e profissionalizante – para formação de mão de obra mais qualificada – privilegiava apenas uma parcela muito restrita da população de Curitiba e de cidades próximas da capital, como Paranaguá (Litoral) e Ponta Grossa (Campos Gerais), distante apenas 150 km de Curitiba.

Assim, em poucas décadas o modelo adotado em todos os estados do país foi o de edifícios considerados como estabelecimentos de domínio e controle do poder público. Esses edifícios revelavam, portanto, a política dos governos que se encarregaram da sua construção. Julgava-se que a materialização da ação educacional se daria por meio da implantação de um sistema sob o qual as escolas

públicas deveriam estar submetidas e, com isso, a construção também poderia revelar uma nova concepção pedagógica de ensino.

Desse modo, as construções dos edifícios públicos deveriam obrigatoriamente obedecer a um programa previamente traçado pelas instituições estatais, incumbidas tanto da organização quanto do planejamento escolar. Por meio de requerimentos, e normas construtivas propunham-se novos padrões mínimos de conforto físico-ambiental, assim como, sugeria-se que as edificações seguissem modelos e tendências de ensino. Também serviam para orientação do que se esperava obter com a ação educativa de uma sociedade que se modernizava.

Os itens a seguir tratarão da criação e consolidação das Escolas Normais no Paraná e a possível relação com a modernização econômica/social do Estado.

1.2 ESCOLAS NORMAIS: DAS “PLANTAS EXÓTICAS” AOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XX

As Escolas Normais foram criadas em alguns Estados do país, ainda no Império, em condições bastante precárias. Para Maria Elisabeth Blanck Miguel, as dificuldades encontradas nas recém-criadas unidades da federação:

(...) impediam a aplicação de uma política educacional extensiva à toda a população. Grande parte das cadeiras do ensino primário estava provida interinamente; muitos professores não apresentavam as habilitações exigidas, os salários eram irrisórios, não havia prédios escolares, e os recursos eram escassos e não havia um projeto de formação de professores. (MIGUEL, 2008, p.148)

Em 1867, o Inspetor de Ensino Ernesto Francisco de Lima Santos, apresenta ao presidente da Província do Paraná, Cesar Burlamaque, um relatório sobre suas considerações sobre a implantação da Escola Normal no Paraná:

Sou o primeiro a reconhecer a necessidade de um estabelecimento de certa ordem, onde os que se destinam a carreira do magistério adquiram uma preparação teórica e prática. As escolas normais, (...), propõem-se a satisfação desta necessidade. Nos países adiantados em civilização, apreciadores da instrução pública, elas vingam, prosperam, e dão excelentes frutos.

Mas no Brasil, (...) sinto dizê-lo, elas têm sido plantas exóticas: nascem e morrem quase no mesmo dia (PARANÁ, 1867, p. 30).

Este relatório governamental expressa um desânimo quanto à proposição de melhorias para o ensino público na província, e urgência na criação da Escola Normal, com um novo projeto de civilização da sociedade paranaense. O então Inspetor de Ensino assim declarou: "como plantas exóticas: nascem e morrem quase no mesmo dia", ou seja, expressa o descrédito na continuidade das Escolas Normais no Brasil, pela fragilidade da formação dos professores e pela dificuldade imposta pela ausência de demanda no Estado (MIGUEL, 2008).

Para Miguel as autoridades educacionais se ocuparam da criação da Escola Normal do Paraná, somente no final do Império, embora estivesse anteriormente presente nos discursos oficiais. Em 1870²⁹, foi criada a Escola Normal no Paraná pelo presidente da Província, Antonio Luiz Affonso de Carvalho, com duração de dois anos, em turma mista e com a matrícula gratuita. Contudo, sequer, chegou a funcionar sendo recriada no ano de 1876.

Neste contexto, no final do século XIX a consolidação das Escolas Normais estava longe de ser alcançada. Em 1876, uma nova tentativa de edificação da Escola Normal foi idealizada pelo presidente Adolpho Lamenha Lins. Este defendeu a necessidade da reabertura do Liceu provincial³⁰, e anexo a ele, foi sugerida a criação de uma escola normal. (PROVÍNCIA do Paraná. Lei nº 456, 1876, p. 207-209). Prontamente, a Assembleia Provincial lhe concedeu a autorização para reformar a instrução pública, através da Lei nº 456³¹, na qual criou um Instituto Preparatório e a Escola Normal conforme proposta apresentada pelo governo.

²⁹ Lei nº 238 – de 19 de abril de 1870 – “Institui uma Escola Normal para o ensino das pessoas de ambos os sexos que quiserem exercer o professorado na instrução elementar”. A escola normal segundo Antonio Luiz Affonso de Carvalho funcionaria nos seguintes moldes: O curso foi dividido em duas seções, de ensino em horas diferentes; uma para alunos mestres e outra para alunas mestradas: de modo que aja completa separação. Os alunos deveriam ser maiores de 16 anos de “proceder irrepreensível”. Os habilitados na escola normal seriam dispensados de concursos e, a partir de dois anos de funcionamento da escola, só seriam nomeados professores avulsos, caso não houvesse candidatos normalistas. (PARANÁ, 1870, p. 169)

³⁰ O Liceu de Curitiba foi criado pela Lei nº 33, de 13/03/1846, pelo governo de São Paulo. Com a lei nº 456, de 12/04/1870 passou a chamar-se Instituto Paranaense e em 1889 tornou-se Ginásio Paranaenses

³¹ Lei nº 456 de 12 de abril de 1876, que institui o Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província do Paraná. (PARANÁ, Lei nº 456, 1876, p. 55)

No regulamento da Instrução Pública da Província do Paraná, destaca-se um item dedicado à Escola Normal. Este regulamento apresenta uma proposta de utilização do mesmo espaço do Instituto Paranaense e propõe a duração do curso para dois anos³². No Paraná, a tentativa de investir mais concretamente na consolidação das Escolas Normais contrasta com o que ocorreu durante o século XIX no Brasil, pois no Estado esta modalidade funcionou de maneira bastante precária. Em toda a província, os prédios que serviam de escolas apresentavam:

(...) salas acanhadas que não ofereciam os cômodos necessários para o fim que deveriam prestar, algumas vezes essas salas de paredes sujas, sem assoalhos, nem tetos, apresentam à vista um aspecto repugnante. (PARANÁ, 1873, p. 10).

As casas eram alugadas pelos professores, que recebiam uma ajuda de custo dos cofres públicos, mas a quantia não era suficiente. Os documentos oficiais relatam a situação dos aluguéis das escolas em que “(...) tendo achado quem oferece mais quantia exigia a entrega da sala” (PARANÁ, 1873, p. 22). As dificuldades de locações para as instalações dos espaços escolares eram constantes no Paraná. Em 1904, tem-se a inauguração de um edifício escolar próprio para o funcionamento do ensino secundário, tanto o Ginásio como a Escola Normal, duas modalidades de ensino funcionaram no mesmo prédio durante dezoito anos.

Em 1900, no primeiro relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, Victor Ferreira do Amaral e Silva apresentou ao Governador do Estado, Francisco Xavier da Silva, a situação do ensino e criticou a atuação dos seus antecessores. Descreveu a situação precária que se encontrava a educação pública no Paraná, propondo as primeiras ações do governo: “começar pela base: formar bons professores” (PARANÁ, 1901, p. 72). Neste mesmo relatório, o inspetor destacava que os professores tinham “pequenas imperfeições” e para o ajuste deste problema afirmava a importância no investimento da qualificação profissional:

Coloquemos o professor público bem garantido das condições precárias da existência e, sobretudo, façamos dele o modelo do cidadão, conservando e

³² Como a Escola Normal funcionava no mesmo prédio do Instituto Paranaense os professores trabalhavam em ambos os cursos. Foi proposta uma escola primaria anexa ao Instituto, para o ensino pratico dos alunos da escola normal. (PARANÁ, 1876, p. 265).

cultivando o espírito nacional, para, pelo exemplo e pela palavra, iniciar e fortalecer a criança na religião do amor à Pátria e do culto à honra e a dignidade. (...) (PARANÁ, 1873, p. 72).

O professor como “modelo de cidadão” teria o papel de formar os alunos nos princípios republicanos. Segundo Marta Chagas de Carvalho, acreditava-se que por meio da escola o país poderia conseguir marchar rumo ao progresso. Na virada do século XX defendia-se que a educação poderia “transformar os habitantes em povo, de vitalizar o organismo nacional, de construir a nação” (CARVALHO, 1989, p. 9). O cidadão republicano deveria ser regenerado, para a autora cabia à escola formar: (...) núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional. (idem, p. 10)

Nos estudos de Rosa Fátima de Souza, os professores do Estado de São Paulo eram considerados “Apóstolos da Civilização”. Esses profissionais foram “responsabilizados pela formação do povo, o elemento reformador da sociedade, o portador de uma nobre missão cívica e patriótica” (SOUZA, 1998, p. 61). Desse modo, o investimento na construção das Escolas Normais republicanas deu início as reformas da instrução pública, com a crença de que essa modalidade de ensino iria modernizar a educação.

Os princípios doutrinários que vinculavam a ideia de formação de um novo cidadão, segundo Faria Filho, os investimentos que surgiram na escola pública tiveram como objetivo:

O crescente movimento em defesa da instrução como via de integração do povo à nação e ao mercado de trabalho assalariado, que viu-se sobremaneira fortalecido com a proclamação da República e com a abolição do trabalho escravo, significou também um momento crucial de produção da necessidade de refundar a escola pública, uma vez que aquela que existia era identificada como atrasada e desorganizada. Tal escola, assim representada, não poderia levar avante tarefas tão complexas como aquelas projetadas para a mesma. (FARIA FILHO, 2000, p. 37)

Seguindo as tendências nacionais, o Paraná também tentou reestruturar o seu sistema de educação, pois, necessitava mostrar uma transição do passado “arcaico” para o presente “republicano”, avançando a sua condição de estado que se libertou do Império, transformando-se em um “moderno”, o Estado Republicano.

Outro relatório de Victor Ferreira do Amaral, de 1901, ainda relatava os mesmos “defeitos” encontrados no ensino, principalmente a ausência de fiscalização das escolas e do uso dos espaços. A situação das casas escolares não era animadora, os prédios eram impróprios para os fins escolares e os alunos não tinham mobiliários adequados. Ao final do relatório apresentou os problemas específicos do Ginásio Paranaense e da Escola Normal:

O Ginásio Paranaense, com a Escola Normal anexa (frequentada, como tem sido, por grande número de alunos), carece, para se tornar de fato adaptado, como é de lei, ao regulamento do Ginásio Nacional, de um prédio melhor e mais amplo. O velho e tradicional edifício da rua do Aquidaban, de onde tem saído tantos paranaenses ilustres, precisa ser reformado ou substituído. (PARANÁ, 1901, p. 73)

O “velho e tradicional edifício” não acomodava mais as necessidades da escola, propunha a construção de um “sobrado com vastas acomodações”. Entretanto, a realidade econômica do Estado precisava esperar a “oportunidade financeira para ser convertida em realidade” (PARANÁ, 1902, p. 74). A solução mais rápida seria a reforma e ampliação do antigo prédio, entretanto foi descartada, segundo o relatório:

O plano de aproveitar as suas paredes para a construção de um sobrado foi posta a margem, porque elas, para isso, não apresentam solidez necessária, segundo a opinião de profissionais, que a meu pedido, as inspecionaram atentamente. (Idem, p. 39)

Os diversos problemas encontrados, no prédio adaptado provocou o esforço, para a construção do novo prédio. No ano de 1902, o projeto arquitetônico já estava finalizado e a construção foi iniciada. Victor Ferreira do Amaral afirmava que a obra foi projetada especialmente para atender as necessidades do Ginásio, e enfatizou que a união dos dois estabelecimentos, o Ginásio e a Escola Normal eram “impropriamente anexos” (PARANÁ, 1903, p. 11):

A planta, a meu pedido, feita obsequiosamente pelo distinto engenheiro Dr Affonso Teixeira de Freitas e já submetida a aprovação do Governo, é de fácil execução. É, de um belo e elegante palacete de vastas acomodações para os cursos do Ginásio e da Escola Normal, podendo mais tarde servir até para uma academia. (...)

Cada vez me convenço mais da necessidade da desanexação do curso da Escola Normal e do Ginásio, porquanto, pelo regime atual das aulas em comum, um curso prejudica forçosamente ao outro. (PARANÁ, 1903, p. 40)

A situação que incomodava os inspetores de ensino e descrita nos relatórios, foram constantes durante os vinte primeiros anos do século XX. O Inspetor de Ensino responsável pelas escolas de Curitiba, Sebastião Paraná³³, denunciou a ausência de prédios adequados para o ensino, além dos mobiliários inadequados para os alunos (PARANÁ, 1901)

Essa situação do ensino poderia provocar aos “males da ignorância para o indivíduo e para a Pátria”. O Inspetor finalizou o relatório da seguinte maneira:

É lamentável o estado de atraso em que se acham os estabelecimentos de ensino em diferentes pontos do interior e do litoral; o ensino oficial não corresponde aos esforços e sacrifícios feitos pelo erário (Idem, 1901, p. 5)

O diretor geral da Instrução Pública, Victor Ferreira do Amaral e Silva, descreve um quadro semelhante “tristíssima a fase que a instrução pública apresenta no Estado, comparando com o lema de que ignorância e República são ideias que se repelem” (idem). Uma das soluções seria a construção de edifícios escolares na cidade de Curitiba:

É verdade que existem aqui algumas casas escolares; essas porem são insuficientes para acomodar a considerável população escolar existente(...) Vejo, com pesar, escolas funcionando em salas de edifícios particulares sem os quesitos necessários prescritos pela moderna arte de ensinar (...) quanto a utensílios é completa a falta deles nas escolas! (...) O Regulamento determina que os livros para matrícula, atas de exames e termos de visitas serão distribuídos por conta do Estado. Entretanto, se os professores não fizessem aquisição desses livros a expensas próprias, teriam de efetuar a escrituração respectiva em folhas avulsas de papel. (PARANÁ, 1906, p. 20).

Em 1903, Victor Ferreira do Amaral apresenta ao governador o relato de suas visitas pelas escolas no interior do Estado, e destaca, principalmente, a sua ida ao estado de São Paulo. Compara a diferença da organização escolar paulista com a paranaense, considerava que “(...) deram aquele estado uma organização modelo, mesmo luxuosa, que não se arreceia de confronto dos países mais civilizados”. (PARANÁ, 1904, p. 7)

A falta de prédios escolares e a necessidade de atendimento aos estudantes em lugares menos povoados do interior do Estado continuavam a aparecer como as

³³ Sebastião Paraná além de Inspetor de Ensino ministrava as aulas de Geografia para o Ginásio e Escola Normal.

principais reclamações dos relatórios nos anos posteriores. No início do século XX, na cidade de Curitiba funcionavam apenas quatro escolas primárias públicas, chamadas de “meios grupos”: a Escola Tiradentes, a Escola Carvalho, Escola Oliveira Bello e o Grupo Escolar Xavier da Silva. Em outras cidades do Estado foram construídos instituições chamadas de Casas Escolares nas seguintes cidades: Lapa, Castro, Paranaguá e Antonina. Para o relator, Victor Ferreira do Amaral, a construção destes edifícios atendiam as necessidades das cidades naquele período. Neste contexto, o objetivo principal do estado era a criação dos grupos escolares desta maneira acreditou formar definitivamente um sistema público de ensino paranaense. Nos primeiros anos do século XX foram implantados os grupos escolares, de acordo com os relatórios do Diretor da Instrução, essas mudanças de ensino eram vistas com entusiasmo, pois a construção apropriada para oferecer um novo ensino estava surgindo no Paraná.

Os grupos escolares foram uma organização de ensino implantada, pela primeira vez no Brasil, em 1893 no Estado de São Paulo. Para Bencostta (2005) essas mudanças da escola primária inauguravam uma nova organização administrativo-pedagógica. Essas modificações provocaram transformações na área da didática, dos programas de ensino e conseqüentemente da distribuição espacial de seus edifícios, disseminando-se em varias cidades do Brasil.³⁴

Nesse sentido, uma maior atenção com os projetos arquitetônicos escolares no Brasil iniciou-se com a República. Podem-se verificar, no discurso de Rui Barbosa sobre o ensino primário, as primeiras preocupações com a temática:

Não há instituição popular sem escolas, nem escolas sem casas escolares (...) o que necessitamos não é possuir três ou quatro palácios suntuosos, mas relativamente inúteis (...) é de um sistema estabelecido, que consagra regularmente a cada escola o seu edifício, ainda que modesto. (apud SOUZA, 1998, p. 122)

As mudanças na arquitetura escolar pública brasileira aliaram na configuração do espaço, as concepções pedagógicas e o projeto político atribuído à educação popular; portanto, cabia à escola “convencer, educar e dar-se a ver”

³⁴ Logo nos primeiros anos do século XX, o sucesso da experiência paulista influenciou vários outros Estados como Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Norte. Esse modelo de grupo escolar deveria organizar o ensino primário, exemplo seguido por Santa Catarina e Paraíba, na década de 1910. (BENCOSTTA, 2005)

(SOUZA, 1998, p. 123), por isso, os espaços escolares tornaram-se uma importante identificação arquitetônica e exerceram uma ação educativa tanto no seu interior como em seu entorno. A instrução primária deveria ser obrigatória, universal e gratuita. A difusão do ensino, sobretudo a popular, poderia superar o atraso econômico e cultural do Brasil.

Em São Paulo, o Decreto nº 248, de 26 de julho de 1894, que regulamentou os grupos escolares, estabeleceu que: “os alunos serão distribuídos em 4 classes para cada sexo, correspondentes ao 1.º, 2.º, 3.º e 4.º ano do curso preliminar” (SÃO PAULO, 1894). Assim, a subdivisão dos alunos, meninos e meninas, em salas separadas, se daria de acordo com o nível de aprendizagem de cada aluno. Essa medida foi um avanço no ensino preliminar; até então, numa mesma sala, com um único professor orientava-se crianças de diversos níveis de conhecimento. Essa reformulação na organização educacional foi analisada por Faria Filho, que conclui:

A representação dos grupos escolares, construídos tendo como uma de suas bases a produção das escolas isoladas como símbolo de um passado que deveria ser ultrapassado, quando não esquecido, buscava moldar as práticas, os ritos, os símbolos escolares, produzindo e expressando, no mesmo movimento, uma nova identidade para os profissionais que se ocupavam da instrução primária.(FARIA FILHO, 2000, p. 31)

Desse modo, as construções dos edifícios públicos começaram a seguir normas e um programa previamente traçado pelo estado, incumbidas tanto da organização quanto do planejamento da execução do edifício escolar. Propunham-se, por meio de normas construtivas, os padrões mínimos de conforto físico-ambiental e, a partir de então, estas edificações seguiram modelos e tendências de ensino, que serviam tanto para orientação quanto para execução do que se esperava obter com a ação educativa em uma sociedade que pretendia se modernizar. Segundo Silvia Wolff:

A arquitetura escolar pública nasce imbuída do papel de propagar a ação de governos pela educação democrática. Como prédio público, devia divulgar uma imagem de estabilidade e nobreza das administrações (...). Um dos atributos que resultam desta busca é a monumentalidade, consequência de uma excessiva preocupação em serem as escolas públicas muito “evidentes”, facilmente percebidos e identificados como espaços da ação governamental. (WOLFF, 2010, p. 48)

Portanto, foi nessa conjuntura que se originou a arquitetura escolar republicana. Além das características próprias, desempenhou um papel de simbolização de um ideário, pois, ao passar diante dos edifícios escolares, os cidadãos sabiam a quem se destinavam e poderiam perceber quais ideias políticas e culturais se pretendiam. Por isso, os grupos escolares ostentavam representações e significações sociais. A monumentalidade dos edifícios dos primeiros grupos paulistas tornou-se símbolo do valor da educação e da ação política. De acordo com SOUZA (1998, p. 285), era preciso “extrair todo o sentido da escola graduada como templo de civilização”, como um projeto de educação voltado à moralização e à civilização da população brasileira³⁵.

Isso se daria também pelo convívio com a arquitetura monumental, os amplos corredores, a altura do pé-direito das construções, as dimensões grandiosas de janelas e portas, a racionalização, a higienização dos espaços e o destaque do prédio escolar em relação ao entorno da cidade. Pois estas características provocam nos alunos, da população em geral o apreço à educação racional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica constituída pelas “luzes” da República brasileira.

No Paraná, segundo Bencostta (2001), a inauguração do primeiro grupo escolar ocorreu na virada do século, em dezembro de 1903, na capital. O Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva foi criado como modelo a futuros grupos, pois seu projeto serviu como orientação para outras construções escolares tanto na capital quanto no interior do Estado. Antes da inauguração desse primeiro grupo, Curitiba tinha três escolas públicas de ensino primário. Para as meninas havia a Escola Tiradentes e para os meninos a Escola Carvalho, a Escola Oliveira Bello. (BENCOSTTA, 2001, p.

³⁵ Os primeiros grupos escolares de São Paulo foram projetados por arquitetos de destaque na época: Ramos de Azevedo, Victor Dubugras, José Van Humbreeck, entre outros. O programa arquitetônico dos primeiros grupos escolares paulistas dos primeiros anos republicanos, na sua maioria, foi estabelecido a partir de *plantas-tipo* em função do número de alunos. Em grande maioria eram divididos em 4, 8 ou 10 classes, em um ou dois pavimentos. Continham ainda, salas para biblioteca escolar, museu escolar, sala de professores e área administrativa. As características gerais desses edifícios eram a simetria das plantas e a demarcação de lugares para a separação dos sexos (ala para meninos e ala para meninas), normalmente com entradas laterais diferentes. Apesar de padronizados em planta, os edifícios assumiam características diversas, sendo-lhes alteradas as fachadas, que em sua grande maioria foram projetadas numa arquitetura eclética, com ornamentos como frontões triangulares e amplas e inúmeras janelas. (WOLFF, 2010)

120).³⁶ Além desses estabelecimentos, outros foram criados no início do século XX. Em 1906, inaugurou-se o Grupo Escolar Cruz Machado (desativado em 1920). Em 1911, mais seis escolas foram construídas: Grupo Escolar Professor Brandão, Grupo Escolar Presidente Pedrosa, Grupo Escolar 19 de Dezembro, Grupo Escolar Rio Branco, Grupo Escolar Conselheiro Zacarias e Grupo Escolar Professor Cleto. Somente em 1928 foi executado o Grupo Escolar D. Pedro II, primeiro edifício para funcionar um grupo escolar de dois pavimentos.

Ainda para Bencostta (2001), em Curitiba, algumas escolas foram implantadas em locais de destaque na cena urbana. Esses espaços caracterizaram-se pela funcionalidade de acordo com as novas concepções pedagógicas. Os ambientes planejados eram basicamente: gabinete para o diretor, bibliotecas, anfiteatro, secretarias e pátios para recreação e atividades físicas. Entretanto, até 1928 somente duas escolas abrigaram todos esses espaços. Os grupos escolares contemplados com as salas específicas foram o Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva (1903) e o Grupo Escolar D. Pedro II (1929). Esses dois grupos apresentavam conceitos de modernização de ensino e diferenciaram-se dos outros grupos, ainda com projetos bastante simplificados.

Em 1916, no relatório do governo do estado, apresentou-se pela primeira vez as imagens dos prédios que abrigavam os diferentes tipos de ensino do Paraná: os Grupos Escolares construídos no Estado, a Escola Profissional Feminina, os Jardins de Infância e o Ginásio Paranaense e Escola Normal da cidade. Na seleção das imagens procurou-se identificar a situação da educação paranaense, com ênfase nos prédios escolares públicos. As fotos representam o funcionamento dos grupos escolares e escolas das cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Rio Negro, Tibagi, Palmeira, Castro e Guarapuava construídos até o ano de 1916. Destacou-se ainda, os edifícios da escola Profissional de Curitiba, dois jardins de infância e o prédio do Ginásio Paranaense e Escola Normal.

Os grupos escolares construídos até o início da década de 1920 apresentaram um programa arquitetônico simplificado. Neste momento foram pensadas em *plantas-tipo* de 2, 4 e 6 salas de aula, em um pavimento, com características simetria nas plantas e a demarcação de lugares para a separação

³⁶ Em 1910, as escolas Oliveira Bello e Carvalho se transformaram em grupos escolares, mas acabaram sendo desativadas. Em 1914, a Escola Tiradentes foi transformada em grupo escolar.

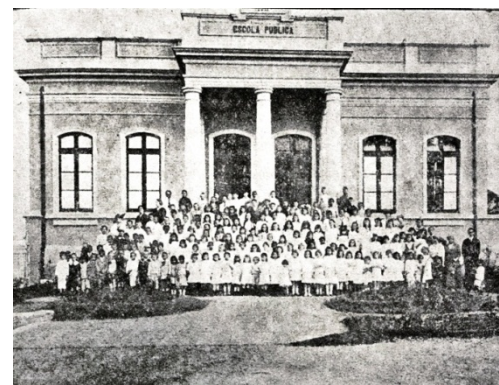
dos sexos (ala para meninos e ala para meninas). Suas fachadas apresentavam pequenas ornamentações, construídas em alvenaria de tijolo e com porão alto, que tinham a finalidade de elevar o solo a uma pequena altura, criando no seu interior um novo ambiente – o porão – correspondente a um pavimento de pé-direito menor, minimizando os problemas decorrentes da umidade. Abaixo algumas imagens dos Grupos Escolares construídos no período:³⁷

³⁷ Para os estudos dos espaços escolares dos Grupos Escolares no Paraná ver: BENCOSTTA (2001), CASTRO, (2010) e CORREIA, (2004).

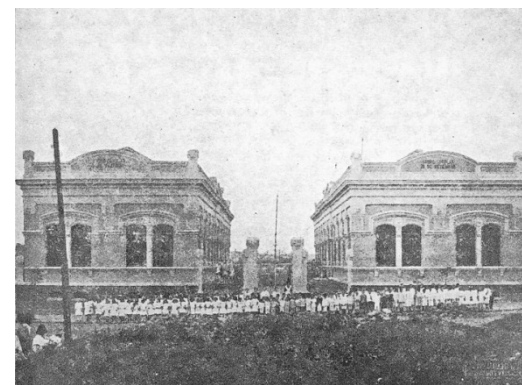
GRUPO ESCOLAR XAVIER DA SILVA (1903)



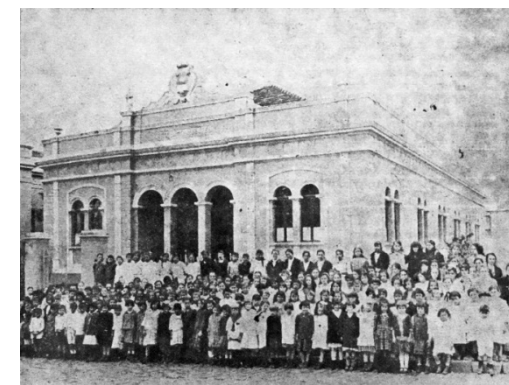
GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO –
FORMATURA DE ALUNOS



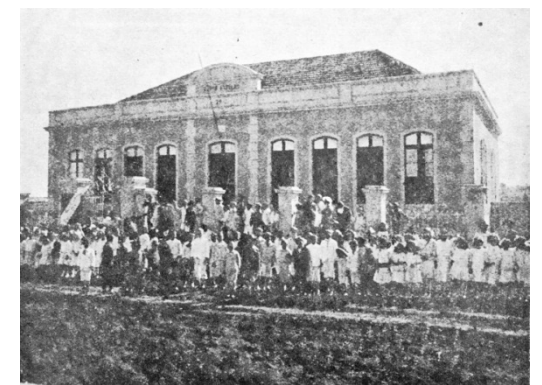
GRUPO ESCOLAR DEZENOVE DE DEZEMBRO
(1911)



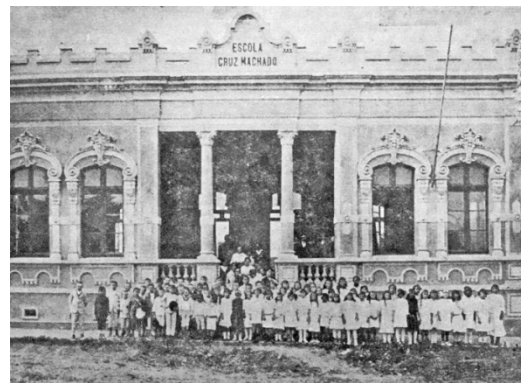
GRUPO ESCOLAR TIRADENTES E ESCOLA
INTERMEDIARIA



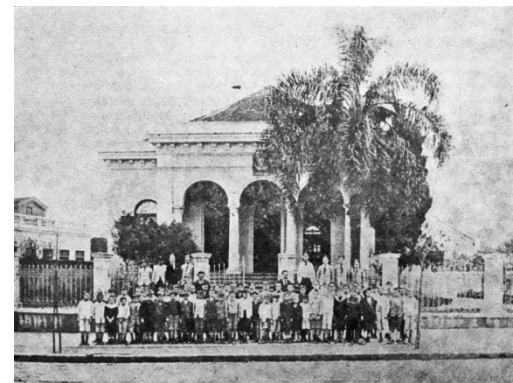
GRUPO ESCOLAR PROFESSOR CLETO
(1910)



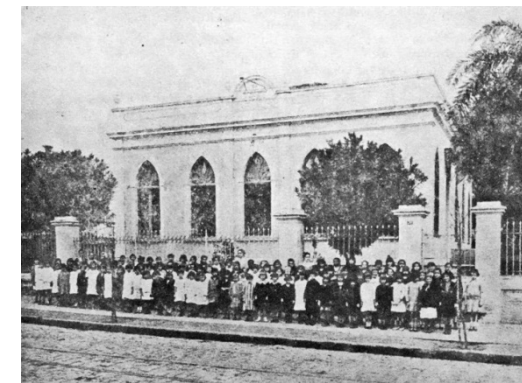
GRUPO ESCOLAR CRUZ MACHADO (1903)



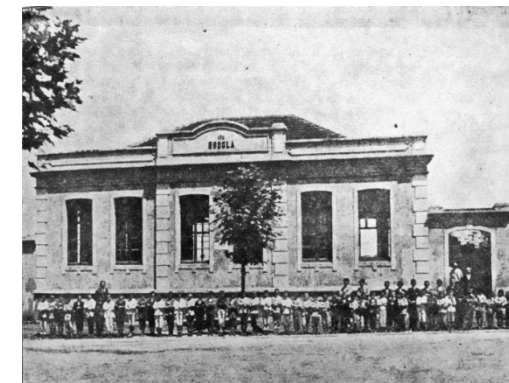
ESCOLA OLIVEIRA BELLO (1884)



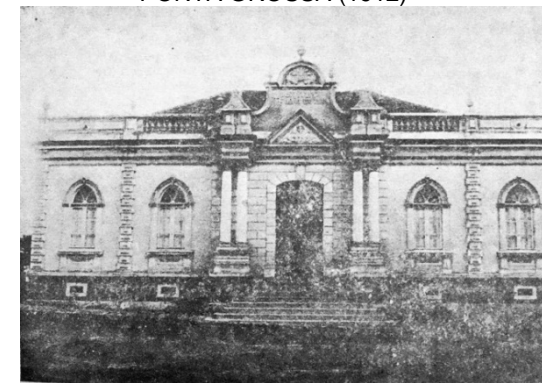
ESCOLA CARVALHO (1882)



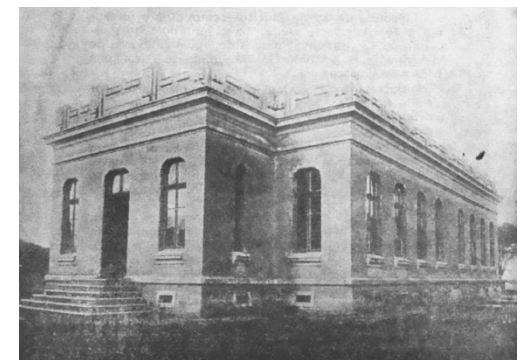
ESCOLA PROFESSOR BRANDÃO (1912)



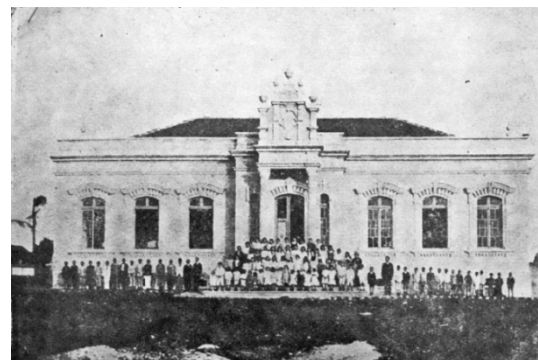
GRUPO ESCOLAR SENADOR CORREIA DE
PONTA GROSSA (1912)



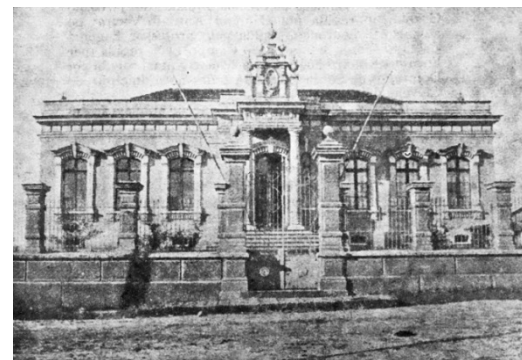
GRUPO ESCOLAR BARÃO DE ANTONINA DE
RIO NEGRO (1911)



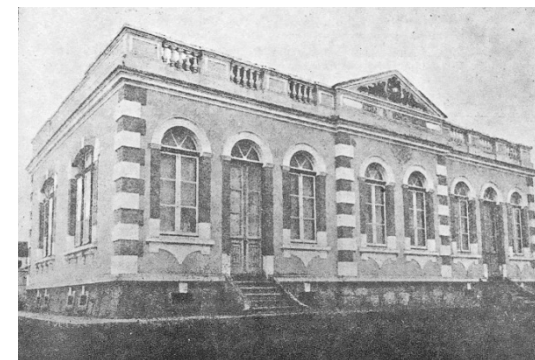
EDIFÍCIO DO GRUPO ESCOLAR DE TIBAGI
(1914)



GRUPO ESCOLAR JESUÍNO MARCONDES DE
PALMEIRA (1903)



EDIFÍCIO DO GRUPO ESCOLAR VICENTE
MACHADO DE CASTRO (1903)



EDIFÍCIO DO GRUPO ESCOLAR DE
GUARAPUAVA (1912)

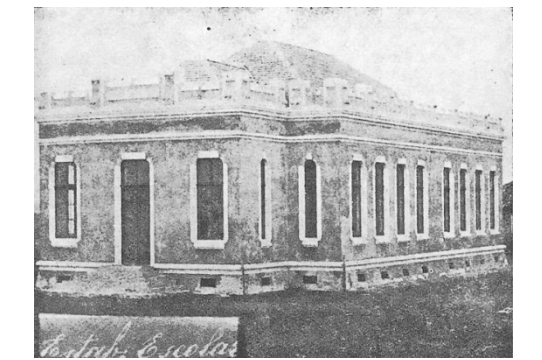
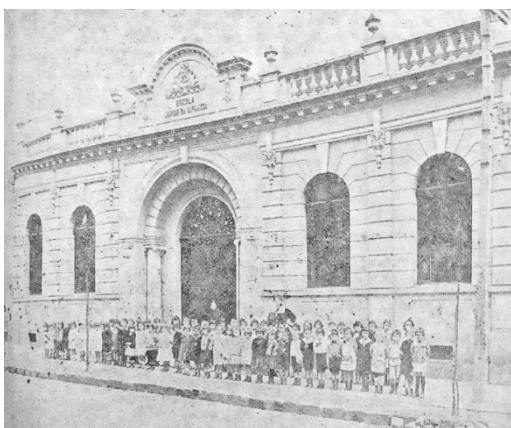


FIGURA 5 - GRUPOS ESCOLARES NO PARANÁ, DECADA DE 1920.
FONTE: RELATÓRIO, 1917, P. 211.

Apenas o Grupo Escolar Xavier da Silva e o Grupo Escolar Dezenove de Dezembro tiveram uma proposta diferenciada. O primeiro foi planejado com 6 salas de aula, vestíbulo, pátio coberto e instalações sanitárias externas e o segundo destaca-se das demais construções pela construção de dois edifícios, um para atendimento de meninas e outro para meninos. Em seu interior foram projetados duas salas de aula, um vestíbulo, sala de professores e instalações sanitárias internas.³⁸

Outros edifícios escolares existentes no período foram a Escola Profissional Feminina, os Jardins de Infância Emília Ericksen, (construído no terreno do Grupo Escolar Xavier da Silva), e Maria de Miranda, e, por fim, o edifício do Ginásio Paranaense e Escola Normal.

JARDIM DE INFÂNCIA MARIA DE MIRANDA



JARDIM DE INFÂNCIA EMILIA ERICKSEN (1910)

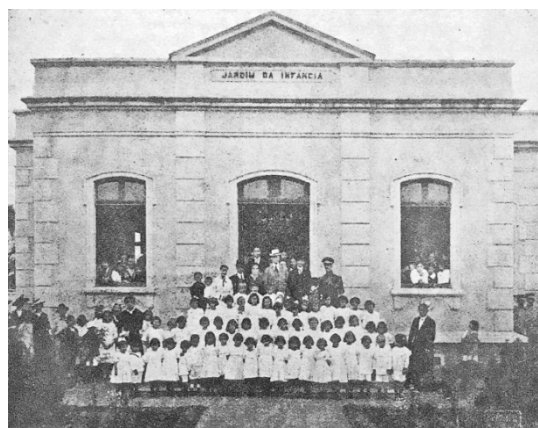
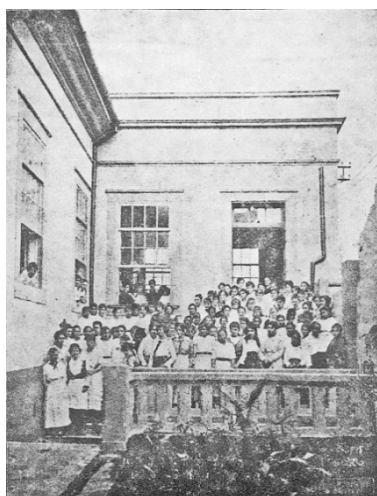


FIGURA 6 - EDIFÍCIOS JARDIM DE INFÂNCIA, DÉCADA DE 1920.
FONTE: RELATÓRIO, 1917, P. 211.

³⁸ Outras escolas que não apareceram nos relatórios seguiram as mesmas concepções arquitetônicas, como foi o caso dos edifícios: Grupo Escolar Macedo Soares (Campo Largo), Grupo Escolar Professor Raposo, (Jacarezinho) e o Grupo Escolar Izabel Branco (Jaquariaiva) todos inaugurados em 1911. (PARANÁ, 1910, P. 40). Assim como as escolas: Grupo Escolar Dias da Rocha (Araucária), o Grupo Escolar Manoel Eufrásio (Piraquara), o Grupo Escolar Conselheiro Zacarias (Curitiba) e o Grupo Escolar Presidente Pedrosa (Curitiba), Grupo Escolar Professor Serapião (União da Vitória), Grupo Escolar Barão de Capanema (Prudentópolis) e Grupo Escolar Silveira da Motta (São José dos Pinhais) concluídos em 1912 (PARANÁ, 1912, p. 23)

EDIFÍCIO PROFISSIONAL FEMININA – CORPO
DOCENTE



GINÁSIO PARANAENSE E ESCOLA NORMAL (1904)

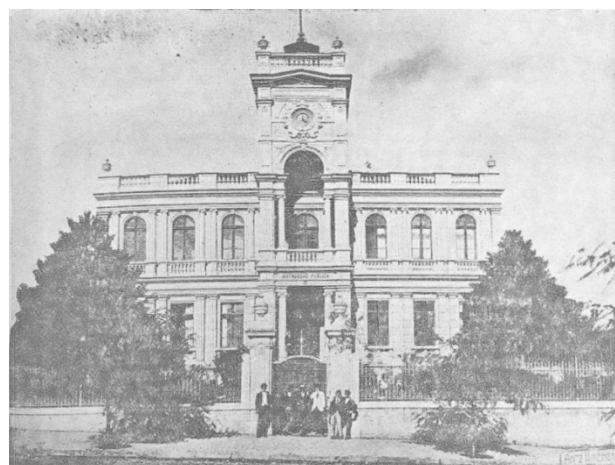


FIGURA 7 - EDIFÍCIOS ESCOLARES DO PARANÁ, DÉCADA DE 1920.
FONTE: RELATÓRIO, 1917, P. 211.

A construção e a diferenciação de um espaço específico para o funcionamento da escola pública, para SOUZA intensificam-se para atender as necessidades de instalação dos grupos escolares, que “representaram uma transformação significativa na história do ensino primário do país” (SOUZA, 2006, p. 35). E acrescenta:

O projeto dos republicanos para a educação popular gestado nas décadas finais do século XIX incluiu a responsabilidade do Estado pela construção de prédios projetados especialmente para abrigar escolas como uma das exigências de reforma e melhoria da instrução pública. À parte dos colégios e escolas normais, as edificações para grupos escolares tornaram-se o maior e mais relevante conjunto arquitetônico de escolas públicas existentes no país. (SOUZA, 2006, p. 36)

O estado de São Paulo foi visitado por autoridades de ensino paranaense, no início do século XX, pois era uma referência na área da educação. As construções das casas escolares paulistas foram destaques nos relatórios de professores visitantes. A professora Carolina Pinto Moreira, designada para uma viagem à capital do estado de São Paulo, em 1907, confirmou que a cidade era “reconhecidamente a metrópole brasileira do ensino primário” (PARANÁ, 1907, p.10):

Obedecendo a tais indicações comecei o meu trabalho na escola Modelo, que é uma dependência da Escola Normal, e da qual, conforme verifiquei, posteriormente, são fiel reproduções os Grupos Escolares. (PARANÁ, 1907, p. 10)

A professora relatou com muito entusiasmo o que encontrou. Ressaltou os métodos de ensino aplicados e principalmente as organizações dos grupos escolares paulistas. Afirmou que muitas das situações encontradas poderiam servir de modelo para as futuras organizações do ensino primário no Paraná. Para a professora, as três condições principais para um bom funcionamento dos grupos escolares no estado consistiam em: “1º o prédio, 2º o mobiliário, 3º o corpo docente” (PARANÁ, 1907, p. 10).

Quanto aos prédios, sugeriu a construção de casas escolares que atendessem a higiene do “corpo e espírito”. Para ilustrar a professora cita um artigo da “Revista do Ensino”³⁹, “este gênero de construção muito tem ocupado a atenção dos higienistas e educadores e caracteriza um ramo especial de arquitetura – arquitetura escolar” (PARANÁ, 1907, p. 10)

Ainda sobre as condições físicas alertava para certos exageros na construção:

Ar, luz e acomodações convenientes para um dado número de alunos, nunca superior a trinta em cada classe são as principais condições de uma boa casa escolar, que deve ser também elegante e alegre; não convindo, porém, que a elegância degenera para a sumptuosidade em magnificência, que se observa na maior parte dos prédios escolares de São Paulo, tanto porque em um só prédio se despense quantia que chegaria para a construção de três ou quatro, como ainda porque, e principalmente por isso, o excesso do luxo influirá no espírito da criança para torna-la vaidosa na escola, sentindo-se mal, depois, na modéstia do lar paterno; sentimento este que pode arrasta-la, mais tarde, á pratica de ações condenáveis para a satisfação da vaidade que se lhe infiltrou na escola. (idem, p. 10).

Em todo o Brasil, os grupos escolares foram projetados para dar visibilidade aos projetos educacionais republicanos. A justificativa dada pela professora Carolina Moreira era mais do que entender os grandes edifícios escolares e contradizer toda uma proposta da construção dos edifícios paulistas, era justificar a falta de recursos do Estado do Paraná para a construção de escolas. Portanto, as edificações paranaenses poderiam ser:

³⁹ Segundo MARACH (2007), no periódico “*A Escola: revista do grêmio dos professores do Paraná*”, publicado em Curitiba de 1906 a 1910, foram publicados textos escritos por professores públicos do Paraná, traduções de textos estrangeiros, poesias, opiniões sobre a educação e trabalhos dos alunos do Ginásio Paranaense e Escola Normal de Curitiba.

Prédios assim modestos, com as acomodações precisas e muito ar e muita luz, podem ser edificados nesta Capital, um ou dois em cada ano, sem grande sacrifício para o tesouro do Estado.

Nas cidades e vilas do interior poderão ser eles construídos as expensas dos respectivos municípios, e até por particulares, bastando para isso que ponha em contribuição o seu grande prestígio e valimento o eminente cidadão que dentro de poucos meses vai ser investido dos negócios do estado. (PARANÁ, 1907, p. 10)

Com relação ao mobiliário escolar, destacava que a higiene das escolas dependia, em grande parte do mobiliário nelas usados⁴⁰. Nesta mesma viagem trouxe de São Paulo dois exemplares de bancos e carteiras do “typo americano”. A professora também alertou para a necessidade da substituição completa do mobiliário em todas as escolas. Posicionou-se a favor da compra do mobiliário americano e complementou que “por preço baratíssimo poderá o Governo obter mobiliário americano para todas as escolas do Estado, mandando-o vir da América do Norte (...)” (PARANÁ, 1907, p. 11). Quanto aos professores destacou que:

Observei que em S. Paulo (e isto talvez um dos mais poderosos fatores do excepcional progresso da instrução primaria naquele prospero Estado), o acesso é um dos mais eficazes estímulos aos que se dedicam a nobre e mourejante carreira do magistério. Ali são escolhidos, entre os professores que mais se distinguem, aqueles que devem ocupar os altos cargos dirigentes da parte administrativa referente à Instrução publica. (PARANÁ, 1907, p. 12)

Segundo Marta Carvalho (2000), em São Paulo, após a proclamação da República os representantes do estado investiram na organização de um sistema de ensino modelar, “signo do progresso”. O ensino paulista tornou-se um exemplo na remodelação escolar para outros estados. Ainda para a autora, a fórmula do sucesso republicano estava na organização baseada no:

Ensino seriado, classes homogêneas e reunidas em um mesmo prédio, sob uma única direção, métodos pedagógicos modernos (...) e monumentalidade dos edifícios em que a Instrução Publica se faz signo do Progresso – essa era a formula do sucesso republicano em São Paulo. (CARVALHO, 2000, p. 226)

⁴⁰ Apresenta os discursos do médico Vieira de Melo e seus relatórios apresentada no 6º Congresso Medico, o título “Higiene nas escolas” (PARANÁ, 1907, p.11).

Este modelo se propagou para várias regiões do Brasil e a divulgação do ensino seriado deu-se pelo intercâmbio de técnicos paulistas para outros estados. No caso do Paraná, a interação entre os inspetores paulistas de ensino e as visitas de professores paranaenses foi uma rotina.

Com relação às Escolas Normais, a construção de um espaço escolar próprio para esta modalidade de ensino, ainda estava longe de se tornar uma realidade no Estado do Paraná, até a década de 1920. O item a seguir tratará dos projetos pedagógicos para o curso de formação de professores e as principais mudanças estruturais do curso ocorridas no Paraná até o final da década de 1920.

1.3 MUDANÇAS NAS ESCOLAS NORMAIS DO PARANÁ NOS PRIMEIROS 30 ANOS DO SÉCULO XX

Muitas mudanças ocorreram desde a fundação da Escola Normal no Paraná até meados da década de 1930. Neste item o objetivo será entender e explicar quais foram as mudanças nos programas de ensino e compreender se repercutiram na linguagem arquitetural das Escolas Normais no Paraná.

Para essa discussão dos programas de ensino, destacam-se os estudos de Chervel, quando o autor afirma que o currículo não é um instrumento passivo, mas uma força para legitimar as ideologias políticas, sociais e econômicas, pois, a educação não se faz de práticas neutras; conseqüentemente o currículo também não é passível de neutralidade (CHERVEL, 1990). Os currículos, conclui o autor, estão apoiados em um sistema de crenças e valores e têm direções que apontam para determinados resultados. Para Chervel:

A concepção de escola como puro e simples agente de transmissão de saberes elaborados fora dela está na origem da ideia, muito amplamente partilhada no mundo das ciências humanas e entre o grande público, segundo o qual ela é, por excelência, o lugar do conservadorismo, da inércia, da rotina. (CHERVEL, 1990, p. 182)

Esta concepção pode ser contestada quando se entende o caráter “eminentemente criativo da escola”, pois para o autor, a escola forma não somente o indivíduo, mas também uma cultura que “penetra, molda, modifica” (CHERVEL,

1990, p. 184) uma determinada sociedade em um determinado contexto histórico. No âmbito escolar, a constituição das disciplinas também correspondeu às finalidades atribuídas à instrução em diferentes épocas. Chervel, historiador das disciplinas escolares, considera que essas práticas pedagógicas necessitam de uma organização física e normativa para que elas pudessem ser implementadas (CHERVEL, 1990).

Desse modo, é possível afirmar que as disciplinas não são um pretexto e ocasião para que certas finalidades sejam realizadas; se elas se constituem como suporte é porque acionam determinados conteúdos para consolidar a determinados projetos culturais. Por isso, os objetivos do ensino escolar mudam de acordo com a época, dependendo do nível de prioridade e das transformações da sociedade. Segundo Chervel, o ensino pode ter finalidades religiosas, sociopolíticas, de ordem psicológica e cultural, sendo que o conjunto destas finalidades consigna a escola sua função educativa⁴¹. Para o autor, as disciplinas escolares estão no centro deste dispositivo, têm como uma de suas funções implantar um conteúdo de instrução a serviço das finalidades educativas e estão em estreita correspondência entre elas (CHERVEL, 1990, p.187).

Por isso, a investigação histórica das disciplinas escolares pode desvendar não apenas os processos de sua constituição e de consolidação, mas, também, as modalidades de sua difusão e apropriação, seja por diferentes propostas curriculares, por livros didáticos, publicações educacionais e fontes diversas. Essas são fontes de interpretação dos espaços escolares, desse modo, todos os meios para sua divulgação devem ser considerados. (CHERVEL, 1990). Por fim, não se pode perder de vista que as finalidades inscritas nas disciplinas escolares visam não simplesmente o ambiente escolar, mas a sociedade em que foram constituídas.

No Brasil, no caso das Escolas Normais, o ensino inicial estava limitado pela aprendizagem da leitura, escrita e cálculo, aliados à inclusão das prendas domésticas. Segundo Villela (2000), a organização das disciplinas caracterizava-se,

⁴¹ O autor, em seu texto "*História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*" destaca a importância na identificação dos diferentes tipos e das finalidades educacionais na qual a escola encontra-se submetida. Dentre as várias finalidades as religiosas estavam pautadas na educação do "espírito", por sua vez, as finalidades sócio políticas ocupam-se da formação patriótica, as psicológicas baseiam-se na reflexão do que o aluno deve aprender e como ele pensa e se apropria dos conhecimentos. Por fim, as finalidades culturais da aprendizagem e da escola estabelecem a centralidade na disciplina social e até mesmo de guarda (Chervel, 1990, p. 188).

em princípio, pela instabilidade e pelo programa de ensino que avançavam um pouco além dos conteúdos das escolas primárias. No caso do Paraná, a historiografia sobre a formação de professores para o ensino primário reafirma a situação de uma escola normal muito incipiente no século XIX (MIGUEL, 2008).

No ano de 1882, no Relatório apresentado pelo Diretor Geral da Instrução pública Moysés Marcondes, destacou a situação precária da escola normal. Sem alunos matriculados a escola não funcionou naquele ano. Ainda não se sabia bem quais as vantagens de se cursar um curso normal, nem o próprio governo e muito menos a população. Acrescenta no relatório:

Julgo que o único meio de que a província se poderá servir para conseguir com que a escola normal seja devidamente frequentada, está em dar maiores vantagens aos professores diplomados para essa escola, facilitando, ao mesmo tempo, aos atuais professores os meios que os habilitem a cursar desse estabelecimento. (PARANÁ, 1882, p. 6)

Leonor Maria Tanuri (2000) apresenta uma síntese das mudanças do ensino normal no Brasil. Características semelhantes foram detectadas em algumas escolas normais brasileiras:

A organização didática do curso era extremamente simples, apresentando, via de regra, um ou dois professores para todas as disciplinas e um curso de dois anos, o que se ampliou ligeiramente até o final do Império. O currículo era bastante rudimentar, não ultrapassando o nível e o conteúdo dos estudos primários, acrescido de rudimentar formação pedagógica, esta limitada a uma única disciplina (Pedagogia ou Métodos de Ensino) e de caráter essencialmente prescritivo. (TANURI, 2000, p. 65)

No final do século XIX, o Programa do Ensino para a Escola Normal do Paraná (PARANÁ, 1894), propunha o curso estruturado em dois anos de duração e um programa de ensino bastante simplificado, referente às disciplinas técnicas. Pode ser observado no quadro abaixo:

.1º ANO	2º ANO
Português	Português
Francês	Francês
Aritmética e álgebra	Geometria e Trigonometria
Geografia física	Geografia política
Pedagogia	
	Física e Química
Desenho	Desenho
Música	Música
Ginástica	Ginastica

QUADRO 1 - PROGRAMA DE ENSINO DA ESCOLA NORMAL, 1894.
 FONTE: PARANÁ, 1894.⁴²

O quadro das disciplinas mostra a ênfase nos conhecimentos gerais, sendo apenas uma única referente à pedagogia. No entanto, inúmeras reclamações dos professores referiam-se à infraestrutura, que também se pode verificar nos documentos da época, tanto no que se refere ao prédio, quanto à falta de instalações e equipamentos.

A aula de desenho não pode funcionar como era de desejar por falta de uma sala apropriada com todas as condições óticas. O mesmo aconteceu com a aula de musica, por falta de sala própria onde se pudesse colocar um piano, tão necessário as explicações do professor e ao aproveitamento dos alunos. (PARANÁ, 1894, p. 46)

As reformas republicanas do ensino primário e normal, levadas a termo nos estados brasileiros, ampliaram os currículos dando-lhes um conteúdo mais enciclopédico. Com a valorização das escolas de formação de professores promove-se um enriquecimento de seu currículo principalmente em relação a prática de ensino. Vicentini e Lugli revelam que em alguns estados do Brasil a presença da mulher obrigou as Escolas Normais a funcionarem em períodos e espaços diferenciados para cada sexo. Além disso, as disciplinas do curso eram “adaptadas” para as moças, que aprendiam menos matemática (ou outras matérias tidas como adequadas aos homens), para se dedicarem mais a conteúdos como economia do lar e prendas domésticas (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 38).

⁴² Existiam ainda as chamadas aulas avulsas Latim e Alemão.

Para Araujo (2008) a resistência à coeducação nos cursos normais criados no século XIX foi significativo na maioria das províncias. Ainda para o autor algumas instituições funcionaram inicialmente como internatos, entretanto a maioria delas ofertava o regime de externato. Todas estas mudanças e características provocaram alterações nos programas de ensino, como, por exemplo, a cadeira de prendas domésticas frequentadas por mulheres, que começam a fazer parte do ensino da Escola Normal no Paraná no início do século XX (PARANÁ, 1901).

A participação feminina no Ensino Normal foi aumentando progressivamente durante o século XIX. No Paraná, onde o curso normal funcionou durante muitos anos em conjunto com o ginásio, ambos os sexos conviviam no mesmo prédio. Foi motivo de destaque no Regulamento da Escola Normal em 1883: “Haverá no edifício da escola normal duas salas de espera nas quais os alunos de um e outro sexo aguardarão separadamente o começo dos trabalhos escolares (PARANÁ, 1883, p. 10)”.

Não só as escolas do Paraná apresentam problemas. Tanuri (2000) mostra a lentidão da ampliação dos conteúdos pedagógicos das escolas normais nos primeiros decênios do regime republicano no estado de São Paulo. A predominância pautava-se pelos estudos de cultura geral nas escolas normais paulistas. Essa foi a principal crítica das autoridades do ensino, que reivindicavam a necessidade das escolas normais que priorizassem um currículo de caráter mais profissionalizante. O diretor de Ensino do Estado do Paraná, Reinaldo Machado, no relatório de 1904, apresentou as necessidades da Escola Normal, e as diretrizes e orientações do programa de ensino:

O curso normal não deve absolutamente reger-se pelas mesmas regras do curso ginásial: enquanto o primeiro se destina ao preparo de professores, que saibam infundir a instrução por todos os recantos do nosso vasto território, o outro destina-se ao ensino de humanidades aos candidatos dos cursos superiores ou aqueles que desejam alcançar as necessárias armas para a luta cotidiana pela inteligência e pelo saber. Um, é um curso todo especial, outro é um curso geral de letras e ciências. Os programas tem de ser diferentes, as matérias a ensinar precisam ser outras, os métodos de ensino também não devem ser os mesmos. Essa medida se torna indispensável, caso se queira obter professores aptos para o fim a que se destinam. (PARANÁ, 1905, p. 48)

O depoimento do Diretor de Ensino reforça a concepção da formação de professores e as condições necessárias para o desenvolvimento de um curso “especial”. Revela também as dificuldades que esta modalidade de ensino passava, fossem elas ligadas às questões de infraestrutura ou de práticas pedagógicas. As diversas leis e regulamentos do final do século XIX e início do século XX no Paraná, que tratavam sobre a escola para professores, reforçavam a necessidade e os princípios da formação de professores.

Conforme o Quadro 2, sobre o “Plano de estudos para a Escola Normal do Paraná”, verifica-se as mudanças do programa de ensino e a distribuição das disciplinas do curso normal, de 1901 até 1924.

QUADRO 2 - PROGRAMAS DAS ESCOLAS NORMAIS DO ESTADO DO PARANÁ				
	PLANO DE ESTUDO DA ESCOLA NORMAL, 1901	PROGRAMA DE ENSINO ESCOLA NORMAL, 1907	PROGRAMA DE ENSINO ESCOLA NORMAL, 1917	PROGRAMA DE ENSINO ESCOLAS NORMAIS, 1924
1º Ano	Português	Português	Português	Português
	Francês	Francês	Francês	
	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética
	Geografia Física e Cosmografia	Geografia Geral e Física,	Geografia Física e Elementos de Cosmografia	Geografia Geral
	Pedagogia	Pedagogia		Pedagogia
	Desenho	Desenho	Desenho	Desenho
	Prendas domésticas	Prendas domésticas (para as alunas)	Trabalhos Manuais	Trabalhos manuais
		Musica	Música	Música
	Ginástica		Ginástica	
2º Ano	Português	Português	Português	Português
	Francês	Francês	Francês	
	Elementos de Geometria	Elementos de álgebra até as equações do 1º grau e complementos do estudo de aritmética	Aritmética	Aritmética e Álgebra
		Elementos de Geometria Plana	Geometria Plana	
	Geografia Política, chorografia do Brasil e Paraná.	Geografia Geral (Parte Política).	Geografia Física e Política	Geografia
	Elementos de física e química			Ciências Físicas e naturais
	Pedagogia	Pedagogia	Pedagogia (parte geral)	Pedagogia e Psicologia
				Prática Pedagógica
	Desenho	Desenho	Desenho	Desenho
	Prendas domésticas	Prendas domésticas (para as alunas)	Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais
	Música	Música	Música	
			Ginástica	
3º Ano	Revisão de português	Noções de Literatura	Português	Português e Literatura
	Revisão de aritmética.	Elementos de geometria no Espaço	Geometria no Espaço	Geometria
		Chorographia do Brasil e Paraná e Cosmografia.	Chorographia do Brasil	
	Elementos de botânica, zoologia, agronomia e higiene	Elementos de mineralogia, botânica e zoologia.		
		Elementos de Física.	Física e Química	Ciências Naturais
	Elementos de História universal, história do Brasil e do Paraná.	Historia Universal	Historia Geral da Civilização	Historia do Brasil e Educação Moral e Cívica
	Pedagogia, noções de moral, de direito pátrio e economia domestica.	Pedagogia; Prática Escolar	Pedagogia (parte especial)	Prática Pedagógica
				Metodologia
	Desenho	Desenho	Desenho	Desenho
	Prendas domésticas.	Prendas domesticas (para as alunas)	Trabalhos Manuais	Trabalhos manuais.
		Música	Música	Música
Ginástica				
4º Ano		Noções de Moral, Direito Pátrio e Economia Doméstica;	Noções de Moral, Direito Pátrio e Economia Política.	
		Revisão de Historia Natural, Elementos de Agronomia e Higiene	Historia Natural; Noções de Higiene e Agronomia;	Cursos intermediários (dois anos):
		Elementos de Química		Português, matemática, geografia, historia pátria, elementos de Ciências físicas e naturais,
		Historia do Brasil e do Paraná	Historia da Civilização no Brasil e do Paraná	Desenho, música, trabalhos manuais e ginástica
		Desenho		
		Música		
		Prática escolar	Pratica Pedagógica.	
		Prendas domésticas (para as alunas)		
		Ginástica		
	PARANÁ. 1901. Decreto nº 93 de 11 de março de 1901. In: Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Leis, decretos e regulamentos do Estado do Paraná de 1901. Acervo: DEAP - Departamento Estadual de Arquivo Público. (p. 83 a	PARANÁ. 1907. Decreto nº 479 de 10 de dezembro de 1907 .In: Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná de 1907. Curitiba: Typ. da Penitenciária, 1907. Acervo: Divisão Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.	PARANÁ. 1917. Código de ensino do Estado do Paraná. (Decreto nº 17 de 9 de Janeiro de 1917). Curitiba Typ. D'A republica", 1917.	PARANÁ. Regulamento das Escolas Normais Primarias. Typ. D 'A Republica. Curityba 1924.

Para Miguel (2008) a Escola Normal no Paraná passou a configurar-se como uma instituição importante, principalmente para as demandas de profissionais dos grupos escolares, com professores e diretores qualificados. A situação da Escola Normal e do Ginásio Paranaense obrigou a transferência de algumas disciplinas para outros locais. O Regulamento da Instrução Pública de 1901, sobre as suas aulas de desenho, destaca: “ART 219: O Estudo do desenho será feito na Escola de Belas Artes e Indústria do Paraná” (PARANÁ, 1901, p. 136). Além das aulas de desenho o museu de pedagogia também utilizou o espaço de prédio fora da sede oficial da escola:

ART 297: O museu de pedagogia, que será estabelecido anexo a Escola Normal, constará de quadros estatísticos nacionais e estrangeiros, interessando a Instrução Pública, material para o ensino de desenho, mapas geográficos, coleções tecnológicas, modelos, aparelhos escolares, etc. (PARANÁ, 1901, p. 152).

Em 1907, ocorreu a ampliação do curso de 3 para 4 anos. Neste período a Escola Normal já ocupava o novo prédio fundado em 1904, além de abrigar o curso ginásial e a Diretoria Geral da Instrução Pública. Essa situação dificultava as aplicações das disciplinas específicas da Escola Normal, principalmente para as aulas das práticas escolares.

Nas primeiras décadas do século XX, a oferta das disciplinas específicas, destinadas à profissionalização, foi pouco incentivada pelos gestores da educação. Esta constatação pode ser verificada pela falta de investimento na formação de professores, de acordo com os relatórios das autoridades de ensino.

Embora o curso normal funcionasse no mesmo prédio do curso secundário, era considerado como ensino profissional assim como o ensino agrícola, industrial e comercial.⁴³ O ensino normal se inseria no contexto do ensino técnico profissional. Sendo os primeiros estabelecimentos de cursos profissionalizantes no Paraná, a Escola de Artes e Indústrias do Paraná, criada por Mariano de Lima, em 1886, e o curso Mercantil de Paranaguá (WACHOWICZ, 1984). Em 1910, a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná foi inaugurada em 16 de janeiro, e apresentava oficinas de alfaiataria, de marcenaria e sapataria. Somente na década de 1930

⁴³ VICENTINI; LUGLI (2009).

ocorreram mudanças significativas na educação profissional brasileira, promovidas pela gestão do Governo Vargas, organizadas pelo Ministério da Educação e Saúde. Em 1909, por meio da Lei n.º 894 de 19 de abril, o ensino secundário foi novamente reestruturado e a Escola Normal foi ampliada para quatro anos. Tal Lei prescrevia um currículo recomendando que ambos, Ginásio e a Escola Normal, funcionassem, se possível, “em edifícios separados e sob direções distintas, destacadas da direção geral do ensino, mas (...) servidos pelo mesmo corpo docente” (PARANÁ, 1924a, p.24). Entretanto, ambas continuaram a funcionar no mesmo prédio até 1922:

Fácil é ver quão prejudicial e absurdo era esse regimento, pois um ginásio destina-se a habilitar candidatos para as escolas superiores e a normal é uma organização de caráter eminentemente pedagógico: prepara educadores teóricos e práticos. (PARANÁ, 1924a, p. 23-24)

Em cada mudança no programa de ensino, percebe-se um investimento no sentido de profissionalizar o currículo, mesmo que de maneira lenta. Com o novo código de ensino de 1917, Miguel destaca que:

De acordo com o citado código, a Escola Normal, que funcionava junto ao Ginásio Paranaense, tinha seu curso compreendido em quatro séries e as disciplinas que definiam a profissionalização eram: Pedagogia (no segundo ano, de caráter geral, no 3º ano, de caráter especial) e Prática Pedagógica (no 4º ano). Além dessas duas “cadeiras”, como eram então chamadas as disciplinas, compunham o currículo: Noção de Higiene e Agronomia e História da Civilização no Brasil, especialmente no Paraná (4º ano) além de trabalhos Manuais (em todas as séries) (MIGUEL, 1992, p. 37).

As disciplinas da área de prática pedagógica, mesmo fazendo parte do currículo, ficavam comprometidas a sua aplicação em função da estrutura física da escola. As práticas dos alunos eram realizadas nas escolas primárias e nos grupos escolares estaduais. As inúmeras cobranças por parte dos inspetores de ensino, professores e comunidade justificaram a construção do novo edifício.

No contexto de mudanças do ensino, o Paraná implementou a reforma do Ensino Normal, por Lysímaco Ferreira da Costa já iniciada por Martinez, em 1920. Em 1923, Lysimaco Ferreira da Costa escreveu as “Bases Educativas para a organização da Escola Normal Secundária”. Na introdução afirmava que o plano de estudos da Escola Normal na época, era semelhante ao das escolas normais de outras cidades do Brasil, mas para ele os principais entraves deviam-se

principalmente pelo “desfavorável ambiente educativo do estabelecimento” (COSTA, 1923, p. 12).

A imprensa também divulgou as ações do professor no artigo “A Escola Normal” e destacou as novas proposta do ensino e com muitos elogios ao educador paranaense:

O dr. Lysimaco Costa, que é um educador de muita competência, é professor de Física e Química na Escola Normal e Gymnasio, ocupando uma cadeira de lente na Faculdade de Engenharia, a qual tem sabido dar o mais brilhante desempenho.

Dedicado ao estudo do ensino, visitou ainda ha pouco tempo a Republica Argentina e o Estado Oriental com o fim de conhecer a organização do ensino naqueles países, trazendo dali um excelente modelo de conhecimentos sobre a organização pratica do serviço escolar e principalmente das escolas de preparo para o magistério profissional.

Visitando os Estados brasileiros de melhor organização do ensino, tomando parte na Conferencia do Ensino na Capital da Republica, na qual soube salientar-se pelas provas da sua alta competência, ilustrou o seu espirito com ótimos conhecimentos, que lhe serviram para traçar as suas “Bases Educativas”, em que ele cuida minuciosamente da organização da nossa Escola Normal de modo a torná-la um estabelecimento modelar de ensino.

Conhecedor profundo da ciência psicológica, organizador hábil de vasta experiência pedagógica, o seu estudo é um evangelho que poderá influir grandemente no levantamento da obra a que se dedicou. (DIÁRIO DA TARDE, 1923, p.1)⁴⁴

O governo do Estado estava investindo para melhorar o ensino profissional. As alterações curriculares, propostas por Lysimaco Ferreira da Costa, deram-se na oferta de mais disciplinas para a formação do professor. Além disso, modificou o currículo do Curso Intermediário e criou o Grupo Escolar anexo à Escola Normal. Outras duas escolas isoladas foram criadas, para que os futuros professores pudessem realizar suas práticas escolares, de acordo com as configurações das escolas paulistas (PARANÁ. Relatório, 1920, p. 6). Retomando os estudos de Miguel a reforma educacional de 1923, enfatizou no currículo a “familiaridade do futuro professor com as metodologias” (MIGUEL, 1997, p. 9) e acrescenta:

É a partir da reforma de Lysimaco no Curso Normal que este ganha especificidade e a formação do professor passa a compor-se do Curso Fundamental ou Geral (três anos, correspondendo ao Ginásio) e do Curso Especial (três semestres). No currículo do Curso Especial foram incluídas, além das metodologias, as disciplinas de Anatomia e Fisiologia Humanas,

⁴⁴ DIÁRIO DA TARDE. *A Escola Normal*, 11/02/1923.

Pedagogia, História da Educação, Sociologia e Psicologia, que conferiam ao Ensino Normal o caráter profissionalizante (Idem, p. 9).

Em 1922, a duração do curso foi estendido para 3 anos e meio, sendo dois dedicados à formação geral e um ano e meio para formação especial. Tanto a reforma legal da Escola Normal quanto a construção de um edifício próprio, propiciaram de fato a separação do curso secundário.

Ao analisar a estrutura do currículo da escola normal paulista na primeira república, Nagle registra que de um modo geral empreenderam-se esforços para dar ao currículo uma direção profissional:

(...) embora se note, ainda, certo desequilíbrio entre as matérias de formação geral e as matérias de formação técnica, desequilíbrio que favorece as disciplinas do primeiro tipo. Na verdade, o curso continuava a ser um curso que denunciava uma preocupação geral, embora, sob esse aspecto, não se deva que, agora, entre essas disciplinas estavam muitas das chamadas “ciências da natureza”. Além disso, o desequilíbrio deve ser compreendido de acordo com os quadros da época, como fruto de um esforço para situar melhor a escola normal entre os ramos de ensino do grau médio, especialmente o secundário. (NAGLE, 2001, p. 284)

Esta tendência também foi promovida no Paraná, verificou-se a tentativa de consolidar um caráter profissional ao currículo. Na década de 1920 a transição e mudança de conteúdos para a Escola Normal foram reivindicadas pelos diretores, professores e comunidade, principalmente na defesa da separação das duas modalidades de ensino, a escola normal e a escola secundária. No Paraná essas reivindicações promoveram a urgência da construção de um prédio próprio para sediar uma instituição com demandas tão diferentes e específicas.

De acordo com o Quadro 2, acima, verifica-se a proximidade dos currículos das escolas normais na França com as escolas normais no Paraná na década de 1920, observa-se as influências daquele sistema de ensino sobre o brasileiro. As mudanças ainda eram pequenas se comparadas a outros Estados do Brasil, mas foi em 1923 que se iniciou a profissionalização na formação dos professores paranaenses.

Pode ser observado no “*Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire*”⁴⁵, organizado por Ferdinand Buisson⁴⁶ em 1911, quando este autor apresenta inúmeros verbetes de diferentes autores sobre o sistema educacional além de artigos escritos por Viollet-le-Duc (Arquitetura), Rambaud (História), Durkheim (Educação, Infância e Pedagogia), Felix Narjoux (Arquitetura escolar), entre outros (BUISSON, 1911). Pierre Nora chama esta obra de “Catedral da escola primária” (NORA, 1997, p. 327). Segundo o autor serviu como guia teórico e prático a todos os que se dedicavam ao ensino primário público e privado, principalmente aos professores e alunos das escolas normais tornando-se um curso sobre a instrução primária (NORA, 1997).

O verbete sobre a Escola Normal descrevia a história e os métodos de ensino aplicados na escola francesa. Apresenta o decreto francês de 1905 que propunha a organização do ensino, em instrução geral, com dois anos de estudo e a instrução prática e profissional, no terceiro ano do curso. A Instrução geral era formada pelas seguintes matérias: Instrução moral e cívica; Literatura, Escrita, Língua francesa, História, Geografia, Aritmética, Geometria elementar, Ciências físicas e Ciências naturais, Agricultura, Economia doméstica (para alunas), Desenho, Canto e Música, Ginástica, Exercícios militares (para alunos do sexo masculino), Trabalhos manuais (para alunos do sexo masculino), Trabalhos de agulha (para alunas), a Pedagogia, estudos de língua estrangeira⁴⁷ (BUISSON, 1911).

A construção dos edifícios para atender a Escola Normal de Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa traduz a importância e a necessidade de se criar espaços adequados para abrigar novos programas de ensino. Além disso, a necessidade de um novo edifício, batizado como Palácio da Instrução, em alusão à grandiosidade, inicia a “missão” da nova Escola Normal para a população

⁴⁵ Essa obra influenciou por anos o ensino francês, teve a sua primeira edição lançada em 1882 e 1887, denominada “*Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire*” em quatro volumes, com verbetes de mais de 300 autores. Trinta anos mais tarde, em 1911, uma nova edição foi publicada em um único volume, o “*Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire*” (1911) que contou com acréscimo de novos verbetes e autores. (NORA, 1997, p. 327-347).

⁴⁶ Em 1876, Jules Ferry nomeou Ferdinand Buisson para a Direção do Ensino Primário. Permaneceu até 1896, quando deixou o ministério para ocupar a cadeira de Ciências da Educação, durante seis anos, na Universidade de Sorbonne em Paris. Posteriormente, Durkheim lhe sucedeu. Acreditava em um ensino primário, uma instrução moral e independente do ensino religioso, uma escola laica. (NORA, 1997, p. 327-347). Sobre as ideias de Ferdinand Buisson no Brasil, ver BASTOS (2002).

⁴⁷ Decreto de 18 de janeiro de 1887, art. 82. (BUISSON, 1911).

paranaense. Esses novos prédios consolidaram a identidade de formação de qualidade a muitas gerações de normalistas e professores, tornando-se também portador de uma identificação arquitetônica próprio.

2 CIDADES ESCOLHIDAS PARA A CONSTRUÇÃO DAS ESCOLAS NORMAIS

Quem entra numa cidade sente-se como numa tessitura de sonhos, onde o evento de hoje se junta ao mais remoto. (BENJAMIN, 2010, p. 209)

Um dos problemas a ser analisado neste capítulo é a justificativa da escolha das cidades em que as escolas Normais foram implantadas. Entende-se que o estudo das cidades permite observar como as áreas urbanas se configuraram, fortaleceram enquanto sedes de novas atividades sociais, econômicas e políticas, no contexto da urbanidade do início do século XX.

O fenômeno do crescimento urbano também promoveu o crescimento da oferta de serviços na esfera pública. Esse movimento interferiu no espaço urbano introduzindo novos equipamentos de saúde, educação, lazer, transporte, entre outros, determinando novas necessidades na população.

Para a interpretação deste capítulo uma das fontes utilizadas foram os documentos iconográficos, as fotografias e os filmes documentários⁴⁸, produzidos no período estudado. É preciso considerar que as fontes imagéticas mostram fragmento do real, como observa Kossoy: “aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, tal como foram (estética/ideologicamente) congelados num dado momento de sua existência/ocorrência”⁴⁹ (KOSSOY, 2002, p. 21). Essas fontes representam um dos meios de se compreender as cenas do passado; portanto, constituem-se como uma possibilidade de visita à memória do cidadão e de seu entorno sociocultural.

Para a compreensão da imagem é preciso interpretá-la como um processo originado por uma intencionalidade. Ao captar uma cena, o fotógrafo, congela o momento vivido, entretanto essa imagem origina-se da vontade de comunicar algum sentido. Ou seja, o autor da fotografia traduz a visão da realidade para uma imagem que corresponde à sua própria impressão sobre ela. Roland Barthes, em seu livro “A câmara clara”, destaca que:

⁴⁸ Dentro do gênero documentário pode-se separar diversas categorias, dentre as quais reportagens, cine-jornais, filmes de natureza, filmes institucionais, etc. Os registros prediletos foram as visitas, viagens e chegadas de autoridades, cerimônias oficiais como inauguração, feiras, desfiles militares e as cidades consideradas em desenvolvimento, enaltecendo o desenvolvimento e as paisagens das regiões. (RAMOS; MIRANDA, 1997)

⁴⁹ KOSSOY, B. *Realidade e Ficções na Trama Fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p. 21.

A fotografia não rememora o passado. O efeito que ela produz em mim não é o de restituir o que é abolido (pelo tempo, pela distância), mas o de atestar que o que vejo de fato existiu (BARTHES, 1984, p. 123).

Convém destacar, porém, que, se por um lado uma fotografia sempre atesta que o objeto fotografado existiu, por outro ela não nos revela uma realidade absoluta, independente da perspectiva a partir da qual foi capturada. Para Roland Barthes “nem a fotografia nos traz o real, ela nos aproxima do real, já um real modificado pelo olhar do fotógrafo” (BARTHES, 1984). Com isso, ao se analisar imagens, é preciso ter em mente que este tipo de documento informa sobre uma cultura material de um determinado período histórico. Além disso, é preciso interpretar as imagens como uma forma simbólica, que expressa significados, representações e o imaginário social de um grupo.

Para Miriam Moreira Leite, a fotografia da arquitetura urbana, por sua natureza espacial e geométrica, constitui um domínio privilegiado para o estudo da ligação entre as transformações da fotografia e das cidades. Em posição de destaque, os edifícios, ruas, praças e esquinas, ajudam a produzir da urbe, uma leitura marcada pela visão positiva do progresso e da modernidade (LEITE, 2001).

O mesmo ocorre com as cenas “montadas” nos documentários, que podem evocar uma parte da realidade do cotidiano das cidades. Os documentários apresentam fragmentos de uma realidade que revelam uma imagem idealizada, ou seja, a imagem de uma cidade moderna e, principalmente, de um estado que queria mostrar-se desenvolvido, mesmo que isso estivesse longe de ser uma realidade⁵⁰. Há, neste sentido, um descompasso entre o visto e o significado daquilo que se vê que é preciso levar em consideração. Na análise das imagens é preciso compreender por que e para que algumas imagens foram congeladas, já que o que prevaleceu na foto ou cena denuncia os significados latentes nas imagens.⁵¹

A utilização do cinema como forma de propaganda política foi uma constante no início do século XX, e uma maneira de difundir valores, ideias, conceitos ideológicos⁵². Nas imagens cinematográficas o ritmo do cotidiano é representado nas

⁵⁰ No Brasil os primeiros filmes foram produzidos pelos pioneiros da fotografia, tratavam de registros documentais das atividades urbanas da época.

⁵¹ Para análise metodológica da fotografia ver LEITE, (2001).

⁵² Em seu texto “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, Benjamin apresenta a forma como o espectador pode ser manipulado diante dos filmes. Como exemplo apresenta os

ações em movimento. Na tela do cinema pode-se ver a velocidade com que as pessoas se movem. Essa experiência do homem do século XX e a imagem cinematográfica representou um impacto, assim como as experiências com a fotografia no século anterior. Isso é destacado por Walter Benjamin, que convida a comparar a imagem estática retratada em um quadro com o universo dinâmico apresentado pelo cinema. Diz ele:

Compare-se a tela em que se projeta o filme com a tela em que se encontra o quadro. Na primeira, a imagem se move, mas na segunda, não. Esta convida o espectador à contemplação; diante dela, ele pode abandonar-se às suas associações. Diante do filme, isso não é mais possível. Mal o espectador percebe uma imagem, ela não é mais a mesma. Ela não pode ser fixada, nem como um quadro nem como algo de real. A associação de ideias do espectador é interrompida imediatamente, com a mudança da imagem. Nisso se baseia o efeito de choque provocado pelo cinema, que, como qualquer outro choque, precisa ser interpretado por uma atenção aguda. *O cinema é a forma de arte correspondente aos perigos existenciais mais intensos com os quais se confronta o homem contemporâneo.* Ele corresponde a metamorfoses profundas do aparelho receptivo, como as que experimenta o passante, numa escala individual, quando enfrenta o tráfico, e como as experimenta, numa escala histórica, todo aquele que combate a ordem social vigente. (BENJAMIN, 1994, p. 192).

Pode-se considerar o cinema como nova tecnologia de apropriação dos tempos modernos. A fotografia propiciara a percepção do mundo através de seus fragmentos, ao passo que o cinema possibilitou a junção de inúmeras imagens isoladas de maneira contínua.

Do mesmo modo que outras sociedades do mundo ocidental, no Brasil a fotografia e o cinema ganhavam repercussão. Em meados das primeiras décadas do século XX, a imagem serviu como técnica de divulgação do discurso político dominante. No caso dos documentários essa intencionalidade é ainda mais visível, tanto pela representação como pela apresentação da dimensão das obras e ações realizadas por um governo. As imagens dos espaços urbanos geralmente provocam a ilusão de que todas as cidades estavam se transformando nas mesmas proporções, as cenas dão a impressão de um todo coeso e de harmonia.

filmes elaborados pelos regimes totalitários, que passaram a adotar o cinema como uma maneira de difusão ideológica como Hitler, Mussolini e Stalin. Filmes que estão preocupados em apresentar os grandes desfiles, os espetáculos esportivos, as grandes obras, todas as ações captadas pelas filmagens e gravações, facilita a identificação da população pois para o autor "a massa vê o seu próprio rosto". (BENJAMIN, 2011, p. 194)

Os filmes analisados para entender as cidades priorizadas neste estudo são: “Pelo Paraná Maior” (1927), “L’Etat du Paraná” (1928) “O que é o Paraná”(1929), “El Trigo” (1929), “Cidades do Paraná”(1936) e “Grandes Realizações” (1942)⁵³. Esses documentários foram escolhidos por terem sido produzidos durante o período histórico para que se volta o presente estudo, além de registrarem cenas das cidades e das Escolas Normais pesquisadas.

Os documentários “Pelo Paraná Maior”(1927), “L’Etat du Paraná” (1928 – legendas em francês), “O que é o Paraná?” (1929) e “El Trigo” (1929- legendas em espanhol), foram realizados pela empresa, do Rio de Janeiro, Botelho Film⁵⁴. Os filmes “Cidades do Paraná” (1936) e “As Grandes Realizações do Senhor Manoel Ribas no Governo do Estado do Paraná” (1942) foram produzidos pelo fotógrafo e cineasta João Baptista Groff⁵⁵.

Os documentários foram produzidos como meio de propaganda dos governos de Affonso Camargo, Caetano Munhoz da Rocha e Manoel Ribas⁵⁶. A fonte imagética se destaca pelo caráter de representação do cotidiano de uma sociedade e como um reflexo do momento em que o filme foi produzido.

A estrutura dos filmes e as imagens captadas procuraram simular uma viagem pelo Paraná, na qual, as principais cidades do estado se destacavam como cenário privilegiado. Os organizadores dos filmes se centraram na movimentação do

⁵³ Os filmes fazem parte do acervo da Cinemateca de Curitiba.

⁵⁴ A empresa Botelho Filmes foi criada por Alberto Botelho (1885-1973), na década de 1920. Adota um tom ufanista nos seus projetos de longa-metragem. Será citado como exemplo o trabalho em “O Brasil grandioso”. Botelho foi contratado para a elaboração de vários documentários paranaenses. Tornou-se um dos maiores produtores de documentários ao longo dos anos 30 e 40, do século XX. (RAMOS; MIRANDA, 1997)

⁵⁵ João Batista Groff (1897-1970) foi um dos primeiros fotógrafos e documentaristas do Paraná. Segundo Daniela VIEIRA (1998) Groff participou e contribuiu, com suas fotografias e documentários, para a construção da história paranaense. Em 1927 fundou a revista “Ilustração Paranaense”. De fotógrafo ele passou a cinegrafista, fazendo suas primeiras filmagens em meados da década de 1920. Groff registrou paisagens e cidades do litoral do Paraná, as Cataratas do Iguaçu e as Sete Quedas. Ganhou notoriedade pela realização de “Pátria Redimida”, sobre a revolução de 1930, o principal filme do período mudo do cinema paranaense. Registros feitos por Groff encontram-se entre os marcos da cinematografia nacional. Entre eles destacam-se: o levante paulista contra o governo Vargas (1932), a documentação da criação de cidades no norte do Paraná, a passagem pelos céus do estado do Zeppelin, o comício integralista de 1937 e a despedida dos pracinhas que foram lutar na Segunda Guerra em 1944. (Cinemateca Paranaense).

⁵⁶ Os governadores do Estado do Paraná nos períodos de filmagem foram; Afonso Camargo (1916/1920 e 1928/1930), Caetano Munhoz da Rocha (1920/1924 e 1924/1928) e Manuel Ribas como interventor federal (1932-1945).

cotidiano, buscaram captar imagens que marcassem a cultura e a maneira de viver tipicamente paranaense. Todas as produções se destinavam a mostrar o estado para o país e para o exterior, como meio de propaganda dos governantes e divulgar as possibilidades de investimentos e negócios rentáveis no Paraná.

As palavras “modernidade e progresso” são constantemente empregadas nas legendas e descrições das imagens. Nesse contexto, para entender as cidades aqui analisadas será importante apresentar o que se pretendia com a disseminação de um Paraná moderno e da associação das ideias de modernidade, de modernismo e de modernização do Paraná no começo do século XX⁵⁷.

Nas décadas de 1920 e 1930 afirmar-se moderno era assumir um lugar no debate científico e artístico. Na reconstrução aqui feita de como foram retratados aqueles anos e a maneira como as pessoas se comportavam, as imagens dos filmes serviram de suporte para divulgar cada uma das cidades. O discurso dos filmes aqui privilegiados reforçava que, graças à intensa imigração do final do século XIX e início do XX, o Paraná era um estado europeizado e, portanto, apto a urbanizar-se nos moldes dos grandes centros econômicos e políticos.

Os documentários mostram as representações de cada uma das cidades no cenário paranaense. Embora as cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Paranaguá possuíssem características ambientais e culturais diferentes, procurava-se mostrá-las como igualmente capazes de se modernizar e de se tornar cada vez mais “civilizadas”. As intervenções no espaço urbano e a construção de alguns edifícios foram um instrumento de construção de sociedades instruídas, disciplinadas, de cidades que estariam rumo ao “progresso”. Tentava-se de romper com a visão de cidades “antiga” ou que lembrassem seu passado colonial.

O arquiteto e historiador Giulio C. Argan, em seu livro “História da Arte como História da Cidade”, esclarece que nas cidades ditas modernas muitas obras de arte ou monumentos antigos não têm espaços ou significado para se manter em uma determinada sociedade, por isso muitos deles são destruídos. O autor traz o exemplo da especulação imobiliária, que, em nome do chamado desenvolvimento urbano, é muitas vezes causa da descaracterização de regiões históricas. Argan acrescenta: “A luta não é entre cultura e incultura, mas entre duas culturas, a

⁵⁷ Ainda com relação aos termos moderno/modernidade/modernismo/modernização são categorias específicas, que vão ocupar espaço no campo intelectual do começo do século XX. (M. HERSCHMANN e PEREIRA, 1994, p. 15)

segunda das quais tem como meta a destruição da primeira, tida como oposta e como obstáculo a seu desenvolvimento (ARGAN, 1998, p. 86)". Como se o passado estivesse atrapalhando o desenvolvimento, desta maneira justificava-se a demolição de uma edificação, a desambientação dos monumentos, a descaracterização de um edifício histórico, como uma maneira de se entender moderno.

O termo modernidade é tomado aqui de acordo com o que teoriza Jacques Le Goff, quando analisa que do "ponto de vista dos "modernos" manifesta-se acima de tudo no campo da ideologia econômica, na construção da modernização, isto é, do desenvolvimento e da aculturação, por imitação da civilização europeia" (LE GOFF, 2003, p. 173).

As chamadas capitais culturais da Europa serviram como modelos culturais e intelectuais. Nelas se desenvolveu uma atmosfera fervilhante de novas artes e novas ideias. Essa atmosfera urbana foi mostrada nos estudos de Malcolm Bradbury em "As cidades do Modernismo" (1989), onde o autor afirma que:

(...) se o modernismo é uma arte especificamente urbana, em parte é porque o artista moderno, tal como seus semelhantes, foi capturado pelo espírito da cidade moderna, que em si é o espírito de uma sociedade tecnológica moderna. A cidade moderna se apropriou da maioria das funções e meios de comunicação da sociedade, da maioria da população e dos limites mais avançados de sua experiência tecnológica, comercial, industrial e intelectual. (BARADBURY; MCFARLANE, 1989, p. 77)

Somente na década de 1920 esse espírito tecnológico se espalhou no Brasil. Um conjunto de profissionais médicos, educadores, engenheiros, em paralelo com uma geração de escritores, propuseram uma nova identidade nacional, elaboraram o paradigma moderno que tornou o Brasil na década de 1930 (HERSCHMANN, M; PEREIRA, 1994).

Ligado à modernidade, o processo de urbanização, criou novas necessidades e exigências. Viver nas grandes cidades passou a implicar em um novo reordenamento do espaço público, que se estendia a esferas tais como: habitação, transporte educação, saúde e segurança. O crescimento acelerado das cidades implica no ordenamento do espaço de convívio sob os "imperativos da higiene, da estética, da funcionalidade [...]. Ordenar, intervir no espaço, normatizar a vida, compor códigos [...] erguer prédios e destruir outros tantos, abrir avenidas [...] ajardinar, iluminar, policiar, embelezar [...]" (PESAVENTO, 1994, p.131-132). Essa

preocupação expressa a concepção da cidade enquanto espaço social, como espaço de muitos discursos e registram na memória e nos conhecimentos que produzem aquilo que foram um dia.

O paranaense Nestor Vítor,⁵⁸ em seu livro “A Terra do futuro – impressões do Paraná”⁵⁹, escrito em 1913, reforçou a expectativa de que o Paraná se tornaria uma nova São Paulo. Com a descrição do passado e da possibilidade de futuro próspero, o autor apresenta numa escrita ufanista o estado do Paraná. Neste trabalho Vítor parte como um viajante da sua cidade natal, em Paranaguá, de trem sobe a íngreme serra do mar, passa por Curitiba até chegar a Ponta Grossa.

Intelectuais como Romário Martins, Rocha Pombo e o próprio Nestor Vítor escrevem sobre o Paraná como uma terra “rumo ao progresso”, em muitos momentos aproximando-se do tom ufanistas encontrado nas obras destes escritores. Pereira⁶⁰ destaca que o chamado “Movimento Paranista” tinha a intenção de divulgar um Paraná em desenvolvimento, um “Paraná do futuro”, tão sonhado pelos intelectuais. Influenciados pelo clima cultural de seu tempo, os chamado Paranistas tentaram transmitir a imagem um desenvolvimento cultural harmonioso no estado.

Walter Benjamin defende que uma cidade pode abrigar várias realidades, verdades e visões de mundo. A cidade é por excelência o espaço do conflito, dos contrastes sociais, culturais, econômicos e políticos, a cidade é cheia de contradições (BENJAMIN, 2009). Em suas análises sobre Paris, o autor não se propõe mostrá-la através de uma ordem ou descrição única e sequencial, mas a partir de inúmeros retratos e fragmentos que permitem ao leitor captar diferentes visões, pensamentos e perspectivas sobre uma mesma sociedade. Pois, de acordo com ele, a cidade deve ser lida não como uma sequência, mas com diversos retratos urbanos de um mesmo espaço.

Nestor Vítor, diversamente, apresentou as cidades paranaenses como um turista maravilhado, não expondo percalços ou problemas. Deteve-se nos detalhes

⁵⁸ Nestor Vítor dos Santos nasceu em Paranaguá (12/04/1868), faleceu no Rio de Janeiro, onde foi professor e jornalista (13/10/1932).

⁵⁹ Livro encomendado pelo Presidente Afonso Camargo. Sua visão aproxima-se do "discurso oficial". Nesse trabalho o autor elabora conceitos e conteúdos sobre a cidade extraída diretamente da terminologia burocrática. Sua importância, além da minúcia, é a capacidade de realização da síntese do discurso ufanista. (PEREIRA, 1998)

⁶⁰ PEREIRA, (1996a) e (1996b) .

urbanos mais desenvolvidos, sem que a periferia fosse desvelada, Vítor é um flâneur ufanista. Walter Benjamin⁶¹ reserva o termo francês, “*flâneur*”, para designar aquele que passeia pelo espaço da cidade moderna, que é um observador da cidade e que entretanto, ora se coloca como um crítico envolvido com os problemas da cidade, ora está alienado a ela (BENJAMIN, 2010). Benjamin inspirou-se em Baudelaire e compartilhava das concepções do poeta:

A rua se torna moradia para o *flâneur* que, entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de paredes tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; (...) bancas de jornais são bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente (...). (BENJAMIN, 1994, P. 35)

O *flâneur* percorre a cidade em busca de “sensações sempre novas”. Ele tem sua origem no “olhar do observador parado, sentado num café, registrando as imagens dos transeuntes” (BOLLE, 1994). Esse cidadão se coloca como um colecionador de sensações da grande cidade. Captando os fragmentos urbanos, ele personifica o sonhador na cidade moderna.

2.1 “PELO PARANÁ MAIOR” – AS REPRESENTAÇÕES DAS CIDADES DE CURITIBA, PONTA GROSSA E PARANAGUÁ, SEGUNDO OS DOCUMENTÁRIOS DO INÍCIO DO SÉCULO XX

No início da República, em 1889, quando o Paraná contava não mais que três décadas da emancipação de São Paulo, as cidades paranaenses ainda estavam em construção. Nesse período, o Paraná era uma região eminentemente agrária, conforme salienta Magnus Pereira (1996). Além da exploração do mate, as atividades econômicas se configuravam quase que exclusivamente na agricultura de subsistência e uma forma de pecuária voltada para o comércio de passagem. O quadro urbano regional era constituído de núcleos modestos, onde se concentravam um pequeno comércio varejista e alguns artesãos (PEREIRA, 1996, p. 10).

⁶¹ Os estudos de Walter Benjamin sobre o flâneur estão direcionados para entender Paris do século XIX, a partir das obras de Charles Baudelaire e Edgar Allan Poe.

Essa situação reflete um progressivo, ainda que incipiente processo de urbanização do estado. No século XVIII, a economia paranaense vivia basicamente da pecuária. Nesse período se disseminaram pelo Paraná pequenos núcleos rurais autárquicos nos quais as cidades pouco importavam. Em viagem ao Brasil, o médico alemão Avé-Lallemant, em meados do século XIX, descrevia o progressivo desenvolvimento dos núcleos urbanos paranaense. A crescente economia ervateira no Paraná contribuiu diretamente no processo de urbanização, já que a dinâmica das unidades produtoras de erva-mate concentrava-se preferencialmente nas cidades e seus arrabaldes. Os engenhos, instalados nas cidades - como Curitiba, Morretes e Antonina, por exemplo - provocaram rapidamente a urbanização de seu entorno, impulsionando atividades comerciais indiretamente ligadas à indústria. (PEREIRA, 1996).

Apesar da emancipação política do Paraná em 1853, o panorama era ainda precário nas principais cidades do estado. Quando Avé-Lallemant, visitou o Paraná em 1858, encontrou cidades “pequenas, coloniais e pobres (...), mas com brilhante futuro”:

Com plena intenção de usar dessa indulgencia sempre como norma, chegara eu a cidade capital de Curitiba. Por isso talvez é que me surpreendeu muito agradavelmente a cidade de uns 5.000 habitantes. Naturalmente nela nada se encontra de grande ou grandioso. Em tudo, nas ruas e casas e mesmo nos homens, se reconhece uma dupla natureza. Uma da velha Curitiba, quando ainda não era a capital de uma Província, mas um modesto lugar central, a Quinta comarca de São Paulo. Aí se vêem ruas não calçadas, casas de madeira e toda a espécie de desmazelos, cantos sujos e pragas desordenadas, ao lado das quais há muita coisa em ruína e não se pode deixar de reconhecer evidente decadência e atraso. Na segunda natureza, ao contrario, expressa-se decisiva regeneração (...) (AVÉ-LALLEMANT, 1995, p. 62).

Após a emancipação do estado, as mudanças econômicas e sociais vão ocorrer lentamente. Com uma política imigratória vão surgir desdobramentos significativos para as modificações arquitetônicas e urbanísticas do Paraná. Em Curitiba, Castro, Rio Negro, Ponta Grossa, Paranaguá e Morretes disseminaram construções inspiradas nas técnicas e estilo da arquitetura europeia (TRINDADE, 2001). No início do século XX, o Paraná apresentava-se como um estado com fronteiras recém-definidas, com mais de dois terços de seu território marcado por um

vazio demográfico. Sua ocupação inicia-se com a chegada de milhares de imigrantes europeus de diversas etnias⁶².

Retomando os estudos de Pereira (1996), a elite comercial regional conseguiu, a partir do domínio do mercado de exportação transformar os processos de produção do mate numa indústria tecnicamente avançada, de acordo com os padrões mundiais da época. Ainda para o autor, a pecuária e o tropeirismo dos Campos Gerais⁶³ também configuraram um mercado importante para a consolidação da região como um centro econômico importante.

A dinâmica social, econômica, política e cultural das cidades aumentavam com a expansão da estrada de ferro (Paranaguá-Curitiba-Ponta Grossa). Em 1908, o “trem de ferro” vencida a concorrência com as rodovias carroçáveis. Finalmente o Paraná tinha acesso a um dos meios de transporte mais eficazes, de rápida escoação da produção erva-mateira. Em 1885, finalmente com a inauguração da estrada de ferro no trecho Paranaguá-Curitiba, os paranaenses tiveram a representação da modernidade inscrita no trem.

No filme “O que é o Paraná⁶⁴”, uma série de cenas é dedica a percorrer a viagem de trem de Curitiba até Paranaguá. As legendas enaltecem as belezas naturais e a grande obra de engenharia realizada no estado:

Muito propositadamente reunimos nesta parte, as belezas naturais e as vias de comunicação porquanto são assumptos estes que se entrelaçam e confundem nas mesmas cinegrafias. (...) Dir-se-á que viajar o Paraná é ir de encontro á paisagem que encanta, domina, enleva (...) Passa por uma serie de viadutos de arrojada concepção (BOTELHO FILM, O QUE É O PARANÁ, 1929)

Nesse percurso de trem o documentário ressalta a monumentalidade da obra, cujo ápice é a ponte que se destaca na mata atlântica. A imagem contrasta a beleza natural com a arrojada tecnologia da obra de engenharia. As cenas sugerem uma harmonia entre natureza e tecnologia. Os passageiros aparecem satisfeitos

⁶² Sobre a ocupação do território paranaense ver o trabalho Westphalen et alli. (1981).

⁶³ Nomeia-se *Campos Gerais* a região que circunscrevia o local de passagem, durante o final do século XIX, dos tropeiros que vinham de São Paulo e cruzavam o Paraná em direção ao Rio Grande do sul para comercializar a produção agropecuária. Nessa região se situa hoje a cidade de Ponta Grossa. (PEREIRA, 1996, p. 11)

⁶⁴ BOTELHO FILM. *O que é o Paraná: vias de comunicação belezas naturaes*. Rio de Janeiro: Botelho Film, 1929 (Documentário).

com o que veem e o cinegrafista não deixa de registrar a imagem dos curiosos que acenam para sua câmera, conforme representação da imagem abaixo.



FIGURA 8 - TREM SOBRE A PONTE PARANAGUÁ-CURITIBA.
FONTE: BOTELHO FILM, QUE É O PARANÁ, 1929.

É importante destacar que o trem facilitou a ocupação do interior do estado, inclusive favorecendo o surgimento de novas cidades. O mapa 01 representa o Paraná de 1924, segundo o Instituto de Terras Cartográficas e Geociência⁶⁵. Esse registro mostra as distâncias entre as localidades ligadas pelas estradas de ferro ou de rodagem. Neste período o Paraná contava com apenas vinte e uma cidades, sendo que as demais concentrações populacionais eram consideradas vilas ou povoados. Observam-se grandes áreas despovoadas, principalmente na região oeste e sudoeste do estado. Segue o mapa do Paraná de 1924, com a localização das cidades aqui analisadas.

⁶⁵ Mapa disponível em: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_iap.htm, acesso em 27/08/2011.

Retomando a escolha das cidades, o relatório do Inspetor de ensino Cesar Prieto Martinez, no ano 1923, apresentou a justificativa do governo para a localização das Escolas Normais:

Considerando ainda que uma Escola Normal na capital é insuficiente, pois que do interior dificilmente se encaminham candidatos; e mais ainda que os professores aqui formados não deixam a capital, preferindo permanecer na expectativa de uma colocação no centro, ou desistindo, em busca de outro rumo; ficando, como consequência, sem professores a zona afastada do litoral e do interior, servida exclusivamente por pessoal leigo, com graves prejuízos para o ensino, alvitrei a criação de mais duas escolas: uma em Ponta Grossa e outra em Paranaguá. (p. 24)

A primeira, situada num grande centro para onde convergem os negócios de cinco importantes municípios (Tibagi, Ipiranga, Imbituba, Prudentópolis e Guarapuava) dos chamados Campos Gerais, tendo próximos os municípios de Castro, Entre Rios, Teixeira Soares, Irati, Malet, Roxo-Roiz e União da Vitória, servindo por estrada de ferro, pode fornecer a zona mais futura do estado os professores de que já necessita e de que virá a precisar. A segunda, centro de toda a faixa litorânea, servirá uma zona muito povoada e que mais exige o concurso do normalista, em virtude das diversas doenças, próprias dos climas quentes e húmidos, das quais os seus moradores não se libertam, em virtude da sua ignorância. (PARANÁ, 1924, p.24-25)

Para o governo, estas três regiões, o litoral, a capital e os campos gerais estavam preparadas para desempenhar o “papel importantíssimo de formar professores” (PARANÁ, 1924). Ele também mostrou a preocupação com o aumento do número dos colégios de imigrantes. Justifica a capacidade de atender as regiões do interior do estado um “progresso espantoso de zonas férteis, já colonizados e por colonizar”. Martinez destacou:

(...) antes que o professor ou o colégio estrangeiro ai formem raízes com o intuito de zelar pela língua, usos e costumes dos países de origem, alimentando-lhes a chama do amor pátrio que trouxeram do berço. E si ahi se instalarem, que encontrem pela frente uma outra cruzada, mais legitima, que visa firmar o homem ao solo, adaptando-o a nacionalidade que lhe acenou com as suas riquezas e vantagens, de modo que os seus filhos sejam legítimos produtores do meio em que se formarem, como a mesma língua e as mesmas ideias de que resultou a formação de uma nacionalidade desdobrada na maior porção da América do Sul, e cujo futuro, em dias próximos, corresponderá a grandeza do seu território. (PARANÁ, 1924, p. 25)

Tudo indica que a escolha da cidade de Ponta Grossa para uma escola de formação do professor foi motivada sobretudo pela avaliação de que, isso facilitava o controle das escolas estrangeiras que surgiam nas vilas, além de favorecer também a expansão da colonização do estado. A Escola Normal de Paranaguá “destinada a formar educadores para os filhos do litoral” teve a tarefa assim descrita pelo inspetor:

(...) terá a missão, de reerguer o nosso caboclo, ensinando-o a defender-se e curar-se das doenças que o aniquilam roubando-lhe a coragem para o trabalho, e armando-o de conhecimentos para melhores proveitos tirar de rendosa indústria da pesca e da lavoura que ai são tão promissoras, mas que permanecem incipientes, com grave prejuízo para a nossa fortuna publica e privada. (PARANÁ, 1924, p. 26)

Acreditava-se que o professor iria “sanear o litoral” e “abrasileirar os colonos”. Na visão do inspetor do ensino, uma cidade com problemas poderia ser “curada” através da educação. O saneamento e o embelezamento da cidade era um discurso presente e os professores deveriam disseminar aos seus alunos conhecimentos sobre higiene para que fossem sanados os problemas da cidade. As teses do Congresso Brasileiro de Higiene de 1923 defendiam a importância do papel do professor na educação sanitária:

Se o estado tal fizer, muito contribuirá para o saneamento da cidade onde se puserem em prática os meios acima indicados, pois as condições de higiênicas de uma população dependem em extremo das habitações ocupadas pelas classes pobres. É para elas que se devem voltar as atenções dos higienistas e dos governos que tem verdadeira solicitude pela saúde publica. As epidemias em geral não nascem e realizam suas grandes devastações nos palácios ricos e nas residências dos remediados. Seu nascedouro e seu campo de ação são as avenidas mal construídas, as estalagens, os cortiços e os barracões imundos e toscos que se multiplicaram com a elevação do aluguel da casa. (CONGRESSO DE HYGIENE, 1923, p. 46)

Com a reordenação urbana das cidades mais povoadas do Paraná foram priorizados um investimento maior na Capital, em Paranaguá e em Ponta Grossa. Um desses cuidados refere-se a salubridade e higiene, como um dos pontos fundamentais para a infraestrutura e a saúde publica (TRINDADE, 2001). Estas medidas impulsionavam o Paraná para um ritmo de desenvolvimento das grandes metrópoles nacionais e internacionais.

Todas as iniciativas se destinaram a construir uma sociedade capaz de absorver novas ideias. Essas iniciativas se constituíram basicamente na renovação da “medicina (normatizando o corpo), da educação (conformando as *mentalidades*) e da engenharia (organizando o espaço)” (1994, p. 13). Houve no Paraná, o que Herschmann e Pereira, afirmam sobre o repensar o moderno. Os autores entendem esse fenômeno como a construção de uma identidade nacional:

Enquanto na virada do século XIX para o XX a palavra de ordem é “civilizar”, isto é, ficar em pé de igualdade com a Europa no que se refere a cotidiano, instituições, econômicas, ideias liberais, etc., nos anos 30 a questão fundamental é realizar uma espécie de ajuste de contas entre o conjunto das ideias modernas e a realidade institucional do país, ou seja, adequar esta modernidade a uma quadro institucional possível (HERSCHMANN e PEREIRA, 1994, p.12).

O documentário “Pelo Paraná Maior”⁶⁶ mostra estas iniciativas. A divulgação da elite política paranaense propunha neste roteiro uma seleção de imagens que transmitiam a ideia de modernização e renovação do Paraná, com destaque para as realizações no campo da medicina, da engenharia e da educação.

Na área médica, para atender o “controle dos corpos”, uma sequência de cenas apresentava as instituições de isolamento construídas no governo de Caetano Munhoz da Rocha tais como: o Leprosário São Roque, na cidade de Piraquara, o Sanatório São Sebastião, na cidade da Lapa, com a finalidade de atender os tuberculosos, o Asilo São Vicente de Paula, para os idosos e as Escolas para Menores, para atender aos abandonados e delinquentes.

Quanto ao desenvolvimento das cidades, o documentário mostrava a “*organização do espaço*”, com destaque para Curitiba, exibida como uma cidade urbanizada e moderna. Além disso, a filmagem focou a construção de novos prédios públicos, e as imagens documentavam a ampliação de novas estradas.

Na área da educação, “conformando as mentalidades”, as imagens da infraestrutura escolar enalteciam o cotidiano dos grupos escolares e das Escolas Normais de Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa. Logo na primeira legenda do filme, as imagens ressaltavam o símbolo de modernização construído pelo estado:

⁶⁶ BOTELHO, A. *Pelo Paraná Maior*. Rio de Janeiro: Botelho Filme. 1927 (17' 29"): mudo: p&b. Intertítulos em português. (Cinejornal silencioso).

Botelho Film, empresa nacional, cujas diretrizes de exaltação da terra e do homem brasileiros se evidenciam na divulgação entusiasta de quanto se faz de bom e de grandioso na imensidade da pátria brasileira, volve, hoje, decorridos 6 anos sobre a satisfação que experimentou de mostrar o Estado do Paraná ao Brasil e ao mundo, (...)

Suas objetivas para novos aspectos desse trabalho fecundo e vertiginoso, que no interregno de um lustro, tanto de novo produzido. (BOTELHO FILMES, PELO PARANÁ MAIOR, 1927)

Os marcos de referências arquitetônicas foram valorizados pelos documentários e tiveram a intenção de transmitir uma imagem de credibilidade e solidez, sugeridas pelas representações edificadas. Antes as igrejas e conventos simbolizavam a força que regia a vida na cidade colonial. Segundo Wolff (2011) no período republicano, os novos marcos da cidade passam a ser representados pelos edifícios destinados à saúde, ao saneamento urbano, e principalmente ao ensino público.

A construção de uma identidade paranaense foi fortalecida com o chamado movimento Paranista⁶⁷, com a participação de intelectuais, artistas, escritores e políticos⁶⁸, em meados da década de 1920. Por meio de expressões artísticas como pintura, escultura, fotografia e literatura, divulgaram e construíram um referencial cultural que correspondia a um estado que queria se fazer moderno. Romário Martins⁶⁹ foi um dos intelectuais desse movimento. De acordo com ele:

Paranista é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense. Esta é a acepção em que o neologismo, si é que é neologismo, é tido esse nobre movimento de ideias e iniciativas contidas no Programa Geral do Centro Paranista... Paranista é aquele que em terras do Paraná lavrou um campo, cadeou uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compôs uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou a bondade, iluminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore. (MARTINS, 1946, p.91)

⁶⁷ Muitos trabalhos foram desenvolvidos para discutir sobre o movimento *paranista* como: PEREIRA, (1998), TRINDADE, (1997).

⁶⁸ Intelectuais como Euclides Bandeira, Dario Vellozo, Rodrigo Júnior, Theodoro de Bona, João Turim, João Zaco Paraná, João Ghelfi e Lange de Morretes.

⁶⁹ Romário Martins (1874 -1948) escreveu artigos e livros, com o propósito de enaltecer o Paraná, sua origem, as lendas indígenas, as riquezas naturais. Construiu símbolos representativos da memória coletiva que identificavam e diferenciavam o Paraná dos demais estados brasileiro.

No artigo “Paranística” o autor define o paranismo, como busca de uma tradição local⁷⁰ ligada à literatura, à fotografia, à arte e ao progresso urbano, como uma cultura genuinamente paranaense.

Ao analisar “o paranismo”, os estudos de Pereira destacam que o movimento introduziu uma nova maneira de pensar o Paraná, tendo por finalidade formar uma identidade paranaense “impregnada pelas ideias de ordem e progresso, trabalho e justiça” (PEREIRA, 1996, p. 85), contribuindo para inculcar nos cidadãos a crença de que estavam preparados para enfrentar o futuro. Os literatos estavam preocupados em divulgar uma história do Paraná com ênfase nas lendas indígenas e em valorizar o passado heroico dos seus personagens históricos. A revista “Ilustração Paranaense”⁷¹, que tinha como diretor, o fotógrafo e jornalista João Batista Groff foi um meio de comunicação para registrar através das fotografias das paisagens exuberantes, a terra fértil, o processo de desenvolvimento urbano e as atividades culturais do Paraná.

Na arte buscou-se divulgar os temas locais da flora, fauna, o que se evidencia nas obras dos pintores e escultores do período. Estiveram presentes nessas representações artísticas os elementos como: o café, a erva-mate, a gralha azul e os índios da região⁷². A representação do pinhão, semente do pinheiro, tornou-se um símbolo do estado do Paraná, representado pelo desenho do pinhão foi utilizado como elemento decorativo, moveis, em capitéis e adornos arquitetônicos. O escultor João Turin⁷³ elaborou projetos arquitetônicos com desenhos de capitéis com elementos do pinheiro, mantendo diálogo com os estilos e as linguagens dos movimentos artísticos europeus, ainda que de maneira bastante simplificada. Em 1928, a revista “Ilustração Paranaense”, traz um artigo intitulado

⁷⁰ No livro “A Invenção das Tradições”, Eric Hobsbawm toma o estudo das tradições como um caminho para esclarecer as relações humanas com o passado. Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implicam automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (Hobsbawm, p. 9, 2008)

⁷¹ A revista “Ilustração Paranaense” (1927-1930) serviu como a principal maneira de divulgar os ideais paranistas da época.

⁷² Estas características podem ser observadas na escultura de Zaco Paraná, “O semeador”, no quadro “A Natureza” de Frederico Lange de Morretes, no baixo relevo “Fundação de Curitiba”, de João Turin dentre outras publicadas na revista Ilustração Paranaense.

⁷³ João Turin vai ser autor da maior parte dos desenhos publicados na revista Ilustração Paranaense.

“Em busca de uma arquitetura paranaense”. Em 1928, João Turin cria a “Ordem Paranaense”. Para Dudeque o pinheiro foi simplificado, a “*coluna paranaense* não deveria ser excessivamente esbelta e nem teria entablamentos, pois o tronco do pinheiro brota diretamente do solo. O capitel seria formado por pinha e pinhões incrustados, que também poderiam se espalhar em guirlandas”. (DUDEQUE, 2001, p. 62).

No espaço urbano a influência do movimento paranista, pode ser observada em algumas praças (Praça Osório, Praça do Expedicionário) e ruas (Rua Comendador Araújo) da cidade de Curitiba. Estas foram elaboradas com um tipo de trabalho chamado *Petit pavê*⁷⁴, formando desenhos com os símbolos tão divulgados na época, o pinheiro, rosáceas de pinhão e motivos indígenas⁷⁵.

O pensamento paranista se propagou em todas as cidades do Paraná, por meio de livros, revistas, artigos de jornais, fotografias e documentários que facilitaram a elaboração e divulgação de uma identidade regional. A escola pública foi um local privilegiado para consolidar o projeto paranista, e todas estas mudanças vão influenciar também nas construções dos edifícios escolares.

Outras discussões importantes sobre a cidade e a localização urbana da escola foram de grande importância dentro deste contexto. Segundo estudos de Vinão Frago e Escolano (1998), sobre o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna⁷⁶, em 1933, recomendava a localização das escolas entre as grandes vias de comunicação, também como elemento dominante sobre as demais construções próximas. Deste modo, o edifício escolar atuaria como símbolo de um esforço de uma comunidade em favor da cultura. Os autores destacam que:

⁷⁴ O petit pavé surgiu em Portugal, no século XIX, e veio para o Brasil no começo do século XX, quando vários artistas do velho continente vieram para as ex-colônias de Portugal.

⁷⁵ Ver o trabalho de VASCONCELOS, Lúcia Torres de Moraes. Calçadas de Curitiba: preservar é preciso. Curitiba: Ed. do autor, 2006. p.29-38.

⁷⁶ O IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna ocorreu em Atenas na Grécia em 1933. Neste momento foi publicado um documento chamado “Carta de Atenas”. A Carta trata de um manifesto urbanístico que chamada Cidade Funcional, preconiza a separação das áreas residenciais, de lazer e de trabalho, propondo, em lugar do caráter e da densidade das cidades tradicionais, uma cidade-jardim, na qual os edifícios se desenvolvem em altura e localizam em áreas verdes, por esse motivo, pouco densas. Tais preceitos influenciaram o desenvolvimento das cidades europeias após a Segunda Guerra Mundial e a criação do Plano Piloto de Brasília por Lúcio Costa.

A localização da escola é por si mesma uma variável decisiva do programa cultural e pedagógico comportado pelo espaço e pela arquitetura escolares. (...) De modo definitivo, o urbanismo e a arquitetura ofereceriam assim uma completa cobertura para alcançar as finalidades da educação, passando a ser parte do programa pedagógico. (...) A partir dessa localização nuclear, a escola projetaria seu exemplo e influência geral sobre toda a sociedade, como um edifício estrategicamente situado e dotado de uma inteligência invisível que informaria culturalmente o meio humano-social que o rodeia. (VINÃO; ESCOLANO, 1998, p. 32)

Os congressos sobre higiene do início do século também reforçam os cuidados com a localização das escolas. Chamam atenção especial para seu entorno, sublinhando a necessidade da construção de prédios escolares em locais que preservem a higiene física e moral. A decisão a respeito da localização ideal das escolas, segundo o historiador Antonio Viñao, é um problema que deve ser resolvido tendo-se em consideração dois fatores:

(...) necessidade de que a instituição escolar se localizasse em um edifício próprio, construído para tal fim; o outro seria o crescimento das cidades e as intenções de regularizar este crescimento mediante o planejamento urbanístico (VINÃO, 1998, p.81).

A relação com “lugares perniciosos” constituiu-se num repertório de discursos sobre a moralidade e a saúde. Defendia-se a construção de escolas longe de tabernas, cemitérios, hospitais, quartéis, depósitos de esterco, casas de espetáculos, prisões, praças de touros, casas de jogo, bordéis, etc. (VINÃO, 1998, p. 83). O lugar salubre deveria, ainda, prever a segurança das crianças e atender à “missão social e educadora” da escola (VINÃO, 1998).

No texto de Fernando de Azevedo, “Novos Caminhos e Novos Fins” (1931), no item “A nova política de edificações escolares” traz a sua visão sobre os problemas dos prédios e as instalações escolares. As construções e projetos ainda estavam muito prejudicados, tanto as Escolas Normais quanto para as escolas primárias. Azevedo destaca que todo o projeto para o prédio escolar deve considerar principalmente dois itens: as condições de higiene e a prática pedagógica. O autor não deixa de fora a importância da localização das escolas:

(...) a necessidade primordial de serem localizadas dentro de parques ou praças ajardinadas, ou ao menos em terrenos amplos (com dimensões mínimas de 60 por 80m), em que possam ficar inteiramente “isoladas”, com

espaços, em torno, para jardins e áreas arborizadas. Escolas a que faltam pátios de recreio e jogos, e ginástica ou pavilhão de ginástica, não merecem este nome. (AZEVEDO, 1931, p. 229)

A localização da escola fazia parte da educação e do aprendizado do aluno. Era uma das condições principais para que os edifícios escolares pudesse transmitir a lição de higiene na escola e também na cidade. Um local “calmo, agradável, e pitoresco” (idem), como o próprio Azevedo destaca, deve ser pesado para que se pudessem desenvolver as atividades do aluno.

Os locais escolhidos para a implantação das Escolas Normais também foram minuciosamente planejados. Na cidade de Curitiba a localização e a situação da Escola Normal tinham que fortalecer ainda mais a formação de professores. Em Ponta Grossa, com o auxílio da estrada de ferro, o estado do Paraná expandia-se para o interior, e isso tornava urgente a construção de escolas. Já no litoral a urgência estava no controle da proliferação de doenças.

As cidades de Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa, nas suas contradições e contrastes, serão apresentadas em seus fragmentos, uma maneira de proporcionar um retrato urbano.

2.1.1 Curitiba - A Terra do Futuro

As cenas do filme “Cidades do Paraná”⁷⁷ destacam uma vista panorâmica da cidade de Curitiba na década de 1930. A composição cênica do autor do documentário, representada por um homem e uma criança sentados à sombra de uma árvore, misturam-se à dinâmica da movimentação da cidade. Vários elementos da modernidade podem ser observados na tomada de uma das cenas: as avenidas amplas e pavimentadas, dotadas de iluminação elétrica e arborização, o transporte do bonde elétrico e os carros, enfim, elementos que compõem a arquitetura dos edifícios e o vai-e-vem das pessoas.

⁷⁷ O filme “Cidade do Paraná” foi realizado por João Baptista Groff (1898-1970), durante a década de 1930. Contratado para divulgar as cidades que tinham uma agência da Caixa Econômica Federal, retrata o interior do estado, seus aspectos econômicos e seus pontos turísticos (Cinemateca de Curitiba) (GROFF, 1936) GROFF, J. B. *Cidades do Paraná*. Curitiba: Groff Film, 1936, (31'34''): mudo: p&b. Intertítulos em português. (Cinejornal silencioso).

Congelando uma cena do filme, no canto inferior direito, o transporte de tração animal que ainda circulava pela cidade, mostrando resquícios do século XIX. Essa cena é um retrato de cidade que exhibe indícios de modernização, mas convive com o antigo. No filme o autor usa o recurso do corte no momento em que a carroça começa a tomar conta da imagem, o que sugere sua intenção de ocultar os traços arcaicos da cidade, privilegiando as imagens dos carros e dos bondes que circulavam.



FIGURA 9 - CENA DO CENTRO DA CIDADE DE CURITIBA.
FONTE: GROFF FILM, "CIDADES DO PARANÁ", 1936.

O olhar do cinegrafista nas cenas do filme "Cidades do Paraná", privilegiava a vista de uma cidade desenvolvida. Na primeira imagem, uma tomada aérea apresenta a cidade Curitiba destaca-se no canto inferior direito a Praça Santos Andrade e, as avenidas amplas de seu entorno, com destaque para o prédio da Universidade do Paraná⁷⁸.

⁷⁸ No dia 19 de dezembro de 1912, Victor Ferreira do Amaral e Silva liderou a criação efetiva da Universidade do Paraná. Era uma época próspera da economia paranaense, devido à abundante produção e ao frutífero comércio da erva-mate. "O dia 19 de dezembro representava a emancipação política do estado e deveria também representar sua emancipação intelectual", proclamou Victor Ferreira do Amaral. Após ter fundado a Universidade do Paraná, Victor Ferreira do Amaral – que foi também seu primeiro reitor – fez empréstimos e iniciou a construção do Prédio Central, na Praça Santos Andrade, em terreno doado pela prefeitura. (BURMESTER, 2002)

VISTA AÉREA PRAÇA SANTOS ANDRADE –
UNIVERSIDADE DO PARANÁ



PRAÇA GENEROSO MARQUES – PAÇO MUNICIPAL



AO FUNDO A CATEDRAL DE CURITIBA



GINÁSIO PARANAENSE



FIGURA 10 - CENAS DA CIDADE DE CURITIBA, DÉCADA DE 1930.
FONTE: GROFF, “CIDADES DO PARANÁ”, 1936.

As demais cenas valorizavam os chamados marcos referenciais da cidade, como a Catedral (nº 1), a Prefeitura (nº 2), o comércio e as instituições educacionais (Ginásio Paranaense). Esses conjuntos de imagens apresentam a cidade de Curitiba na década de 1930. Aldo Rossi, em “A arquitetura da cidade”, analisa a construção da cidade no tempo:

(...) a arquitetura é cena fixa das vicissitudes do homem, carregada de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de fatos novos e antigos. O elemento coletivo e o elemento privado, sociedade e indivíduo, contrapõem-se e confundem-se na cidade, que é feita de inúmeros pequenos seres que procuram uma acomodação e, junto a ela, formando um todo com ela, um seu pequeno ambiente mais adequado ao ambiente geral. (ROSSI, 2005, p. 17).

Sua representação e fortalecimento como capital do Paraná foram diretamente valorizados, pois era necessário deixar claro o papel de uma das cidades mais importantes do país. Apesar da sua elevação à condição de capital da província, em 1853, as modificações foram lentas até a década de 1870. Em 1897, a população do distrito somava aproximadamente 10.500 habitantes. A descrição feita pelo botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, que veio ao Brasil em 1816, evidencia uma cidade ainda tímida, de forma quase circular, com duzentas e vinte casas pequenas cobertas de telhas, quase todas de pedra e com apenas um pavimento. Na época, Curitiba era uma cidade pacata, tão deserta no meio da semana quanto a maioria das vilas do interior do Brasil: "(...) como em muitos outros lugares, quase todos os seus habitantes são agricultores que só vêm à cidade nos domingos e dias santos, trazidos pelo dever do ofício divino." (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 107)

Segundo Nelson Rosário de Souza (1999), a nova condição de capital da província propiciou a instalação de um corpo de funcionários, assim como a expansão das atividades econômicas ligadas ao mate e ao tropeirismo gerou um desenvolvimento do comércio. A esses dois fatores soma-se um terceiro que contribuiu para as primeiras mudanças significativas no cenário curitibano. Trata-se da imigração europeia, que teve início por volta de 1870.⁷⁹

Nesse contexto, têm início as maiores intervenções no espaço urbano de Curitiba, guiadas pelas concepções de técnicos estrangeiros, que chegaram a realizar, segundo Irã Dudeque "o sonho da elite curitibana": a meta de construir uma estrada de ferro que ligasse Curitiba ao litoral e possibilitasse a exportação do mate, da madeira e do couro. (DUDEQUE, 1995)⁸⁰.

Dudeque, afirma que, com a construção da estação ferroviária, especialmente após a inauguração, em 1885, a cidade foi dividida em duas partes. A estação como ponto focal, na Rua Liberdade (atual Rua Barão do Rio Branco), poderia significar, para a elite, o futuro do progresso econômico e social. Assim, a estação e a linha férrea formaram uma fronteira, não entre a cidade e o nada, mas

⁷⁹ Principalmente na região norte da cidade, em antigos quarteirões (Pilarzinho, Ahú, Mercês, Bacacheri) e em colônias criadas especialmente para abrigá-los (Abranches, Santa Cândida, Dantas, Orleans e Santa Felicidade). (SOUZA 1999)

⁸⁰ Para maior aprofundamento sobre as intervenções na cidade de Curitiba no final do século XIX, ver DUDEQUE, (1995).

entre a cidade ordenada com terrenos regulamentados, limpos de tudo o que poderia se afigurar indesejável e aptos à valorização e negociação no mercado, e o outro lado da via férrea, reservado aos que não poderiam participar do sonho de progresso.

O impacto causado pela construção da estrada de ferro proporcionou a Curitiba e ao bairro (Atual bairro Rebouças) uma revitalização tanto nas moradias quanto no comércio. A área valorizou-se e, em menos de 10 anos, a transformação foi visível. Com o crescimento populacional teve início o processo de hierarquização da cidade, representado pela divisão dos locais de moradia conforme a classe social.⁸¹

A dinâmica imposta pelo transporte ferroviário e a importância de uma Estação Ferroviária nas cidades impulsionaram a expansão da área urbanizada, consolidando novos bairros próximos ao centro e seu entorno. Essas mudanças na configuração urbana se evidenciam nas praças, no arruamento e nas edificações ligadas ao comércio.

A cidade crescia e as regiões se diversificavam; com isso, os primeiros sobrados e palacetes se sobressaíam na paisagem urbana, destacando-se em relação às construções mais simples (BONI, 1985). Para Boni, a elite não estava satisfeita apenas em diferenciar suas residências, ela demandava também um espaço privado que possibilitasse a convivência entre iguais, resguardado dos riscos e malefícios que a vida urbana começava a apresentar (BONI, 1985, p. 32). Os barões do mate e os senhores do tropeirismo olhavam à sua volta e visualizam seus palacetes num “lugar alto, arejado, puro, reservado, distante o suficiente para marcar uma diferença, porém, de uma proximidade que permitisse a continuidade do seu controle sobre o conjunto da cidade” (SOUZA, 1999, p. 14).

Uma das regiões que satisfizeram essas exigências foi o Alto da Glória⁸², que, contudo, apresentava o inconveniente de ter seu acesso bloqueado por uma barreira natural, o charco que margeava o rio Belém. Esse inconveniente foi solucionado em 1885, graças a uma nova intervenção urbana ocorreu na cidade, a saber, a construção do “Passeio Público”, que permitiu a drenagem do Rio Belém, que tinha parte de sua extensão na área do parque. A construção do parque foi

⁸¹ O estudo do desenvolvimento urbano da cidade de Curitiba pode ser visto em: SOUZA (1999).

⁸² Nesse bairro foi construído o Colégio Estadual do Paraná, na década de 1940.

celebrada pelo discurso de que, afinal, uma cidade que aspirava modernidade não poderia deixar de criar o seu primeiro parque da cidade (SOUZA, 1999, p. 14). Mesmo inacabado, o Passeio Público foi inaugurado em 2 de maio de 1886 (BOLETIM INFORMATIVO..., 2001). No ano seguinte, os bairros Alto da Glória e Batel foram ligados por uma linha de bonde de tração animal, numa conjugação do interesse privado com o saber técnico. (BOLETIM INFORMATIVO, 2001).

Essas transformações urbanas, a construção da estrada de ferro e a implantação do Passeio Público não solucionaram por completo os problemas que a elite dominante julgava enfrentar para a modernização, o progresso e a multiplicação de riqueza. Para Boni, esse ideal “esbarrava no ‘temor da peste’⁸³, que não escolhia vítimas, atacando tanto a população miserável quanto os ‘homens bons’” (BONI, 1985, p. 29), fazendo necessária a intervenção da administração pública na questão da salubridade, pois era preciso higienizar a cidade. Isso implicava em:

(...) drenar pântano, alinhar e calçar ruas, retificar cursos de rios, instalar água encanada e rede de esgoto, arborizar praças, prevenir focos potenciais de enfermidades onde estivessem (prédios, fábricas, cemitérios), adotar medidas preventivas, como vacinas e, principalmente, combater hábitos anti-higiênicos. Em suma, ordenar o espaço, disciplinar usos, controlar e regular hábitos. (BONI, 1985)

Segundo Souza, diante dos problemas do crescimento populacional, do desemprego, da criminalidade, das dificuldades de saúde pública e saneamento, instituiu-se em Curitiba um despotismo sanitário com instrumentos úteis à classificação, à discriminação e à distribuição dos agrupamentos no espaço urbano, conforme os interesses e necessidades do “progresso ordenado”. (SOUZA, 1999)

Essas mudanças favoreceram os cidadãos mais abastados dos bairros como o Alto da Glória e o Batel, numa forma de afastar as classes populares e construir um espaço, belo e saudável. A especulação imobiliária dessas áreas foi organizada por meio das legislações municipais, que hierarquizaram o uso do solo e determinaram a fronteira entre os espaços urbanos possíveis de se constituírem em reserva de valor.

⁸³ Neste momento a autora refere-se ao suto de gripe que atingiu não só a cidade de Curitiba, como todo o Paraná. O Governo suspendeu aulas nos institutos estaduais de ensino capital, cidades do litoral, medida preventiva contra influenza. (PARANÁ, 1918, p. 134)

Os estudos realizados por Dudeque sobre o período, nos quais é analisado o Código de Posturas da Câmara Municipal de Curitiba, promulgado em 1895,⁸⁴ explicitam as articulações para o controle do espaço urbano e as preocupações vigentes na época. O embelezamento da cidade, segundo o autor, representava de certa forma, um “desejo de auto-afirmação” da elite curitibana (DUDEQUE, 1995, p. 132). A legislação detalhou ainda, de maneira bastante tímida, as preocupações estéticas e higiênicas por meio de exigências quanto às dimensões das ruas e lotes, aos recuos, ao alinhamento dos prédios, ao tamanho de portas e janelas.⁸⁵ Os códigos e as leis subsequentes tiveram papel importante na transformação da propriedade e na definição do “status” do poder público e dos seus agentes técnicos.

Segundo BONI (1985), na passagem do século XIX para XX, Curitiba passou por um processo de “limpeza” e “moralização” que reordenou as regiões suburbanas, afastando mais a população pobre. Esta transferência não resolveu os problemas da carência de habitações populares. O grande fluxo de pessoas para a periferia, bem como a instalação dos bondes elétricos, valorizou o solo suburbano e elevou o preço dos aluguéis em algumas dessas regiões.⁸⁶

Em 1905, a Lei n. 149 de 10 de outubro, determinou que, no eixo formado pelas ruas da Liberdade (atual Barão do Rio Branco), XV de Novembro e Praça Tiradentes, estaria interditada, a partir daquela data, a construção de casas de

⁸⁴ CURITYBA. *Posturas da Câmara Municipal de Curityba decretadas pela Câmara Municipal em Sessão de 22 de novembro de 1895*. Curityba: Typ. Lith. Curitybana, 1897.

⁸⁵ A legislação voltava-se também para temas de importância para a vida urbana: limpeza da cidade e segurança pública; quadro urbano; higiene e salubridade; edifícios ruinosos; comércio; fábricas; oficinas e curtumes; casas de jogos e divertimentos públicos; cemitérios, etc. (CURITYBA, 1895).

⁸⁶ De acordo com Foucault (2000, p. 213) no final do século XVIII, os médicos eram, de certa forma, especialistas do espaço. Eles formulavam quatro problemas fundamentais: o das localizações (climas regionais, natureza dos solos, umidade e secura: sob o nome de “constituição”; eles estudavam essa combinação dos determinantes locais e das variações sazonais que favorece, em dado momento, determinado tipo de doença); o das coexistências (seja dos homens entre si: questão da densidade e da proximidade; seja dos homens e das coisas: questão das águas, dos esgotos, da ventilação; seja dos homens e dos animais: questão dos matadouros, dos estábulos; seja dos homens e dos mortos: questão dos cemitérios); o das moradias (habitat, urbanismo); e o dos deslocamentos (migrações dos homens, propagação das doenças). Eles foram, juntamente com os militares, os primeiros administradores do espaço coletivo. Mas os militares pensavam, sobretudo, no espaço das “campanhas” (portanto das passagens) e no das fortalezas; já os médicos voltavam suas preocupações para o espaço das moradias e das cidades (SOUZA, 1999).

madeira, sendo permitidas somente as construções em alvenaria,⁸⁷ com dois ou três pavimentos (BOLETIM INFORMATIVO, 1996). Assim, Curitiba dividiu-se em três regiões: as regiões do Alto da Glória e do Batel, reservadas às residências dos Barões do Mate; a região dos bairros Rebouças e Portão, onde se concentravam as fábricas e moradias operárias; e a Rua da Liberdade, que sediava os edifícios onde funcionava a administração pública⁸⁸ (SUTIL, 1996).

No início do século XX, a cidade crescia a olhos vistos. Diariamente, novas construções tinham início nas ruas do centro, requintados palacetes eram erguidos, valorizando áreas de antigas chácaras, e loteamentos ampliavam os limites do quadro urbano. A foto a seguir apresenta a cidade de Curitiba nas décadas iniciais do século XX vista a partir da Catedral⁸⁹ em direção ao lado sul da cidade. A região descampada no canto superior direito é a atual Praça Rui Barbosa.



FIGURA 11 - VISTA DA CIDADE DE CURITIBA, INÍCIO DO SÉCULO XX
 FONTE: ACERVO CASA DA MEMÓRIA DE CURITIBA

A cidade de Curitiba comportou um significativo crescimento de construções no quadro urbano, de ruas pavimentadas e praças e largos arborizados. Ao caminhar pela cidade, no início do século XX, Nestor Vítor descreveu os edifícios de destaque com prédios como o da Santa Casa de Misericórdia (nº 22) e do Quartel de Artilharia (nº 21), na Praça Rui Barbosa. Segundo Vítor estes locais antes solitários em meados do século XX, já estavam no centro de uma “densa população”; e as ruas, largas e bonitas, outrora pantanosas e cobertas de mato, principalmente para

⁸⁷ A casa de alvenaria custava cerca de quatro a cinco vezes mais do que uma de madeira. Vale acrescentar que ainda não existia mão-de-obra abundante e qualificada para a construção em alvenaria e até o cimento precisava ser trazido de outras regiões do país (SUTIL, 1996).

⁸⁸ CURITIBA. Leis, Decretos da Câmara Municipal de Curitiba 1897 a 1906. Curitiba, Typ. d’A República, 1910.

⁸⁹ Ver mapa da cidade de Curitiba.

os lados da Estação Ferroviária, estavam quase completamente ladeadas por edifícios. (VÍTOR, 1996)

A cidade ampliava-se especialmente nas proximidades da Estação Ferroviária (nº 29), onde são edificadas a Câmara Municipal e o terminal ferroviário. Coroando simetricamente o final da Rua da Liberdade, o terminal delimitou um espaço de representação para a Curitiba do final do século XIX. O prédio da Estação não foi esquecido nas filmagens dos documentários. A imagem da figura 09 dá visibilidade as vias circulação e da edificação da estação, transformada em um dos marcos da cidade, como um símbolo da chegada do progresso pela estrada de ferro.⁹⁰



FIGURA 12 - ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CURITIBA, DÉCADA DE 1930.
FONTE: GROFF, "CIDADES DO PARANÁ", 1936.

Para Nestor Vítor, a urbe de 1912, no dizer de cronista, agora "mais solene", tem muito pouco a ver com a bucólica vila de sua convivência anterior:

Olha como a cidade está mais solene Emiliano Pernetta dizia-me, na noite da chegada, da primeira vez, indicando os prédios de um lado e de outro, enquanto o carro atravessava, primeiro a rua da Liberdade, depois a Quinze de Novembro. (...)

Efetivamente, desde a estação, embora assim de soslaio, - como que por fantasia de caprichoso namorado, - eu vinha observando a notável mudança

⁹⁰ Tomando a Rua da Liberdade como eixo principal, o engenheiro Ernesto Guaita, na década de 1880, planejou para a região um plano com ruas perpendiculares que ficou conhecido como a "Nova Curitiba". (SUTIL, 1995).

que fizera a nossa Capital de dezessete anos para cá. (...) Vinha notando, entretanto, justamente, que Curitiba ganhava outro ar, outro porte, lembrando uma camponesa, nossa antiga conhecida, que encontramos depois de um certo tempo já com os donaires e a louçania de uma cidadã. (VÍTOR, 1996, p. 81)

O ápice do controle técnico da capital foi realizado entre 1912 e 1916, sob o comando do prefeito e engenheiro civil Cândido de Abreu, quando a prefeitura exerceu a reurbanização da cidade. A rede de transportes modernizava-se, com a chegada dos bondes elétricos. A ordem era “desapropriar, expulsar, prender, limpar a cidade de tudo aquilo e de todos aqueles que a tornavam feia, fétida, doente, perigosa, enfim, paralisada” (SUTIL, 1995). A estratégia atendeu aos interesses das elites, que usufruíram o seu poder de dominação sem grandes problemas até, os anos trinta do século XX. Entre seus projetos modernizadores, destacam-se a construção do Palácio Municipal (nº 2), o Mercado Provisório (nº 7), o calçamento e alinhamento de ruas, a canalização do Rio Ivo, a melhoria do Rio Belém, a reforma do Passeio Público (nº 5) (projeto do arquiteto francês Joseph Antine Boulevard)⁹¹, reforma de praças, a inauguração do bonde elétrico e a doação do terreno onde foi construído o prédio central da Universidade Federal do Paraná (nº 4). (BOLETIM INFORMATIVO, 2001)

Com o fim do mandato do prefeito Cândido de Abreu, em 1916, as transformações urbanas foram diminuindo, em parte devido ao impacto da Primeira Grande Guerra Mundial, 1914-1918, quando a economia brasileira sofreu abalos e a balança comercial passou a ficar cada vez mais dependente de acordos com os Estados Unidos. Os materiais básicos, especialmente os de construção civil, importados, tornaram-se proibitivos em função do seu alto preço.

Em Curitiba, o número de construções caiu sensivelmente devido às dificuldades econômicas (BOLETIM INFORMATIVO, 1996). Em 1919, o prefeito João Antônio Xavier sancionou uma reformulação no antigo Código de Posturas, Lei n.º 527. Um dos fatores que contribuíram para que novos artigos fossem inseridos nesse código deveu-se ao controle do comércio (higiene e localização), aos hotéis, às casas de pensão e aos internatos, em especial ao espaço destinado à produção

⁹¹ Segundo estudos realizados por Segawa (2000), o arquiteto francês Joseph Antonio Bouvard (1840-1920), trabalhou durante muitos anos como diretor dos Serviços de Arquitetura, Passeios, Viação e Plano de Paris. Em 1907 elaborou um projeto para o melhoramento da cidade de Buenos Aires e em 1911 foi convidado para participar dos debates sobre as alterações urbanísticas da cidade de São Paulo. (SEGAWA, 2000)

de leite. A maior diferença em relação às leis já existentes foi a regulamentação do tráfego de veículos, aí também, compreendidos os carros de tração animal. Uma série de normas, com as respectivas sinalizações, foram estabelecidas, relativas à circulação, ao estacionamento, ao limite de velocidade, ao registro do automóvel e à habilitação para dirigir, que também passou a constar das normas estipuladas pela câmara municipal (DIÁRIO OFICIAL, jan. 1919).

Outras mudanças trazidas pelo código de 1919 referem-se à melhor delimitação das zonas da cidade, mencionadas nas posturas anteriores, mas não explicitadas e ou detalhadas. O código determinava, em seus artigos, que:

Art. 1º – O território do Município se divide em três zonas: - urbana, suburbana e do rocio.

Art. 2º – Compreende a zona urbana os terrenos que estão situados nas ruas, praças e avenidas, dentro dos limites do quadro urbano da cidade e das povoações do Município.

Art. 3º – Compreende a zona suburbana a faixa de 1 quilômetro além dos limites do quadro urbano.

Art. 4º – Compreende o rocio a zona compreendida entre os limites suburbanos e os Municípios.

Art. 5º – Os limites do Quadro Urbano serão os fixados por lei e poderão por lei ser alterados.

Art. 6º – A cada uma das zonas do Município poderá ser aplicado um regime administrativo e fiscal especial. (DIÁRIO OFICIAL, 29 jan., 1919)

Assim, definia-se que a zona suburbana era a que estava situada na distância de um quilômetro da zona urbana e que o rocio era a área compreendida entre a zona suburbana e os limites do município. Essa regulamentação permitiu delimitar a cidade e controlar seus bairros de forma diferenciada. Do mesmo modo, iniciava-se a distribuição também das classes populacional, principalmente pela valorização dos seus terrenos.

Com relação às escolas, o código de posturas de 1919, não se ocupou concretamente das construções e da localização das instituições escolares no espaço urbano. Sobre a temática o código legislava que:

Art. 294 – A Municipalidade colaborará com o Estado no combate ao analfabetismo:

a) Mantendo e supervisionando, na medida de suas forças, escolas de ensino rudimentar e profissional, e escolas especiais para crianças anormais;

b) Auxiliando as Caixas escolares que se criaram no município;

- c) Criado prêmios escolares para alunos que se distinguirem pela bondade e pelo aproveitamento;
- d) Não admitindo nos serviços municipais nenhum analfabeto, mesmo para os cargos de categoria mais baixa. (DIÁRIO OFICIAL, 10 fev. 1919, p. 4)

A prefeitura se isentou de qualquer responsabilidade com respeito ao planejamento físico das escolas, embora pretendesse em colaboração com o estado, acabar com os índices elevados de analfabetos.

Na década de 1920, assumiu a prefeitura, por duas vezes consecutivas, o engenheiro civil Moreira Garcez⁹², que encontrou uma Curitiba em expansão, mas carente de organização. Suas iniciativas foram no sentido de direcionar o crescimento da cidade, o que ele conquistou principalmente com o alargamento das avenidas, Rua XV e Rua Marechal Floriano, que cortariam Curitiba⁹³. Durante a ordenação urbana e do novo planejamento que corrigiu traçados, regulou as construções, os pavimentos das ruas, o “embelezando” da cidade, promoveu a criação de praças e construções dedicadas à saúde pública e a novas instituições escolares.

Os principais edifícios públicos construídos na cidade de Curitiba, na década de 1920, foram a Escola Normal (1922) (nº 15), Coletoria da Capital (1926) (nº 11), Laboratório de Análises e Dispensário (1928) (nº 18), Hospital Oswaldo Cruz e Grupo Escolar Dom Pedro II (1928) (nº 35). As novas construções e o planejamento urbano se configuravam na maneira de civilizar e transformar a cidade. As reformulações foram embasadas pelos conceitos da medicina, engenharia e da educação. O mapa a seguir representa uma parte da planta da cidade de Curitiba, elaborada em 1927 e imagens dos prédios construídos na década de 1920.

⁹² Moreira Garcez foi prefeito da cidade de Curitiba 1920-1924 e 1924-1928. O prefeito investiu para fomentar o crescimento da região sul de Curitiba, planejando largas avenidas para aquele lado, numa área que ficou então conhecida como Cidade Nova. Foram criadas ou remodeladas diversas ruas e avenidas, como a Visconde de Guarapuava, a Sete de Setembro, a Silva Jardim, a Iguaçu e a Getúlio Vargas, bem como as suas transversais – a Alferes Poli, a 24 de Maio, a Dr. Pedrosa, a Buenos Aires, a Nunes Machado, a Lamenha Lins, a Brigadeiro Franco e a Desembargador Mota. Moreira Garcez ordenou, ainda, o acesso aos bairros, pavimentou diversos logradouros, reformou praças e mudou as feições do centro, principalmente a Rua XV de Novembro, alargada no trecho compreendido entre a Rua Dr. Muricy e a Avenida Luiz Xavier. A Rua XV foi a primeira via de Curitiba a receber pavimentação asfáltica (BOLETIM INFORMATIVO, 1996).

⁹³ O número de habitantes na cidade de Curitiba em 1920 era de 78.986



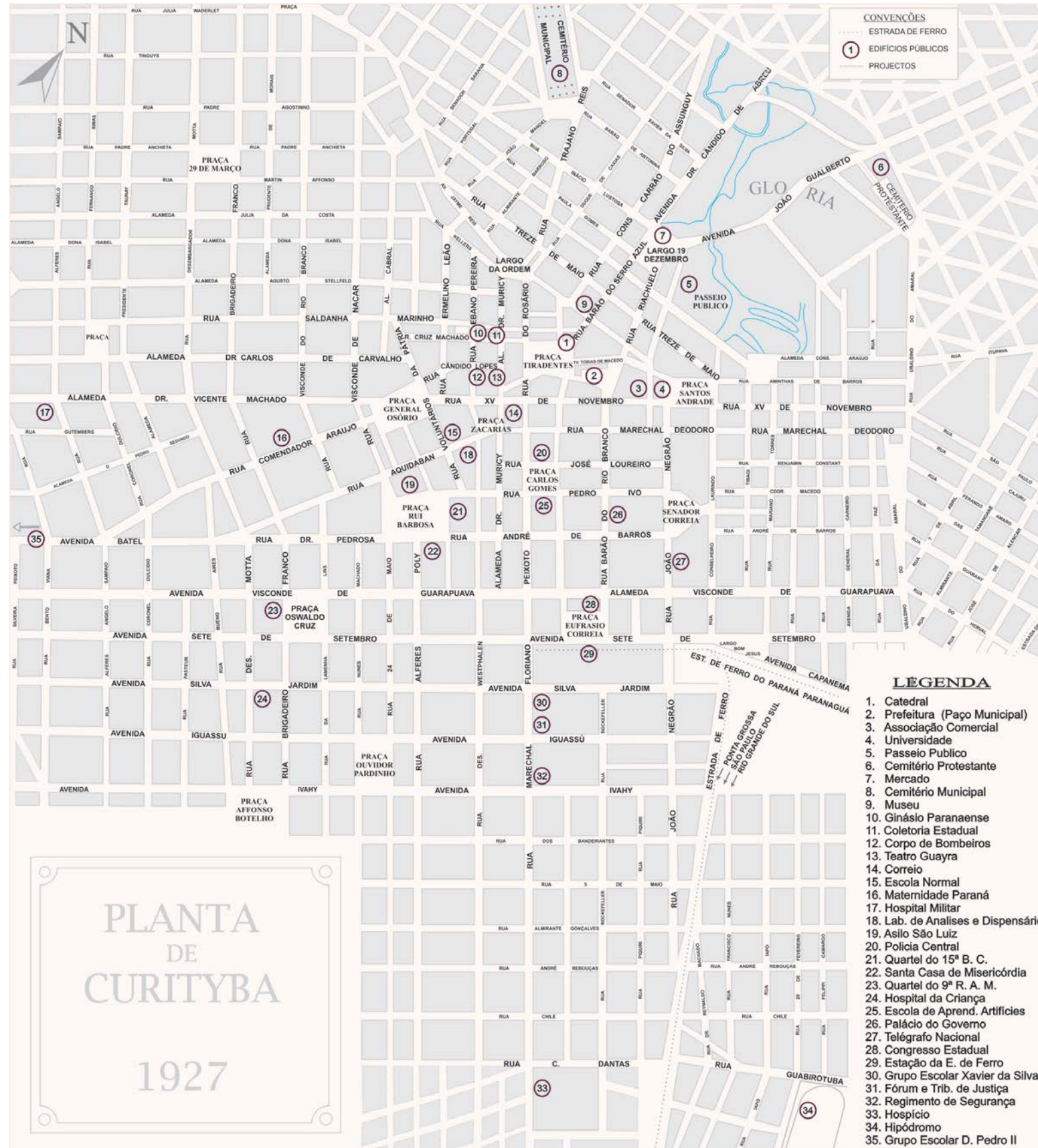
N° 11



N° 3



N° 24



PLANTA URBANA 1 - CIDADE DE CURITIBA, 1927.
 FONTE: CASA DA MEMORIA DE CURITIBA.



N° 18



N° 15



N° 35

A inquietação com a higiene e a moral dos alunos se intensificava no início do século XX, e outras situações passaram a ser fonte de preocupação nessa cultura do bem estar. Algumas delas referem-se ao entorno das escolas, e se revelavam na preocupação com praças, jardins ou ruas largas e espaçosas, que, já na visão dos educadores e arquitetos da época, favoreciam as atividades escolares. Esses pontos destacados também foram levados em consideração nos critérios de escolha do terreno da localização dos principais edifícios públicos da época. O edifício construído para abrigar o Ginásio Paranaense (nº 10) e a Escola Normal (nº15) estava situado em áreas privilegiadas em Curitiba no centro da cidade.

No miolo central destaca-se a Escola Normal, rodeada pelos principais serviços públicos da cidade. Esta instituição tinha em seu entorno as praças arborizadas, além de uma série de referências administrativas, econômicas e intelectuais de Curitiba. Esta ordenação espacial refletia o desejo dos intelectuais em relação à educação, pois eles avaliavam que a localização dos edifícios em que as atividades correlativas se realizavam não poderia trazer qualquer situação perniciosa aos beneficiários.

Em 1922, um novo prédio foi construído para abrigar a Escola Normal, na Rua Aquidaban. O jornal Diário da Tarde de 1920, no artigo intitulado “A nova Escola Normal” apresenta as suas considerações:

Está definitivamente assentado pelo governo estadual que o edifício para a Escola Normal será construído á rua Aquidaban, nos terrenos da propriedade do Estado, onde atualmente tem sua caserna o Tiro Rio Branco.

Não podia ser melhor o lugar determinado, porquanto, situado no centro da cidade e em uma das suas melhores ruas, satisfaz a toda a população e permite o aproveitamento daquele grande terreno para um fim altruístico e de grande beneficio social.

Sabemos que o governo já mandou fazer a planta do novo edifício que ali vai ser levantado e que, além de ser um prédio suntuoso, terá todas as comodidades necessárias a um estabelecimento daquela natureza.

Dada a necessidade que existe da completa separação do Gymnasio e Escola Normal, a construção do novo edifício terá inicio dentro de pouco tempo, sendo possível que esteja pronto o funcionamento da Escola até o mês de Abril do próximo ano. (DIÁRIO DA TARDE, jul. 1920)⁹⁴

O terreno da Escola Normal de Curitiba tinha como limite duas ruas importantes que proporcionavam uma visualização completa do edifício e permitiam

⁹⁴ DIÁRIO DA TARDE. *A nova Escola Normal*. Curitiba-PR, p. 01, 09 jul. 1920

duas possibilidades de acesso: a entrada principal pela Rua Aquidaban (atual Rua Emiliano Pernet), onde se situa a fachada principal da escola, e a entrada lateral, pela Rua Voluntários da Pátria. Assim, o posicionamento do edifício, localizado em terreno de esquina, valorizava esteticamente a obra dando maior visibilidade a sua monumentalidade. Regras defendidas pelas teorias higienistas da época, como orientação, ventilação, terrenos altos, e sobretudo a distancia das construções vizinhas, também foram respeitadas.

A imagem abaixo foi fotografada no dia da inauguração e tem como destaque principal o “suntuoso prédio” esperado pela população. Finalmente estava construída a primeira escola Normal do Paraná, que seria por mais de três anos o único espaço público dedicado à formação dos professores normalistas do estado.



FIGURA 13 - PALÁCIO DA INSTRUÇÃO ESCOLA NORMAL, DATA 22 DE SETEMBRO DE 1922.
FONTE: ACERVO MEMORIAL LYSÍMACO FERREIRA DA COSTA

Em seu livro “As cidades invisíveis”, Ítalo Calvino aborda as suas cidades imaginárias e destaca que: “Se um edifício não contém insígnia ou figura, a sua forma e o lugar que ocupa na organização da cidade bastam para indicar a sua função: o palácio real, a prisão, a casa da moeda, a escola pitagórica, o bordel.” (CALVINO, 2009, p. 18). A primeira sede própria da Escola Normal de Curitiba não destoou das edificações sem insígnia das cidades imaginárias de Calvino, já que o lugar escolhido para sua edificação atestava sua importância: a Escola Normal de Curitiba situava-se no centro da cidade em “uma das suas melhores ruas”.

2.1.2 Ponta Grossa – A Terra do Futuro

O documentário “Cidades do Paraná” valoriza a cidade de Ponta Grossa como uma cidade desenvolvida, com edifícios públicos, escolas, quartéis e hospitais. A vista panorâmica da Rua XV de Novembro procurava mostrar uma cidade rumo à modernização, liberta dos traços de cidade antiga e tropeira.

RUA XV DE NOVEMBRO



ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA



ESTAÇÃO ROCHO DE RODRIGUES



VISTA GERAL DA CIDADE DE PONTA GROSSA

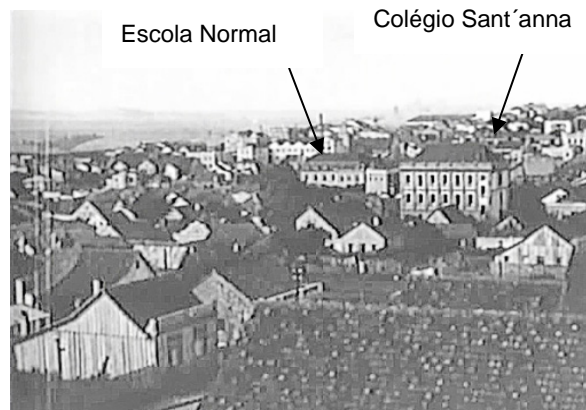


FIGURA 14 - CENAS DA CIDADE DE PONTA GROSSA, DÉCADA DE 1930.
FONTE: GROFF, “CIDADES DO PARANÁ”, 1936.

A última cena é uma tomada do alto da cidade de Ponta Grossa com o recorte de um quarteirão de edificações com um e até três pavimentos. Nessa arquitetura misturam-se residências de madeira e de alvenaria. Ao fundo duas escolas se destacam na paisagem urbana: o Colégio Sant’anna e a Escola Normal. O autor do documentário teve a intenção de mostrar a organização urbana, os edifícios públicos e a ordenação residencial da cidade.

No periódico “Almanach do Municípios” foi publicado um artigo intitulado “Ponta Grossa: cidade moderna” (ALMANACH DO MUNICÍPIOS, 1926)⁹⁵, cujo o autor defendia uma cidade que progredia. A chamada “Princesa dos Campos” era descrita com entusiasmo:

A febre de edificações que se estendem pelo quadro urbano e arrabaldes, os maiores empreendimentos industriais, o continuo desenvolvimento do comercio, o crescente aumento da população, as iniciativas que surgem diariamente, todo esse conjunto surpreendente de progresso que se observa, sintetiza o evoluir de uma cidade que avança a passos de gigante para o futuro e que um dia para outro, sentiu o impulso do trabalho, manifestado sob todos os pontos de vista. (idem, p. 147).

Procurou-se divulgar uma cidade em pleno desenvolvimento econômico, social e cultural, nesta medida representando “perfeitamente o Paraná moderno, o Paraná que trabalha e que progride” (ALMANACH DOS MUNICÍPIOS, 1929, p. 50). A região onde se localiza a cidade de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, teve a sua ocupação na primeira metade do século XVIII, quando se tornou passagem obrigatória para o comércio que levava gado e muares do Rio Grande do Sul para o abastecimento de São Paulo e Minas Gerais. Como as colônias tinham necessidade de abastecimento, o mercado interno brasileiro sofreu grande impulso e proporcionou às economias regionais integração e ocupação, da mesma forma se deu em outras regiões paranaenses.

August Saint’ Hilaré, quando esteve na região dos Campos Gerais em 1820, descreveu a paisagem chamando a região de “Paraíso Terrestre do Brasil”:

Esses campos constituem inegavelmente uma das mais belas regiões que percorri desde que cheguei à América (...). Até onde a vista pode alcançar, descortinam-se extensas pastagens; pequenos capoes onde se sobressai a valiosa e importante araucária, surgem aqui e ali baixadas, o tom carregado de sua galhagem constatando com o verde claro e viçoso do capinzal. De vez em quando apontam rochas nas encostas, de onde se despeja uma cortina de água que se vai perder no fundo dos vales. (SAINT’HILARE, 1995, p. 15)

O comércio na região dos Campos Gerais iniciou com o tropeirismo. Nas últimas décadas do século XIX, no entanto, paralelamente à consolidação dos

⁹⁵ ALMANACH DOS MUNICÍPIOS. Ponta Grossa: cidade moderna. Curitiba, p. 147, 1926.

núcleos urbanos, uma retração da economia rural se fazia notar. Os lugarejos e as vilas se configuraram em centros políticos e culturais da região (PEREIRA, 1996).⁹⁶ Com a chegada dos imigrantes⁹⁷ o cenário da cidade se modificou, pois os novos habitantes ajudaram a impulsionar as atividades econômicas especialmente as industriais. A presença dessa nova população trouxe à cidade “mudanças econômicas, sociais, culturais, impulsionando, sobretudo, as atividades industriais e gerando atitudes modernizadoras em relação a outros setores: comércio, transporte e cultura” (CHORNOBAI, 2002, p. 71).

Graças à sua localização estratégica, a cidade foi ganhando cada vez mais importância econômica. Ela situava-se no entroncamento rodoferroviário, no interior do estado, unindo as principais regiões produtoras com os centros políticos. A ferrovia contribuiu decisivamente para a modificação do cenário da cidade ao favorecer o processo de aceleração urbana no decorrer do século XX. Em 1894, os trilhos ligaram Paranaguá à Ponta Grossa e em 1899, foi inaugurado a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, sendo as oficinas de manutenção estabelecidas em Ponta Grossa. Esta situação de entroncamento ferroviário fez com que a região aumentasse as suas atividades econômicas⁹⁸.

As fotos a seguir mostram a Estação Ferroviária denominada de “Estação Roxo de Rodrigues”. O transporte ferroviário representou um benefício à infraestrutura regional, na medida em que era um meio capaz de movimentar a riqueza através de grandes distâncias. Implantado no Brasil a partir de 1850, teve como principal função servir como alternativa para a navegação que exportava os bens materiais do país.

⁹⁶ O Caminho das tropas que ligava São Paulo até Rio Grande do Sul cortava a região dos Campos Gerais. Os chamados tropeiros durante as viagens paravam para descansar e comer. Assim surgem os povoados de Castro e Ponta Grossa.

⁹⁷ Entre eles estão os poloneses, alemães, russos, italianos, sírios, austríacos e portugueses.

⁹⁸ Grandes engenhos de erva-mate, beneficiamento de couro e de madeira começaram a surgir, além das olarias, pois não havia tijolo que chegasse para a quantidade de construções. Esse fato atraiu muitos habitantes de outras cidades pela promessa de bons negócios. (CHAVES, 2001)



FIGURA 15 - ESTAÇÃO ROXO DE RODRIGUES.
FONTE: CASA DA MEMÓRIA DE PONTA GROSSA, 1905



FIGURA 16- PRAÇA MUNHOZ DA ROCHA EM PONTA GROSSA
FONTE: ILUSTRAÇÃO PARANAENSE, JANEIRO DE 1929.

Percorrendo de trem o trecho entre Curitiba e Ponta Grossa, Nestor Vítor assim descreveu esta última cidade:

Ponta Grossa já é hoje o ponto de convergência da linha que vai de São Paulo ao rio Uruguai com a da Estrada de Ferro do Paraná; põe assim em comunicação São Paulo por um lado e por outro o Rio Grande com Curitiba mais o nosso litoral oceânico. É a porta do centro do Paraná; conseqüentemente não pode ser negligenciado. (VITOR, 1996, p. 197)

Ainda para o autor, no início do século XX, a cidade de Ponta Grossa vivia um clima de progresso, “contando com luz elétrica, cinema, associações beneficentes e hospital, (...) em Ponta Grossa, havia três cinemas para um teatro” (VITOR, 1996, p.76). O discurso ufanista de Nestor Vítor visava valorizar a bela e próspera cidade, e a interiorização do progresso econômico e cultural do Paraná.

A imagem da cidade moderna exibida nos documentários, nas fotografias e nos registros escritos da época denunciava o propósito de reforçar que aquela cidade rural se transformava em uma cidade próspera. Nas primeiras décadas do século XX, muitos artigos publicado nos periódicos da cidade⁹⁹ marcavam os discursos dessa idealização da cidade e da projeção desta para um grande futuro. A revista *Ilustração Paranaense* editou uma reportagem sobre a cidade com o título “*Ponta Grossa a Princesa dos Campos e do Progresso*”:

⁹⁹ No início do século XX criou-se a imprensa local. O periódico o “O Progresso” em 1907 e o jornal “Diário dos Campos” tornaram-se importantes meios de comunicação dos Campos Gerais (VAZQUEZ, p. 15, 2005)

A cidade de Ponta Grossa merece da capacidade de trabalho e da iniciativa, merece da capacidade patriótica de seus filhos, avança esperançosamente para um futuro promissor de grandes desenvolvimentos. (Ilustração Paranaense, 1936)

Ao tornar-se um município autônomo, a cidade passou por uma série de melhorias e a sua urbanização ocorreu em ritmo acelerado. Entre as melhorias cabe citar a criação da estrada de ferro, do telégrafo, da energia elétrica e do sistema de água potável. No início do século XX, a cidade de Ponta Grossa contava com o total de 8335 habitantes. Na década de 1920 esse número elevou-se para 20.171 habitantes (CHAVES, 2001).

Para Vazquez (2005), era usual que alguns periódicos da época enfatizassem a harmonia e as qualidades humanas dos habitantes locais, assim como a exuberância da paisagem urbana. Dentre eles destaca-se o jornal “O Progresso”, que publicou uma série de artigos escritos por Raul Gomes¹⁰⁰, com o título “Ponta Grossa de hoje”. Descrevia as suas impressões sobre a topografia da cidade, os serviços públicos, as construções, a paisagem urbana, e sua economia:

Ponta Grossa é o centro do Paraná, incontestavelmente é o centro de sua vida comercial e industrial (...). Ponto obrigatório na parada dos trens, e ponto de cruzamento de importantes estradas de rodagem e penetração (...) Um dos segredos do progresso local, que transformou o burgo apagado de há dez anos atrás na urbs agitada e triunfal de hoje foi, indubitavelmente, a vontade enérgica e indomável do povo pontagrossense. Essa vontade poderosa é que vai fazendo surgirem os melhoramentos que outorgarão à Princesa dos Campos o título incontestável de cidade ideal. (O PROGRESSO, 1912, p.1)¹⁰¹

Os estudos realizados por Maria Aparecida Gonçalves e Elizabete Alves Pinto (1983) sobre Ponta Grossa corroboraram a convicção de que se tratava da cidade mais importante do interior do estado. Conforme já sublinhado, além de situar-se em uma posição estratégica no sistema viário, que facilitava a comunicação do interior para a capital e o litoral, a cidade localizava-se na rota que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul, beneficiando-se também do comércio favorecido por essa rota. Esses fatores colaboraram para o surgimento de muitas

¹⁰⁰ Segundo CHAVES (2011) Raul Gomes, intelectual paranista produziu uma série de crônicas a respeito de Ponta Grossa para o jornal “O Progresso”. (CHAVES, 2011, P. 82)

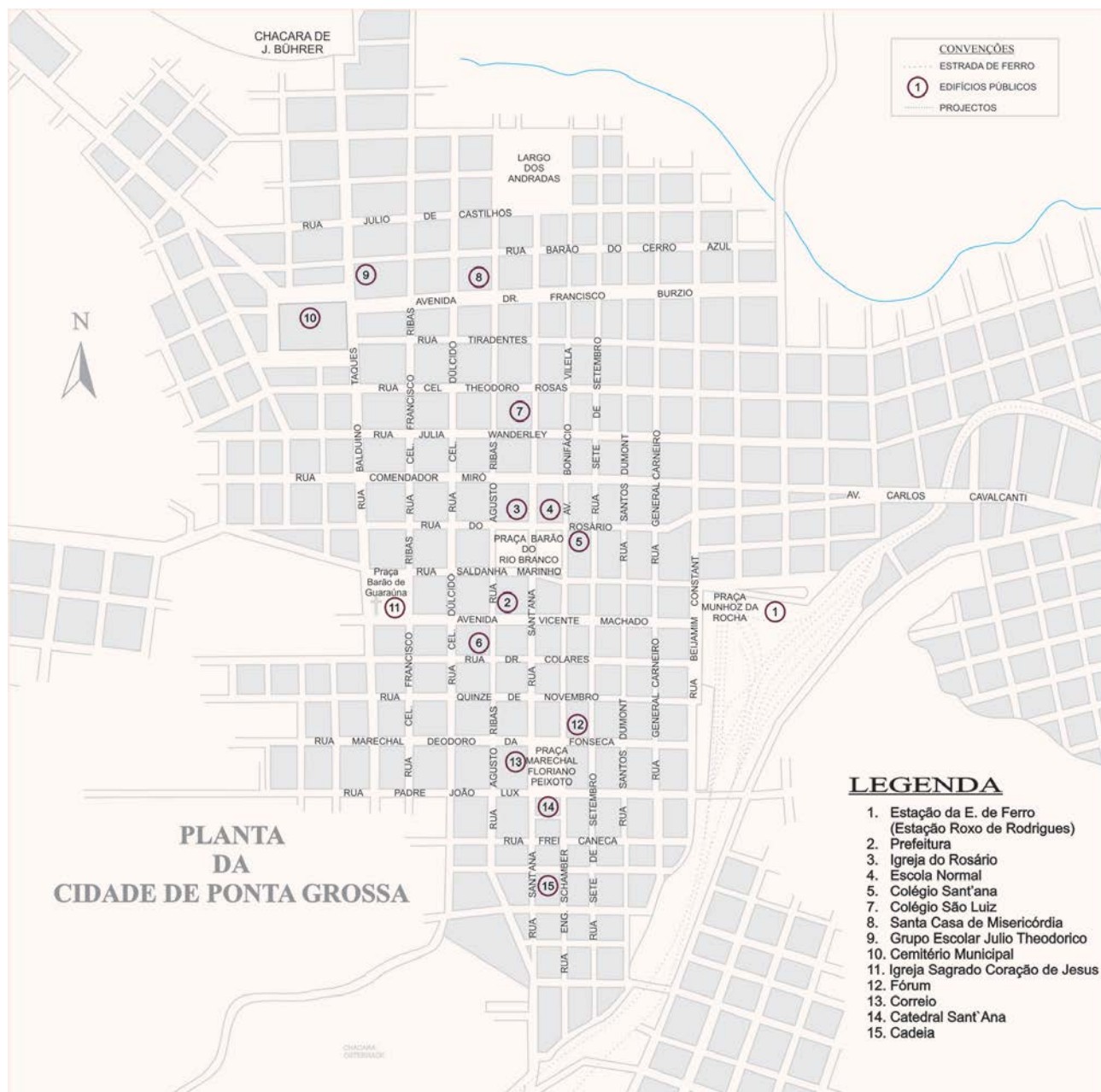
¹⁰¹ O PROGRESSO. Ponta Grossa de Hoje. Ponta Grossa, 20 jul. 1912, p.1

casas de comércio (especialmente casas ligadas ao comércio de madeira, erva-mate, e os armazéns de secos e molhados). A intensificação da atividade comercial atraiu os imigrantes, seduzidos pela diversidade de atividades no mercado de trabalho, o que acabou por fomentar a “evolução urbanística da cidade” (GONÇALVES e PINTO, 1983, p. 46).

Ao estudar os discursos e representações sociais de Ponta Grossa, Chaves (2001) apresenta as disputas em torno da expansão urbana. No início do século XX, a cidade se desenvolve ao longo do caminho das tropas (Hoje Rua Augusto Ribas), da antiga catedral (nº 15), da estrada de ferro e da Estação Ferroviária (nº 1), região central e mais alta da área urbana. Ainda para o autor localizavam-se nessa região os símbolos de poder. Ele destaca:

... prefeitura, catedral, fórum, cadeia, etc. – era o preferido pela elite local, sobretudo pelas famílias tradicionais que controlavam o poder político e economia regional. A população de menor poder aquisitivo e os imigrantes pobres foram para áreas periféricas, os arrabaldes e colônias, fixadas fora do perímetro urbano e compostas por terra de má qualidade. (CHAVES, 2001, p. 12)

Dessa forma, com a instalação de um núcleo urbano inicia-se a construção de alguns edifícios importantes como a Santa Casa de Misericórdia (nº 8), o Colégio Sant’ Anna (nº 5), o Colégio São Luis (nº 7), o Cine-Teatro Renascença e o Clube Ponta-Grossense. A partir da década de 1920, registrou-se um aumento na população e nas construções. Bairros residenciais e comerciais foram se fortalecendo e, em consequência disso, foram se consolidando os eixos viários, tais como a Avenida Vicente Machado e a Rua Balduino Taques, principais ruas comerciais. Por seu turno, a Avenida Bonifácio Vilela transformou-se em rua residencial. O mapa a seguir retrata a cidade de Ponta Grossa e algumas construções da década de 1930:



PLANTA URBANA 2 - CIDADE DE PONTA GROSSA, FINAL DA DÉCADA DE 1920.
 FONTE: CASA DA MEMORIA DE PONTA GROSSA

Através do mapa da cidade de Ponta Grossa, já na década de 1920, percebe-se a concentração das edificações no lado esquerdo dos trilhos. Neste período formam-se os bairros e a ocupação ocorre, sobretudo ao longo dos trilhos da estrada de ferro. Tornando-se fronteiras da cidade, os bairros demarcam regiões originalmente identificadas a atividades ou a grupos sociais. No caso de Ponta Grossa não foi diferente. Alguns bairros surgem como o Oficinas, na região sul da

cidade, onde foram instaladas as oficinas para manutenção dos vagões e as vilas de operários. Uvaranas, no leste, originou-se das colônias italianas e polonesas, e o bairro Nova Rússia nasce com a ocupação dos imigrantes russo-alemães, ucranianos e poloneses. Este último bairro tem forte crescimento na década de 1930, dentre tantos outros que foram surgindo. (CHAVES, 2001).

Na revista “Almanach dos Municípios”, de 1929, os depoimentos sobre o crescimento da cidade de Ponta Grossa foram realizados com muito entusiasmo:

Não falamos, portanto, de Ponta Grossa, por informações, nós acompanhamos com os olhos todo o seu movimento, todas as suas realizações e por isso podemos afirmar que Ponta Grossa cresce de ano para ano, que a edificação da cidade estende-se em todo o perímetro urbano, que a população aumenta consideravelmente, desenvolvendo-se por esse motivo o comércio e as indústrias.

É Ponta Grossa a chave do sistema ferroviário do Paraná, tendo a estação da cidade enorme influência de passageiros para as linhas Norte e Sul.

Há ali importantes estabelecimentos de ensino como sejam Escola Normal, provida de competente corpo docente, Ginásio Feijó, grupos escolares e colégios particulares. (ALMANACH DOS MUNICÍPIOS, 1929, p. 47)

A cidade crescia e as escolas eram implantadas em ritmo acelerado. Na década de 1930 a cidade contava com escolas públicas e particulares¹⁰². No álbum da cidade de Ponta Grossa foram publicados os edifícios de algumas destas escolas, como o Ginásio Regente Feijó¹⁰³ (nº 6), que atenderia o ensino secundário da região, a Escola Normal (nº4), destinada à formação de professores e os Grupos Escolares Senador Correia e Júlio Theodorico (nº 6), que atenderiam ao ensino primário. Abaixo veem-se as fotos das escolas citadas:

¹⁰² Para atender o curso primário das escolas públicas foram construídos o Grupo Escolar anexo a Escola Normal, o Grupo Escolar Julio Teodorico, Grupo Escolar Senador Corrêa e 26 escolas isoladas. As escolas particulares eram: Colégio Sant’Anna, Colégio São Luiz, Colégio Cosmopolita, Colégio Pontagrossense, Escola “Sindicato Ferroviários”, Escola Paroquial e Escola Alemã.

Os jardins de infância funcionaram no prédio da Escola Normal, no Grupo Júlio Teodorico, Colégio Sant’Anna e Deutscher Kindergarten.

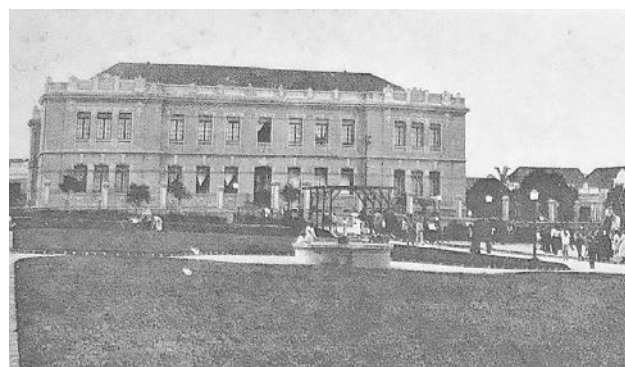
Os cursos secundários na Escola Normal, no Ginásio Regente Feijó e no Ateneu Pontagrossense. (ALBUM DE PONTA GROSSA, 1936).

¹⁰³ O Ginásio Regente Feijó foi criado em 21 de fevereiro de 1927 tornando-se o primeiro estabelecimento de ensino secundário, no interior. O prédio foi adquirido pelo governo do estado e seus ambientes foram adaptados para atender às necessidades da escola. Em 1939 o ginásio passou a ocupar o prédio da escola Normal de Ponta Grossa. (OLIVEIRA, 2002, p. 81)

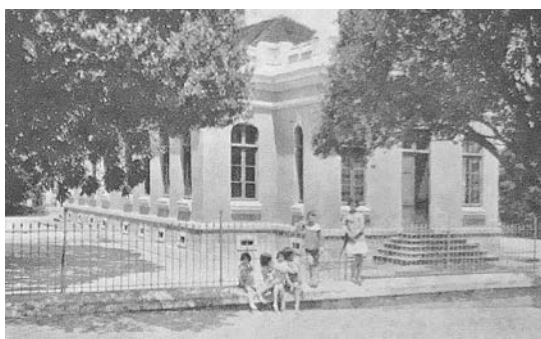
GINÁSIO REGENTE FEIJÓ



ESCOLA NORMAL E PARQUE INFANTIL



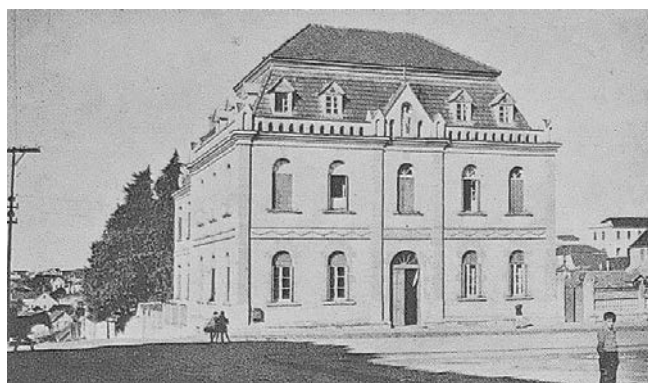
GRUPO ESCOLAR SENADOR CORREIA



GRUPO ESCOLAR JÚLIO THEODORICO



COLÉGIO SANT'ANNA



COLÉGIO SÃO LUIZ



FIGURA 17 - IMAGENS DOS PRÉDIOS ESCOLARES, DÉCADA DE 1930.
 FONTE: ALBUM DE PONTA GROSSA, 1936.

A quantidade de colégios públicos crescia na região. Este ponto passa a ser uma preocupação do estado, empenhado em integrar as famílias de imigrantes, pois a região dos Campos Gerais foi habitada por grupos de imigrantes de diferentes etnias, ainda acostumados com a cultura de seu próprio país. Segundo Nascimento

(2009) muitos alunos que frequentavam os colégios germânicos aprendiam apenas na língua materna, pois “não havia o ensino em português” (NASCIMENTO, 2009, p. 98). Com o crescimento populacional exigia-se o aumento de números de escolas e conseqüentemente de professores para atender a demanda.

Dessa maneira a implantação da Escola Normal Ponta Grossa foi providencial. Segundo o relatório do Inspetor Geral de Educação do Paraná, Cezar Pietro Martinez, a formação dos professores primários deveria:

(...) acompanhar o progresso espantoso de zonas férteis, já colonizados e por colonizar, onde, como por enquanto, surgem povoações que logo são cidades, antes que o professor ou o colégio estrangeiro ai formem raízes com o intuito de zelar pela língua, usos e costumes dos países de origem, alimentando-lhes a chama do amor pátrio que trouxeram do berço. E si ai se instalarem, que encontrem pela frente uma outra cruzada, mais legitima, que visa firmar o homem ao solo, adaptando-o a nacionalidade que lhe acenou com as suas riquezas e vantagens, de modo que os seus filhos sejam legítimos produtores do meio em que se formarem, como a mesma língua e as mesmas ideias de que resultou a formação de uma nacionalidade desdobrada na maior porção da América do Sul, e cujo futuro, em dias próximos, corresponderá a grandeza do seu território.(...)
De manhã a noite fala-se o ruteno ou o polaco, em casa ou igreja. O pároco prega nesses idiomas, explicando o Evangelho, referindo-se a vida dos santos de seu pais dos homens e fatos de sua história (...). E que essas populações formaram-se alheias ao elemento nacional, em zonas virgens, constituindo verdadeiros centros de exclusiva colonização estrangeira e dessa arte não sofreram as influencias do novo meio que elegeram para o seu viver. (PARANÁ, 1924, p. 25)

A preocupação dos governantes era que as cidades e vilas da região não continuassem “abandonadas” (Idem), com o predomínio da língua e costumes estrangeiros. A cultura nacional deveria ser priorizada no ensino do aluno desta região. A construção da Escola Normal daria conta de toda a região dos Campos Gerais, pois as existentes eram assistidas por professores estrangeiros.

No início da década de 1920 a construção da Escola Normal estava sendo pensada. O edifício foi implantado em um local de destaque na cidade e divulgado pela imprensa:

Avulta já, na Praça Rio Branco, desta cidade, a massa enorme da nossa Escola Normal. O edifício vai crescendo a olhos vistos, rapidamente. De arquitetura moderna, mas se vera, o prédio destinado á mais alta manifestação de lustração desta cidade, dentro em breve se erguerá em toda sua significativa grandeza.

Uma promessa de ontem que hoje se tornou já realidade.

A Escola Normal, desde que entre em função, trará sensível progresso á nossa terra, não só espiritual, mas também materialmente, pela vinda para aqui de muitos jovens do interior, de muitas famílias que os acompanharão.

Ponta Grossa deve a existência dessa escola ao benemérito governo do Presidente Munhoz da Rocha, que deve ser, por isso, um benemérito da nossa terra (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1923)¹⁰⁴

A imagem abaixo apresenta uma vista parcial da Praça Barão do Rio Branco, antigo Largo do Rosário, com a localização da Escola Normal de Ponta Grossa (nº1). Dentre as construções do entorno da praça estavam a Igreja Nossa Senhora do Rosário (nº 2) e o prédio do Colégio Sant'Ana¹⁰⁵ (nº 3) construído em 1910. Essa escola foi a primeira instituição de ensino feminino de confissão católica do município. Segundo Gisele Q. L. Chornobai (2002) o prédio do Colégio Sant'Ana construído em três andares, era bastante visível, tanto pela sua localização quanto pela sua arquitetura imponente. Os símbolos cristãos em destaque na fachada, a cruz e uma imagem de Sant'Anna, traduzem a intenção de mostrar que aquele edifício representava a igreja católica. (CHORNOBAI, p. 102, 2002).



FIGURA 18 - VISTA DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO.
FONTE: CASA DA MEMÓRIA DE PONTA GROSSA.

LEGENDA: 1. ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA 2. IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO 3. COLÉGIO SANT'ANNA 4. COLÉGIO SÃO LUÍS

¹⁰⁴ DIÁRIO DOS CAMPOS. Escola Normal. Ponta Grossa, terça-feira, 05 de junho de 1923.

¹⁰⁵ O colégio Sant'Anna foi fundado em 1905, quando as religiosas da Congregação das Servas do Espírito Santo chegaram a Ponta Grossa. Hoje o colégio ocupa o prédio do antigo Colégio São Luiz. (CHORNOBAI, 2002).

A Escola Normal foi construída em frente a Praça Rio Branco, em um local estratégico. Retomando a vista parcial da Praça Barão do Rio Branco, no fundo da Escola Normal localizava-se o Colégio São Luis (nº 7),¹⁰⁶ fundado em 1903, direcionado à educação masculina. Essa região concentravam as escolas que se destacaram no ensino particular e confessional dedicado à classe média urbana.



FIGURA 19 - VISTA DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO.
FONTE: CASA DA MEMÓRIA DE PONTA GROSSA, DÉCADA DE 1920.

O documentário “Pelo Paraná Maior” apresentava a Escola Normal de Ponta Grossa como um edifício “belo e suntuoso, digno dos seus congêneres de Curitiba e Paranaguá” (GROFF, 1929). A região dos campos gerais possuía a sua Escola Normal que impactou a cidade e foi motivo de destaque nos jornais, filmes e relatórios governamentais da época. Acreditava-se que com o investimento na formação de professores, o estado teria mais controle sobre a ocupação do território e, principalmente, a educação dos novos imigrantes.

2.1.3 Paranaguá - A Terra do Futuro

A cidade de Paranaguá, uma das primeiras cidades do Paraná, foi fundada em 1648. O documentário “Cidades do Paraná” retratou a cidade com suas paisagens naturais, a arquitetura colonial, ainda presente e, principalmente, o

¹⁰⁶ Fundado pela congregação dos padres Verbo Divino, sobre a orientação do padre Arnaldo Jansen (OLIVEIRA, 2002, p.53).

desenvolvimento econômico proporcionado pelo Porto e o trem que o ligava a outros Estados do Brasil. Nas cenas dos filmes a cidade é marcada pelos traços da arquitetura colonial, com casarios antigos e o Colégio dos Jesuítas, as ruas praticamente vazias e o transporte predominantemente de tração animal.

RUA DA PRAIA (HOJE GENERAL CARNEIRO)



PORTO DE PARANAGUÁ



RIO ITIBERÊ



ANTIGO COLÉGIO JESUÍTA



FIGURA 20 - CENAS DA CIDADE DE PARANAGUÁ, DÉCADA DE 1930.
 FONTE: FILME CIDADE DO PARANÁ, 1936.

Na revista “Almanach dos Municípios”¹⁰⁷, publicada em 1930, procurou-se divulgar Paranaguá como uma cidade em pleno desenvolvimento, distanciada do seu passado colonial:

¹⁰⁷ Foi um anuário de propaganda fundada em 1918, e tinha como diretor Alberico Figueira.

Eu vi Paranaguá há dias passados e sai de lá radiante e convencido de que a velha cidade da margem do Itiberê, vai mesmo de vencida, num eloquente surto de progresso.

Para nós que a conhecemos desde a nossa meninice, pacata, com as ruas desertas, como as pequenas aldeias de vida patriarcal, circunscrito o seu comercio, sem industrias, sem meios de locomoção para os seus lindos arrabaldes, não deixamos por isso de receber a mais agradável impressão. Observa-se que Paranaguá progride, que desenvolve-se e que tem ânsias de ser colossal ao lado das suas co-irmãs, que fazem a grandeza deste assombroso Brasil (...).

O aumento visível da construção de prédios no quadro urbano e nos subúrbios é um atestado eloquente de que o labor quotidiano alcança a necessária recompensa. Paranaguá é hoje a cidade dos mais lindos passeios pelos seus arrabaldes. (ALMANACH DOS MUNICÍPIOS, 1930)

A urbanização da cidade desejada pelos moradores previa a abertura de novas avenidas e construções, além da implantação de energia elétrica. Estas ações, em especial as relativas à construção de novos edifícios em substituição dos antigos, eram apoiadas pela imprensa. Alguns edifícios foram destruídos na intenção de modernizar a cidade. O projeto de remodelação urbana previa a demolição da Igreja de S. Benedito, pois acreditava-se que: “(...) a cidade de Paranaguá em pouco tempo perderá o seu estilo colonial para se transformar em cidade moderna” (ALMANACH DOS MUNICÍPIOS, 1928, p. 119). A destruição desses vestígios do passado poderia transformar a cidade colonial em uma cidade moderna¹⁰⁸.

Após a emancipação do Paraná da Província de São Paulo, em 1853, a antiga cidade colonial fundada no século XVII¹⁰⁹, perdeu a posição de cidade mais

¹⁰⁸ Na obra, *O sentido do passado*, HOBBSAWM (1998) afirma que algumas sociedades, especialmente naquelas em que predominava o movimento nacionalista moderno (Inglaterra, séculos XVII e XIX), negam os antecedentes históricos. Poderia ser afirmado que: “esquecem a história, ou melhor entendem-na mal, porque seus objetivos não encontram antecedentes históricos (...) tentam realizar partes dessa história fictícia” (HOBBSAWM, 1998, p. 26).

O autor ainda afirma que “o problema de se rejeitar sistematicamente o passado apenas surge quando a inovação é identificada tanto como inevitável quanto como socialmente desejável: quando representa *progresso*” (HOBBSAWM, 1998). O passado continua a ser a ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas em uma nova forma. Ele se converte na descoberta da história como um processo de mudança direcional, de desenvolvimento ou evolução. A mudança se torna, portanto, sua própria legitimação, mas, com isso, ela se ancora em um “sentido do passado” transformado. Ainda segundo o autor, certas “inovações” requerem uma legitimação e, no período em que o passado deixa de formar precedentes nas mudanças, isso pode aparentar a vitória ou o triunfo da razão, do novo, contra o absurdo, o antigo. Ou, por assim dizer, um processo de “correção” do conhecimento atual e científico contra a ignorância do passado. (CORREIA, 2004)

¹⁰⁹ Por volta de 1578, os portugueses chegaram ao Paraná, no lugar onde é hoje a cidade de Paranaguá, cuja origem está diretamente relacionada à movimentação trazida pelo mar. A colonização Portuguesa no Paraná iniciou pelo litoral paranaense no início do século XVII, com a

importante do Paraná. Nesse período a escolha da Capital do estado ficou entre Curitiba e Paranaguá. No relatório¹¹⁰ de 1854, o Presidente da Província Zacarias de Góes e Vasconcellos, assinalou alguns motivos para a escolha de Curitiba:

(...) 1º - As providências do governo partem e distribuem-se mais prontas e regularmente por toda a província, emanadas de Curitiba (...).

2º É este município mais populoso (...).

3º Há em alguns municípios serra acima menos cultura e adiantamento do que nos beira mar; pois foi deste lado da província que, não há muito, em 1852 a irritação dos partidos políticos produziu cenas lamentáveis (...).

4º (...) municípios ... não está ainda todo explorado: Guarapuava e Palmas.

5º A higiene pública, consultada sobre a questão, indicou também Curitiba, devido ao clima mais ameno (...). Todos reconhecem e confessam a excelência do seu clima, e o documento mais seguro de sua superioridade é que muitos paranaengas vem a Curitiba recuperar a saúde. (PARANÁ, 1854, p. 3-4)

A justificativa da escolha da capital pautou-se principalmente pela localização geográfica da cidade de Curitiba que segundo o relatório facilitava o acesso e controle da colonização no interior do Paraná. Outro ponto importante foi a preocupação com a higiene pública: “Todos reconhecem a excelência do seu clima, (...) habitantes do litoral, sobem a serra e vem pedir aos belos ares da Curitiba o restabelecimento de sua saúde arruinada” (idem, p. 10). O mesmo relatório indicava a intranquilidade do governo com os surtos de febre amarela em Paranaguá:

A posição topográfica desta cidade e sua edificação á margem do rio Itiberé, faz com que Ella seja cercada de terrenos alagadiços, excepcionalmente do lado de terra, onde, passado o tabuleiro firme, em que está a cidade, o terreno de baixo, correm por longo tempo as águas pluviais, que crescem grandemente com as que produzem os brejos e muitos regatos, que, em todas as direções, cortão os terrenos na extensão de mais de légua. A cor destas águas de amarela por estarem impregnadas de substancias vegetais, ou pela qualidade do terreno.” (idem, p. 11)

descoberta do ouro na Baía de Paranaguá. Surgiram então os primeiros aparelhos burocráticos, tais como as instituições (Igreja, Vila, Casa de Fundação, Câmara) e as autoridades (vereadores, juiz ordinário, juiz de órfão, procurador, capitão mor, padres, escrivão). A mineração, inclusive, constituiu o primeiro ciclo econômico do Paraná e proporcionou a fundação das vilas de Paranaguá e Curitiba, o início da colonização da região do primeiro planalto e da comunicação deste com o litoral. (WACHOWICZ, 1972)

¹¹⁰ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 14 de julho de 1854. Curitiba, tipografia paranaense de Cândido Martins Lopes, 1854

A cidade de Paranaguá cresceu à beira do rio Itiberê e, no século XIX, já era considerada uma cidade portuária. Diferente dos demais centros urbanos do estado, com conformação linear, o desenvolvimento ocorre em torno do seu porto (KERSTEN, 2000). Entretanto, muitos problemas e focos de doenças a tornaram insalubre, aspecto que o discurso higiênico combatia. Muito precisava ser feito, e iniciativas nessa direção têm início no século XX, como sanear a cidade e melhorar sua aparência. Nota-se então o empenho em organizá-la, drenar terrenos pantanosos, propiciando água encanada e tratada, construir rede de esgotos, além de uma série de outras medidas, com o objetivo de eliminar da cidade a sombra do “atraso” e da “sujeira” em que ela se encontrava. Estes investimentos e melhoramentos, conforme afirmam os Relatórios da Câmara Municipal enviados ao Governo do estado, não foram realizados de imediato. (SCHEIFER, 2008, p. 61)

Em 1853, o governo do Paraná pretendia ligar o planalto ao litoral de forma a melhorar o transporte da produção agrícola paranaense. O transporte era realizado por cavalos e mulas, em caminhos estreitos através da Serra do Mar. Somente em 1872 foi concluído o caminho da Serra da Graciosa, que era entretanto sinuoso e íngreme.

Em 1885, com o início da construção da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá abriu-se caminho para o escoamento regular do comércio existente. O transporte até o Porto e a comunicação com o planalto foram passos decisivos para viabilizar a exportação de madeira paranaense em maior escala.

Para a historiadora Cecília Westphalen¹¹¹, no livro “Porto de Paranaguá - um sedutor”, o porto, em seus vários períodos, esteve atrelado à dinâmica da burguesia com a cidade. Segundo a autora, o porto instaurou a modernidade na cidade. Em virtude principalmente da sua construção, a Estrada de Ferro Paranaguá–Curitiba foi

¹¹¹ Para WESTPHALEN (1998), o Decreto Imperial nº. 5.912, de 1º de maio de 1875, concedeu a Paranaguá o direito de ser o marco zero da Estrada de Ferro, pondo, dessa forma, fim ao litígio Paranaguá- Antonina. Os problemas, contudo, não acabaram aí. Com a morte de alguns sócios que haviam assinado o contrato, como José Gonçalves Pêssego Júnior, a Estrada estava ainda por ser feita. Foi então que, no dia 12 de agosto de 1879, o decreto nº. 7.420 autorizava a transferência de direitos à concessionária francesa Compagnie Générale de Chemis de Fer Brésiliens. Esta Companhia, cuja sede social encontrava-se em Paris, mantinha representante no Brasil. Em seus estatutos, conforme conta o decreto nº. 7.803, de 26 de agosto de 1880, havia a autorização para que funcionasse no Império, prevendo sociedade anônima, com o capital social de 10.000.000 francos. Em dezembro de 1879, a imprensa noticiava haver deixado um dos portos da França o primeiro navio com material de construção para a Estrada de Ferro do Paraná. (WESTPHALEN , 1998, p. 38)

construída em função do porto, tornando-se um movimentador de pessoas, de mercadorias e de ideias.

Após a visita de D. Pedro II¹¹², em 1880, deu-se início aos trabalhos de construção da Estrada de Ferro e da construção do edifício da Estação Ferroviária. A partir deste evento a cidade experimentou uma nova fase econômica. Aliado ao escoamento da produção do Paraná, desta vez, via estrada de ferro, do Porto Nossa Senhora do Rosário (Rua da Praia) e do Porto do Gato (atual Porto D. Pedro II), o crescimento da população promoveu um crescimento econômico e estrutural na cidade.

A imagem a seguir, do início do século XX, mostra a Rua da Praia (atual Rua General Carneiro) à beira do Rio Itiberê, onde foi construído o primeiro Porto da cidade de Paranaguá. Este também foi o local onde se originou o desenvolvimento urbano da cidade. O conjunto de sobrados voltados para o Rio era o centro comercial e habitacional mais importante da cidade.



FIGURA 21 - CIDADE DE PARANAGUÁ, INÍCIO DO SÉCULO XX.
FONTE: SECRETARIA DA CULTURA PARANAGUÁ

A Estrada de Ferro ligando o Porto de Paranaguá a Curitiba, viabilizou não só o progresso da cidade, mas de todos os municípios por onde a “maravilha moderna” passava. Para Westphalen (1998), a ferrovia era não apenas um meio de

¹¹² O Imperador D. Pedro II, a Imperatriz Leopoldina e a sua comitiva, vieram do Rio de Janeiro para a Província do Paraná, no dia 17 de Maio de 1880. (WESTPHALEN, 1998)

transporte necessário para o desenvolvimento do Paraná, mas, também uma maravilha da técnica e do conhecimento urbano.¹¹³

Vista por todos da época como uma obra que desafiaria a natureza, pela dificuldade em cruzar a Serra do Mar, Nestor Vítor registrou em seu livro “A terra do futuro” as suas impressões, apresentando a ferrovia como um “milagre de arte”, “incomparável maravilha panorâmica”, “inigualável a outra ferrovia vista”. A linha férrea foi assim exaltada:

Torna-se cada vez mais famosa a linha férrea de Paranaguá – Curitiba, e seu renome crescerá com o tempo, quanto mais avulte a corrente de turistas que venham de toda parte do mundo testemunhar a incomparável maravilha panorâmica que ela proporciona e ao mesmo tempo o milagre de arte que representa. Não há que contestar, sob ambos aspectos, a estrada de ferro no Paraná é sem parelha em toda a América do Sul. Nem se lhe pode comparar a de Santos e a de São Paulo célebre também, aliás, e a justo título, pelos seus planos inclinados que escalam o Cubatão. (VÍTOR, p. 55, 1913)

Os festejos pela construção da ferrovia tomaram proporções nacionais. Em 5 de julho de 1880 o Imperador D. Pedro II inaugurou oficialmente o meio de transporte mais rápido que ligava a Capital ao litoral Paranaense.

Quando da visita do Imperador a Paranaguá, Marc Ferrez registrou as cenas. O fotógrafo foi contratado pelo governo Imperial para acompanhar a obra ainda em andamento no Paraná, mostrando o ritmo de construção, e o projeto de modernização do Brasil. Com isso, a coroa publicou um álbum sobre a construção chamado “Estrada de Ferro do Paraná”. As fotos buscaram os melhores ângulos para registrar a monumentalidade da obra e divulgar o avanço tecnológico da construção. Destacam-se algumas fotografias dos registros dessa construção¹¹⁴.

¹¹³ João Teixeira Soares foi o engenheiro que assumiu parte da construção da estrada de ferro. Sem dúvida, o sucesso da obra deveu-se principalmente, à mão-de-obra dos escravos e dos imigrantes. Os operários enfrentaram os desafios da subida da Serra do Mar, onde o comprimento das curvas somava 23 quilômetros, contra os 22 de extensão das retas. Aí foram perfurados 13 túneis e implantadas as maiores pontes da ferrovia. (WESTPHALEN, 1998, p. 38)

¹¹⁴ Se considerarmos o contexto ideológico em que foram registradas, as imagens acima podem ser lembradas como ilustração os estudos de Boris KOSSOY (2009), que destaca que a imagem fotográfica é uma *representação a partir do real* segundo o olhar e a ideologia de seu autor.



FIGURA 22 - ESTRADA DE FERRO PARANAGUÁ-CURITIBA.
 FONTE: [HTTP://BNDIGITAL.BN.BR](http://bndigital.bn.br), ACESSO EM 27/08/2011.

Outra construção importante naquele momento foi o da Estação Ferroviária de Paranaguá (nº 1), terminada após três anos, em 1883. Na década de 1920, o edifício foi ampliado, em composição simétrica. Ao centro, destaca-se, um pórtico de entrada, com colunas e ornamentos de inspiração neoclássica. Na cobertura, em telhas cerâmicas, são marcantes o frontão central e uma série de elementos vazados para a ventilação¹¹⁵. A imagem abaixo, extraída da cena do documentário “O que é o Paraná”, destaca vista frontal da estação em Paranaguá. Uma das legendas veiculava que:

Estrada já de intenso trafego de mercadorias, representará dentro em breve para o Paraná o que a “São Paulo Railway” representa para o Estado de São Paulo – o grande caminho da produção. (...) Paranaguá velha cidade litorânea é o porto principal do estado. (O QUE É O PARANÁ, 1929)

¹¹⁵ Arquivos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.



FIGURA 23 - CENA PRÉDIO DA ANTIGA ESTAÇÃO DA CIDADE DE PARANAGUÁ.
FONTE: FILME “O QUE É O PARANÁ”, 1929.

Toda a dinâmica proporcionada pelo transporte ferroviário e a construção de uma Estação Ferroviária (nº 1) impulsionou a expansão urbana da cidade, consolidando esta região como uma área de destaque. O local foi escolhido pelo governo para receber no final década de 1920 o prédio da Escola Normal de Paranaguá. O entorno da estação também se transformou em uma área importante para a cidade. No mapa a seguir estão localizadas algumas edificações construídas até a década de 1930:



PLANTA URBANA 3 - CIDADE DE PARANAGUÁ, FINAL DA DÉCADA DE 1920.
FONTE: BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ

O contraste da nova cidade e a remodelação das construções até a década de 1930 pode ser observado pelos depoimentos de Auguste de Saint-Hilaire. Em a “Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina” (SAINT-HILAIRE, 1995), ele destaca Paranaguá como uma cidade com ruas que se estendem paralelas ao rio e cortadas por outras ruas pouca dimensão. O autor observa a inexistência de praça pública. Sobre as construções encontradas Saint-Hilaire assim relatava:

Quando se chega a Paranaguá, vindo do interior, onde a maioria das casas das vilas e arraiais são feitas de barro, o que chama a nossa atenção é ver todas as casas e todos os prédios públicos de pedra.

De um modo geral as casas parecem bem cuidadas, mas quase todas têm apenas um pavimento.

A cidade conta com três igrejas, a paroquial e mais outras de menor importância. (...)

A câmara municipal está instalada num prédio bastante grande, que defronta o rio e tem dois pavimentos. Conforme o costume, o andar térreo é ocupado pela cadeia.

Os jesuítas tinham em Paranaguá um convento que ainda existe (...) Trata-se de um prédio grande, feio e irregular. (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 99)

Nas palavras de Key Imaguire Junior em “Arquitetura no Paraná”, as descrições de Saint-Hilaire trataram de “negar a estética da arquitetura colonial brasileira em sua totalidade” (IMAGUIRE, p. 37, 1982). Alguns edifícios construídos no período colonial e outros no decorrer do século XX, ainda podem ser vistos na cidade, conforme registro a seguir:



CASARIOS ANTIGOS DA RUA DA PRAIA E COLÉGIO
JESUÍTA



ALFANDEGA



RUA XV DE NOVEMBRO

FIGURA 24 – EDIFÍCIO DA CIDADE DE PARANAGUÁ.
FONTE: CASA DA MEMÓRIA DE PARANAGUÁ.

A foto aérea tirada no início da década de 1930 apresenta uma vista geral de Paranaguá. O fotógrafo destacou a cidade em desenvolvimento, as margens do Rio Itiberê.¹¹⁶ Na Rua da Praia localizava-se o Colégio dos Jesuítas¹¹⁷ (nº 12), os

¹¹⁶ Antes chamado de Rio Taguaré.

sobrados e o comércio tinham características da arquitetura colonial que no decorrer dos anos, foram se misturando com uma arquitetura eclética dos prédios da Estação Ferroviária (nº 1), da prefeitura¹¹⁸ (nº 8), da Alfândega (nº 10), do Mercado Municipal (nº 14) e também da Escola Normal (nº 2).



FIGURA 25 - VISTA AÉREA DA CIDADE DE PARANAGUÁ.
FONTE: SECRETARIA DA CULTURA PARANAGUÁ, ANO 1933.

As principais reivindicações para os melhoramentos urbanos eram água encanada e esgotos. Estas solicitações estavam presentes desde o início do século XX. Algumas melhorias só se concretizaram em 1914, durante o mandato do médico Caetano Munhoz da Rocha, eleito prefeito em 1908.

A administração municipal de Munhoz da Rocha teve como meta a reforma urbana e sanitária do município. Nos anos de sua gestão pública tratou do saneamento da cidade, da limpeza da área do porto e dos aterros de locais “pantanosos” no centro da cidade. Além disso, construiu redes de água e esgotos,

¹¹⁷ O Colégio Jesuítas foi construído entre os anos de 1740 e 1759. É remanescente das atividades educacionais jesuítas, para abrigar o Colégio da Companhia de Jesus, mas com a expulsão dos jesuítas a obra foi suspensa e não concluída. Da parte edificada, existem apenas os aposentos que se destinaria ao colégio. Edificada em alvenaria de pedra, com parede de um metro de espessura, foi erguido em três pavimentos, marcando a paisagem que margeia o rio Itiberê. Possui extensos corredores que se abrem em arcos para um pátio interno recoberto por pedras da região e janelas direcionados para a paisagem da ilha de Valadres (KERSTEN, 2000).

¹¹⁸ Construído em 1856, para a moradia da família de Manoel Antonio Guimaraes, comerciante da região, ficou conhecido como Palacete Visconde de Nácar. Passou a ser prefeitura em 1910.

mercado municipal, rede telefônica, praças, alargou ruas, ligou a cidade ao Porto D. Pedro II e desenvolveu amplos projetos de saneamento urbano (PEREIRA, 1998).

Durante muito tempo Paranaguá foi considerada uma cidade litorânea insalubre, foco de doenças epidêmicas e um perigo para outras cidades. Apesar dos avanços da tecnologia trazidos pelo novo transporte, um dos problemas mais graves eram as frequentes inundações, tanto no centro como nos bairros.

No início da década de 1920 os problemas urbanos estavam articulados às questões higiênicas. A estratégia para o saneamento das cidades pautava-se nos discursos higienistas, que davam legitimidade para intervenções no lócus urbano. Algumas teses foram fortalecidas a após o chamado Primeiro Congresso Brasileiro de Higiene¹¹⁹, realizado no Rio de Janeiro em 1923. Nos Anais do Congresso o engenheiro Armando Godoy aponta as suas propostas em “Algumas ideias sobre a remodelação das cidades”, destacando que:

A descoberta de tais relações e de regras a obedecer para que uma cidade seja salubre, isto é, para que a existência humana aí se escoe em melhor condições, veio impor ao homem a obrigação de corrigir na medida do possível os defeitos e as lacunas que se observam nas cidades que foram fundadas e evoluíram sem as luzes e os conhecimentos que hoje possuímos. (GODOY, 1923, p. 39)

Naquele momento o plano de melhoramento tinha como principais metas melhorar as condições de salubridade da cidade¹²⁰. Através de um programa de melhoria e propostas, foi privilegiado o saneamento e embelezamento, ações que deveriam ser realizadas pelo estado:

¹¹⁹ Nesse congresso foram discutidos 20 temas. Quatro deles estavam ligados aos problemas urbanísticos, o que atraiu a atenção dos engenheiros, que totalizaram a maioria dos participantes do congresso que participaram das discussões desses temas. Os quatro temas são os seguintes: Tema 1: ventilação dos edifícios. Tema 2: como melhorar o sistema de esgoto do Rio de Janeiro. Tema 3: Indicações higiênicas para remodelação da cidade. Tema 4: aperfeiçoamento da luta contra o mosquito na cidade. Além destes, havia os temas oficiais, destacando “Condições sanitárias das capitais do norte”. (ANAES DO PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE, 1923)

¹²⁰ Naquele momento acreditava-se que a remodelação higiênica das cidades, deveriam ser tratadas os seguintes pontos: abertura de novas vias, públicas e correção das antigas; estudo do tipo das construções e suas relações com a via pública; remodelações dos serviços de esgotos e abastecimento de águas; coleta de lixo; arborização; e localização adequada das construções escolares, hospitais e matadouros. (Atas do Primeiro Congresso Brasileiro de Higiene, 1923, p. 57)

Se o estado tal fizer, muito contribuirá para o saneamento da cidade (...), pois as condições de higiênicas de uma população dependem em extremo das habitações ocupadas pelas classes pobres. É para elas que se devem voltar as atenções dos higienistas e dos governos que tem verdadeira solicitude pela saúde publica. As epidemias em geral não nascem e realizam suas grandes devastações nos palácios ricos e nas residências dos remediados. (Idem, p. 46)

A cidade de Paranaguá ainda estava longe de atender às propostas apresentadas no Congresso Brasileiro de Higiene. O principal desafio eram as inundações que periodicamente atingiam a Avenida Julia da Costa, em frente à Estação da Ferrovia, próxima ao local onde seria implantada a Escola Normal de Paranaguá, em 1927. A foto abaixo, tirada no início da década de 1920, apresentava os riscos que a cidade corria com os problemas de surtos epidêmicos, que evidentemente constituíam um obstáculo ao desenvolvimento da cidade “moderna” do litoral do Paraná.



FIGURA 26 - INUNDAÇÃO RUA JULIA DA COSTA, NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1920.
FONTE: SECRETARIA DA CULTURA PARANAGUÁ.

Até a década de 1950, a cidade com inundações como a mostrada na foto 26, que aconteciam com certa frequência. Ao fundo encontra-se a Escola Normal de Paranaguá. Sua posição mais alta do que a rua, aproximadamente em dois metros, dificultava a entrada de água na escola. Entretanto, os demais prédios do entorno, como residências, e o prédio da estação, estavam debaixo d'água.



FIGURA 27 - INUNDAÇÃO PARANAGUÁ, MARÇO DE 1953.
 FONTE: SECRETARIA DA CULTURA PARANAGUÁ.

O terreno escolhido para abrigar a Escola Normal de Paranaguá, não estava tão próximo dos principais centros administrativos, culturais e religiosos, localizado próximo a Rua da Praia (Ver Planta Urbana 3). Afastado do Rio Itibere, em uma região conhecida na época como “Alto da Fonte Nova”, foi escolhido para a construção da escola. Na foto 27, pode-se perceber ao fundo a Escola Normal, em frente à chamada Praça João Gualberto e ao lado direito o prédio da estação. O amplo terreno em um nível mais elevado que a via pública, valorizou ainda mais o edifício e protegeu a construção dos problemas de enchentes comum na época.

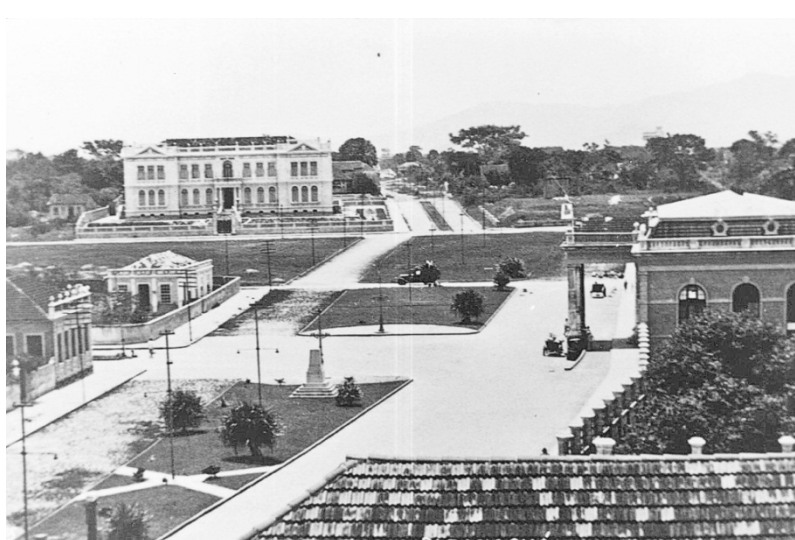


FIGURA 28 - ENTORNO DA ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ
 FONTE: SECRETARIA DA CULTURA PARANAGUÁ, ANO 1930.

Todas as concepções de localização ideal influenciaram na implantação das Escolas Normais no cenário urbano. Nota-se a preocupação de construir as escolas em locais onde a densidade populacional estivesse aumentando. Isso explica que instituições de ensino importantes tenham sido construídas em bairros centrais, à vista de toda a população.

É difícil não distinguir na paisagem da cidade um edifício imponente. Não por acaso, esses edifícios localizavam-se em regiões consideradas nobres, marcados pelas suas linhas arquitetônicas e a função educativa que elas deveriam exercer. Além disso, os terrenos foram estrategicamente escolhidos e os projetos diferenciados de outros prédios já implantados no Paraná.

A escolha das cidades de Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá para a construção das primeiras Escolas Normais justificou-se por serem as cidades mais povoadas do Paraná no período. Além disso, essas cidades estavam, como visto, estrategicamente localizadas, o que explica que tenham sido eleitas pelo poder público como os principais eixos econômicos, políticos e culturais das primeiras décadas do século XX.

Os gestores do estado justificavam a necessidade de construção de mais escolas para a preparação do professor primário, já que a escola da capital não era suficiente para atender a demanda de todo o estado. Após a definição de quais cidades deveriam receber essas escolas, a escolha do terreno e o lugar da construção, em bairros centrais, fizeram com que a monumentalidade dos edifícios a elas destinados se destacassem na paisagem urbana, impactando o cotidiano dessas localidades.

3 DISCURSOS E AÇÕES QUE LEGITIMARAM A IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS NORMAIS NO PARANÁ: GOVERNANTES, INSPETORES DE ENSINO E IMPRENSA

Os vários discursos dos representantes políticos, dos inspetores de ensino e dos jornais/periódicos sobre a construção dos edifícios escolares para a implantação das Escolas Normais repercutiam no cotidiano nos diversos setores da sociedade da época. Estes documentos evidenciavam a intenção de divulgar, adaptar, elogiar e/ou criticar a situação do ensino paranaense. O objetivo deste capítulo é apresentar algumas concepções sobre o espaço escolar dos personagens que influenciaram direta ou indiretamente na escolha dos espaços projetados para o funcionamento das Escolas Normais no Paraná.

As mensagens dos governadores, os relatórios dos inspetores de ensino e dos diretores são importantes fontes para a análise da visão oficial do ensino republicano, marcado por uma forte crença no impacto positivo no progresso do estado. Esses documentos foram produzidos e impressos com autorização dos representantes e dos gestores oficiais. Por isso, as fontes priorizadas são as fontes legislativas, as mensagens governamentais, consideradas sob a perspectiva de que correspondem a estratégias orais ou escritas autorizadas pelos governantes.

Edward Thompson (1987) denomina “retórica da legitimidade” os documentos legais reproduzidos nos relatórios, nas leis, nas mensagens de governo, por estarem autorizados a apresentar a situação de um setor da administração pública, que nesse caso, das escolas públicas. É correto afirmar que os personagens ora abordados construíram uma retórica legitimadora sobre o espaço escolar.

Para Faria Filho (2000) as fontes legislativas representam e relatam algumas estratégias de atuação dos inspetores e dos diretores da educação, “na produção da forma e da cultura escolares e, ao mesmo tempo, um dos momentos dos mais fundamentais da realização da nova racionalidade escolar” (1998, p. 98). Ainda para o autor, além de estarem cumprindo uma determinação do governo, os documentos oficiais davam visibilidade ao projeto pedagógico e ao cotidiano escolar. Na tentativa de organizar a escola tanto por meio das “queixas e reclamações” como pelos

“elogios” enviados ao governo do estado, esses discursos circulavam nos meios oficiais e na mídia interessada na discussão da gestão pública.

Os inspetores de ensino, professores e diretores que produziram esses relatórios descreviam a situação em que se encontravam as escolas. A maioria dos relatos denunciava a situação precária da arquitetura escolar, quando não a ausência de edifícios específicos para este fim. No Paraná, os Inspectores Escolares e os Delegados de Ensino tinham como função vistoriar as escolas públicas e particulares existentes no Estado. A Lei nº 1236 de 1912, que legislava sobre a atuação das autoridades de ensino, trazia alguns itens que merecem destaques:

Os inspetores escolares (...): “I – Inspeccionar assiduamente as escolas e mais estabelecimentos de ensino do seu distrito; II – designar os lugares em que devem funcionar as escolas, de acordo com a maior condensação da população escolar e de acordo com o delegado de ensino respectivo; III – nomear professores interinos, com os requisitos necessários de moralidade, competência e devotamento, no caso de vaga ou impedimento dos efetivos e até o prazo máximo de 30 dias, comunicando com urgência, esse facto, ao superintendente geral; (...) VIII – propor ás autoridades competentes as medidas que julgar convenientes em beneficio do ensino, fazer propaganda da necessidade de sua difusão e facilitar por todos os meios ao seu alcance a fundação de estabelecimentos particulares de instrução primaria, profissional e artística; (...).

Os delegados de ensino (...): I – visitar, regularmente, todos os estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, da sua circunscrição, verificando quanto a estes últimos, as condições de higiene, moralidade e frequência (...) II- lavrar no termo de visita, em detalhe, a impressão recebida, sob os aspectos; III- apresentar ao superintendente geral do ensino relatórios detalhados dessas inspeções, denunciando as faltas e defeitos encontrados, sob qualquer ponto de vista e propondo todas as medidas que julgar convenientes em beneficio do ensino; IV – auxiliar os conselhos municipais da sua circunscrição, dando pareceres, propondo medidas, prestando informações sobre todos os assumptos que lhes competir; V – promover todos os meios ao seu alcance para fazer propaganda quanto á necessidade da difusão do ensino primário e profissional, e auxiliar a fundação de estabelecimentos particulares de ensino, de qualquer natureza. (PARANÁ, Lei nº1236, 1912, p. 147)

Algumas destas autoridades, representantes da elite intelectual e política paranaense, tinham influências diretas nas ações do governo. Destaca-se o médico e professor Victor Ferreira do Amaral e Silva (1862-1953), que exerceu o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do Estado do Paraná, no período de 1900 a 1904. Formou-se em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1884 e

dois anos depois assumiu a disciplina de Francês do Instituto Paranaense. Também foi vice-diretor da Escola de Belas Artes e Indústrias e, em 1912, participou na criação da Universidade do Paraná¹²¹, em 1913. Vítor Ferreira do Amaral tinha participação direta nas decisões relativas às políticas educacionais do Paraná (WACHOWICZ, 2006).

Outro personagem ligado às questões culturais e educacionais foi Sebastião Paraná (1864-1938), que iniciou sua vida profissional como professor de geografia do Ginásio Paranaense e da Escola Normal, tornou-se diretor das duas escolas e posteriormente, no período de 1900 a 1908, exerceu o cargo de Inspetor de Ensino de Curitiba. Sintonizado com o ideal republicano e militante do movimento Paranista escreveu livros didáticos que circularam nas escolas paranaense¹²².

Em 1920, o professor César Prieto Martinez, ex-diretor da Escola Normal de Pirassununga (São Paulo), foi convidado para assumir cargo de Inspetor Geral de Ensino do Estado. Em seu primeiro relatório declarava:

Tive a honra de ser o escolhido dentre inúmeros professores do meu Estado para desempenhar neste, rico e prospero Paraná o cargo, em comissão, de Inspetor Geral do Ensino, com o fim especial de remodelar o aparelho escolar existente.

Não sou um estranho ao magistério, pois na carreira de professor, vai para vinte anos, tenho empenhado as minhas energias, já estudando todos os problemas que a moderna Pedagogia procura resolver, já empregando uma atividade constante e fazendo da pratica o verdadeiro campo da experiência onde as convicções melhor se solidificam e os frutos aparecem com a feição real que determina, precisamente, os passos que se devem dar no futuro. (PARANÁ, 1921, p. 3)

Para o inspetor Cesar P. Martinez, suas responsabilidades com a educação do Paraná e todas as ações levariam em consideração mesmo “os mais insignificantes detalhes” (PARANÁ, 1921). Esses detalhes diziam respeito ao atendimento de todas as escolas no Paraná, e se constituíam de itens como a

¹²¹ Sobre a fundação da Universidade Federal do Paraná ver os trabalhos de: WACHOWICZ, (2006).

¹²² Das obras voltadas para a educação, destaca-se o manual didático “O Brasil e o Paraná”, publicado entre 1903 e 1941. Essa produção foi utilizada nas escolas primárias, para o ensino secundário. Sebastião Paraná também escreveu livros adotados no Ginásio Paranaense e na Escola Normal, no final do século XIX. Outras obras sobre o Paraná escritas pelo autor foram: “Esboço Geográfico do Paraná” (1889) e o manual didático “Chorografia do Paraná” (1899), “Os Estados da República 1911- 1925”, “Países da América” (1922) e “Países da Europa” (1926) (BAHLS, 2007).

localização das escolas, o perfil da população escolar, suas condições socioeconômicas, os usos e costumes das regiões em que elas estavam situadas, os recursos disponíveis, os meios de comunicação, a distância dos centros mais próximos, a situação climática, etc. Além disso, cabia ao inspetor conhecer as condições físicas da escola, o nível de conforto ambiental dos edifícios, o mobiliário, o método de ensino e a frequência dos alunos. Por fim, esse profissional teria a função de conduzir a interlocução entre a escola e o governo do Estado.

Em 1924 Martinez deixa o cargo de inspetor, que é assumido por Lysimaco Ferreira da Costa. Diretor do Ginásio Paraense e Escola Normal, neste estabelecimento de ensino foi também professor de Física e Química desde 1906. Em 1918, criou e dirigiu a Escola Superior Agrônômica do Paraná. Dois anos mais tarde foi Diretor e Lente de Pedagogia da Escola Normal. Anos depois organizou o plano de reforma da Escola Normal do Paraná. Em 1924 foi membro fundador da ABE¹²³ e no ano seguinte deixou a Diretoria da Escola Normal para assumir a Inspeção Geral de Ensino. Em 1928 assumiu a Secretaria da Fazenda do Paraná, consolidando sua significativa participação na vida política do estado (COSTA, 1995).

Muitos desses Diretores e Inspectores de Ensino contribuíram diretamente nas mudanças que ocorreram na educação no período estudado, bem como também no que aí se consolidou ou manteve. Nos relatórios aqui analisados destacam-se as solicitações, as constatações e as reclamações sobre a situação e a falta dos espaços escolares, como os principais problemas da educação paranaense.

As revistas e jornais reservavam espaço para as discussões sobre os acontecimentos relacionados à arquitetura das Escolas Normais no Paraná. Serão analisados aqui as publicações em jornais e revistas que criticaram, enalteciam, comentaram ou apontaram as ocorrências referentes às escolas de Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa.

Para essa análise, se recorrerá aos estudos de Maria Helena Capelato (1989), que defende que a imprensa pode ser um instrumento de manipulação de

¹²³ A Associação Brasileira de Educação (ABE) foi fundada em 1924, tendo sua sede na cidade do Rio de Janeiro. Para Marta Chagas de Carvalho em sua obra "Molde nacional e forma física: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)", esta instituição serviu para disseminar de ideias e práticas educacionais direcionadas ao controle social. (CARVALHO, 1998)

interesse “concebendo-a como agente da história que ela também registra e comenta” (CAPELATO, 1989, p. 12). A autora considera que os sujeitos que escrevem os artigos têm intenções, estão envolvidos com os ideários de uma determinada época histórica. A partir desta afirmação, ela destaca o jornal como fonte histórica que deve ser vista como uma representação de diferentes olhares. Ainda para Capelato:

A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção deste documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão produzidas em outras épocas. (CAPELATO, 1998, p.30).

As primeiras décadas republicanas foram marcadas pela fundação de vários jornais e revistas na imprensa do Estado. Entre os vários jornais que circulavam nas cidades em destaque, serão analisados nesta pesquisa os artigos dos jornais: “A República” (1886-1930)¹²⁴, “Diário da Tarde” (1899-até hoje), “Gazeta do Povo” (1919- até hoje) e “Ilustração Paranaense” (1927-1930), da cidade de Curitiba, o “O Progresso” (1907-1913) e o “Diário dos Campos” (1913- até hoje), publicados na cidade de Ponta Grossa e a revista o “Itiberê” (1918-1998), em Paranaguá¹²⁵.

Os artigos sobre as Escolas Normais veiculados na imprensa¹²⁶ nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá, e que circularam no início do século XX, até meados de 1930 foram retirados dos seguintes jornais e periódicos: “O Diário da Tarde”, “Gazeta do Povo”, “O Dia”, “O Progresso” e “Diário dos Campos”. Esses jornais e periódicos foram aqui selecionados em virtude da forte e longa influencia

¹²⁴ As datas referem-se ao período de existência dos jornais e revistas.

¹²⁵ O jornal “Dezenove de Dezembro” foi criado em 1854. Posteriormente surgiram outros periódicos: “A República” (1886), que representava o Clube Republicano teve circulação diária até 1930. Em oposição ao jornal “A República”, foi criado em 1899 o jornal “Diário da Tarde” como imprensa periódica.. Este jornal foi um dos jornais de mais prolongada circulação no Paraná, tendo se mantido até 1975. Já o jornal “Gazeta do Povo” começou a circular em fevereiro de 1919, propalando-se não pertencer a nenhum grupo político de militância política. Na cidade de Ponta Grossa o jornal *Diário dos Campos*, inicialmente chamado *O Progresso*, foi fundado em 1907. Foi considerado como o principal órgão da imprensa ponta-grossense durante a primeira metade do século XX. A revista *O Itiberê* teve circulação em Paranaguá no período de 1918 a 1998. Foi uma das revistas mais duradouras publicadas no Paraná.

¹²⁶ O termo “imprensa” é entendido aqui para designar não apenas o jornal impresso, mas também revistas, almanaques e folhetos.

que exerceram. As revistas “Ilustração Paranaense”, “O Itiberê” e “A Divulgação” são fontes que também refletiram o cotidiano da sociedade, registrando os hábitos e atividades realizadas nas Escolas.

Os textos jornalísticos são fontes que operam na construção de representações sobre modos de viver e de pensar de uma coletividade, constituindo, reforçando ou até mesmo renovando realidades culturais existentes na sociedade em que circulam. Relações, identidades e comportamentos passam a ser (re) criados e/ou (re) produzidos nos discursos veiculados pela imprensa.

Todos os artigos jornalísticos, de alguma maneira, trazem representações formadas a respeito das escolas. Entende-se aqui o termo “representação” na perspectiva de Roger Chartier (1991), que usa esse para designar o modo pelo qual em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada e dada a ler por diferentes grupos sociais.

A história cultural, tal como a entende o historiador francês, “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1991, p. 176). As representações - acrescenta Chartier - inserem-se “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”; em outras palavras, são produzidas “lutas de representações” em diversos níveis (Idem).

Nesse processo de construção das identidades sociais, estas resultam de relações de forças entre representações impostas por quem detém o poder isto é, “o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma” (CHARTIER, 1991, p. 183).

Para Chartier, devemos entender este contexto de três maneiras, o que o conduz a sustentar uma definição tríplice da representação:

(...) primeiro, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e de apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem; em seguida, as formas de exibição do ser social ou do poder político tais como as revelam signos e “performances” simbólicas através da imagem, do rito ou daquilo que Weber chamava de “estilização da vida”; finalmente, a “presentificação” em um representante (individual ou coletivo, concreto ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, dotado assim de continuidade e estabilidade. (CHARTIER, 1994, p. 113)

A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social. Partindo destas observações é possível perceber que o autor está interessado em entender a maneira pela qual os indivíduos se apropriam¹²⁷ de determinados conceitos. Nessa perspectiva, a imprensa criou representações através da sua inserção na sociedade. A maneira de tornar público uma determinada ideia ou tema tem na imprensa o instrumento privilegiado.

Retomando as considerações sobre a interpretação dos jornais, os estudos de Capelato (1991) destacam que os membros da imprensa consideravam-se uma “elite bem pensante”. Assumindo o papel de formuladores de valores que deveriam ser passados para os leitores, esses profissionais se autodenominavam como portadores da verdade, assumindo uma pretensa neutralidade e a condição de inquestionáveis (CAPELATO, 1991, p. 92).

Ainda segundo Capelato, os “jornalistas” tinham uma missão pedagógica: ensinar os cidadãos e atuar politicamente; ao mesmo tempo, impedir que se rebelassem. Neste sentido, tinham uma dupla função: por um lado, criticar e controlar os abusos do poder, por outro lado, segurar as “massas” contra possíveis revoltas. Essas tarefas podem ser consideradas como educadoras e políticas, ou seja, elas se dirigiam tanto a conscientizar quanto a disciplinar, transformando o povo em cidadãos ao mesmo tempo conscientes e ordeiros. (CAPELATO, 1991, p. 93)

A imprensa paranaense fez inúmeras comparações da situação brasileira com a das sociedades consideradas desenvolvidas, esforçando-se para compreender a realidade e sugerir medidas que eliminassem os entraves ao progresso. Os textos jornalísticos têm um papel importante na compreensão desse contexto, pois possibilitam uma visão das representações sobre as Escolas Normais no Paraná. As afirmações de Vieira (2005) sobre a contribuição dos jornais e a sua especificidade como veículo de circulação de ideias e representações acerca da educação e da instrução pública permitem um melhor entendimento da concepção da escola e das relações entre a escola e o projeto de urbanização. Além disso,

¹²⁷ O conceito de apropriação, utilizado por Chartier, refere-se a “uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais” que, insiste o autor, “são sociais, institucionais, culturais”. (CHARTIER, 1994)

expressam as práticas e as visões de mundo dos sujeitos e dos projetos políticos e pedagógicos.

Ainda para Vieira, no Paraná, do início do século XX, os principais intelectuais envolvidos com as publicações e escritas dos jornais e periódicos “pertenciam a famílias tradicionais” (VIEIRA, 2005, p. 22). Ocupavam cargos de destaque na política e na sociedade. Além de ocupar cargos no governo, atuavam como professores na Universidade do Paraná, no Ginásio Paranaense e na Escola Normal, havendo também dentre eles membros da Academia Paranaense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico. Vieira destaca que alguns jornalistas e professores, como “Raul Gomes, Sebastião Paraná, Dario Vellozo e Gastão Lima tornaram-se arautos da causa educacional, tendo a imprensa como seu púlpito privilegiado”. (VIEIRA, 2005, p. 22). Ainda para o autor estes intelectuais:

(...) envolveram-se com as paixões da cidade e, assim, defenderam a centralidade da questão educativa no projeto da modernidade brasileira. Nesse cenário, que envolvia sentimento de missão e engajamento político dos intelectuais, o magistério e o jornalismo tornaram-se meios de intervenção pública importantes. (VIEIRA, 2005, p. 22)

Todas as reportagens tratadas nesta pesquisa associam-se, de alguma forma, às discussões sobre a crítica e a falta de espaços adequados das escolas, sobre a divulgação e inauguração dos edifícios escolares, o impacto da escola na cidade e os eventos comemorativos. De maneira bastante diversificada, os debates na imprensa apresentam olhares distintos, ora falando em nome do governo, tornando públicos os seus atos, ora criticando os excessos e gastos do poder público. Os inúmeros atores envolvidos com a escola também foram representados nos jornais e revistas, quais sejam os professores, os alunos, os pais e os políticos.

A partir destas reflexões, o capítulo trata das impressões do Estado e as considerações da imprensa sobre a construção dos edifícios das Escolas Normais no Paraná. Nesse sentido, os artigos selecionados ilustram as inúmeras possibilidades que essa fonte oferece sobre as representações da construção das Escolas Normais nos municípios em destaque.

3.1 REIVINDICAÇÕES DE ESPAÇOS ADEQUADOS E CONSTRUÇÃO DAS ESCOLAS NORMAIS NOS RELATÓRIOS DO GOVERNO DO ESTADO

Para reformar a Instrução é preciso antes de tudo reformar o professorado. Sem bons professores e bons métodos não é possível melhorar o ensino público. (PARANÁ, 1905, p. 20)

O Diretor de Ensino do Estado, Reinaldo Machado, inicia o seu relatório de 1904 com o propósito de investir na formação de professores, depositando nessa ação a expectativa quanto à melhoria do ensino no Paraná. Entretanto, o discurso ainda estava distante da prática, visto que a formação de professores ficou em segundo plano durante duas décadas. Em meados do século XX, o governo atendeu as necessidades do curso ginásial e procedeu à construção dos Grupos Escolares. Essas foram as ações prioritárias na área da educação na época. A construção de um prédio que abrigasse somente a Escola Normal ainda não estava nos planos do Estado.

Com relação ao ensino secundário, o Paraná atendia principalmente as necessidades do Ginásio. A construção de um novo prédio seria fundamental para as atividades:

O edifício do Ginásio, contra cuja pequenez e imprestabilidade tenho reclamado em meus relatórios anteriores, vai felizmente ser substituído no próximo mês de março pelo amplo e elegante palacete em construção á rua Borges de Macedo.

A 3 de maio ultimo, como sabeis, após uma ligeira alocução por mim proferida, foi, perante as altas autoridades do Estado, lançada a pedra fundamental do novo edifício do Ginásio.

Em um novo prédio, bastante amplo e confortável, capaz de comportar uma academia, poderão ficar separados os cursos do Ginásio e da Escola Normal anexa.

(...) Essa separação, nesse consorcio híbrido, é reclamada há muito tempo em proveito dos alunos de ambos os cursos. Mas deve acarretar aumento de despesa. (PARANÁ, 1905, p. 16)

Em 1904 o Ginásio e a Escola Normal foram transferidos para o “suntuoso edifício”. Definitivamente, os ensinamentos Ginásial e Normal saíram das “acanhadas” dimensões do antigo prédio, que mal comportavam o número de alunos matriculados em ambos os cursos. As salas do novo prédio destinaram-se a fins diversos, assim distribuídos: diretoria, secretaria, salas de aulas, para atender o “consórcio híbrido” entre Ginásio Paranaense e Escola Normal. Porém, outras

instituições também utilizavam as dependências do edifício: a Biblioteca Pública do Estado, o Instituto Comercial Paranaense¹²⁸ e uma sala para a escola primária para o ensino prático de pedagogia dos alunos da Escola Normal. O novo edifício, apesar de suas vastas proporções, tornou-se pequeno para o funcionamento de todas estas atividades. Diferentes entre si, não poderiam instalar-se de maneira apropriada em um mesmo edifício.

Os professores relataram algumas dificuldades, principalmente em relação ao funcionamento dos laboratórios e gabinetes necessários para dar consecução aos programas de ensino. O professor de física e química, em 1908, Lysimaco Ferreira da Costa informava a falta de salas para laboratórios, para atender as aulas práticas das disciplinas de física, química e história natural do curso ginásial:

Todos os aparelhos e instrumentos estão colocados dentro de um grande armário, quais amontoados, não obedecendo a ordem alguma. Muitos aparelhos desmontados, para serem as peças colocadas dentro do armário, trazem o inconveniente de tomarem grande tempo antes e depois de cada lição para a sua montagem e desmontagem. (...) Seria mais compatível com um aspecto de laboratório que os aparelhos todos montados estivessem distribuídos pela sala (...) (PARANÁ, 1909, p. 107)

A situação que se encontrava a escola não satisfazia as aulas do ginásio, menos ainda as aulas da Escola Normal:

A nossa Escola Normal, onde se preparam os que se destinam á nobre profissão de professores deixa muito ainda a desejar, não só quando ás matérias professadas, programas, etc. como também quanto aos métodos de ensino adotados nesse curso profissional. Mas, para conseguir-se alguma coisa nesse sentido, faz-se mister em primeiro lugar separar o curso normal do Ginásio Paranaense, que funcionam conjuntamente. Compreende-se que desse consorcio hibrido só podem resultar verdadeiras anomalias. O curso normal não deve absolutamente reger-se pelas mesmas regras do curso ginásial: enquanto o primeiro se destina ao preparo de professores, que saibam infundir a instrução por todos os recantos do nosso vasto território, o outro destina-se ao ensino de humanidades aos candidatos aos cursos superiores ou aqueles que desejam alcançar as necessidades armas para a luta cotidiana pela inteligência e pelo saber. (PARANÁ, 1905, p. 48)

¹²⁸ O Instituto Comercial Paranaense, criado pela Lei nº 586 de 18 de março de 1905, começou a funcionar em uma das salas do edifício, contando mais de cinquenta alunos matriculados (PARANÁ, 1907, p 5).

Para os inspetores de ensino, diretores e professores envolvidos, os cursos tinham objetivos diferentes e o compartilhamento das instalações comprometia a qualidade dos dois tipos de ensino. Em 1907, o decreto nº 170 de 24 de abril propunha a separação física do Ginásio Paranaense e da Escola Normal. Isso, no entanto, criava um novo problema, relativo ao acúmulo de funções tanto do Diretor quanto de professores que trabalhavam em ambos os cursos. Seria preciso agora separar essas funções. A justificativa para isso apoiava-se no seguinte argumento: “antigamente, quando a instrução pública era pouco desenvolvida e a Escola Normal era frequentada por pequeno número de alunos, era tolerável e mesmo razoável a acumulação dos dois cargos (PARANÁ, 1907, p 5).

Além da relação pouco amigável entre os cursos, a biblioteca pública era aberta a todos os alunos e pela comunidade, o que constituía mais um argumento para a separação:

É sensível a falta de uma biblioteca para uso das lentes e alunos, como costumam ter todos os estabelecimentos congêneres. Em um dos departamentos do edifício do Ginásio e Escola Normal funciona a Biblioteca Pública, sob a gerencia de pessoal estranho á repartição, completamente autônoma, e que é franqueada ao publico durante a noite. (idem, p. 8)

Todas as instituições funcionando em um mesmo espaço trouxeram problemas para o andamento dos cursos e de certa forma para o funcionamento das outras repartições públicas. O professor Sebastião Paraná continuava sensível à falta de edifícios apropriados para o funcionamento das escolas na cidade. Em relatório apresentado, 1906, também confirmava a precariedade da formação do professor paranaense:

Por falta de uma escola modelo, anexa a Escola Normal, os alunos destas recebem apenas ensino teórico, de sorte que, concluída a aprendizagem teórica e nomeados para regerem cadeiras de cidade ou vila, veem-se embaraçados, conforme tenho presenciado as vezes, não sabendo ministrar ensino às classes e nem mesmo efetuar a escrituração respectiva. (PARANÁ, 1906, p. 14)

A separação imediata e completa do Ginásio Paranaense e da Escola Normal foi também solicitada em 1910, por Arthur Pedreira de Cerqueira. Ele insistia na separação do “destino desses dois cursos” e complementava que:

(...) são de tal modo divergentes que a fusão constitui, sem dúvida nenhuma, um estado perene de anomalia, com sérios prejuízos para os futuros normalistas que serão sacrificados em aula onde tem o predomínio, com caráter fundamental, o ponto de vista doutrinário.

Esta diferenciação convém mesmo estender-se, para produzir os seus maiores efeitos, até as direções dos respectivos estabelecimentos que devem ser distintos, a fim de se poder melhor imprimir ao curso normal o seu caráter eminentemente profissional e, portanto prático.

(...) A par desta reforma, entretanto, é urgente também uma providencia no sentido de se dotar o Estado, dentro dos recursos orçamentários, de prédios escolares próprios, com todas as condições higiênicas.

A maioria das escolas públicas, com efeito, funcionam atualmente em casas sem as precisas acomodações, sem ar e sem luz, o que além de prejudicar a saúde dos alunos, vai influir até sobre a moral, tirando-lhe, pelo mau aspecto da escola, o incentivo necessário, sob todas as formas, pelo estudo. (PARANÁ, 1910, p. 14)

Dez anos se passaram da virada do século e praticamente todos os relatórios de Inspetores e Diretores de ensino reivindicavam soluções para as “anomalias” que prejudicavam o Ginásio e a Escola Normal. Além da falta de espaço, do acúmulo de cargos, outro conflito foi exposto, a saber, a convivência dos alunos no mesmo prédio. No relatório de 1910 consta que:

De ano para ano aumenta sensivelmente o numero dos alunos de ambos os cursos, e daí resulta que, como a grande aglomeração, cada vez se torna mais difícil a fiscalização e conseqüente manutenção da ordem.

Os lentes sobrecarregados de trabalho com muitas horas de aulas diárias, e obrigados a obedecer á programas diversos, não tem tempo para cumpri-los convenientemente.

Convém, pois removê-lo para edificios separados e apropriado ao seu regular funcionamento. (PARANÁ, 1911, p. 62)

Era constante a pergunta sobre o sentido de se possuir material para o laboratório de física e química se não havia salas de aula preparadas para a utilização dos materiais. A falta de salas especiais para o estudo de desenho, para as aulas de geografia e outras disciplinas que requeriam instalações próprias se tornou reclamação recorrente dos professores. Essa ausência de espaços apropriados dificultava o andamento das aulas no Ginásio Paranaense, mas em pior situação encontrava-se a Escola Normal. Em alguns casos essa condição precária chegou a comprometer a oferta de certas disciplinas, inviabilizadas em virtude dos espaços reduzidos para as atividades práticas (PARANÁ, 1912, p.13). Para os professores e inspetores esse curso não poderia permanecer “incolor, singelo e

deficiente” (PARANÁ, 1911), pois estava mal aparelhado e incompleto para a grande missão a que estava destinado.

Não possuímos, ainda, com as condições essenciais de técnica e estética escolares, uma casa de ensino, nem só na Capital, como nas cidades e no interior.

Temos, é verdade já grandes numero de edificios escolares, de arquitetura mais ou menos apropriada, satisfazendo as melhores condições de higiene, fartamente banhadas de ar e luz., na Capital e em algumas cidades do estado.

(...) o conforto do edificio não repousa simplesmente nas suas linhas arquitetônicas, na divisão de seus cômodos, na distribuição cubica de seu ar e de sua luz, ele reclama a decoração interna, complexa e variada, segundo o destino do mesmo, atraente e nobre, por processo inteligentes e harmônicos, que firam a vista e regalem o espirito, quer dos que ai se instalem definitivamente, quer dos que o visitem (...). (PARANÁ, 1911, p. 8)

A necessidade de construção de um prédio destinado a abrigar o curso de formação de professores foi objeto da Lei de 1912. Entretanto, um edifício seria construído apenas quando fosse possível ao governo arcar com os custos. Os artigos da Lei do ensino explicitam os objetivos dos Cursos Normal e Ginásial, destacam as necessidades de cada um deles:

Art. 61: O ensino secundário será ministrado no Gymnasio Paranaense, de conformidade com o plano de ensino do colégio D. Pedro II, modificado convenientemente e acrescido das matérias que nesse plano faltarem para completar o ensino enciclopédico.

Art. 62 A escola Normal é destinada a formação de professores e parte doutrinaria deve ser ministrada de acordo com os métodos de ensino mais racionais, de modo a tornar as lições, ao mesmo tempo, de caráter eminentemente pratico.

Art. 63 O curso da Escola Normal será dividido em 4 anos e constará das seguintes matérias:

Português, francês, aritmética completa.

Art. 65 O Gymnasio Paranaense e Escola Normal funcionarão, logo que seja possível em edificios separados e sob direções distintas, destacadas da direção geral do ensino, mas serão servidas pelo mesmo corpo docente, enquanto o contrario não for exigido pelas necessidades do ensino. (PARANÁ, 1912, p. 147)

A disseminação das escolas primárias no início da República valorizou também o ensino público secundário de cunho propedêutico e dos cursos

profissionalizantes¹²⁹. Essa disseminação, entretanto convivia com condições precárias. Sebastião Paraná, então diretor das instituições, Ginásio Paranaense e Escola Normal denunciou a situação da escola:

A criação da escola Normal foi autorizada pela lei n. 456 de 12 de abril de 1876, e sendo, em virtude desta lei, expedido o respectivo regulamento, datado de 16 de julho daquele ano, foi a Escola inaugurada a 31 de julho, pelo Dr. Lamenha Lins, então Presidente do Paraná.

O edifício onde funcionam o Ginásio e a Escola Normal está em bom estado, apesar da goteira que continua a danificar uma de suas paredes centrais. As águas pluviais, descendo por um cano, sem dúvida partindo, espalha-se pela aludida parede, que se conserva húmida e manchada. (PARANÁ, 1917, p. 238)

O Diretor mostrava-se insatisfeito com as condições da Escola Normal, que continuava “infelizmente, anexo ao Ginásio Paranaense”. Ele insistia em que a separação das duas instituições seria vantajosa para ambos os cursos.

A diversidade dos programas, a reunião dos alunos nas mesmas salas, além de outras inconveniências, embarçam o serviço do ensino (...) Ensinados pela experiência, diversos Diretores da Instrução Pública do Paraná, em documentos oficiais reclamaram esta separação.

As informações sobre o ensino secundário, profissional e superior são incompletíssimas. Somente em relação á Escola Normal e Ginásio Paranaense as notas sobressaem. (PARANÁ, 1917, p. 201)

Nas primeiras décadas do século XX, o atendimento e das necessidades da Escola Normal não foi prioridade para o governo. Em contrapartida foi neste período que se iniciou um modelo da arquitetura escolar paranaense voltada ao atendimento do ensino primário, através dos Grupos Escolares.

As mudanças sociais dos anos 1920 traduziram-se, entre outras iniciativas, nas diversas reformas do ensino no país¹³⁰. Em relatório dos trabalhos da Inspeção Geral de Ensino, ao analisar as condições encontradas sobre os prédios escolares no Estado do Paraná, o inspetor Martinez, vindo de São Paulo, denunciava que as construções não consideravam os preceitos pedagógicos modernos:

¹²⁹ Curitiba contava com o Ginásio Paranaense e a Escola Normal, o Instituto Agrônomo, o Instituto Comercial, a Escola de Aprendizes e Artífices e a Escola Profissional Feminina. Em Ponta Grossa, o estado mantinha o Curso Comercial (TRINDADE, 2001).

¹³⁰ A Reforma do Ensino em São Paulo foi promovida por Sampaio Dória, em 1920; no Paraná, por Lysimaco Ferreira da Costa, em 1923; no Ceará, por Lourenço Filho, em 1922-1923; na Bahia, por Anísio Teixeira, em 1925-1927; em Minas Gerais, por Francisco Campos, em 1927; em Pernambuco, por Carneiro Leão em 1928.

Tais preceitos da arquitetura escolar, facilmente observáveis, foram olvidados nas nossas construções, tornando-as defeituosas sob todos os pontos de vista e inadaptadas para os fins a que se destinam. Pecam quase todas pelo tamanho, formato e disposição das salas, pela distribuição inconveniente da luz, pela falta de comunicação internas. (PARANÁ, 1922, p. 16)

Prieto Martinez também destacava a caótica situação do ensino primário, tanto na capital quanto no interior quando chegou ao Paraná. Após um ano de trabalho no Estado, afirmava que sua vinda foi essencial para o ensino no Paraná. Segundo o inspetor eram raros os grupos escolares que se encontravam em condições de funcionamento. Mais incertas ainda eram as das escolas isoladas.

Não se veja nisto um exagero. Apelo para os que estavam ao par desse estado. Eu mesmo, as vezes, parece exagerar quando renovo o juízo que fiz por ocasião das minhas primeiras observações, - tal a transformação que se operou. (PARANÁ, 1923, p. 14)

Cesar Prieto Martinez iniciou seu trabalho em 1920, como Inspetor de Ensino, antes denominado de Diretoria Geral da Instrução Pública do Paraná. Contratado pelo governo do Estado com a finalidade de “remodelar o aparelho escolar existente” (PARANÁ, 1921, p. 3). A construção da Escola Normal foi uma de suas prioridades e no relatório apresentado descreveu sobre o edifício no item, “Do novo edifício da Escola Normal”:

Sendo a Escola Normal a base sólida de toda reforma educacional na instrução pública primária, claro é que deve merecer o máximo cuidado por parte dos governos.

A organização desse instituto eminentemente profissional determina forçosamente o bom ou o mau êxito de todo o aparelho escolar, pois fornece o material mais importante, que é o professor.

Os cuidados relativos a tão magno assunto começa pelo edifício.

A construção que se vai iniciar será um grande passo para a instrução pública do Paraná e atestará o firme propósito que animou o espírito do Exmo. Sr. Dr. Presidente do estado em prestar à sua terra serviços relevantes (PARANÁ, 1921, p. 17).

Após as inúmeras reclamações, vide relatórios de inspetores desde 1904, os responsáveis pela gestão da educação e o Governo deram início à construção do prédio da Escola Normal em Curitiba. O projeto, segundo relatório do Estado de

1921, obedeceria a todos os rigores da Higiene e da concepção pedagógica em vigor. O Inspetor Geral da Educação, Prieto Matinez, propôs um “estabelecimento modelar” com capacidade para comportar 1.200 alunos. De acordo com ele:

No suntuoso edifício funcionarão, além das aulas Normal, o grupo modelo anexo, o curso intermediário e duas escolas isoladas, modeladas pelo padrão que deve formar os demais estabelecimentos desse gênero. (PARANÁ, 1921, p. 17)

As justificativas para a suntuosidade da construção do prédio se baseavam na consideração de que ele deveria oferecer uma estrutura que viabilizasse uma “rigorosa educação profissional” (PARANÁ, 1921, p.23), o que requeria ambientes adequados. Desta forma acreditava-se que os professores, motivados no “espírito para o sacerdócio”, ensinariam seus alunos nas escolas primárias com “os lucros morais de sua carreira em benefício da família, da sociedade e da Pátria” (PARANÁ, 1921, p.23).

A formação dos professores tornou-se, na década de 1920, um dos principais investimentos financeiros do governo. Algumas ações governamentais tiveram seus esforços dirigidos às mudanças na educação. Dentre essas ações destaca-se a própria vinda de Cesar Prieto Martinez, as mudanças do programa de ensino e a construção de três edifícios suntuosos. Essas foram algumas orientações do governo na transformação do ensino para a formação de professores.

A carreira do professor de ensino primário no Paraná estava organizada em três categorias: normalistas, efetivos e subvencionados federais e estaduais. Para o inspetor Cesar Prieto Martinez a categoria normalista seria ideal para atender as necessidades da educação. Para o inspetor, o professor formado pela Escola Normal seria o educador exemplar: “o bom educador, o educador completo, aquele que tem mais probabilidade de vencer é o que alia ambos os elementos: a ciência e o gosto de ensinar” (idem, p. 21).

Para Martinez o professor primário ideal deveria ter o diploma de normalista, o que levou a concluir que, uma única Escola Normal não era suficiente para atender todo o Estado. Ele então propôs a criação de mais duas escolas:

Considerando ainda que uma Escola Normal na capital é insuficiente, pois que do interior dificilmente se encaminham candidatos; e mais ainda que os professores aqui formados não deixam a capital, preferindo permanecer na

expectativa de uma colocação no centro, ou desistindo, em busca de outro rumo; ficando, como consequência, sem professores a zona afastada do litoral e do interior, servida exclusivamente por pessoal leigo, com graves prejuízos para o ensino, alvitrei a criação de mais duas escolas: uma em Ponta Grossa e outra em Paranaguá. (PARANÁ, 1923, p. 24)

Desse modo, novas escolas de formação de professores deveriam se expandir pelo Estado. No mesmo relatório foi apresentada a foto da Escola Normal de Curitiba, fundada em 1922, e a da Escola Normal de Ponta Grossa, ainda em construção no período, fundada em 1924. O desenho da fachada da Escola Normal de Paranaguá foi destacado pelo governo, a obra foi iniciada em 1924 e concluída apenas em 1927.

ESCOLA NORMAL SECUNDARIA DE CURITIBA



ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA



DESENHO ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ

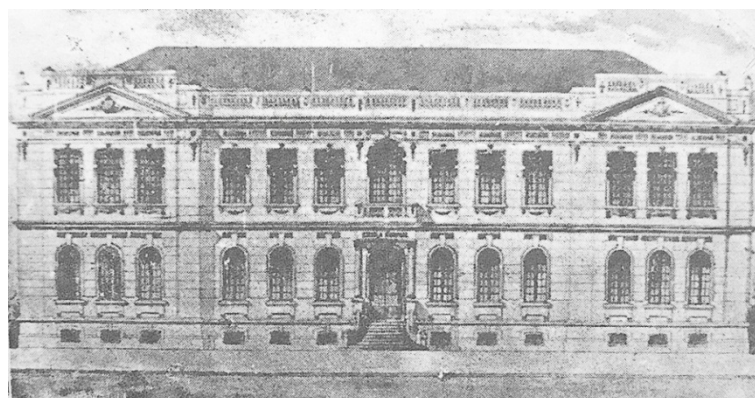


FIGURA 29 – IMAGENS DAS ESCOLAS NORMAIS DO PARANÁ.
FONTE: PARANÁ, 1923, p. 24.

Os problemas educacionais do Estado eram inúmeros. Os relatórios apontam não só uma rede de ensino esgotada, mas um sistema atendido por profissionais com deficiências no que diz respeito à qualificação pessoal. Por isso, o primeiro passo seria a disseminação de uma escola de formação de professores:

A realização, pois, da instalação da Escola Normal de Curitiba em novo e esplêndido edifício, separados do curso ginásial; a inauguração de outra Escola em Ponta Grossa e o próximo início de Paranaguá constituem o passo mais acertado que o Paraná deu em relação ao futuro de sua instrução primária, podendo-se afirmar que com tão esplêndidas bases, o seu aparelho escolar está fadado a distinguir-se como verdadeiro pioneiro na marcha pela qual todo o Brasil anseia para libertar-se do maior de seus males- o analfabetismo. (PARANÁ, 1923, p. 24)

De acordo com os relatórios oficiais de Inspetores de Ensino, de Professores e de Diretor das Instituições Ginásio e Escola Normal pode-se afirmar que era unânime a insatisfação com a qualidade física e material daquelas escolas. Assim, apesar da urgência na construção de escolas, o estado do Paraná não dispunha de orçamento até os anos de 1920. Desde a sua inauguração, a escola de formação de professores sofreu os efeitos das deficiências de pessoal, uma vez não existiam professores especializados para o curso Normal. A situação era agravada pela impossibilidade de organização de ambientes próprios para o ensino do magistério.

Até meados da década de 1920 era constante nos discursos oficiais a opinião de reconhecimento da necessidade da construção das escolas. As discussões sobre a Escola Normal de Curitiba apareceram com maior frequência nos relatórios, em primeiro lugar por ser a única escola de formação de professores, e em segundo lugar porque essa discussão surgiu no relatório somente neste período. No ano de 1928, o diretor da Escola Normal de Ponta Grossa, Roberto Emilio Mongruel, apresenta em seu Relatório o andamento da escola e solicita a construção de um pavilhão de ginástica para que as aulas de ginástica não fossem comprometidas e as festas escolares pudessem ocorrer em um local mais adequado (RELATORIO, 1929).

Na Escola Normal de Paranaguá, em 1929, o Relatório do diretor apresenta o problema relativo às instalações elétricas da escola. Dois anos após a inauguração da escola, ele descreve a seguinte situação: "(...) se verificou que as instalações estavam inutilizadas e constituíam eminente perigo para o edifício desta Escola Normal" (RELATORIO, 1929, P. 18).

A conservação do majestoso edifício da Escola Normal "Dr. Munhoz da Rocha" tem sido uma preocupação constante desta Diretoria, para não deixar de maneira alguma desmerecer essa grande obra, já pela harmonia e beleza que encerra, já pelo papel saliente que representa na instrução pública do Paraná, dada a sua privilegiada situação geográfica, é por assim

dizer um estabelecimento sobre o qual pesa em parte grande responsabilidade do nome da Instrução Pública do estado, que é preciso sustentar, manter, zelar com carinho a abnegação, porque, de outra maneira não se pode interpretar a nobre missão do verdadeiro professor, que ama sua profissão, sua terra e que procura cumprir o seu dever, para fazer jus a confiança dos dirigentes de Ensino do Estado. (RELATORIO, 1929, p. 21).

Após a construção das Escolas Normais de Ponta Grossa e de Paranaguá, têm início as reivindicações de ampliações e melhorias nos edifícios. Surgem as queixas dos diretores solicitando a ampliações e reformas do prédio.

Nesta parte da pesquisa procurou-se mostrar as principais justificativas dos Inspectores que promoveram a construção de uma Escola de Formação de Professores no Paraná. A escolha das cidades, tratada no capítulo anterior, deve ser integrada às demais medidas conjuntas do Estado: ocupação do território paranaense, promoção de cidades em franco desenvolvimento econômico, construção de uma instituição de ensino que forme profissionais capazes de difundir conhecimentos em um Estado que pretendia modernizar-se.

No trecho a seguir se tratará das impressões da mídia em relação ao atendimento do Governo Estadual para a escola de formação de professores.

3.2 A IMPRENSA PARANAENSE E O ACOMPANHAMENTO DAS CONSTRUÇÕES DAS ESCOLAS NORMAIS

Muitas manifestações sobre a necessidade da criação de um espaço próprio para a Escola Normal também foram noticiadas pela imprensa da época.

Ao estudar a história de formação dos professores de Ponta Grossa nas primeiras décadas do século XX, Nascimento (1999) sustenta que, nas escolas públicas da região a aplicação do método adequado era dificultada pela falta de formação de professores, pois a Escola Normal de Curitiba não era o suficiente para atender todo o Estado. A crítica à ausência de formação do professor qualificado aparece no jornal "O Progresso" de 1910: (...) sem o indispensável preparo profissional. (...) se torna incapaz de dar uma orientação científica ao nosso aparelho escolar e de aumentar o progresso (...). (O PROGRESSO, 13.07.1910. *Apud* NASCIMENTO, 1999, p. 162).

Os problemas pela falta do preparo do professor preocupava a sociedade. Mas as discussões sobre a construção dos edifícios se intensificaram apenas na década de 1920. Conforme notícia publicada pelo jornal “Gazeta do Povo”, em 19 de abril de 1920, intitulada “A Escola Normal”, a organização dos cursos secundários da capital e a inadequação da instituição foi assim questionada:

No Paraná, para a diplomação do professorado público aí está a Escola Normal, estabelecimento que a par de vários defeitos de organização e desenvolvimento de programa tem seu lado brilhante e um passado distinto. Entre as falhas apontadas que o impedem de erguer-se a altura de curso exemplar, o que é, não nos iludamos, qualidade soberanamente essencial e imprescindível para a boa difusão do ensino publico, está a sua atual situação e formação ao lado do Gymnasio Paranaense, com ensino, cujos intuitos são diversos, em vários pontos de contato, com aulas assemelhadas por necessidades de local, com curso viciado por imposições de um prédio inadequado, com programa forçado pela sua aplicação, em aulas comuns, por professores simultaneamente dos dois cursos. (Gazeta do Povo, 19 de abril de 1920).

O texto inicia enaltecendo o papel do professor e declarando a esperança de que os investimentos realizados pelo governo nas Escolas Normais contribuam para o desenvolvimento da educação. Esta seria uma ferramenta para a salvação dos cidadãos e o fortalecimento do Estado. Contudo, a crítica principal era dirigida à permanência da Escola Normal no mesmo prédio em que funcionava o Ginásio Paranaense, na Rua Ébano Pereira. Para o autor do artigo, um dos problemas decorrentes disso seria a falta de espaços adequados, as aulas comuns e o acúmulo de cargo dos professores nos dois cursos. Segundo o jornalista, o professor sobrecarregado limitava-se à execução dos programas de ensino. O mais preocupante seria a ausência de investimentos para a melhoria do curso por parte do governo.

Na continuidade do texto, o autor reitera a necessidade de uma construção especial para a Escola Normal:

Ao que parece, felizmente, o governo do Estado já cogita em sanar esse defeito primordial, como nós próprios há dias noticiamos. Ao que se diz, porem, o novo prédio da Escola Normal, será levantado no atual terreno do Tiro Rio Branco.

Eis ai uma ideia que prejudica, *in totum*, a boa e louvável intenção do nosso governo, fazendo-a, pela sua má aplicação, cair no desagrado dessa briosa corporação, da mocidade que ali se instrui militarmente, do nosso povo mesmo.

Nas condições em que no Brasil se balançam os tiros de guerra, roubar ao nosso a caserna, a sua sede, equivale a dar-lhe golpe de morte.

Julgamos, porem, que o Sr. Presidente do estado, dará cumprimento ao seu programa de reforma a Escola Normal, cuja execução se impõe, sem prejudicar tão intimamente e radicalmente a gloriosa corporação, que é uma das poucas glorias do Paraná. (Gazeta do Povo, 19 de abril de 1920).

O governador Caetano Munhoz da Rocha foi com frequência cobrado pela promessa de construção do novo edifício. O cumprimento dessa promessa, no entanto, era dificultado pela situação econômica em que se encontrava o Paraná, abalado pelos conflitos da Guerra do Contestado, situação que era agravada pelo contexto econômico nacional, visto que o Brasil enfrentava os efeitos do desfecho da Primeira Grande Guerra (1914-1918). Um dos efeitos prejudiciais desses acontecimentos era o decréscimo de exportação dos produtos paranaenses, com os consequentes prejuízos de ordem econômica daí decorrentes¹³¹. Apesar da situação econômica adversa, aos olhos do autor do artigo, no Paraná, os investimentos com a educação não poderiam parar.

A situação constrangedora em que se encontrava a Escola Normal de Curitiba continuava alvo de denúncias pela imprensa. No artigo “Em decadência? Um estabelecimento de gloriosas tradições que vai perdendo gradativamente de importância”, publicado na Gazeta do Povo, em 1922, destacava que:

Ali, na rua Aquidaban, esquina da rua Voluntários da Pátria, ergue-se em vias de conclusão um prédio de amplas dimensões, que pela sua construção especial e pelo destaque que consegue sobre o cenário local chama a atenção de qualquer transeunte.

- Que prédio é aquele?

- Ali? É o edifício da Escola Normal, que o governo mandou fazer...

E lá fica o transeunte curioso a olhar para o prédio em construção, fazendo interiormente cálculos sobre a importância que deve ter um estabelecimento merecedor de uma sede tão importante, construída especialmente, por certo segundo as mais modernas regras higiênicas e pedagógicas, e numa época em que o governo faz da economia o seu Cavalinho de batalha administrativa. (Gazeta do Povo, 04 de maio de 1922).

¹³¹ Para a análise da crise econômica e industrial do período destacado ver PEREIRA, (1996), GODINO CABAS, (2004).

O discurso jornalístico exaltava a construção do novo prédio, iniciado em 1920 e inaugurado em 1922, mostrando ao leitor a grandeza da obra e sua importância para a cidade. Em contrapartida, a imprensa tratava com ironia o governo que, se por um lado oferecia naquele momento um magnífico prédio, por outro retardava a construção de outras obras públicas, também consideradas importantes. Para o autor do artigo, todo empenho para construção do novo prédio que abrigaria a Escola Normal, “um estabelecimento em franco progresso” não passou pelas mesmas restrições orçamentárias que outras obras públicas, “puro engano” dos desavisados:

Sim senhor! Puro engano de quem fizer uma tal reflexão.

A Escola Normal vai agora ter um edifício especial, mas já não é a mesma Escola Normal de anos atrás, companheira de glórias do Ginásio.

Não vai nisto uma afirmativa no ar, nem tão pouco uma censura que alcance a administração desse estabelecimento. Nada disso. O fato é outro: e é isso o que queremos frisar.

Para melhor, porém, alcançar o nosso intuito, lancemos um rápido olhar para o passado, a vislumbrarmos o tempo em que a Escola Normal era um nome que reunia, com o Ginásio, o centro mais importante de instrução desta capital.

E, então, poderemos acentuar a diminuição de importância do imprescindível estabelecimento. (Gazeta do Povo, 04 de maio de 1922)

Outra crítica do artigo se referia aos exames de admissão de normalistas. O jornalista denunciava também o decréscimo das matrículas da escola:

Estes dados não dão uma ideia comparativa do que foi a Escola e do que Ela é. Mas representam numericamente a que está Ela reduzida.

Vejamos a matrícula nestes últimos anos! (...)

Na progressão decrescente de 44 matrículas (novas ou de “repetentes”) em 1919, desce a 37, baixa a 28 e fica neste ano em 22.

E neste ano prestaram exame de admissão só 9 candidatos, vindo os outros da Escola Intermediária.

Alias é evidente, e dispensa argumentos de lógica, o fato de que a Escola Normal, sendo o estabelecimento que forma professores, apresentando uma matrícula excepcional pequena, é que pouca gente quer ser mestre-escola.

Dai muito simplesmente se conclui que o magistério já não atrai mais ninguém, o que nada justifica a ser sua própria decadência, isto é, ter-se reduzido a uma carreira abandonada, que ninguém mais quer seguir.

E porque?

Isso é o que com vagar vamos mostrando... (Gazeta do Povo, 04 de maio de 1922).

A todo o momento o autor provoca o leitor a questionar a necessidade de uma construção daquele porte, ponderando que, além do decréscimo da procura de alunos pelo curso de professores, o estado não se encontrava em condições financeiras para o gasto excessivo com o novo “palácio da instrução”.

Estas construções exigiram um grande investimento por parte do Estado. Segundo Relatório do Governo do Estado, os três edifícios, a saber, a Escola Normal de Curitiba, a Escola Normal de Ponta Grossa e a Escola Normal de Paranaguá custaram aos cofres públicos, respectivamente, 621:700\$651, 348:861\$090 e 800:000\$000. Esses valores evidenciam a enorme discrepância entre os custos das três escolas. Nota-se que a Escola de Curitiba custou o dobro da Escola de Ponta Grossa. Isso provavelmente deveu-se ao fato de que em Ponta Grossa a escola tem um pavimento a menos e que os detalhes dos acabamentos em suas elevações foram menores do que os correspondentes da Escola de Curitiba. No caso da Escola de Paranaguá, pode-se verificar que as condições do terreno exigiram mais intervenções para acomodação do edifício. Além disso é visível, o primoroso acabamento e detalhamento dos ornamentos do edifício, o que pode ter encarecido ainda mais a obra.

A imprensa estava atenta às ações do Estado. Outro artigo, publicado no jornal “Diário da Tarde” questionava a real necessidade de construção de mais duas Escolas Normais no Paraná:

(...) o Paraná ainda não tem necessidade de dispor de outras Escolas Normais além da existente na capital.

Vejamos.

Há ai por todo o Estado uma verdadeira multidão de professores normalistas e que se acham afastados do seu mister.

Poucas, muito poucas são as escolas, que deverão ser regidas por normalistas e que se acham vagas.

Depois, anualmente o numero de alunos que converge para a Escola Normal da capital é enorme.

Presentemente, essa Escola, dirigida brilhantemente e com um corpo docente de alto saber, dispõe de numerosas dezenas de aspirantes a professores normalistas.

Nestas condições temos que, ainda por largo numero de anos, a Escola Normal da Capital poderá fornecer educadores para todo o Estado.

O governo, pois, ao em vez de promover a criação de mais duas Escolas Normais, deveria promover o aumento dos vencimentos do professorado. (DIÁRIO DA TARDE, de 27 de abril de 1921).

Os argumentos do jornalista sobre a ampliação de escolas de formação de professores não levaram em consideração os valores que os alunos do interior e do litoral do estado precisavam despendar para estudar na Capital. Pelos relatórios dos Inspetores, muitos professores desistiam das aulas dos grupos escolares e das escolas isoladas porque não viviam na localidade em que as instituições atendiam. Segundo Martinez, era preciso interiorizar a educação, e as escolas naquelas cidades funcionaram como um chamariz para que futuros jovens pudessem se interessar pela profissão.

De qualquer modo, o destaque principal referia-se aos proventos dos educadores do Estado. Além disso, para o colunista do “Diário da Tarde” havia excesso de profissionais habilitados, e não o contrário:

(...) Esse um meio acertado de passarmos a ter instrução publica na altura dos progressos que o Estado tem operado.

As duas Escolas Normais cuja criação está em projeto, virão congestionar o aparelho da nossa instrução publica. Virão congestionar ainda mais por isso que congestionado ele já está com o numero elevado de professores normalistas, todos cultos, de que dispomos.

O problema, pois, deve ser resolvido pelo seu lado mais pratico: aumentando os vencimentos do professorado, que, de resto, é a classe cujos serviços são mais mal recompensados, em todo o Estado. (DIÁRIO DA TARDE, 11 de fev. 1921)

Na ótica do jornalista do “Diário da Tarde”, o problema da educação paranaense não se resolveria pela construção de mais Escolas Normais, mas pelo aumento dos vencimentos dos professores. Esses argumentos, contudo, não consideravam as condições precárias das escolas do interior, isoladas ou rurais, nem a formação insuficiente dos professores, em geral leigos, que nelas atendiam. Outra matéria sobre o tema, intitulada “A debandada do professorado”, de 27 de abril de 1921, denunciava os contratemplos na construção dos “templos de luz”. O ataque tinha como alvo a construção da Escola Normal de Curitiba:

(...) temos um palácio suntuoso que lhe servirá de sede se constrói, para estar terminado ainda neste quadriênio.

Este fato e aquela sugestão são de molde a fazer crer num ressurgimento do professorado paranaense, cruelmente abalado nos últimos tempos.

Julgar-se-ia que a nossa mocidade estudiosa quisesse abraçar o magistério publico no Paraná, com ardor e vontade, seduzida por uma posição que se

lhe não fosse de comodidade plena, lhe assegurasse ao menos a independência econômica e a pusesse a salvo de vexames.
Entretanto, não é isso o que se dá.
Preparam-se os grandes templos de luz para ficarem às moscas. (DIÁRIO DA TARDE, de 27 de abril de 1921).

A matéria denunciava as vagas ociosas no curso Normal, o que era tratado como um desperdício de dinheiro público, tendo em vista que o edifício destinado ao referido curso resultaria por aquele motivo subutilizado. De fato, as matrículas do Ensino Normal não eram significativas até os primeiros anos do século XX, em virtude do pouco incentivo de Estado àquele curso.

Mesmo assim, um relatório do mesmo ano assinado pelo Inspetor de Ensino indicava a necessidade de se construir mais escolas, com a justificativa de proporcionar emprego aos profissionais do magistério. A razão alegada para isso era a constatação descrita no relatório, de que, em algumas cidades do Estado, as escolas eram completamente inexistentes.¹³²

Ao mesmo tempo em que se questionava a necessidade de construção das escolas na imprensa, o governo do Estado publicou um artigo na revista “O Ensino”¹³³ intitulado “O que o Paraná tem feito nestes últimos dois anos” (O ENSINO, 1922, p. 7), em que busca responder a todas as dúvidas e denúncias levantadas. No texto, escrito pelo próprio Inspetor Geral do Ensino, Pietro Martinez, o governo defende-se argumentando que:

Dentro dos recursos orçamentários o Governo está conseguindo que o ensino público primário tome um impulso considerável e, nesse prosseguimento, chegará dentro em breve a extinguir o analfabetismo até nas zonas de população menos densa. (...)

Em 1922, por ocasião do centenário, inaugurará o sumptuoso edifício de sua Escola Normal, onde também serão instalados o Grupo Modelo, escolas isoladas e o Jardim de Infância, com a capacidade total para 1.200 alunos.

Estão em projeto os edifícios das duas novas escolas normais que deveram ser instaladas em Ponta Grossa e Paranaguá. (O ENSINO, 1922, p. 7)

¹³² Ver estudos de Miguel, 1992, sobre a pedagogia da escola nova na formação do professorado paranaense. (MIGUEL, 1992)

¹³³ Revista “O Ensino” era um periódico publicada pela Inspetoria Geral do Ensino do Paraná. (Acervo Biblioteca Pública do Paraná).

O Governo confirmou os custos das construções das escolas normais e a compatibilidade desses gastos com o orçamento público. Para o Estado a única maneira de melhorar a educação consistiria no investimento e na formação dos professores para atender às crianças que precisavam de escola.

A nova escola agora possuía prédio próprio e equipamentos adequados. Definitivamente os anos de 1920 foram marcados pelos investimentos na formação dos professores no Paraná. As intenções dirigidas à construção de escolas especiais, embrionárias desde o final do século XIX, finalmente se tornaram realidade. Os fatos ficaram registrados nos principais periódicos e relatórios dos anos de 1920. A população estava atenta às ações do governo em relação à educação, e isso provocou uma série de reformas educacionais no Estado. O impacto da construção das Escolas Normais será examinado doravante.

3.3 REPRESENTAÇÕES E AÇÕES DAS NOVAS ESCOLAS NORMAIS: INAUGURAÇÕES, FORMATURAS E FESTAS ESCOLARES

O desenvolvimento das cidades escolhidas para construir as Escolas Normais foi divulgado na imprensa de maneira a vincular os arruamentos, a infraestrutura urbana, os edifícios suntuosos, à modernidade dos prédios escolares, como se estes prédios tivessem contribuído com a modernização das cidades de Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa.

No artigo chamado “A urbanização de Curitiba” (Ilustração Paranaense, 1929, p.23), o autor enaltece as condições da cidade à época ressaltando melhorias tais como “calçamento, luz, água e esgoto, locomoção fácil” (idem). Alguns prédios foram lembrados como parte do desenvolvimento: o Paço Municipal, a Catedral, a Estação Ferroviária, a Universidade do Paraná e a Escola Normal. As duas últimas foram destacadas na reportagem com as fotos abaixo:

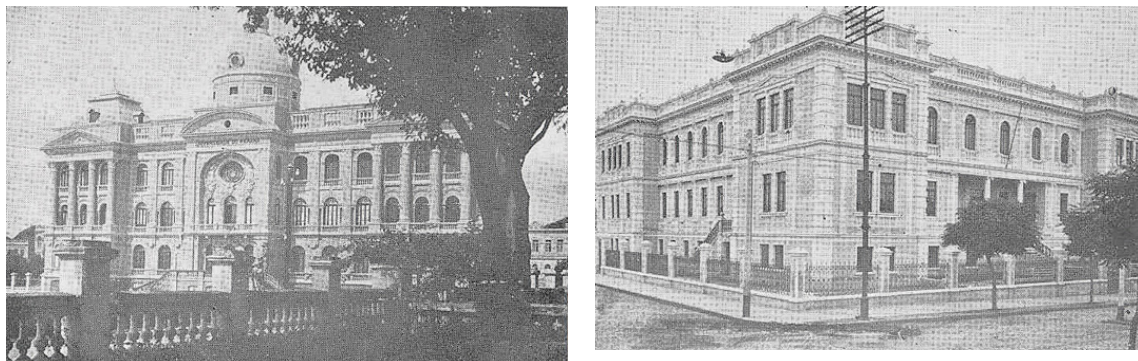


FIGURA 30 - UNIVERSIDADE DO PARANÁ E ESCOLA NORMAL DE CURITIBA.
 FONTE: ILLUSTRACÃO PARANAENSE, 1929, P.23

Publicado na revista *Ilustração Paranaense* do ano de 1929, o artigo “Curitiba: capital do Estado do Paraná” apresentava a situação do ensino no Estado:

A instrução das mais adiantadas do país, é ministrada em 288 escolas isoladas; 20 grandes grupos escolares, seis jardins de infâncias, 25 grandes Colégios; Escola Complementar; Escola Normal Secundária; Ginásio com duas seções, internato e externado; Instituto Comercial; Escola Agrônômica; quatro Escolas de Comercio; Patronato Agrícola; Escola Profissional Feminina; Escola de Aprendizes Artífices; Seminário; Conservatório de Musica. A Universidade possui os seguintes cursos: Medicina, Farmácia, Odontologia, Direito, Engenharia Civil, e Curso de Química Industrial (...) (ILLUSTRACÃO PARANAENSE, mar., 1929).

Outros artigos, como “A urbanização de Curitiba” e “Curitiba: capital do Estado do Paraná” usaram a Escola Normal como propaganda da gestão dos governantes responsáveis por sua construção, valendo-se tanto de sua arquitetura, quanto do seu papel educativo. Os edifícios trouxeram o desenvolvimento e a reorganização do entorno, expressando a representação do progresso trazido pelos governantes da época. A instituição de formação de professores era propalada como tendo a mesma importância da Universidade Federal do Paraná, como se a esta se nivelasse, representando também o ápice do progresso e do conhecimento.

A matéria “A laboriosidade profícua do Comt. Didio Costa na prefeitura de Paranaguá” é dedicada às ações do então prefeito da cidade de Paranaguá. As melhorias referiam-se ao abastecimento de água, tratamento de esgoto, às novas edificações e aos melhoramentos urbanos como a ampliação de calçadas, drenagem e ajardinamento. A Escola Normal de Paranaguá não deixou de ser citada:

(...) até o momento presente, quando mal acaba de ser entregue (...) o monumento que é a Escola Normal, modelar pela concepção, realização e emprego; daquele tempo a esta parte tem a cidade melhorado lentamente, desenvolvendo-se pela maneira que todos constatamos, na dependência natural de muitas circunstancias, das de ordem privada.

Estavam ainda pondo remates no edifício da Escola Normal, que imensamente fez a cidade melhorar em derredor dela, quando se deu inicio as obras de melhoramento do porto de Paranaguá; (...)

Os três acontecimentos capitais deste ano assim podem acentua na ordem dos feitos preparativos do próximo e grandioso surto de Paranaguá: na Escola Normal não sobra uma carteira; pela estrada do mar está a encaminhar-se tudo o que pode ir e vir, da cidade aos extremos do litoral de sudoeste e reciprocamente; e quanto ao porto, é visível e palpável, o crescente conjunto de instalações e serviços subsidiários, prestes a atingir acabamento para construção propriamente dita, conseguindo-se um porto amplo e moderno, como o desejamos. (ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE, jan., 1928).

Para o jornalista, a cidade de Paranaguá estava em franco desenvolvimento e a escola contribuía para isso. O novo “monumento” da cidade, a Escola Normal, daria visibilidade aos novos signos políticos e culturais, visto se constituir em um lugar “modelar pela concepção, realização e emprego”. O artigo deu especial destaque a escola, para ilustrar a reportagem anexaram as fotos a seguir.

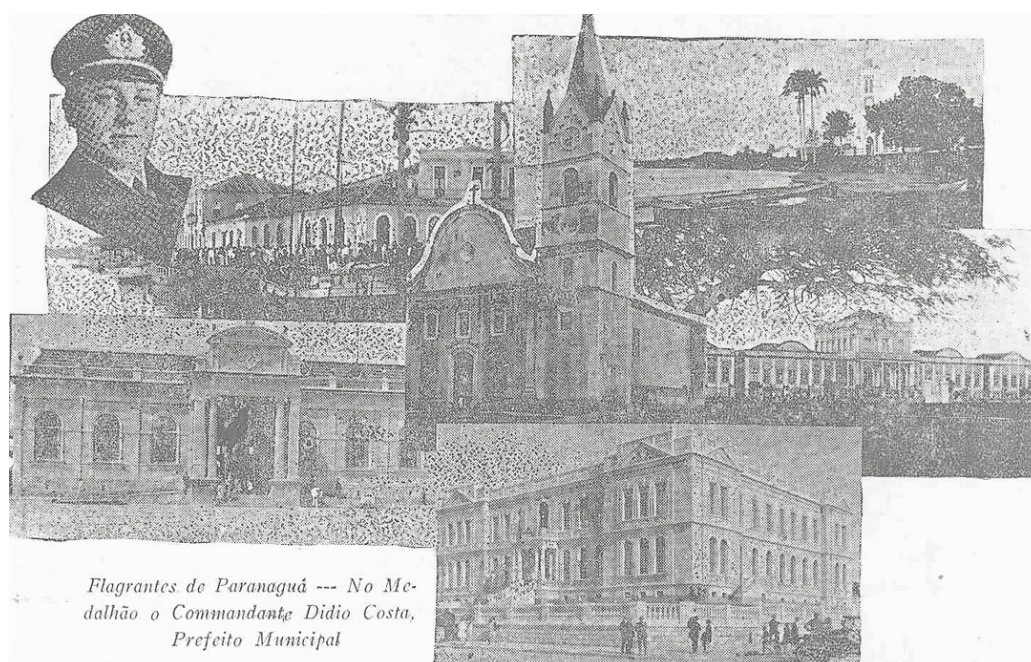


FIGURA 31 - FLAGRANTES DE PARANAGUÁ.
 FONTE: ILLUSTRACÃO PARANAENSE, JANEIRO DE 1928, Nº 01, P. 50.

Vemos no canto superior esquerdo o destaque para o prefeito da cidade, Comandante Dídio Costa. Na composição da imagem, algumas edificações da cidade tiveram maior visibilidade: a Rua da Praia, a Santa Casa de Misericórdia, o prédio da Estação, a Igreja do Rocio e o prédio da Escola Normal de Paranaguá.

Os diversos discursos em torno da implantação das Escolas Normais no Paraná legitimaram uma escola de formação de professores suntuosa, que impressionou tanto os alunos quanto a comunidade, reforçando o papel civilizador da escola para as gerações dos anos de 1920 no Paraná. Mesmo com críticas sobre os gastos da construção, o governo republicano comemorava a edificação das novas Escolas Normais.

Além das representações dos prédios das Escolas Normais nas cidades, foram amplamente noticiadas nos periódicos as inaugurações, as formaturas, as comemorações cívicas e as festas escolares. Esses eventos foram retratados com o objetivo de mostrar à sociedade a “moderna” instituição escolar que se consolidava naquele período. Os governantes precisavam divulgar para a população, por meio dos discursos políticos, dos periódicos ou dos documentários, seus esforços no atendimento das necessidades básicas em especial da educação.

Observa-se que o sucesso da educação não estava limitado apenas à representação da escola nas cidades, mas à participação dos normalistas e das Escolas Normais nas festas escolares. Os “suntuosos” prédios tornaram-se palco para esses acontecimentos. Os estudos de Souza sobre as escolas primárias destacam os espaços escolares como “templos de espetáculos e ritos” (SOUZA, 1998, p. 241). Ainda para a autora, em nenhum outro período a divulgação política foi tão intensa quanto durante a ação republicana.

A Escola Normal deu suporte para os acontecimentos políticos através das celebrações escolares, que aconteciam por meio da participação dos alunos em solenidade cívicas, das exposições escolares abertas ao público, das inaugurações e das formaturas. Todas essas ações foram estratégias encontradas para dar identidade e divulgar a escola e as políticas governamentais.

Os alunos devidamente uniformizados nas solenidades culturais e exposições de trabalhos, o canto e o hasteamento da bandeira se constituíram em ações pedagógicas cotidianas nas escolas. Segundo Souza “todos os ingredientes indispensáveis para uma cerimônia que exaltava a política republicana e instituía a

escola – símbolo de cultura e ordem” (SOUZA, 1998, p. 90). Os eventos culturais e educacionais foram ocasiões para divulgar a disciplina e o rigor por meio das celebrações festivas.

As cerimônias de inauguração foram oportunidades privilegiadas para que os governantes pudessem divulgar para a sociedade que esses “palácios suntuosos”, que simbolizavam um progresso para o Estado e para as cidades em que foram construídas. Desta maneira, as solenidades de inauguração festejavam um tipo de arquitetura escolar própria e uma nova estratégia de comunicação dos políticos com a imprensa e a sociedade em geral.

A inauguração da Escola Normal de Curitiba, por exemplo, foi uma homenagem às comemorações do centenário da Independência do país, em sete de setembro de 1922. A data patriótica, a presença de políticos, militares e representantes da igreja, e também o ato simbólico da inauguração, demonstraram a relevância da Escola para a comunidade curitibana. Sobre a inauguração o jornal assim noticiava:

A hora 10:30, foi inaugurado o Palácio da Instrução na rua Aquidaban. Às dez horas formaram em frente ao grande edifício os alunos dos grupos escolares Oliveira Belo e Carvalho, em completo uniforme branco, o grupo Anexo e a Escola Normal estando todos os alunos de uniforme. As normalistas ocuparam as alas de entrada, em uma linha do portão ao centro do edifício para prestar honras ao Presidente do Estado. Às 10 horas e 30, o sr. Munhoz da Rocha chegou ao Palácio da Instrução, sendo recebido pelo Dr. Lisymaco Ferreira da Costa, diretor da Escola Normal, Prof^o. Pietro Martinez, Inspetor Geral de Ensino, e José Conrado, Secretário do Ginásio Paranaense. Em seguida, entraram o Sr. Bispo Diocesano, Gal. Comandante da Circunscrição Militar, Dr. Romualdo Baraúna, Presidente do Congresso do Estado, Desembargador Vieira Cavalcanti F^o., Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, várias autoridades estaduais e federais, deputados e lentes do Ginásio e Escola Normal. Colocaram-se todos na sala de entrada da parte térrea do edifício, em cuja parede se achava uma placa, velada pela Bandeira Nacional (...) (COMÉRCIO DO PARANÁ, 9 set.1922)

A foto abaixo registra a cerimônia de inauguração do novo Palácio da Instrução, com a presença de autoridades locais, professores e alunos. Todos aguardavam o momento tão esperado:



FIGURA 32 - INAUGURAÇÃO DO NOVO PRÉDIO DA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA, 1922.
 FONTE: MEMORIAL LISYMACO FERREIRA DA COSTA.

O jornal “Diário da Tarde” de 1921 publicou a notícia sobre a intenção do governo de criar mais duas Escolas Normais, nas cidades de Ponta Grossa e Paranaguá:

O Sr. Dr. Munhoz da Rocha, ilustre presidente do Estado, em sua brilhante mensagem dirigida ao Congresso Legislativo, disse, em uma das partes referentes á instrução publica, que “já se faz sentir a criação de mais duas Escolas Normais: uma, em Ponta Grossa, em substituição á escola intermediaria e outra no litoral, em Paranaguá”.

Prosseguindo, faz ressaltar que “a primeira servirá uma grande zona, consideravelmente povoada e a segunda receberá a juventude de toda a faixa marítima. A criação desses estabelecimentos virá facilitar extraordinariamente a tarefa de formar professores em numero suficiente para as escolas existentes porque tornará o curso menos dispendioso do que o é na Capital. Sua manutenção não virá onerar de muito os cofres públicos pois poderão funcionar com pequeno corpo docente, sendo o curso apenas de 3 anos. (...)

É justo que o Estado, estimulando os desejos de progresso que tem as duas grandes e prospera cidade de Paranaguá e Ponta Grossa, tudo faça para que elas, como centros respeitáveis de atividade que são, tenham um amparo máximo por parte do executivo (DIARIO DA TARDE, 11 fev., 1921).

No ano seguinte, o mesmo jornal comentou o cenário da construção do prédio que abrigaria a Escola Normal de Ponta Grossa:

A criação de uma Escola Normal em Ponta Grossa, ato que representa um serviço de alta benemerência do governo do sr. dr. Munhoz da Rocha, vai ter o seu corolário necessário, [sem] o que não poderia ser uma cousa completa.

A administração municipal pontagrossense, que tanto se vem esforçando para dotar a cidade de tudo quanto possa ser útil ao seu progresso social e comodidade publica, desde muito trabalha para que Ponta Grossa se torne um centro que possa avantajarse pelos melhores elementos de ensino, podendo satisfazer ao mesmo tempo as aspirações do meio e as necessidades dos municípios circunvizinhos. (...) (DIÁRIO DA TARDE, 22 abr.1922).

Pode-se perceber que o Governo do Estado e a prefeitura de Ponta Grossa comungavam os mesmos interesses educacionais e estavam de acordo quanto à construção do novo edifício escolar. Afinal, a construção de uma escola atenderia a região dos campos gerais, eliminando a necessidade dos professores se deslocarem até a capital. Esperava-se que a construção da escola trouxesse melhorias para a instrução pública e, conseqüentemente, para outras cidades da região. A nota jornalística destacou também a participação do município na responsabilidade com os custos da construção do prédio. É nítida a parceria entre governos estadual e municipal na melhoria da educação da região dos campos gerais. A reportagem continuava da seguinte maneira:

Encontram caloroso apoio por parte do sr. dr. Munhoz da Rocha, que vai enfim satisfazer a esse justo interesse, que beneficia toda a região dos campos gerais e das vilas e cidades do sertão.

Criada a escola era necessário um edifício próprio, para assim ficar uma obra completa. O dedicado e honrado prefeito municipal, sr. coronel Brasílio Ribas, cuja ação administrativa tem sido de fecundos benefícios para Ponta Grossa, procurou o auxílio do governo estadual afim de poder construir um edifício consentindo com a extensão e o valor do importante estabelecimento de instrução profissional. Tendo de adquirir o terreno em ponto apropriado e tomando as responsabilidades da construção do edifício seria um gasto pesado e que constituiria um sacrifício si onerasse somente o [ilegível] municipal. O auxílio do Estado era necessário e por isso, após entendimento entre os Srs. Dr. Munhoz da Rocha e coronel Brasílio Ribas, ficou firmada a contribuição de 20 contos com que o Tesouro concorrerá para aquela importante obra.

Desse modo o grande benefício será uma realidade dentro de curto [ilegível], estando o distinto prefeito municipal de Ponta Grossa empenhado em sua pronta realização. (DIÁRIO DA TARDE, 22 abr.1922).

A imprensa da cidade também acompanhou a construção do edifício. O jornal “Diário dos Campos” de 1923, em artigo intitulado “Escola Normal”, descrevia a grandiosidade dessa construção:

Adiantadíssimos vão os trabalhos de construção do grande prédio onde funcionará a Escola Normal de Ponta Grossa.

Já se pode, pelo que está feito, avaliar da grandeza e majestade do edifício, com que a iniciativa do benemérito Governo Estadual enriquecerá nossa cidade, impulsionando também de forma eficaz, a instrução pública local.

A construção está sendo feita com escrupulo e competência. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 23 março de 1923).

No dia 26 de fevereiro de 1924, o Governador Caetano Munhoz da Rocha e o Prefeito Brasília Ribas inauguraram a primeira Escola Normal de Ponta Grossa. O projeto educacional idealizado pelos reformadores paranaenses contemplava a construção dos prédios apropriados. As cerimônias de inauguração proporcionaram à população a participação na comemoração dessa importante aquisição para a cidade. O evento teve como objetivo mostrar o empenho governamental no âmbito do ensino.

No mesmo ano da inauguração da Escola Normal de Ponta Grossa, o início da obra da Escola Normal de Paranaguá foi anunciado em vários jornais da época. O jornal “Diário do Comércio” publicou que no dia 4 de setembro de 1924 realizava o ato de lançamento da “pedra fundamental” do edifício, com a presença do presidente da república Artur Bernardes, do governador de estado Caetano Munhoz da Rocha, do prefeito da cidade Francisco Accioly da Costa e outros participantes (DIÁRIO DO COMERCIO, 5 set., 1924). Para a sociedade, o governo cumpria o que havia prometido: a construção das três escolas.

A inauguração da escola de Paranaguá, também divulgada, em 28 de julho de 1927 foi noticiada pelo jornal “Diário da Tarde”. Além das festividades da inauguração da Escola Normal, o jornal relatou a viagem dos participantes pela Estrada do Mar. O trem trouxe políticos e representantes do governo, que saíram da capital do Estado em direção a Paranaguá para a solenidade. O jornal assim descreveu o evento:

A inauguração da Escola Normal terá lugar às 8 ½ horas da manhã e a da Estrada do Mar, a 1 hora da tarde do dia 29 do corrente, em cuja data é comemorando o 279º aniversário da instalação do Município de Paranaguá.(...)

O suntuoso edifício da Escola Normal, será franqueado a visita do povo da 1 às 3 horas da tarde do dia 29 e a Estrada do Mar, ficará entregue ao trânsito público, às 2 horas e meia da tarde do mesmo dia.

O trem especial regressará de Paranaguá, às 5 horas de tarde de 29.

O traje para as solenidades será o de passeio. (DIÁRIO DA TARDE, 28 de jul. de 1927).

Dois dias depois, o mesmo jornal apresentou detalhes da inauguração do prédio e da estrada rodoviária. Descreveu o evento desde as chegadas dos convidados do governo do Estado. A inauguração teve início após a confirmação das presenças das autoridades na Estação Ferroviária.

O governador Caetano Munhoz da Rocha acompanhou o evento durante todas as festividades de inauguração da Escola Normal de Paranaguá. No artigo intitulado: “Duas realizações úteis: Foram solenemente inaugurados o Palácio da Escola Normal de Paranaguá e a Estrada do Mar”, as festividades comemoravam o aniversário de fundação da cidade:

Em Paranaguá, dando raro brilho às comemorações do 279º aniversário da fundação da Cidade, foram ontem inaugurados o Palácio da Escola Normal e a Estrada do Mar, ligando o prospero porto á futura Villa Balneária. (...)

A viagem transcorreu admiravelmente. Um dia admirável realçava a maravilha das paisagens da serra do Mar.

Às 17 e meia horas o comboio dava entrada na gare de Paranaguá.

Os convidados foram ali recebidos pelo sr. dr. Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, dr. Francisco Accioly, Prefeito Municipal de Paranaguá, e elevado numero de pessoas (...).

Dali os convidados se dirigiram ás hospedagens, [quer nos hotéis quer nas residências] de Exmas. famílias, que previamente [lhes] haviam sido assinados. (DIÁRIO DA TARDE, 30 jul., 1927).

Acompanhando a descrição do evento, foram publicadas três imagens que destacaram o “Palácio da Escola Normal” (foto central), os alunos e os convidados.

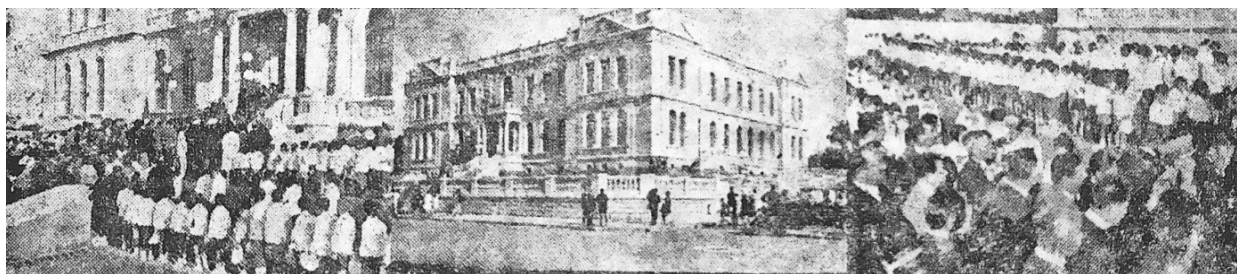


FIGURA 33 - ASPECTOS DA ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ.
FONTE: DIÁRIO DA TARDE, 30 DE JULHO, 1927.

Em detalhes o artigo descreve a inauguração do “suntuoso palácio”:

Às 8 e meia da manhã realizou-se a inauguração do Palácio da Escola Normal.

O Palácio ergue-se em magnífica situação. As suas sóbrias e severas linhas se destacam majestosamente. É um prédio que honra a engenharia paranaense.

Dirigiu a sua construção o ilustre engenheiro Dr. Aristides de Oliveira, que já conta no seu passado larga soma de grandes serviços prestados ao Estado. É um dos primeiros edifícios públicos paranaenses.

Às 8 e meia em ponto chegava ao local o sr. Presidente do Estado, que foi recebido com as honras devidas ao seu alto cargo, pela Escola de Aprendizes que formara em frente ao Palácio da Escola Normal.

Ali, apresentadas que foram a S. Exla. as chaves do portão da entrada, o sr. Presidente abriu a entrada do monumental edifício.

As crianças das escolas de Paranaguá formadas no jardim interno, fronteiro á fachada principal entoaram o Hino Nacional ouvido respeitosamente pelos assistentes e entusiasticamente aplaudido. (...)

Apesar de breves as palavras do Estava [dada] a solenidade inaugural de um edifício cuja construção evidencia [mais] uma vez o cuidado e o carinho que ninguém de boa fé poderá negar do Presidente Munhoz da Rocha pela Instrução Publica.

O Paraná está dotado de mais um suntuoso palácio que o honra e eleva. Dele irradiará o saber, será um foco de cultura que irá concorrer para que no Estado – que já possui 60 mil crianças matriculadas nas suas escolas – no Paraná não haja mais analfabetos. (DIÁRIO DA TARDE, 30 jul., 1927).

O presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha deu início as festividades. Em seguida Francisco Accioly, prefeito de Paranaguá e Lysimaco Ferreira da Costa, Inspetor Geral do Ensino, exaltaram o “majestoso prédio”. O mesmo elogiou a participação disciplinada dos alunos, que executaram “excelentes números de ginástica”. Um evento repleto de patriotismo e exaltação à educação.

Os festejos da inauguração da Escola Normal de Paranaguá revelaram as mesmas pompas do edifício, o “Diário da Trade” relata a deferência com que os presentes trataram aquele evento. O relato também confirma a riqueza dos detalhes da obra e da admiração do publico quando puderam visitar as dependências da escola:

E todos penetraram no edifício, tocados de crescente entusiasmo, acompanhando o primeiro magistrado do Estado, com alegria exaltada pela grandeza arquitetural do majestoso prédio da Escola e certamente mais ainda pelo seu destino.

E foram conhecendo e louvando a elegância, amplitude e eficiência de uma das mais belas e completas casas de instrução, á medida que iam visitando o seu interior, excelentemente guarnecido, irrepreensivelmente dotado, preenchendo os fins que determinaram a sua criação, merecido monumento consagrado por uma lucidez cívica e mãos benfazejas á instrução e educação da juventude da venerável cidade de Paranaguá. (DIÁRIO DA TARDE, 30 jul., 1927)

Sebastião Paraná, também manifestou suas impressões sobre a visita realizada à Escola Normal de Paranaguá. No artigo “Visita Escolar – Especial para o Diário da Tarde”, publicado no jornal já mencionado no título do artigo , o autor afirmava que:

(...) instalada em belo prédio, que proporciona regalo e conforto aos corpos docente e discente, constituído aquele dos seguintes ditadas: Segismundo Antunes Netto, Diretor da Escola e lente de Geografia e Historia do Brasil; Antonio Tupy Pinheiro, Secretario e lente de Pedagogia e Osycologia; Agostinho Pereira Filho, lente de Matemática; Zacarias Alves de Souza, lente de Português; Amália de Oliveira, professora de Gymnastica; Maria Luisa Correia de Lacerda, professora de Trabalhos Manuais; Dr. Carlos Neceferi, Professor de Desenho (DIÁRIO DA TARDE, 9 ago., 1927).

Os elogios à escola e aos professores foram inúmeros. No mesmo artigo são exaltados os mobiliários e os ambientes internos, tais como os gabinetes dentários, de ciências físicas e naturais:

E já o dissemos, o Estado do Paraná não se destaca, felizmente, pelo atraso da instrução publica. Convencido de que educar e instruir a infância e a mocidade é lançar-lhes no espírito os germens bendito do dever e da honra, ele não se furta de abrir as arcas do erário sobre as searas da inteligência da puericia, difundido escolas por toda parte, desde as cidades até as mais acanhadas povoações do sertão.

Em verdade, abrir escolas é alargar o caminho da evolução, é levantar altares ao trabalho, á moral, ao direito, a todas as virtudes, em suma, que engrandecem o homem perante Deus e perante a humanidade. (...)

Conforto, asseio, elegância e estética, tudo que ali se reúne de belo, forma o ambiente educativo de uma geração que tem de viver numa época de mais progresso quando as coisas que ainda hoje [se] critica julga de luxo em matéria de higiene, de cultura estética e de hábitos sociais, se tornarão comuns, porque essa é a lei fatal da evolução. (idem)

A inauguração dos prédios das Escolas Normais, bem como os eventos e festividades divulgados nos jornais e periódicos, mostram a relevância, a imponência e a modernidade que estas edificações trouxeram para sociedade da época. Os

programas das festas de inauguração apresentados nos artigos dos jornais e revistas procuravam insistentemente realçar os investimentos empregados pelo governo nas obras públicas.

Outros eventos noticiados nos jornais eram as festas escolares, anunciadas como acontecimentos de grande importância. Em 14 de setembro de 1922, o jornal “Diário da Tarde” divulgou em detalhe as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, acontecidas nas cidades de Curitiba e do interior do Estado. Os alunos dos grupos escolares, do ginásio e da Escola Normal, em conjunto com os professores, mostraram às autoridades e à população a disciplina e os conhecimentos aprendidos na escola.

Alguns eventos foram noticiados em artigos como “A grande Formatura Escolar”, “Exposição Escolar do Centenário”, os “Desfiles cívicos” (DIÁRIO DA TARDE, 1922, p. 2), que ressaltam a participação dos alunos como resposta ao projeto educacional das escolas.

Essa mobilização para a comemoração do centenário de Independência do Brasil através dos programas “patrioticamente elaborados” evidenciava a intenção de exibir e evocar em seus participantes as “obras grandiosas dos nossos antepassados” (Idem, 1922, p. 4). As Escolas Normais, com seus edifícios imponentes, transformam-se em espaços privilegiados para abrigar os eventos patrióticos e de reforço da república. O prédio do Ginásio Paranaense e o novo prédio da Escola Normal de Curitiba foram utilizados para os eventos:

Visitamos hoje, com certo vagar, a Exposição Escolar do Centenário, que como já noticiamos em edição passada, acha-se organizada no vasto edifício do Gymnasio Paranaense.

No Salão Nobre figuram a Escola Normal, Escola Internacional e o Grupo Anexo à Escola Normal.

Ao entrar, nota-se, já pela posição, já pela beleza e variedade dos objetos expostos, os trabalhos das alunas da Escola Normal, dirigidas pela prof. d. Dulce Loyola. Sobressaem logo belíssimas colchas de filó, de “macramé” e uma esmeradamente pintada á pena; grande numero de almofadas, artístico pano de mesa de cetim e filó. (DIÁRIO DA TARDE, P.2, 1922)

O centenário de paz entre o Brasil e a Argentina, celebrado em 27 de agosto de 1928, foi divulgado pela imprensa. As programações do evento incluíram discurso, hinos, desfiles infantis e desfiles de normalistas. O hasteamento das bandeiras do Brasil e da Argentina foi realizado com pompa cívica na Escola Normal

de Curitiba. As imagens abaixo mostram as autoridades na escadaria do edifício, alunos e professores do lado externo a escola¹³⁴.

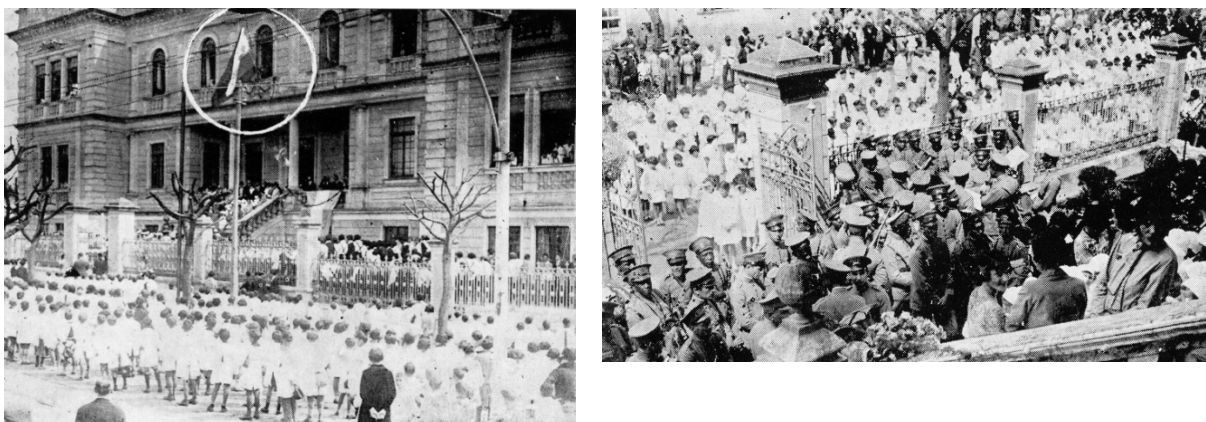


FIGURA 34 – COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO NA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA.
 FONTE: ILLUSTRACÃO BRASILEIRA, 1928.

As imagens acima foram divulgadas na revista “Ilustração Brasileira”, que registrou o momento dos desfiles nas cidades de Ponta Grossa e Paranaguá. A composição das pequenas imagens nas páginas da revista exibiu as normalistas com trajes impecáveis, as crianças uniformizadas com jalecos e gorros brancos. As fotografias do desfile, feitas a partir de diferentes ângulos, responderam à preocupação de conduzir o público a se identificar com o discurso da disciplina e da ordem. Abaixo uma página da revista dedicada às imagens das festividades:

¹³⁴ No período entre 1825 e 1828 ocorreu a chamada guerra da Cisplatina, conflito entre o Império do Brasil e a Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina), pela posse da Província da Cisplatina, atual Uruguai. Em 1928, o presidente do Brasil Washington Luís P. de Sousa cria o Decreto nº 18357, de 17 de Agosto, que tratava sobre a comemoração do 1º Centenário da assinatura da paz entre o governo do Império do Brasil e a Argentina. O referido decreto determinava a comemoração no “maior número possível de estabelecimentos de ensino” e os professores passariam aos alunos “o culto do Brasil pela paz, pela confraternização com os demais países, lhe explicarão, sobretudo, a amizade que liga o Brasil às Nações Argentina e Uruguiaia (...)”. (Legislação informatizada – Decreto nº 18357, de 17 de Agosto de 1928).

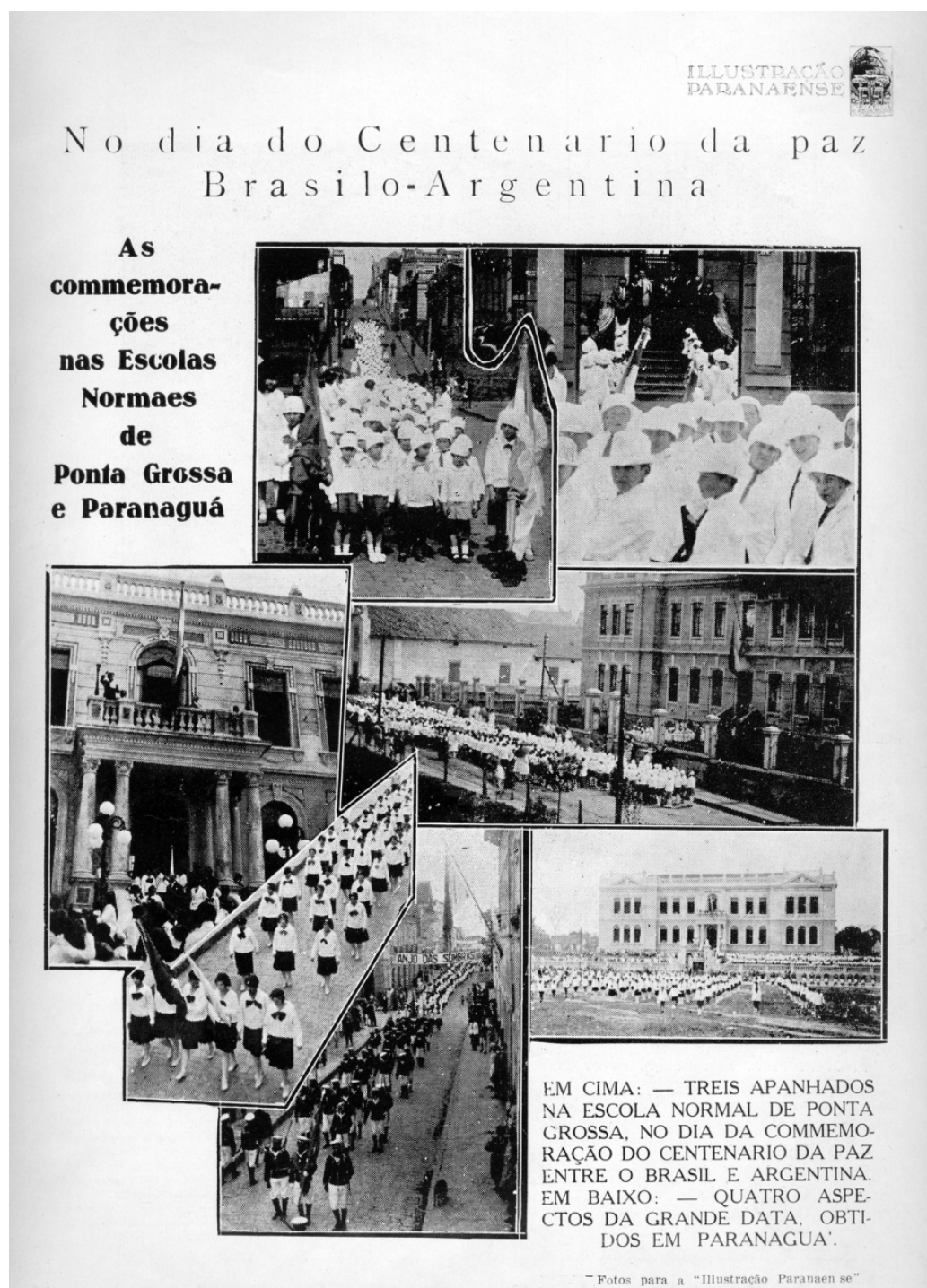


FIGURA 35 - ESCOLA NORMAL SECUNDÁRIA, NO MAIOR DIA DA ARGENTINA E BRASIL.
FONTE: ILLUSTRACÃO BRASILEIRA, 1928.

Em seu estudo sobre a memória e a cultura cívica dos grupos escolares em Curitiba (1903-1971), Bencostta sustenta que os desfiles patrióticos são “transmissores de uma linguagem coletiva” (BENCOSTTA, 2006, p. 300). Esses desfiles podem ter lugar em grandes festas e representam:

(...) uma ação com um tempo e um lugar determinado implicando a concentração de afetos e emoções que é celebrado e comemorado e cujo principal produto é a simbolização da unidade dos participantes (Idem, p. 301).

A análise da participação das Escolas Normais de Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá nas comemorações em cada cidade demonstra o lugar dessas instituições na sociedade local e no âmbito estadual. O papel simbólico que os três edifícios tinham quando da realização das festividades teve a função de destacar a importância da educação e, principalmente, apresentar a escola como um espaço de disseminação das ideias dominantes das forças políticas em cada cidade.

As Escolas Normais participaram também das comemorações do aniversário de fundação das cidades. Em Ponta Grossa, em 15 de setembro de 1936, foi organizada pelo prefeito da época, Albary Guimarães, em comemoração ao aniversário da cidade, uma publicação trazendo o histórico, os dados estatísticos e imagens das indústrias, dos hospitais, das igrejas e das escolas. As fotos foram feitas por E. Weiss e os desenhos foram realizados pelo professor da Escola Normal de Ponta Grossa, Sr. Octavio Guimarães.¹³⁵

Alguns eventos tiveram a participação dos alunos dos grupos escolares e da Escola Normal, como um grande desfile no dia 15 de setembro. Os alunos estavam uniformizados e, de maneira organizada, passaram pela praça da cidade de Ponta Grossa. O desfile imponente tinha por objetivo disseminar a marca de um Governo que pensava na educação e no bem estar da população, bem como dar uma demonstração de força política nos maiores municípios do Estado. As imagens a seguir registram esse momento:

¹³⁵ ALBUM DE PONTA GROSSA, Impressora paranaense, Curitiba, 1936.



FIGURA 36 - DESFILE DAS ESCOLAS NO DIA 15 DE SETEMBRO
FONTE: ÁLBUM DE PONTA GROSSA, 1936.

Para cada comemoração foram realizadas apresentações de alunos do Grupo Escolar anexo à Escola Normal. Dentre as apresentações, havia uma simulação de uma aula de ginástica das alunas da Escola Normal. Estratégias e práticas escolares dessa natureza, segundo Chartier (1990), têm como objetivo legitimar um projeto de educação e inculcar no imaginário social valores culturais.



FIGURA 37 - ALUNAS DO GRUPO ANEXO A ESCOLA NORMAL
FONTE: ÁLBUM DE PONTA GROSSA, 1936.

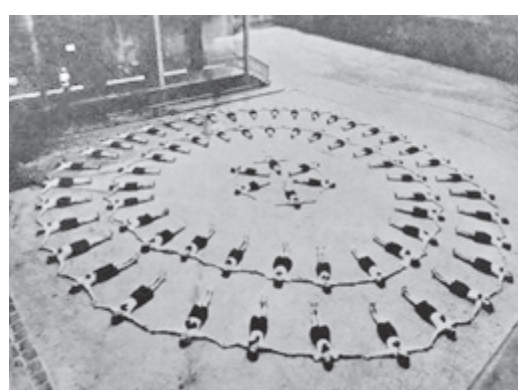
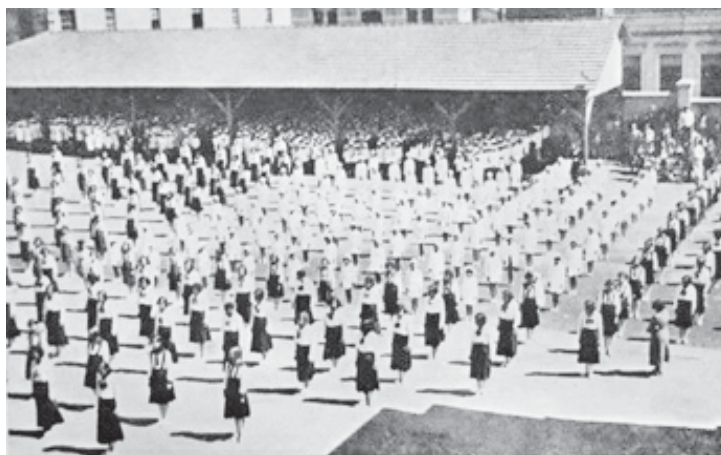


FIGURA 38 - GINÁSTICA DAS ALUNAS DA ESCOLA NORMAL.
 FONTE: ÁLBUM DE PONTA GROSSA, 1936

As festividades cívicas, tais como as celebrações do dia do trabalho, da Semana da Pátria e do Aniversário da Cidade, foram muito utilizadas nas escolas, como um dispositivo didático de socialização de conhecimentos e de disciplinamento. O enaltecimento da escola, das relações entre alunos e professores e da ordem e da harmonia esteve presente no universo cultural da Escola Normal de Ponta Grossa. Essa teatralização visava disseminar valores e comportamentos considerados adequados.

Os alunos enfileirados e os movimentos ginásticos representam uma lição de “comportamento e o modelo de beleza” dos anos de 1930. O evento retratado teve como objetivo mostrar o espírito patriótico, a noção de uma juventude saudável, sustentados em um programa de ensino do Estado Novo que se apropriou dos ritos e práticas cívicas para propagandear a ideia da “força do Estado”.¹³⁶

¹³⁶ Vide BITTENCOURT (1990).

Outro evento escolar importante foi a colação de grau da primeira turma de professores da Escola Normal de Paranaguá, que representou um grande acontecimento para a cidade. A presença de autoridades do governo e da prefeitura, de membros da comunidade, dos alunos e dos professores foi divulgada na revista “O Itiberê”:

No dia 24 do mês ultimo, (...) realizou-se nesta cidade, no salão nobre da Escola Normal Primaria Dr Munhoz da Rocha a colação de grau da primeira turma de professores normalistas em numero de vinte e um.

A primeira turma que obteve matricula no Curso normal foi de sessenta e poucos alunos e destes conseguiram formatura vinte e um, ótimo contingente de professores para o magistério paranaense. (O ITIBERÊ, 1930)

Ocasões festivas dessa natureza foram importantes em todas as Escolas Normais do Estado. As comemorações de colação de grau revelavam um processo de construção de um ideal de escola e de sociedade. A própria profissão docente também era exaltada por meio da rememoração de ex-professores e dos discursos dos professores e paraninfos. Muitos desses discursos de formatura confirmavam a identidade da instituição homenageada.

Todas essas representações cultivadas nas festas escolares foram amplamente divulgadas na imprensa de cada uma das cidades aqui estudadas. Convém ressaltar que as Escolas Normais não pouparam esforços para preservar internamente os registros desses acontecimentos, seja em forma de álbuns ou compilações de fotos de cada reunião ou festa organizadas. Outras fontes de divulgação eram os relatórios dos inspetores de ensino, onde inúmeras páginas foram destinadas aos relatos das celebrações escolares, o que também reforçava o discurso oficial, constituindo meios didáticos políticos instrumentalizados pelas instituições de ensino.

Pode-se concluir que os discursos oficiais, os discursos da imprensa e os discursos das escolas estudadas configuraram, cada um a seu modo, uma marca, uma contribuição e a consolidação de um projeto político pedagógico focado no ideal de progresso e de ordem, figurando como propaganda dos ideais republicanos.

4 O PROJETO DAS ESCOLAS NORMAIS DO PARANÁ: DO PRÉDIO ALUGADO AO “PALÁCIO DA INSTRUÇÃO”

Este capítulo tem como objetivo analisar os projetos dos edifícios construídos para abrigar as Escolas Normais do Paraná. A arquitetura destas escolas teve destaque em cada uma das cidades e regiões em que foram construídas capital, litoral e planalto. Esses edifícios tornaram-se equipamentos urbanos de referência, tanto pela exuberância no cenário das localidades quanto pelo projeto de formação de professores do Estado do Paraná.

A arquitetura do fim do século XIX e início do XX, no Brasil, caracteriza-se por um conjunto de estilos inspirados, na arquitetura clássica romana, gótica e renascentista, conjunto este elaborado por arquitetos atentos na adaptação do passado às exigências e gostos de sua contemporaneidade. As concepções teóricas apoiavam-se no estilo *beaux-arts* de se interpretar a arquitetura. O ensino da arquitetura realizado na *École des Beaux-Arts* foi criada em Paris e influenciou muitos arquitetos na Europa de meados do século XIX e início do século XX. O estilo *beaux-arts* introduziu o princípio que os espaços ou partes de um edifício seguiriam uma hierarquia específica para distribuir de forma simétrica o seu programa, sendo a “planta” o ponto de partida, assim como a introdução de elementos estéticos do acabamento dos edifícios, com o uso de ornamentos como colunas, flores, esculturas, entre outros.

Uma forma de pensar a arquitetura do período em questão foi a atenção cuidadosa na formação e conhecimento dos estilos clássicos, com ênfase no funcionalismo racionalista, divulgado pelas ideias de Viollet-le-duc¹³⁷ (BARIDON, 1996). Os professores da *École des Beaux-Arts* divulgaram esta maneira de pensar a arquitetura por meio dos cursos ministrados, das publicações de tratados, de livros

¹³⁷ Eugene-Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), iniciou suas atividades como arquiteto nos anos de 1830 trabalhando no ateliê dos amigos Huvé e Leclère. Em 1840 ele foi escolhido para restaurar a Madeleine du Vézelay e no mesmo ano participa da equipe de Lassus e Duban no restauro da Saint-Chapelle. Quatro anos mais tarde, participa da restauração da Notre-Dame de Paris entre tantas outras que acabou participando da restauração. Escreve vários livros na área da arquitetura como o *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française du XI au XVI Siècle* (10 volumes 1854-1868) , o Dicionário do mobiliário francês da época carolíngia à Renascença (6 volumes 1858-1875). Fora as restaurações que ele participou vai construir mais de 80 edifícios. (BARIDON, 1996).

e revistas¹³⁸, como salienta Collins ferramentas que auxiliaram a difusão da “doutrina eclética” (COLLINS, 1998, p. 22).

As ideias da escola de belas-artes sobre as doutrinas e práticas da restauração, principalmente na figura de Viollet-le-Duc, fortaleceu essa nova prática em seus escritos sobre as metodologias a serem realizadas nos restauros dos monumentos franceses. Para Chatêlet (1985), em 1868, com a publicação do “*Dictionnaire raisonné de l’Architecture Française*”, Viollet-le-Duc, desenvolveu a concepção de uma arquitetura *racionalista*, gerenciado por uma lógica onde a simetria, a composição, a proporção e a ornamentação eram regras básicas a serem seguidas.

Viollet-le-Duc, em outro livro “*Entretiens sur L’Architecture*” descreveu as técnicas de projetos dos arquitetos do século XIX. Questiona se os métodos utilizados estavam condenados a copiar modelos clássicos sem se constituírem em uma arquitetura própria. O autor conjectura:

Essa época tão fértil em descobertas, que acusa uma grande potencialidade vital, não transmitirá à posteridade mais que pastiches ou obras híbridas, sem caráter, impossíveis de classificar? (...) Se constrói por tudo e muito; os milhões estão repartidos em centenas nas nossas cidades, e mal se pode constatar algumas tentativas de uma aplicação verdadeira e prática dos consideráveis meios de que dispomos. (VIOLLET-LE-DUC, 1872, p. 450)¹³⁹

Os novos materiais, como o ferro e o vidro, impactaram as formas arquitetônicas do final do século XIX. Os arquitetos daquele período histórico passam a estudar com intensidade os conhecimentos do passado. Uma das consequências desses estudos foram os investimentos realizados na preservação do patrimônio arquitetônico. O que faltava para dar originalidade a arquitetura da *beaux-arts*? Viollet-le-Duc descreveu a necessidade de se criar novas formas de praticar a arquitetura não somente a cópia ou a mistura de estilos, como o neogrego, neoromano, neogótico entre outros. O próprio autor tinha dúvidas quanto ao tipo de

¹³⁸ *Le Moniteur, L’Architecture, La Construction Moderne, The Builder*, entre outras são as publicações sobre a arquitetura do século XIX na Europa.

¹³⁹ Cette époque si fertile en découvertes, qui accuse une grande puissance vitale, ne transmettra-t-elle à la postérité que des pastiches ou des oeuvres, hybrides, sans caractère, impossibles à classer? Cette stérilité est-elle une des conséquences inévitables de notre état social? (...) On bâtit partout et beaucoup; les millions sont répandus par certaines dans nos cites, et c’est à peine si l’on peut constater quelques essais d’une application vraie et pratique des moyens considérables dont nous disposons.

arquitetura que se estava produzindo: “Por que nós, francês do século XIX, (...) como procederam os egípcios, reproduzimos a forma arquitetônica de outra civilização (...)”. (VIOLLET-LE-DUC, 1872, p. 452)¹⁴⁰. Viollet-le-Duc se perguntava se a arquitetura europeia em execução por tantos anos ainda fazia sentido à sociedade e às novas demandas sociais.

Sobre o ecletismo¹⁴¹ na Europa Luciano Patteta afirma que:

Quando os ingleses Thomas Hope, James Fergusson, T. L. Donaldson, C. Gilbert Scott, os franceses César Daly e E. Viollet-le-Duc, o alemão Friederich Schinkel, desconcertados pelo aparente “caos” das múltiplas pesquisas estilísticas, pelas contraditórias experiências formais de sua época, pela simultaneidade de vários *revivals*, perguntavam-se, ansiosos, quando também o século XIX saberia, finalmente, “encontrar o próprio estilo”, não percebiam que estavam buscando em uma direção anacrônica e não viam que o século XIX já encontrara “o próprio estilo” e que esta era o ecletismo. (PATTETA, 1987, p. 13)

A Europa ocidental da segunda metade do século XIX consolida uma cultura arquitetônica de sustentação das elites, que para Patteta é o ecletismo. O autor defende que o ecletismo foi um conjunto de experiências arquitetônicas realizadas no período de 1750 a 1900, que presenciou a crise do classicismo e o início do movimento moderno, porém o uso do neoclássico e o ecletismo, em certos momentos, se entrelaçam (PATTETA, 1987).

Para se entender o estilo arquitetônico aplicado na construção das Escolas Normais do Paraná será utilizado o conceito da chamada “*architecture parlante*” (PATTETA, 1987). Este conceito tem como premissa uma arquitetura que expressa por meio do seu estilo qual a função a que o prédio se destina. Desse modo, o edifício deveria “dizer”, revelar pelo seu aspecto externo, por meio de uma variedade de estilos ou pela mistura arquitetônica (FABRIS, 1987).

¹⁴⁰ (...) pourquoi nous, Français du XIXème siècle, procédons-nous (...) comme procédaient les Égyptiens, et reproduisons-nous des forme d’architecture d’une autre civilisation (...)

¹⁴¹ Será utilizado o termo eclético para compreender a arquitetura das Escolas Normais, pelas influencias recebidas pelas concepções arquitetônicas desenvolvidas pela *École des Beux-Arts* francesa, do final do século XIX. Neste contexto, os arquitetos tiveram como base os estudos, referencias teóricos, tratados apresentados pelos professores da escola vão apresentar os programas de ensino de arquitetura, apresentando os edifícios referenciais. Os modelos principais foram os edifícios históricos, considerados “exemplares”. Para o aprofundamento do tema ver FABRIS, (1987), PEIXOTO (2000), EPRON (1997).

Aldo Rossi, em seu estudo “A Arquitetura da Cidade”, propõe a análise da arquitetura pela tipologia dos edifícios e a sua relação com a cidade. O autor considera que os edifícios fazem parte de um todo de uma cidade, ou seja, compõem a cidade, sejam habitações, edifícios públicos, hospitais, igrejas, escolas, todos expressam as necessidades de uma sociedade, com tendências e tipologias arquitetônicas. O “tipo” arquitetônico não deveria representar uma imagem a ser imitada ou copiada literalmente, para Rossi os elementos e as formas arquitetônicas servem como modelo, e destaca que:

O tipo é, pois, constante e se apresenta com características de necessidade; mas, mesmo determinadas, elas reagem com a técnica, com as funções, com o estilo, com o caráter coletivo e o momento individual do fato arquitetônico. (ROSSI, 2001, p. 27)

Nesse sentido, as mudanças tipológicas das escolas no decorrer dos anos correspondem aos anseios da vida escolar. Três questões que se colocam em relação às mudanças tipológicas das Escolas Normais são: os programas arquitetônicos obedeceram as determinações da nova realidade escolar? O estilo arquitetônico empregado nas Escolas Normais subsidia o cidadão a uma leitura clara da função social do edifício construído? A imagem monumental dos edifícios atenderam aos programas de ensino?

No próximo item os tópicos a serem discutidos se referem às diferenças destes prédios em relação a outras obras escolares construídas pelo Estado do Paraná no período analisado. Além disso, analisa-se as possíveis conexões entre a o programa de ensino e a composição dos espaços nas Escolas Normais no Paraná. Para essa discussão, recorreu-se a alguns autores que trabalham com a temática do espaço escolar e arquitetura como: Argan (1998), Rossi (1998), Châtelet (1999), Choay (1996), Bencostta (2011), entre outros.

4.1 CORRENTES E TRATADOS ARQUITETÔNICOS EUROPEUS E AS NORMAS PARA AS CONSTRUÇÕES ESCOLARES NA DÉCADA DE 1920

Os projetos das Escolas Normais no Paraná foram elaborados pelo engenheiro Carlos Ross¹⁴², diretor da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Paraná. No relatório escrito por Cesar Prieto Martinez, Diretor Geral da Instrução Pública, em 1922, destaca que:

A diretoria de Obras Publicas tendo a sua frente um ilustre discípulo de Ramos de Azevedo, Dr. Carlos Ross, interessando-se por tão importante assunto, estudou vários tipos de edifícios escolares para uma, duas, quatro e oito salas, de madeira ou de alvenaria, casa para residência do professor rural, etc. Além disso organizou o projeto das Escolas Normais de Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá, tipos que merecem referencia especial, pois tem em media vinte salas de aula, além de outras dependências;... (PARANÁ, 1923, p. 46)

Quando Martinez afirma que o engenheiro Ross foi discípulo de Azevedo, não quis dizer que foi seu aluno, mas sim que teve influências teóricas/metodológicas na arquitetura que produzia. As análises dos projetos das Escolas Normais do Paraná confirmam que Ross optou pelo estilo utilizado pelo arquiteto paulista. O engenheiro/arquiteto Ramos de Azevedo, conforme discutido anteriormente, elaborou os projetos da Escola Normal da Praça, na cidade de São Paulo, em 1894, além da Escola Modelo do Brás em 1912. Tendo estudado na Escola de Engenharia da Universidade de Gante (*École Spéciale du Génie Civil et des Arts et Manufactures*), em 1878, na Bélgica, e a complementação de estudos na Academia de Belas-Artes de 1876 a 1878, na mesma cidade (CARVALHO, 2000).

Após os estudos na Europa, o arquiteto retornou ao Brasil, onde explorou todos os ensinamentos aprendidos em novos projetos arquitetônicos. Para Carvalho, em seu livro “Ramos de Azevedo” (2000), a escola belga, formadora de Ramos de Azevedo, tinha como discussão o material mais adequado para a construção do que polemizar sobre o significado da estética arquitetônica.

¹⁴² O Engenheiro Carlos Ross esteve a frente da Secretária de Obras Públicas do Estado do Paraná durante a década de 1920. Participou da fundação de órgãos ligados a engenharia e arquitetura do Estado como o Instituto de Engenharia do Paraná em 1926 e o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura em 1934. Sobre outras obras elaboradas pelo engenheiro não foi encontrado maiores informações. (Instituto de Engenharia do Paraná)

O curso, frequentado por Ramos de Azevedo foi ministrado por professores franceses e belgas, alinhados ao historicismo das escolas politécnicas europeias, com predominância metodológica dos estilos neoclássico e eclético. Em seus vários projetos de hospitais, asilos, quartéis, escolas, institutos, matadouros, edifícios públicos e residências, Ramos de Azevedo demonstrou uma combinação entre as concepções arquitetônicas e o repertório estilístico “beaux-arts”.

Na virada do século XIX, as obras do arquiteto e engenheiro de pontes e estradas Louis Cloquet (1849-1920), professor da Universidade de Gante, também influenciou uma geração de arquitetos brasileiros. Além disso, suas produções teóricas, segundo Carvalho (2000), como o “*Traite d’architecture*” foi adotado no curso de Engenharia da Escola Politécnica de São Paulo, por iniciativa do professor da cadeira de Arquitetura, Ramos de Azevedo.

Os tratados de arquitetura surgiram no Renascimento e se tornaram uma referência obrigatória para muitos arquitetos e engenheiros até o século XIX, quando foram substituídos pelos livros e revistas de arquitetura que acabaram tornando uma estratégia de transmissão do conhecimento. A partir de Vitrúvio¹⁴³, *De Architectura Libri Decem*, um documento do sec. I a.C., os tratados apareceram paulatinamente até se converterem em veículos privilegiados na transmissão do conhecimento sobre a arte de projetar a arquitetura. Para Choay (1996) a obra de Vitruvius foi uma tentativa prematura de se abordar o espaço construído, mas somente quinze séculos mais tarde surge o tratado *De re aedificatoria* (1485), publicado por Leon Battista Alberti (1404-1472).¹⁴⁴ A partir deste momento os tratados circularam pela

¹⁴³ Vitruvius (Seculo I a. C.) foi um arquiteto romano que escreveu em dez volumes os livros chamado “De Architectura Libri Decem” (Dez livros de arquitetura). Reuniu uma grande quantidade de conhecimentos tradicionais sobre a construção, que de certo modo representavam o pensamento da antiguidade sobre a arte de construir. Identifica a arquitetura em três aspectos: a solidez, a utilidade e a beleza. Como consequência direta da função e da técnica acreditava que a arquitetura estava ligada a *Venustas* (Dimensão Estética – Beleza), *Utilitas* (Dimensão Funcional – Uso) e *Firmitas* (Dimensão Técnica – Matéria). Para Choay sua iniciativa visava a organização e a classificação de um tesouro pré-existente e destaca: “O *De architectura* não é nem um Manual técnico, embora a estrutura dos livros VII a X, nem um tratado ligado aos rituais religiosos, apesar da composição dos livros III e IV, ou um tratado fundador, apesar da vontade expressa por Vitruvius capacitar o edifício como uma disciplina unitária” (CHOAY, 1996, p. 34).

¹⁴⁴ Muitos tratados surgiram como uma forma de verdade incontestável de conhecimento no decorrer dos séculos como: *I Sette libri dell’architettura* (1537), Sebastiano Serlio (1475-1554); *Regole delle cinque ordini d’architettura* (1562), de Giacomo Barozzi da Vignola, *I quattro libri dell’architettura* (1570), de Andrea Palladio (1508-1580), “Dês leçons d’architecture” (1802-1805), Jean-Nicolas-Louis Durand (1760-1835), dentre outros (THOENES, 2011).

Europa, principalmente no século XV após a invenção da imprensa e do aperfeiçoamento das qualidades das gravuras, essas tecnologias permitiram melhorar as imagens e a divulgação do material impresso. Choay destaca que no século XVI os tratados multiplicam-se e tornam-se o ornamento obrigatório “na biblioteca do homem honesto” (idem, p. 47). Esses tratados teóricos exerciam domínio nos manuais técnicos e práticos, pois divulgavam um domínio na maneira de transmitir um “saber-fazer”.

Os conhecimentos teóricos contidos nos tratados de arquitetura são uma prática discursiva, que obedece a um ordenamento prévio. O século XIX, para Foucault (2004) foi o período marcado por uma ‘vontade de saber’. O autor reforça que este período se apresentou como a ‘vontade de verdade’ nos saberes científicos. Por isso, diversas maneiras de transmitir um conhecimento apoiavam-se em instituições acadêmicas, como se apenas os discursos científicos pudessem ser considerados como o “discurso verdadeiro”. Os saberes sociológicos, psicológicos, médicos, da engenharia e arquitetura estavam autorizados a realizar um discurso considerado *verdade*, pois eram “autorizados” por uma Escola/Academia.

Os tratados de arquitetura descreveram e interpretaram a arquitetura e a engenharia, de acordo com a filiação teórica de quem os escreveu, além da transmissão do conhecimento arquitetônico através de fontes documentais que combinavam imagens e textos científicos. Este recurso facilitava a sua aplicação nas escolas de engenharia e arquitetura, além de transmitirem doutrinas e teorias sobre determinado campo de saber, facilitavam a didática do mestre. A legitimidade do autor da obra, a propriedade na escrita, a clareza, os argumentos e exemplos facilitaram a sua disseminação, entretanto a brevidade excessiva nas descrições poderia tornar superficial o discurso.

O tratado escrito por Louis Cloquet¹⁴⁵, “*Traite d’architecture*”, foi dividido em quatro volumes, sendo a sua primeira edição datada de 1898.¹⁴⁶ O autor justifica na

¹⁴⁵ Marcial Adrien Louis Ghislain Cloquet (1849 -1920) arquiteto belga, formou-se em 1871 como engenheiro na Universidade de Gante. Tornou-se professor em 1880 na escola St. Lucas de Tournai e, posteriormente, professor da Universidade de Gante. Cloquet além de realizar projetos na Bélgica, foi correspondente de Antiquários da França e da Comissão Real dos monumentos da Bélgica. Outros trabalhos de Cloquet: “L’esthétique des Rues et des Places” (s/d), “L’art Monumental Romain, Latin et Byzantin” (1911), “La Colonne au Moyen Age (1895)”, “Notes pratiques pour la construction d’une église” e “Essai sur les principes du Beau en Architecture (1894)”.

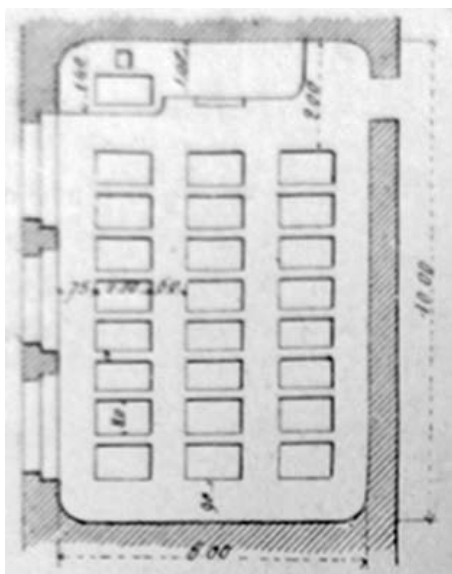
introdução da segunda edição de 1922, que a publicação destes livros não seguiria os antigos escritos de arquitetura. Para o autor o seu tratado era essencialmente prático, direcionado aos estudantes que poderiam assimilar com mais facilidade as teorias da arquitetura (CLOQUET, 1911).

No quarto capítulo do *Traite d'architecture* (Volume IV) o autor apresenta alguns itens importantes para a construção das escolas, desde “as modestas escolas rurais” até os “palácios universitários” (CLOQUET, 1911, p. 244). Além dos exemplos da arquitetura belga, francesa, alemã, inglesa e suíça, ao longo da sua obra, traz referenciais teóricos de Félix Narjoux, L. Cacheaux, Blandot, Réant e Tubeuf¹⁴⁷, arquitetos e engenheiros de grande influência na concepção arquitetural da escola francesa, do século XIX. Para CLOQUET o principal documento que baseou os projetos escolares no período foi a lei da “Instrução Ministerial de 17 junho de 1880”, promulgada na França¹⁴⁸ (CLOQUET, p. 251). Sobre este assunto, Cloquet apresenta alguns elementos que não poderiam faltar nos projetos escolares, como: localização (salubre e longe das aglomerações), extensão do terreno (localização e tamanhos amplos), pátio, jardim e áreas internas (salas de aula, área administrativa, serviços). Descrevia detalhadamente os projetos de salas de aula, com cálculos de iluminação, ventilação, dimensões, capacidade de alunos por sala, proporção, orientação e forma, ilustram com plantas e cortes. As figuras abaixo exemplificam alguns desenhos apresentados por Cloquet para salas de aula:

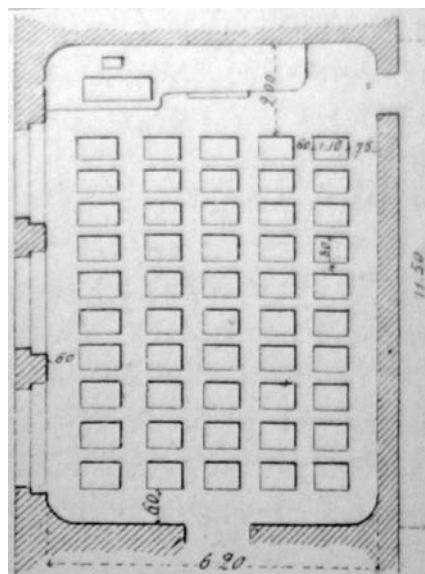
¹⁴⁶ TOMO I (Muros, Arcos, Arcadas); TOME II (Portas, Janelas, Chaminés, Estrutura, Carpintaria, Piso, Escada, Cobertura), TOMO III, (Higiene, Ventilação e Aquecimento), TOMO IV (Tipo de Edifícios);

¹⁴⁷ Arquiteto francês Georges Tubeuf vai publicar em 1890 o “*Traité d'Architecture: Théorique & Pratique*” contendo os regulamento para construção e mobiliário de edifícios escolares, descrevendo as condições gerais em que deveriam ser construídas as escolas francesas, com leis, normas e decretos franceses (TUBEUF, 1890)

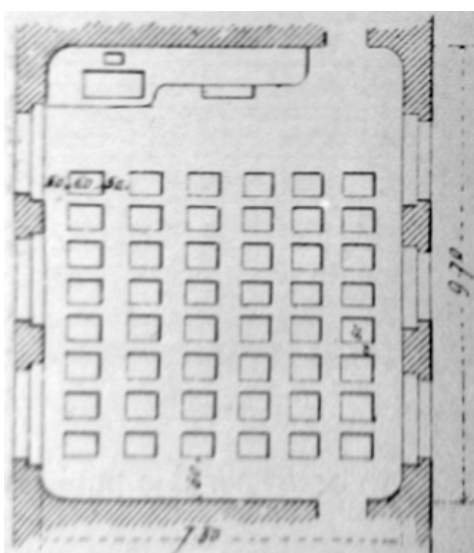
¹⁴⁸ Algumas normas sobre a higiene pública e a salubridade das escolas foram normatizadas pela instrução especial para a construção das escolas primárias, adotadas pelo Comité dos edifícios escolares da França. (NARJOUX, 1880)



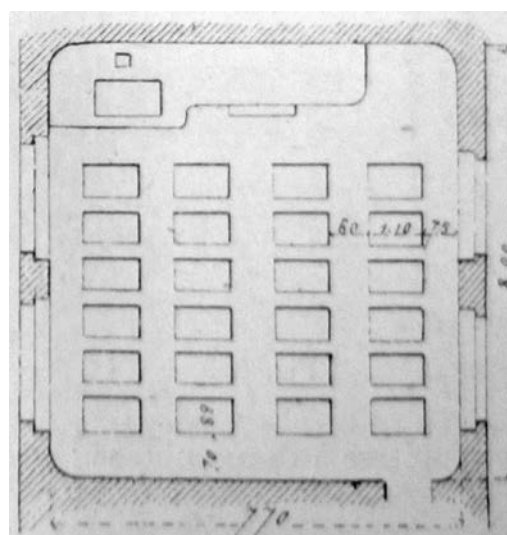
CLASSE PARA 48 ALUNOS CLARIDADE UNILATERAL.



CLASSE PARA 50 ALUNOS CLARIDADE UNILATERAL.



CLASSE PARA 48 ALUNOS CLARIDADE BILATERAL.



CLASSE PARA 48 ALUNOS CLARIDADE BILATERAL.
(UMA MESA PARA DOIS ALUNOS)

FIGURA 39 - PLANTAS DE SALAS DE AULA, FINAL DO SÉCULO XIX.
FONTE: CLOQUET, 1911, P. 257

Os desenhos das salas de aula (Figura 38), para 50 ou 48 lugares, previam espaços construídos com dimensões, pé-direito mínimo, a disposição dos alunos, abertura de janelas, iluminação, localização adequada do quadro negro. Com relação à claridade, apresenta dois exemplos a unilateral, apenas um lado contendo janelas e a bilateral, iluminação e ventilação nos dois lados opostos. Estas recomendações também estavam presentes no regulamento francês para as

construções escolares de 1880. Bases utilizadas em vários projetos escolares do final do século XIX e início do século XX.

Cloquet descreveu a organização escolar belga no que diz respeito a separação dos alunos por gênero em uma escola mista:

Nas escolas mistas, a separação dos sexos é feita pela disposição dos bancos escolares; às vezes, uma divisória é interposta, que interrompe a visão entre os dois grupos de alunos, mas permitem que ambos vejam o professor. Na Bélgica, nas aulas mistas, ambos os sexos, ocupam cada um dos lados da sala. (CLOQUET, 1911, p. 253)¹⁴⁹

O arquiteto reforça que esta solução foi elogiada pelos especialistas franceses, quando se refere aos escritos do arquiteto Félix Narjoux. Cloquet explica que enquanto os professores belgas já separavam os alunos de uma maneira mais “sensata” a França ainda construía escolas separadas, o que tornava a situação onerosa ao Estado. Todas as descrições arquitetônicas se baseavam em normas e leis e foram aplicadas nas construções dos edifícios escolares, não só belgas, mas também em outras construções europeias.

No Brasil, em 1920, foi publicado pelo Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, um texto de Mauro Álvaro de Souza Camargo, engenheiro/arquiteto e chefe da Seção de Engenharia, um catálogo sobre “Projetos de Grupos Escolares reunidas e rurais” (CAMARGO, 1920). Este trabalho, conforme o próprio autor justificou, tinha a intenção de apresentar os principais elementos que serviram como base na organização dos projetos escolares. Além de propostas de outras escolas executadas pelo Estado, trouxe vários exemplos de programas escolares, de higienistas e arquitetos em outros países.

Nos exemplos dos livros de Henry Baudin (“*Les Constructions Scolaires en Suisse*”, 1907), Rosenau e Félix Narjoux foram utilizados como referenciais teóricos principalmente quanto Baudin apresenta os projetos de sala de aula em relação ao número máximo de alunos por turma: “Não deixamos, entretanto, de reconhecer que excelente solução seria, do ponto de vista sanitário e principalmente pedagógico, se tivéssemos adotado o máximo de 30 alunos por classe, como aconselham Narjoux e

¹⁴⁹ Dans les écoles mixtes la séparation des sexes est faite par la disposition des bancs-pupitres; parfois une cloison est interposée, qui arrête la vue entre les deux groupes d’élèves, mais laisse voir le maître pour les deux. En Belgique, dans les classes mixtes, les deux sexes occupent chacun un côté de la salle.

Rosenau". (CAMARGO, 1920, p. 6). Mas esta realidade ainda estava longe de acontecer, pois como o próprio engenheiro destaca seria um "problema dispendioso" ao Estado.

Este paradigma moderno que se cristalizou na década de 1930, que privilegiou os discursos formulados pela medicina (normatização do corpo), engenharia (urbanização do espaço) e educação (conformando mentalidades). (HERSCHMANN, 1994). Pode-se afirmar que a reformulação do espaço escolar foi uma estratégia adotada pelo Estado, reforçado por reformas sanitárias, pedagógicas e arquitetônicas. As ideias sobre "higiene escolar" foram uma constante nos discursos sobre o espaço escolar do período estudado. O trabalho de Hugo Segawa, "Construção de Ordens: um aspecto da arquitetura no Brasil 1808-1930", apresenta as concepções de "higiene escolar" constantes nos projetos arquitetônicos das escolas primárias, secundárias e profissionais projetadas no período. O autor destaca que:

A higiene escolar como disciplina científica desenvolveu-se com a obstinada busca pela disseminação do ensino na Europa oitocentista, organizando os conhecimentos na área mediante normas orientadoras abarcando desde questões de higiene pessoal à implantação e construção de prédios escolares, verificando em pormenores as condições mais adequadas para o desenvolvimento de uma pedagogia saudável". (SEGAWA, 1988, p. 147)

Outro arquiteto que se dedicou ao estudo de higiene das escolas e residências para trabalhadores foi o suíço Henry Baudin.¹⁵⁰ Além de várias obras importantes na cidade de Genebra escreveu um livro dedicado a arquitetura escolar suíça, em 1907 (BAUDIN, 1907). Sobre a higiene escolar autor descreve as necessidades básicas com atenção especial para a superfície, iluminação e ventilação das salas de aulas.

Esses temas eram fundamentais em se tratando das condições higiênicas dos edifícios escolares. Para o autor:

¹⁵⁰ Henry Baudin (1876-1929) fundou em 1903, juntamente com Alfred Dufour uma empresa de arquitetura, esta ganhou o concurso para a execução do projeto da escola primaria de Moutier. Em 1907, projetou a escola primaria em Nyon, seu principal trabalho foi o Teatro da Comedia, construído em 1913 em Genebra, de estilo neoclássico. No período de 1918-29 ensinou na École des Beaux-Arts de Genebra. Algumas dos livros publicados por Baudin: "La maison familiale à bon marché" (1904), "Les constructions scolaires en Suisse" (1907,1917) e "Villas et maisons de Campagnes en Suisse" (1909).

Hoje não encontramos mais edifícios com plantas não práticas, com fachadas complicadas e carregadas de ornamento inúteis, edifícios nos quais todas as exigências práticas se subordinam à arquitetura. As condições higiênicas, esta “obsessão do século”, determinam a arquitetura, seja em planta, seja em fachada, e é um erro acreditar que essa subordinação prejudica o efeito estético. Teoricamente todas as escolas se assemelham, devido à mesma altura dos andares, das grandes superfícies vidradas, etc., mas na prática, do ponto de vista arquitetural resulta uma infinita variedade de aspectos. (BAUDIN, 1907, p. 495, apud SEGAWA, 1988)

Os problemas sanitários e a educação foram os principais temas das teses defendidas nos “Congressos Brasileiros de *Hygiene*”, nos anos 1920 e 1930, no Brasil. Os artigos específicos sobre os edifícios públicos, escritos por médicos e/ou engenheiros, apresentavam algumas recomendações sanitárias para as construções escolares como a localização, as dimensões das salas de aula, a ventilação e iluminação natural dos ambientes, as medidas do piso ao teto de um ambiente (pé-direito), mobiliário e número máximo de alunos.

As teorias higienistas do final do século XIX e início do XX assinalam alguns pontos que achava-se importantes sobre a ventilação dos edifícios. No Congresso de 1923, dois artigos sobre este tema continham as seguintes recomendações:

(...) dos lugares fechados e cheios de gente passou, assim, a ser um processo com o objetivo de pôr o ar em movimento e impedir a elevação de sua temperatura. A necessidade de se permitir pequenas trocas entre o ar exterior e interior dos compartimentos.

Preferência para a ventilação é natural quando obtida por meio das aberturas normais dos edifícios como portas e janelas ou outros orifícios.

(...) exige-se apenas que os compartimentos sejam dotados, na parte superior, junto ao telhado, de orifícios para a evacuação do ar viciado, e assim, se complete a circulação de ar, que entra pelas janelas abertas.

A garantia de boa ventilação exige, porém, para o tempo de calor, que os compartimentos sejam dotado de duas janelas, ou outras aberturas pouco elevadas do nível do pavimento, uma para entrada e outra para a saída de ar, sendo de vantagem que se coloquem em paredes opostas. O melhor tipo de janela é o dotado de bandeira movediça, que permite deixar aberta essa parte, devendo o mecanismo de movimentação ser simples, duradouro e de fácil manejo. (FONTENELLE, 1923, p. 31)

Os autores dos artigos ilustram o texto com desenhos, cálculos matemáticos, fundamentados nas bases teóricas americanas e europeias, para justificar os elementos construtivos mais adequados que deveriam ser utilizados nos projetos. Naquele período já se defendia que a ventilação natural de um edifício não dependia

da altura do pé-direito, mas da circulação do ar no ambiente. A argumentação da tese destaca que:

Para aumentar a capacidade cubica dos locais, nossos regulamentos de construção tem procurado elevar os pés direitos dos compartimentos, chegando a exigir até 4 m, o que não traz vantagem para a ventilação, aumenta inutilmente as despesas de construção, produzindo ainda edifícios inestéticos. (FONTENELLE, 1923, p. 30)

Para Ferreira, em a “Modernidade, higiene e Controle Médico da Infância e da Escola”, a escola tornava-se uma instituição apta a aplicar as teorias médicas como estratégias profiláticas e preventivas. Para o autor português, no final do século XIX e início do XX, duas ações fundamentais se destacavam, a “medicalização do espaço escolar que, posteriormente, passou à medicalização do aluno” (FERREIRA, 2004, p. 102). Tanto as doenças contagiosas como a construção do edifício escolar eram objetos dos discursos higienistas, acrescenta que:

(...) ao abranger tanto as condições físicas como o processo de ensino, procurava também legitimar a intervenção médica no campo pedagógico, que devia incidir tanto sobre os indivíduos como sobre a organização escolar e os processos que o ensino deveria seguir. (FERREIRA, 2004, p. 107)

A Escola Normal participou na transmissão deste conhecimento. A educação passou a ser o centro do esforço sanitário, não apenas no controle pelo espaço escolar, mas principalmente como, um instrumento da difusão da educação higiênica através da escola primaria. Os verbetes do “III Congresso Brasileiro de Higiene” de 1926, escritos por ALMEIDA JUNIOR, destacavam as realizações nas Escolas Normais paulistas quanto ao preparo do professor:

A educação higiênica é essencialmente a aquisição de um sistema de hábitos, integrado na vida cotidiana do indivíduo, e tendentes a favorecer e a saúde, bem como a preservar os que o cercam.
(...) São Paulo se acha, desde 1921, aparelhado de modo excelente. As dez escolas normais, por onde se formam os seus mestres primários, incluem no quinto e último ano de curso o ensino da higiene, atualmente com duas, mas, ao que se afirma, brevemente com três aulas semanais. Desde 1925, esta cadeira passou a chamar-se Higiene e Puericultura... (ALMEIDA JUNIOR, 1926)

Caberia ao professor primário propagar estes conhecimentos, como uma das possibilidades na resolução dos problemas sanitários das cidades. As escolas, portanto, deveriam ensinar o aluno não apenas o conhecimento científico, mas os edifícios escolares também tinham a tarefa de propagar as teorias higienistas da época, considerando dois pontos principais para a construção: a ventilação e a iluminação¹⁵¹.

As propostas higienistas estiveram presentes nos Códigos Sanitários do Paraná para a construção das escolas. A sala de aula era o ambiente de maior destaque nas descrições do Código de 1918, por exemplo, que sugeria que o número máximo de alunos por salas de aula seria de 50, para uma área mínima por aluno de 1,30 m² e pé-direito de 4,00m. (PARANÁ, 1918).

Retomando os estudos de Camargo, as exigências do Código Sanitário de São Paulo para o número de estudantes por sala eram de 40 alunos, área mínima de 1m² por aluno, e pé-direito de 4 a 4,5m. (CAMARGO, 1920). Para a justificativa das metragens utilizadas o autor defendia que:

(...) julgamos conveniente lembrar que elas representam um termo médio relativamente às áreas adotadas não só pelas legislações de vários países, bem como por competentes higienistas e arquitetos. (CAMARGO, 1920, p. 8)

O autor complementa suas argumentações com os trabalhos realizados em outros países para comparar os critérios e apresenta o número de alunos permitidos e a área por alunos: França - 25 alunos/1m², Bélgica - 40 alunos/ 1m², Suíça - 40 alunos/1 m², América do Norte - 38 alunos/ 1m², entre outras. (CAMARGO, 1920, p. 9)

As mesmas normas existentes no Paraná para construções escolares também atendiam as teses higienistas. As correntes, os tratados, e as teorias arquitetônicas discutidas na Europa influenciaram as construções escolares no Brasil. No próximo item serão apresentados alguns exemplos de projetos de Escolas Normais europeias do final do século XIX e início do XX.

¹⁵¹ Para o aprofundamento dos estudos sobre o discurso eugênico e a educação ver MARQUES (1994).

4.1.1 Propostas e projetos arquitetônicos das escolas normais europeias, século XIX e início do século XX

As concepção e mudanças propostas das escolas normais brasileiras do final do século XIX e início do século XX foram influenciados pelo modelo europeu, mais especificamente o francês.

Na França, entre 1810 e 1833, dezenas de Escolas Normais foram construídas por iniciativa das municipalidades ou dos departamentos distritais. O Ministro da Educação da França, Guizot (1833), estabeleceu a obrigatoriedade da criação de uma Escola Normal por departamento¹⁵². As escolas normais francesas modificaram durante os regimes políticos que se alternaram ao longo do século XIX. No final do século XIX um dos seus papéis era difundir valores, que segundo Bouyer (2003) estacavam calcados na monarquia de Juillet, Império de Napoleão III. Assim como no regime republicano, com o Ministro da Instrução pública Jules Ferry, até os primeiros anos do século XX essas escolas mantiveram as mesmas premissas (BOUYER, 2003, p. 155).¹⁵³ O ensino na escola normal francesa, do final do século XIX era gratuito, separado por gênero¹⁵⁴, com duração de três anos e em regime de internato.

Em meados do século XIX o país passou por um desenvolvimento da construção de escolas, e teve um surpreendente incremento quando o Estado acentuou o controle sobre as escolas e a construção de seus edifícios. Para LAINÉ, em "*Les constructions scolaires en France*" (LAINE, 1996), a lei de 16 de julho de 1833 inaugura as ações políticas do Estado francês sobre a construção escolar. A partir daí uma série de normatizações também foram aplicadas para atender as necessidades de atendimento à saúde pública e a preservação da moral. Essas

¹⁵² Departamento é uma divisão estabelecida pela República Francesa nas diversas regiões do país. Cada departamento constitui uma divisão administrativa.

¹⁵³ Para Bouyer, durante o Antigo Regime (XVI, XVII), a França provocou uma revolução educativa, mas ainda a educação era um privilégio da elite, o ensino era praticamente urbano, e quase 80% da população habitavam no campo. Outro ponto o ensino era exclusivo ao sexo masculino, administrado pela Igreja. (BOUYER, 2003). Ainda para a autora, na Alemanha do século XVII, foram criadas regras para os estabelecimentos pedagógicos, designando pela primeira vez "escola normal" de *Norma* a regra, elas deveriam servir de modelo. (p. 17). Com todas as influências trazidas da Alemanha e Áustria a primeira escola normal francesa foi criada em Strasbourg (1810).

¹⁵⁴ A lei determinava a criação das escolas normais primárias para cada sexo, as mesmas poderiam ser mistas, caso não houvesse verba suficiente para manter duas instituições separadas. (LAINE, 1996)

normas construtivas foram implantadas em todas as localidades do território francês levando em considerações os conhecimentos médicos:

Os higienistas, mais que os arquitetos, integraram suas recomendações ao pensamento racionalista e positivista aos Republicanos, isto deu uma visão particular à escola e uma alta tecnologia aos dispositivos internos: ventilação, iluminação, aquecimento, ou mesmo o posicionamento dos alunos. (LAINE, 1996, p. 6)¹⁵⁵

De Paris, saíram tanto os modelos arquitetônicos quanto os pedagógicos, frutos do debate da concepção educativa daquela República. A caracterização funcional dos espaços, a exposição à luz, ventilação, temperatura e mobília foram objetos de estudos dos profissionais dos campos médico e arquitetônico. Grande parte das recomendações sobre a higiene escolar foram aplicadas aos modelos dos projetos dos edifícios das escolas. Desde as casas escolares, grupos escolares, escolas normais, liceus foram normatizados por leis e regulamentos. Desta forma o Estado uniformizava a execução das escolas, inaugurando o processo de construção de uma rede construção escolar preparada para difundir os ideais republicanos.

Segundo Anne-Marie Châtelet (1993), o livro escrito por Boullion, em 1834, “*De la construction des maisons d’école primaire*”, com base na lei Guizot, apresentou seis projetos-tipo de escolas primárias, um modelo de projeto para Escola Normal e um para o ginásio. O Estado distribuiu o livro para as prefeituras e distritos, encontrou uma maneira de difundir a obra, fornecendo às autoridades e aos inspetores locais uma metodologia de controle das construções dos edifícios escolares. Outros planos modelos e publicações realizados nos primeiros anos da III República foram organizados por Cesar Pompée¹⁵⁶ e Félix Narjoux¹⁵⁷.

¹⁵⁵ Les hygiénistes, bien plus que les architectes, intégreront leurs recommandations à la pensée rationaliste et positiviste des Républicains, cela donnera un visage particulier à l’école et une grande technicité aux dispositifs internes: ventilation, éclairage, chauffage, et même positionnement des élèves.

¹⁵⁶ Em 1871 foi publicado o “*Plans model pour la construction de maisons d’école et des mairies*” de M. César Pompée cujo o Ministro de Educação distribuiu em todas as prefeituras para consulta dos arquitetos regionais, inspetores primários, e prefeitos (LAINE, 1996, p. 95).

¹⁵⁷ Arquiteto que participou da elaboração do plano modelo para a construção escolar na França e autor de vários livros sobre construções escolares. Felix Narjoux (1836-1891) influenciado pelo pai, também arquiteto, entrou na Ecolé des beaux-arts de Paris em 1854. Teve Viollet-le-Duc como professor, trabalhou na restauração da catedral da cidade de Limoges. Em 1860, foi nomeado arquiteto da cidade de Nice e dez anos mais tarde arquiteto da cidade de Paris.

As Leis de Jules Ferry¹⁵⁸ de 1881 e 1882, se destacaram na visão de Châtelet (1999)¹⁵⁹, no que diz respeito à obrigação escolar da matrícula escolar e na gratuidade do ensino, ações que provocaram um grande aumento no número de alunos. Arquitetos, educadores e médicos contribuíram para o debate e com a publicação de novos textos, leis e projetos. Este grupo de profissionais contribuiu para elaborar uma arquitetura escolar na qual se tornou realidade na III República Francesa. A comissão dos Edifícios escolares¹⁶⁰, nomeada pelo Ministério da Educação, realizou debates sobre a arquitetura escolar. Com a criação desta comissão de edifícios dos liceus e colégios, estabeleceu novas diretrizes que contribuíram para as inovações da construção escolar.

A regulamentação de 1881, de responsabilidade desta comissão, especificou os serviços necessários para a instalação dos grupos escolares e escolas secundárias. Segundo Thomine (2004) este documento insistiu com frequência nas disposições higienistas. Regulamentou a superfície necessária por alunos¹⁶¹, a ventilação e iluminação das salas de aula. Para assegurar uma boa ventilação e para uma melhor circulação de ar, as janelas deveriam ocupar os dois lados da sala.

Narjoux foi responsável pela construção de muitas escolas, dentre elas o grupo escolar da rua Curial (hoje rua Tanger) em 1875-1876, e o grupo escolar Voltaire em 1875-1876. (FLEURY, 1996, p. 371-372)

¹⁵⁸ Jules-Ferry foi ministro da instrução pública de 1879 a 1883. Na França da III República, promoveu reformas profundas, impondo a laicização, a gratuidade e a escolaridade obrigatória do ensino primário.

¹⁵⁹ Anne-Marie Châtelet estudou *O Nascimento da Arquitetura Escolar* na França e destacou que o crescimento da escola primária foi obra de grande importância na III República, no período de 1870 a 1914 (CHÂTELET, 1999, p. 20). Ao analisar o espaço das instituições de ensino, CHÂTELET verificou que a dimensão espacial precisava da classe escolar e as posições do mobiliário influenciaram um novo planejamento arquitetônico. Assim, concluiu que a escola primária internalizou uma das regras impostas pelo Estado, a qual, a partir das definições da arquitetura escolar, introduziu uma disciplina para “produzir uma nação” e formar “a arma do trabalho”. Os argumentos centrais do texto de Anne Marie tratam do significativo aumento do ensino primário público, do progresso das técnicas construtivas e da grandiosidade das construções escolares na França. Outro aspecto estudado pela autora foi a participação do Ministério da Instrução Pública na elaboração e execução dos projetos de construção de escolas. Para a autora, o Ministério tornou-se uma verdadeira usina de fabricar colégios (CHÂTELET, 1999, p. 10), pois, em cada cidade, em cada bairro, foi construída uma escola que não serviria apenas para solidificar o ideal da república, mas que também era importante aos seus representantes, que viam naquele patrimônio escolar a grande obra, ou seja, a marca da arquitetura pública francesa (CORREIA, 2004, p. 82).

¹⁶⁰ A “Comissão dos edifícios e material escolar” compreendia vinte membros entre eles cinco arquitetos: E. E. Viollet-le-Duc, F. Narjoux, E. Trélat, E. Vaudremer e C. Salleron, arquitetos da cidade de Paris. (CHÂTELET, 1999, p. 81).

¹⁶¹ O aluno deveria ocupar na sala uma superfície de no mínimo 1,5 m².

Outra lei francesa que auxiliou nessas reformulações foi a Lei de finanças de 20 de junho de 1885 (LAINE, 1996). Esta norma propunha critérios objetivos para a escolha da localização das escolas, que deveriam ser preferencialmente na região central da cidade, de fácil acesso, em terreno elevado, ensolarado e com o entorno sem barulhos constantes. Além disso, asseverava sobre a composição geral das escolas, como a separação dos serviços, administrativos dos pedagógicos. Na concepção do projeto do edifício enfatizava-se a hierarquização do programa separando os diversos conjuntos de ambientes, divididos por setores: salas de aula, administração, refeitório, enfermaria, ginásio etc. Os modelos franceses adotaram genericamente uma tipologia em U, a partir de um corpo principal alinhado com a rua.

Fundamentalmente, no século XIX, desenvolveram-se metodologias que definem os tipos arquitetônicos ou modelos tipológicos. Para cada programa, constituem-se como referências teóricas capazes de conferir rigor a prática construtiva. Para Laine as exposições universais de Paris, em 1869, e Viena, em 1873, difundiram novas informações sobre as tecnologias construtivas, modelo de construção escolar e novos mobiliários que a Europa exportava para outros continentes.

Félix Narjoux destacava que os regulamentos se destinariam a “ajudar aos arquitetos e aos administradores ou a qualquer um a se ocupar da construção de uma escola” (NARJOUX, 1880, p. 2). Adepto da arquitetura racionalista de Viollet-le-Duc, pela qual a estrutura do edifício deveria se adaptar à função, Narjoux defendia que o conjunto de dispositivos interiores e exteriores faziam parte da composição do projeto arquitetônico de uma escola. O projeto não poderia deixar de ser sóbrio e simples, com materiais e características locais, e principalmente contemplar elementos essenciais como a higiene, ventilação, iluminação, a saúde e a segurança (NARJOUX, 1880). Neste momento inicia-se a discussão sobre a simplificação das fachadas tendo como a principal justificativa o custo da obra, mas alguns fundamentos acadêmicos permanecem, como o eixo de simetria, volumes modulares, ornamentação e fachada monumental ¹⁶².

¹⁶² Para o aprofundamento sobre os projetos e publicações do arquiteto Felix Narjoux ver BENCOSTTA, 2011.

No verbete “*Architecture scolaire*”, publicado no dicionário de Pedagogia organizado por Buisson (1911), Félix Narjoux aduziu como deveria ser um projeto de edifício escolar:

O caráter de uma escola é a simplicidade; sua destinação, o estudo: é isto que deve-se expressar e traduzir aos olhos. A fachada de um estabelecimento escolar não pode forçar a atenção: a sua aparência, pelo contrário, deve ser calma e tranquila; as proporções, isto é, a relação correta das diferentes partes do edifício em conjunto, as grandes linhas da construção e as massas francamente acusadas, são os elementos disponíveis ao construtor. (NARJOUX, 1911, s/p)¹⁶³

A defesa de Narjoux refere-se principalmente às escolas primárias francesas. Importante destacar que o nível de detalhamento dos projetos públicos, construídos no final do século XIX, eram extremantes rebuscados. A simplicidade não consistia somente na eliminação de toda a decoração superficial, ela deveria ser observada pela escolha dos materiais. Mas segundo Narjoux alguns ornamentos deveriam ser mantidos como “pilastras, frontões, consoles...” (idem). Ainda para o autor a grande preocupação era a economia, no entanto sem deixar o edifício com aspecto “pobre e triste”, a escola deveria agradar aos alunos, por isso o autor do projeto deveria evitar as fachadas frias, monótonas e uniformes. Em resumo a escola:

(...) grande ou pequena, urbana ou rural, a escola deve ser sempre simples e modesta, mas ainda assim, também, atraente para as crianças, e própria para despertar a todos, ao primeiro aspecto, a ideia de um edifício dedicado à educação dos jovens, isto é, um dos mais importantes serviços de utilidade pública. (idem)¹⁶⁴

No artigo de Bencostta e Braga (BENCOSTTA, 2011), os autores analisam os regulamentos franceses e brasileiros no período de 1880-1910. Destacam que para Narjoux as aparências dos edifícios escolares não deveriam ser “exageradamente

¹⁶³ Le caractère d'une école est la simplicité ; sa destination, l'étude : c'est là ce qu'il faut exprimer et traduire aux yeux. La façade d'un établissement scolaire ne saurait donc forcer l'attention : son apparence au contraire doit être calme et tranquille ; les proportions, c'est-à-dire le juste rapport des différentes parties de l'édifice entre elles, les grandes lignes de la construction et les masses franchement accusées, sont les seuls éléments mis à la disposition du constructeur.

¹⁶⁴ (...) petite ou grande, urbaine ou rurale, l'école doit être simple et modeste toujours, mais toujours, aussi, attrayante pour les enfants, et propre à éveiller chez tous, au premier aspect, l'idée d'un édifice consacré à l'éducation de la jeunesse, c'est-à-dire à un des plus importants services d'utilité publique.

severas”, ao contrário, a fachada deveria “ser agradável, alegre e, assim poderiam ser amadas pelos alunos, mesmo que para isto se utilizasse uma pequena dose de suntuosidade em sua construção” (BENCOSTTA, 2011, p. 58).

No caso das construções escolares, entre elas os projetos das Escolas Normais, a conjuntura política do final do século XIX permitiu na França e em outros países da Europa, construir-se alguns modelos que melhor sintetizaram e formalizaram as condições pedagógicas, higiênicas e construtivas impostas por leis e Decretos Estaduais.

No período de 1870 à 1883, Félix Narjoux publicou diversos livros sobre as construções escolares não só francesas, mas de outros países da Europa¹⁶⁵. Os exemplos de prédios escolares ancoravam-se não só em suas próprias experiências como arquiteto, mas em viagens que o autor realizou em outros países visitando edifícios escolares. Essa vivência lhe proporcionou a descrição em seus livros de um conjunto de exemplos de arquitetura escolar das escolas públicas da França, Inglaterra, Bélgica, Alemanha, Holanda e Suíça. Com um grande número de detalhamento e exemplos de escolas de diferentes tipos e formas.

Nas pesquisas sobre a arquitetura das Escolas Normais, Narjoux examinou as escolas desde a sua implantação, o entorno até os ambientes do edifício escolar. Nos detalhes apresentados destacou o conforto térmico e visual das salas de aula, assim como os ambientes especiais, como espaços administrativos, laboratório, biblioteca, sala de leitura e auditório. Em suas monografias sobre as escolas normais esclareceu que sua intenção não era propor um modelo exato para ser copiado:

Não se deve confundir a uniformidade do programa com a uniformidade das construções. O programa não pode mudar (...), mas as soluções que são dadas, ao contrario, modificam de acordo com as pessoas, as exigências locais, as condições climáticas, dependendo da natureza e do modo com que os materiais são empregado. (NARJOUX, 1880, p. 10)¹⁶⁶

¹⁶⁵ Algumas destas obras foram: Escolas primarias (1879), Escolas Públicas na França e Inglaterra (1876), Escolas Públicas na Bélgica e Holanda (1878) e Escolas Públicas na Suíça (1879). Escreveu também obras sobre os edifícios da capital: Paris, monumentos elevados para a cidade 1850-1880 (1880-1883) e Arquitetura Comunal (1870-1880) (FLEURY, 1996, p. 07).

¹⁶⁶ Il ne faut pas confondre l'uniformité du programme avec l'uniformité des constructions. Le programme ne peut pas varier (...) mais les solutions qu'il reçoit doivent, au contraire, se modifier suivant les personnes, les exigences locales, les conditions de climat, d'emplacement suivant la nature et le mode d'emploi des matériaux.

Outra obra de Narjoux (1880b), *Architecture Communale* (1870-1880), publicada em 1880, refere-se aos edifícios da cidade de Paris e apresentou exemplos de edifícios do sistema educacional francês: casas escolares, escolas mistas, escolas de meninas, escola de meninos, os grupos escolares, salas de asilos, as escolas profissionais e as escolas normais primárias. No capítulo VIII tratava sobre as Escolas Normais:

As escolas normais primarias são estabelecimentos de instituições públicas onde os jovens, que estão destinados ao ensino primário, recebem a instrução necessária para exercer as funções de professor. (NARJOUX, 1880, p. 22)¹⁶⁷

Narjoux confirmava a função social da Escola Normal, mas lamentava a ausência de boas construções que atendessem a escola de formação de professores. Entretanto, neste trabalho o arquiteto destacou duas escolas construídas que para ele melhor se aproximavam das reais finalidades para um projeto de Escola Normal. A primeira delas foi construída para atender normalistas do sexo feminino, a outra para rapazes, ambas em regime de internato.

A Escola Normal primária de professoras em Melun (Seine-et-Marne) tinha a capacidade para atender 42 alunos. Na descrição do autor o edifício foi construído no centro do terreno, rodeado por jardins. Esta escolha facilitava a claridade e ventilação do edifício. A figura mostra detalhadamente uma visão do projeto e a localização do edifício em relação ao terreno escolhido.

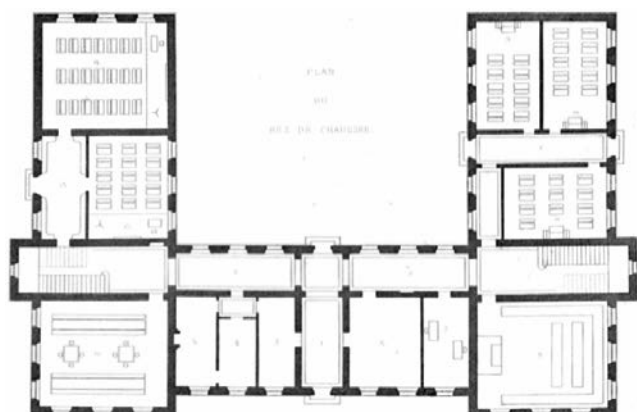
¹⁶⁷ Les écoles normales primaires sont des établissements d'instruction publique dans lesquels les jeunes gens, qui se destinent à l'enseignement primaire, reçoivent l'instruction nécessaire à l'exercice des fonctions d'instituteur.



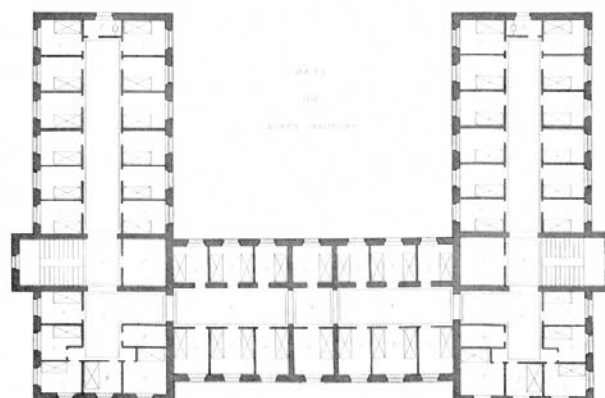
FIGURA 40 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE PROFESSORAS DE MELUN
 FONTE: ARCHITECTURE COMMUNALE, 1880, P. LXVII.

Narjoux considerava as salas de aula bem iluminadas e ventiladas, com tamanhos bastante adequados. Os serviços de apoio ao ensino ficavam um pouco sacrificados, pela ausência de salas específicas para aulas de física, química e desenho. Na concepção do programa do edifício haviam pátios, áreas de ensino, administrativas, refeitório, enfermaria e ginásio. Já no pavimento térreo foram previstos a área administrativa, biblioteca, museu escolar, refeitório e três salas que atenderiam aos alunos da escola normal, outras duas salas que seriam utilizadas pela escola anexa. No primeiro pavimento estavam o alojamento dos estudantes. No segundo pavimento localizava-se a sala de diretoria, os alojamentos de professores e a enfermaria. Abaixo as plantas e o desenho da fachada da escola:

PLANTA TÉRREO



PLANTA PRIMEIRO PAVIMENTO



PLANTA SEGUNDO PAVIMENTO

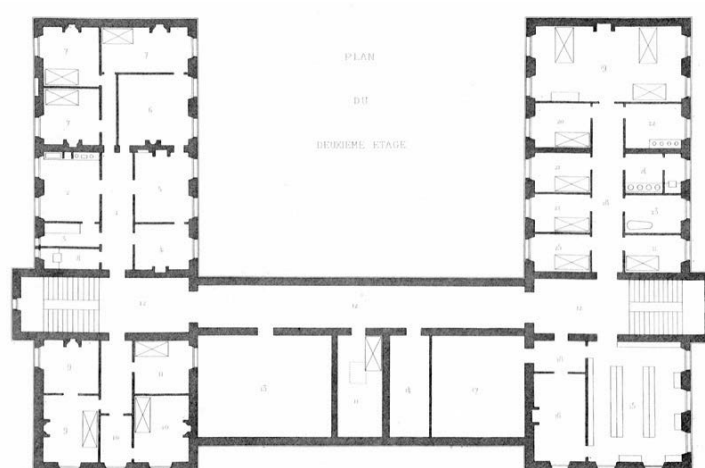
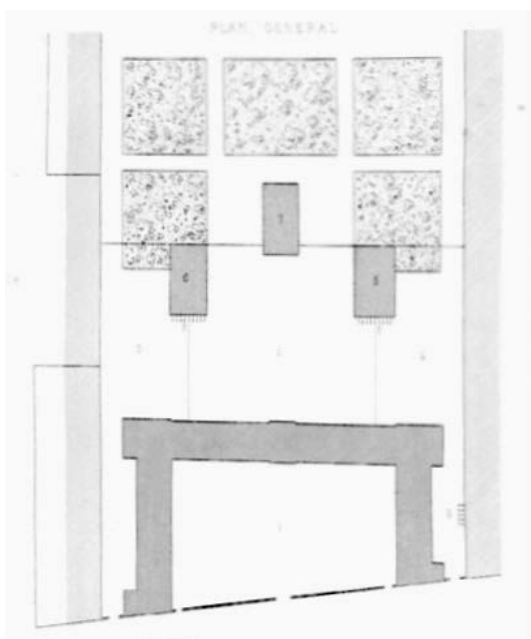


FIGURA 41 - PLANTAS DA ESCOLA NORMAL DE PROFESSORAS DE MELUN
 FONTE: ARCHITECTURE COMMUNALE, 1880, P. 22.



FIGURA 42 - FACHADA PRINCIPAL E CORTE DA ESCOLA NORMAL DE PROFESSORAS DE MELUN
 FONTE: ARCHITECTURE COMMUNALE, 1880, P. LXVI.

Outro exemplo apresentado por Narjoux foi a Escola Normal Primária de Professores de Montauban (Tarn-et-Garonne). O prédio tinha um grande corpo de edifício separado da via pública por um portão. Aos fundos do edifício localizava-se a área de recreação, uma área de ginástica e a capela, rodeadas por um vasto jardim. Abaixo a implantação da escola:

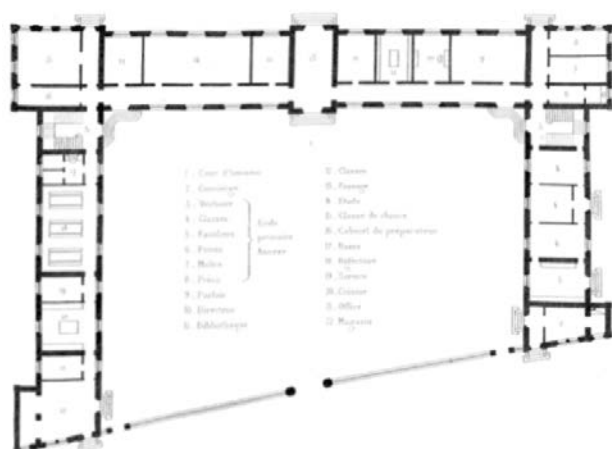


- 1 EDIFÍCIO DA ESCOLA
- 2 PORTEIRO
- 3 GINÁSIO
- 4 PÁTIO DA ESCOLA ANEXA
- 5 PÁTIO DA ESCOLA NORMAL
- 6 ACESSOS LATERAIS
- 7 ÁREA DE ENTRADA
- 8 JARDIM CENTRAL

FIGURA 43 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE PROFESSORES DE MONTAUBAN.
 FONTE: ARCHITECTURE COMMUNALE, 1880, P. 22.

O edifício principal abrigava diversos serviços da Escola Normal e da escola anexa. O térreo acomodava as salas de aula, as salas especiais e salas de estudo de diferentes tamanhos. As salas especiais foram destinadas para o ensino de história e geografia, física e química. Mas para Narjoux o grande defeito do projeto foi a ausência de salas específicas para música e desenho. No primeiro pavimento foram instalados os alojamentos em duas grandes salas ligadas aos lavabos e aos leitos, e ainda neste pavimento funcionavam a enfermaria e a farmácia. As figuras a seguir referem-se às plantas, elevações, corte e detalhe da escola:

PLANTA TÉRREA



PLANTA PRIMEIRO PAVIMENTO

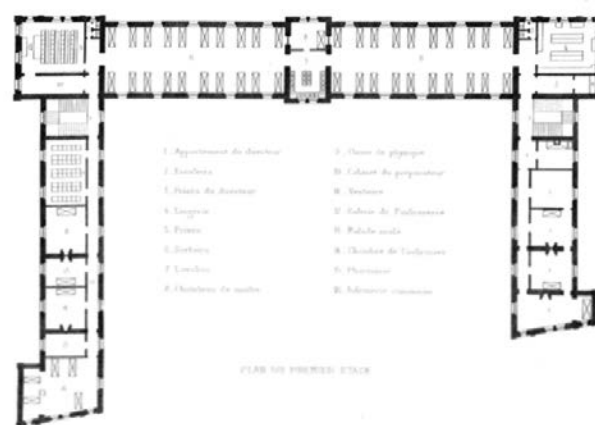


FIGURA 44 - PLANTAS DA ESCOLA NORMAL DE PROFESSORES DE MONTAUBAN
 FONTE: ARCHITECTURE COMMUNALE, 1880, P. LXVIII



FIGURA 45 - FACHADA DOS PAVILHÕES DA ESCOLA NORMAL DE PROFESSORES DE MONTAUBAN
 FONTE: ARCHITECTURE COMMUNALE, 1880, P. LXX

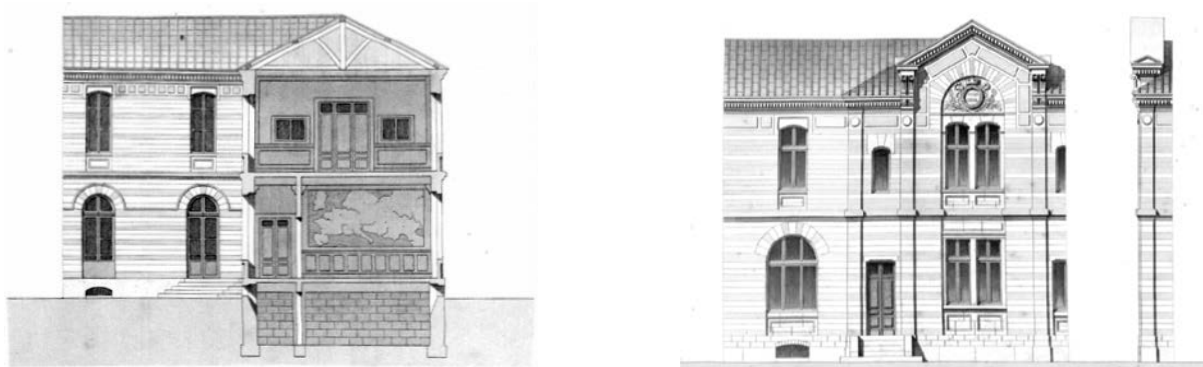


FIGURA 46 - CORTE E DETALHE DOS PAVILHÕES DA ESCOLA NORMAL DE PROFESSORES DE MONTAUBAN
 FONTE: ARCHITECTURE COMMUNALE, 1880, P. LXXI

O livro *“Les Écoles Normales Primaires, construction et installation”*, Narjoux (1880b) organizou em quatro capítulos: “Escolas normais primárias na França”, “Escola normal primária no estrangeiro”, “Escola Normal Primária na Alemanha” e “Programa das condições para cumprir nas escolas normais”. O autor deixou claro que os exemplos auxiliariam na melhoria dos detalhes para projetos de escolas já existentes ou novos projetos.

Neste trabalho Narjoux também apresentou desenhos dos edifícios, plantas, cortes, elevações, fotos e perspectivas. Analisou alguns projetos-tipo com plantas em “T”, “U” e “L” e os programas de ensino de cada país. Destacou obras de diversos arquitetos, entre os quais Émile Vaudremer (1829–1914), de Eugene Cordier, Antonio Gancel (1811-1978), Jean-Ferdinand Deconchy (1827–1911) e Claude Salleron (1820–1904). Segundo o autor estes arquitetos, em sua maioria, utilizaram em seus projetos as teorias e propostas arquitetônicas da Escola de Belas Artes francesa.

Depois de 1833, as escolas normais para rapazes se multiplicaram na França; já as escolas normais para meninas, autorizadas pela lei de 15 de março de 1850, somavam um total de nove em 1870. Para alterar esta situação, o Estado francês, através da lei de março de 1879, decidiu construir mais dez escolas normais para rapazes e de setenta escolas normais para moças (NARJOUX,1880b, p. 2). Para o arquiteto o aumento da construção e transformações ocorridas no âmbito das escolas normais se manifestaram graças ao desenvolvimento do ensino primário e ao crescimento do número de escolas laicas. Os dirigentes franceses reconheciam não somente a utilidade, mas também a necessidade de construir novas escolas normais, pois a maioria das existentes no período ainda estava instalada em edifícios antigos e adaptada.

Inúmeras sugestões foram levantadas para se definir a melhor maneira de se projetar as escolas normais. A escola deveria ser mista ou distinta? Os alunos permaneceriam em um sistema de internato ou as escolas seriam transformadas em externato? (NARJOUX,1880b, p. 9). Para o autor estas questões importantes deveriam ser aprofundadas, mas o passo inicial deveria ser a revisão da estrutura pedagógica, somente depois dessas reformulações os projetos poderiam ser alterados. Narjoux também se aventurou na crítica do sistema educacional francês. Para ele as separações entre meninos e meninas, eram “exageradas”, tanto para as

escolas primárias quanto para as escolas normais. Para argumentar contra os exageros o autor exemplificou as escolas de países como Suíça, Alemanha e Áustria, pois muitas escolas normais funcionavam no modelo externato e mistas, uma parte do edifício era ocupada pelas meninas e a outra pelos meninos (NARJOUX, 1880b, p. 13). Narjoux defendia a escola mista e externa¹⁶⁸, pois desta maneira a construção das escolas ficariam mais baratas para o governo.

Propôs então um programa para a construção de uma Escola Normal contendo cinco partes: área pedagógica (sala de aula, salas de estudos, laboratório de química, laboratório de física, anfiteatro, sala de trabalhos manuais, sala de coleções, sala de desenho, sala de música, biblioteca), área administrativa, escola anexa (uma ou duas salas de aula) ginásio e alojamentos (alunos, diretor, professores, enfermaria) (NARJOUX, 1880b, p. 16). Algumas soluções arquitetônicas deveriam considerar as condições de clima, exigências locais, localização e o modo de empregar os materiais construtivos.

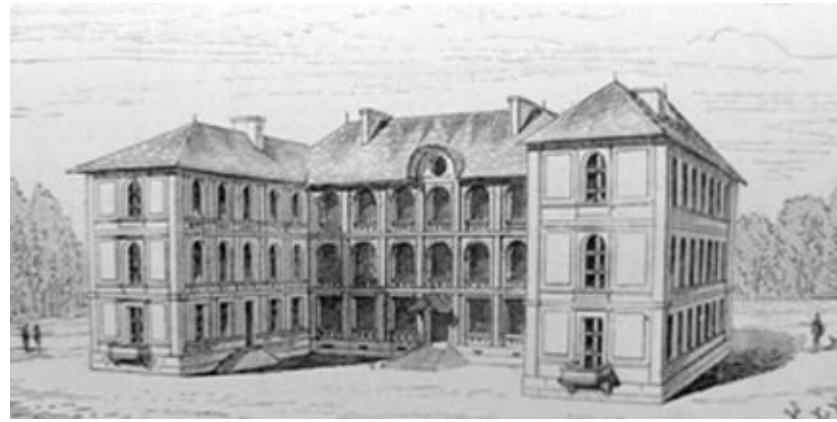
As escolas normais francesas apresentadas por Narjoux eram consideradas as melhores construídas até aquele momento. Alguns edifícios mais antigos outros com construções recentes sofreram adaptações de acordo com os programas exigidos. A média de estudantes matriculados ficava entre 60 e 150 alunos, tendo o edifício principal implantadas em um amplo terreno. Na maioria das escolas de três pavimentos, a composição da planta era praticamente a mesma: no térreo localizava-se a área administrativa, serviços gerais e escola anexa, no primeiro pavimento a área pedagógica (salas de aula, salas de apoio, biblioteca) e segundo pavimento os alojamentos e enfermaria. Nestas escolas foram previstas a instalação do ginásio de esportes, um espaço ora do prédio principal. Algumas delas, mesmo laicas, tinham uma capela como parte do edifício principal. As imagens a seguir mostram em desenho as Escolas Normais francesas do final do século XIX, publicadas no livro.

¹⁶⁸ Para Narjoux a grande dificuldade na época de transformar todas as escolas normais em externato seria o retorno e ida dos alunos à escola. Nos centros urbanos existiam mais transporte o problema era nas cidades do campo, onde o transporte era praticamente nulo (NARJOUX, 1880b)

L'ÉCOLE NORMALE D'INSTITUTEURS À ALENÇON (ORNE)



ÉCOLE NORMALE PRIMAIRE D'INSTITUTEURS À TOULOUSE (HAUTE-GARONNE)



ÉCOLE NORMALE PRIMAIRE D'INSTITUTEURS À BLOIS (LOIR-ET-CHER)



ÉCOLE NORMALE PRIMAIRE D'INSTITUTEURS À MONTAUBAN (TARN-ET-GARONNE)



ÉCOLE NORMALE PRIMAIRE D'INSTITUTEURS DE VERSAILLES (SEINE-ET-OISE)



ÉCOLE NORMALE PRIMAIRE D'INSTITUTRICES À MELUN (SEINE-ET-MARNE)



ÉCOLE NORMALE PRIMAIRE D'INSTITUTEURS À DOUAI (NORD)



FIGURA 47 - ESCOLA NORMAL PRIMARIA NA FRANÇA, SECULO XIX.
 FONTE: NARJOUX, 1880.

Ainda no programa de ensino destaca-se a maneira detalhada com que Narjoux descreve os laboratórios de química, física, anfiteatro, biblioteca, salas de desenho e música. Com base em leis e análises de projetos existentes o autor apresentou a dimensão, iluminação, ventilação e posição de mobiliários, elementos adequados para a elaboração de um projeto escolar. A chamada “Sala de coleções”, local utilizado para as aulas de História Natural, destacou que:

A sala de coleções não é senão um anexo da biblioteca a qual ela é a que mais facilmente se adapta. Ela é destinada para reservar os objetos de história natural, os modelos de todos os tipos que os professores e alunos necessitam consultar. Quando nas escolas mais importante essa sala é independente da biblioteca e forma uma divisão a parte, onde se deu as mesmas dimensões e tratada da mesma maneira que essa última. (NARJOUX, 1880, P. 281)¹⁶⁹

Narjoux observou que as escolas normais de outros países tinham algumas diferenças nos programas construtivos em comparação às escolas francesas. Nas escolas normais em Londres, por exemplo, o edifício foi dividido em duas áreas distintas: a escola normal propriamente dita e em edifício separado a escola anexa. O ponto de destaque refere-se à higiene, Narjoux avaliou organização e limpeza, e a localização do ginásio e refeitório no projeto.

Já na Suíça, no final do século XIX, existia um grande número de escolas normais, mas quase todas instaladas em antigos conventos ou em edifícios adaptados. Muitas escolas funcionavam em regime de externato: “Les élèves étant tous externes et ne passant à l’école que le temps des leçons, ces établissements ne possèdent que les salles destinées à l’enseignement. (Idem, p. 170)”¹⁷⁰. A instalação destas escolas foram realizadas de uma maneira simples e econômica, ainda para o autor:

Vemos no que concerne à educação propriamente dita que todos os serviços necessários estão previstos e instalados.

¹⁶⁹ La salle de collections n’est qu’une annexe de la bibliothèque à laquelle elle est le plus solvant réunie. Elle est destinée à renfermer les objets d’histoire naturelle, les modèles de toutes sortes que maître et élèves ont besoin de consulter. Quand dans les écoles très importantes cette salle est indépendante de la bibliothèque et forme une division à part, on lui donne les mêmes dimensions et on la traite de la même façon que cette dernière.

¹⁷⁰ Os alunos eram todos externos e não ficavam na escola mais do que o tempo das aulas, estes estabelecimentos não possuíam mais do que salas de ensino.

A fachada é um monumento, o desenvolvimento que lhe foi dado mostra a importância dada pela Suíça aos estabelecimentos escolares. (NARJOUX, 1880b, p. 181)¹⁷¹

COLÉGIO DE PROFESSORAS EM LONDRES



ESCOLA NORMAL DE PROFESSORAS EM BERNE.
(SUÍÇA)



FIGURA 48 - ESCOLAS NORMAIS NA INGLATERRA E SUÍÇA
FONTE: NARJOUX, 1880.

O desenvolvimento do ensino primário na Alemanha, no final do século XIX, também propiciou a construção de um grande número de escolas normais em todas as cidades, vilas ou províncias. Estas escolas chamadas de “Lehrer-Seminars” (seminários de professores) eram de variadas formas e disposições. Foram projetadas como internatos ou externatos, em escolas mistas ou separadas por gênero (Idem, p. 182). Para o autor, o ensino e a metodologia aplicada nas escolas alemãs eram diferentes das escolas francesas. Para Narjoux o diferencial das escolas alemãs estava na quantidade de salas de estudos existentes, na retirada da capela ou qualquer local destinada a prática religiosa no conjunto do edifício, os edifícios anexos atendiam o ginásio e a escola anexa. A seguir dois exemplos de escola alemã e um exemplo de escola normal belga.

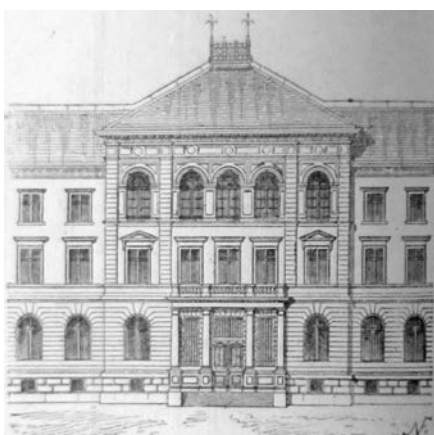
¹⁷¹ On voit qu’en ce qui concerne l’enseignement proprement dit tous les services nécessaires sont prévus et bien installés.

La façade est celle d’un monument, le développement qui lui est donné montre l’importance que la Suisse attaché à ses établissements scolaires.

ESCOLAS DE PROFESSORAS EM CARLSRUHE (ALEMANHA)



ESCOLA NORMAL PRIMÁRIA DE PROFESSORES EM NAGOLD (WURTEMBERG)



ECOLE NORMALE DA BELGICA

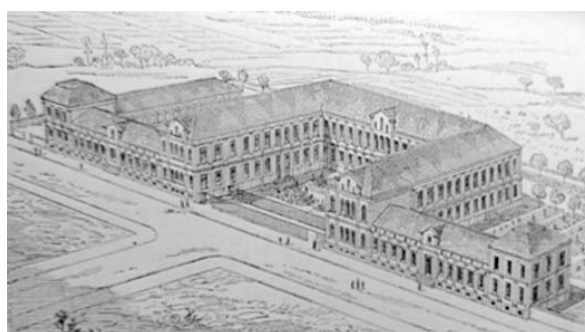


FIGURA 49 - ESCOLAS NORMAIS NA ALEMANHÃ E BELGICA
 FONTE: NARJOUX, 1880.

O livro publicado por Narjoux permitiu verificar o pensamento que se consolidou em torno de uma tipologia escolar no panorama europeu. Pelos exemplos trazidos pelo autor os projetos arquitetônicos das Escolas Normais europeias destacam-se os espaços internos maiores, como as da Alemanha e da Suíça. Defendeu que a monumentalidade dos edifícios não deveriam comprometer a qualidade em relação ao funcionamento da escola e as normas de salubridade.

4.2 A ARQUITETURA E OS ESPAÇOS DAS ESCOLAS NORMAIS NO PARANÁ – 1904/1927

4.2.1 Escola Normal de Curitiba – um novo edifício para a antiga escola

A Escola Normal de Curitiba foi um dos temas tratados nos documentários contratados pelo Governo do Paraná nos anos de 1920. O edifício foi apresentado como um símbolo que representava a cidade urbanizada e moderna. O filme “Pelo Paraná Maior”¹⁷² registra a movimentação dos alunos do curso normal e da escola anexa (Figura 38).

Cabe aqui ressaltar o pensamento de Walter Benjamin sobre a possibilidade de se estruturar um filme e a maneira de manipulações das ideias pelo seu executor:

O filme acabado não é produzido de um só jato, e sim montado a partir de inúmeras imagens isoladas e sequencias de imagens entre as quais o montador exerce seu direito de escolha – imagens, aliás, que poderiam, desde o início da filmagem, ter sido corrigidas, sem qualquer restrição. (BENJAMIN, 1994, p. 175)

O documentário realizado em 1927 mostrou a saída dos alunos da educação infantil, primária e dos alunos do curso normal. É preciso destacar que já fazia cinco anos desde a inauguração do edifício, e as sequências dos quadros procuraram evidenciar a ordem e organização da convivência de todos os níveis de ensino. A Escola Normal do Paraná na década de 1920 era considerada um espaço de educação de grande prestígio, uma referência cultural que se consolidou após a construção do novo “Palácio da Instrução”. Esta construção se destacou, e ainda hoje se destaca, na paisagem da cidade, além disso foi um modelo na formação de professores por várias gerações no Paraná. A sequência de cenas mostra a “nova” escola normal em funcionamento no “novo” prédio:

¹⁷² BOTELHO, A. *Pelo Paraná Maior*. Rio de Janeiro: Botelho Filme. 1927 (17' 29"): mudo: p&b. Intertítulos em português. (Cinejornal silencioso).

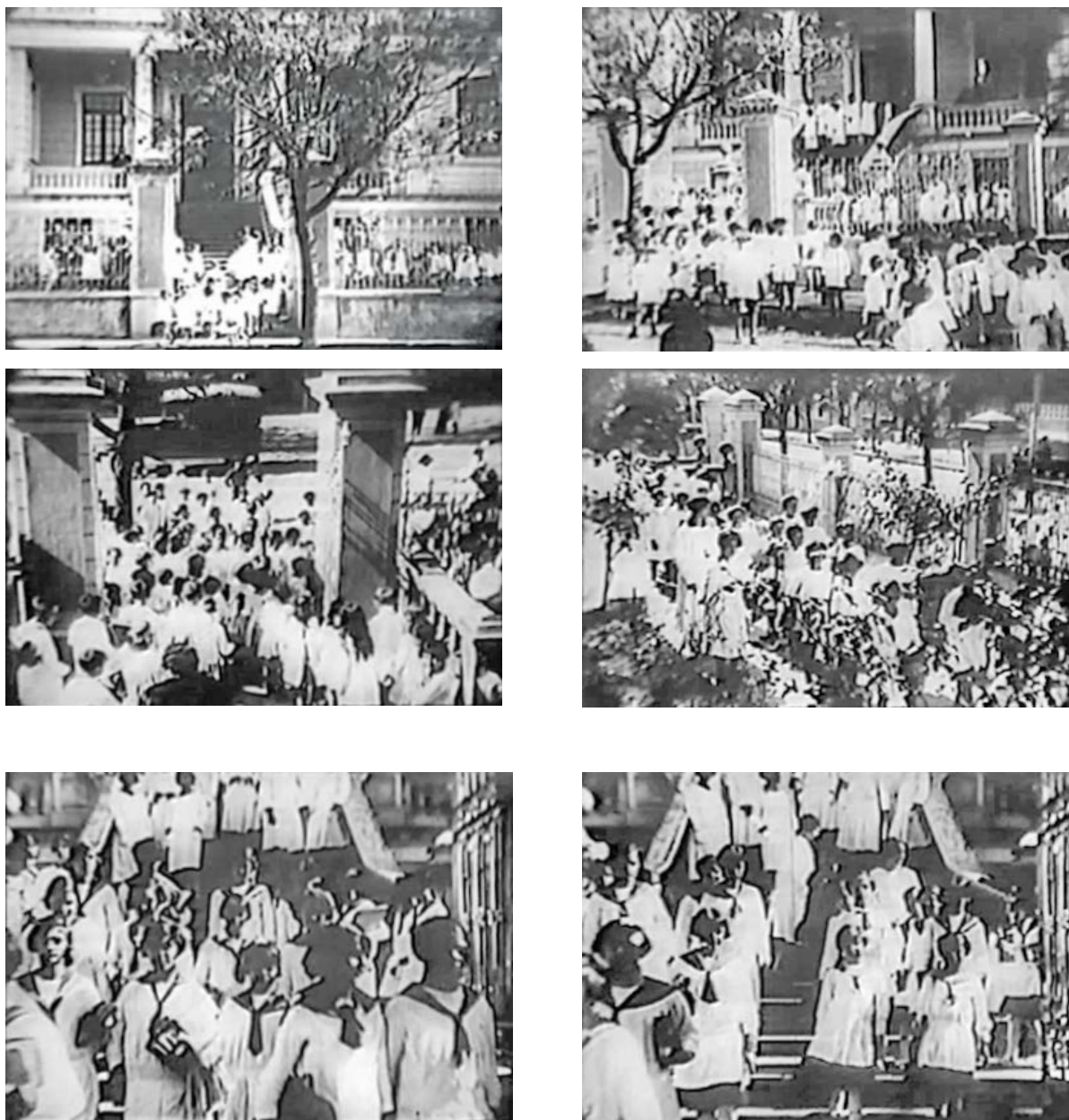


FIGURA 50 - CENAS DA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA.
 FONTE: BOTELHO, "PELO PARANÁ MAIOR", 1927.

O primeiro edifício que abrigou as duas instituições de ensino situava-se na Rua Aquidaban, atual Emiliano Perneta, em um prédio adaptado. O espaço interno continha três salas de aula, área administrativa e sala de professores. Abaixo as fotos da primeira sede do Instituto Paranaense e Escola Normal, em 1883 foi realizada uma reforma na fachada do edifício.



FIGURA 51- PRIMEIRA SEDE DA ESCOLA NORMAL, S/D.



FIGURA 52 - ASPECTO DO EDIFÍCIO APÓS A REFORMA DE 1883.

FONTE: CENTRO DE MEMÓRIA DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

Na virada do século XIX, com o aumento do número de alunos e a necessidade de melhorar tanto o ensino do Ginásio quanto da Escola Normal foi construído um novo edifício. O diretor geral da Instrução Pública, o Dr. Victor Ferreira do Amaral, ressalta a importância dessa construção:

O edifício do Ginásio, contra cuja pequenez e imprestabilidade tenho reclamado em meus relatórios anteriores vai felizmente ser substituído no próximo mês de março, pelo amplo palacete em construção a rua Borges de Macedo.

A 3 de maio ultimo, como sabeis, após uma ligeira alocução por mim proferida, foi, perante as altas autoridades do estado, lançada a pedra fundamental do novo edifício do Gymnasio.

Este edifício, cuja planta se deve a competência do distinto engenheiro Dr. Affonso Teixeira de Freitas será um duradouro padrão a atestar aos posterios os relevantes serviços prestados pelo benemérito administrador, que está a terminar sua honrosa investidura (PARANÁ, 1903, p. 16).

O novo estabelecimento foi projetado pelo professor Afonso Teixeira de Freitas,¹⁷³ e teve a sua ocupação definitiva a 24 de fevereiro de 1904. O prédio do Ginásio e Escola Normal foi amplamente divulgado, nos cartões-postais do início do século XX. Segundo Borges os cartões-postais serviram para:

Encantar o olhar do observador, celebrar um imaginário que remeta a um mundo guiado pelas noções positivas de progresso e civilidade sempre foram as principais funções sociais dos cartões-postais. Não por acaso, à medida que sua moda ia se alastrando, as cidades, *locus* por excelência do exercício e das praticas civilizadoras, iam construindo suas versões

¹⁷³ Engenheiro e professor de geometria e trigonometria do Ginásio Paranaense. (PARANÁ, 1902, p. 41)

higienizadas, oficiais e modernas do espaço público. Não por acaso, os prédios públicos e as construções arquitetônicas esteticamente mais arrojadas foram os principais alvos dos produtores dos cartões-postais. (BORGES, 2008, p. 60).

O cartão postal do novo prédio representava em parte as transformações da sociedade curitibana. O espaço escolar destinado para o ensino secundário foi considerado arrojado, nos primeiros decênios da república, tornou-se um ícone que representou a educação secundária pública por muitos anos. A figura abaixo, datada de 1904, reafirma essa visão: “Este é o novo Gymnasio que fizeram a pouco tempo, é um bello edificio” (CARTÃO, 1904).



FIGURA 53 - CARTÃO-POSTAL DO GYMNASIO CURITYBA-PARANÁ, 1904
 FONTE: CASA DA MEMORIA DE CURITIBA

O projeto foi implantado em dois edifícios assimétricos no terreno. O bloco principal foi previsto para onze salas de aula, áreas administrativas e a diretoria. O outro bloco era utilizado para abrigar o auditório (Figura 42). A entrada principal era dividida em duas áreas simétricas, que segundo Straube, somente os professores poderiam fazer uso. Já os alunos entravam pela lateral do edifício, o autor acrescenta que: “Na fachada lateral direita o prédio ostentava, na platibanda, o nome Gymnásio em relevo; na fachada esquerda, em posição oposta, o nome

Escola Normal, removido após a transferência da Escola Normal para a sua sede própria” (STRAUBE, 1993, p. 51). Seguem as plantas da época:¹⁷⁴

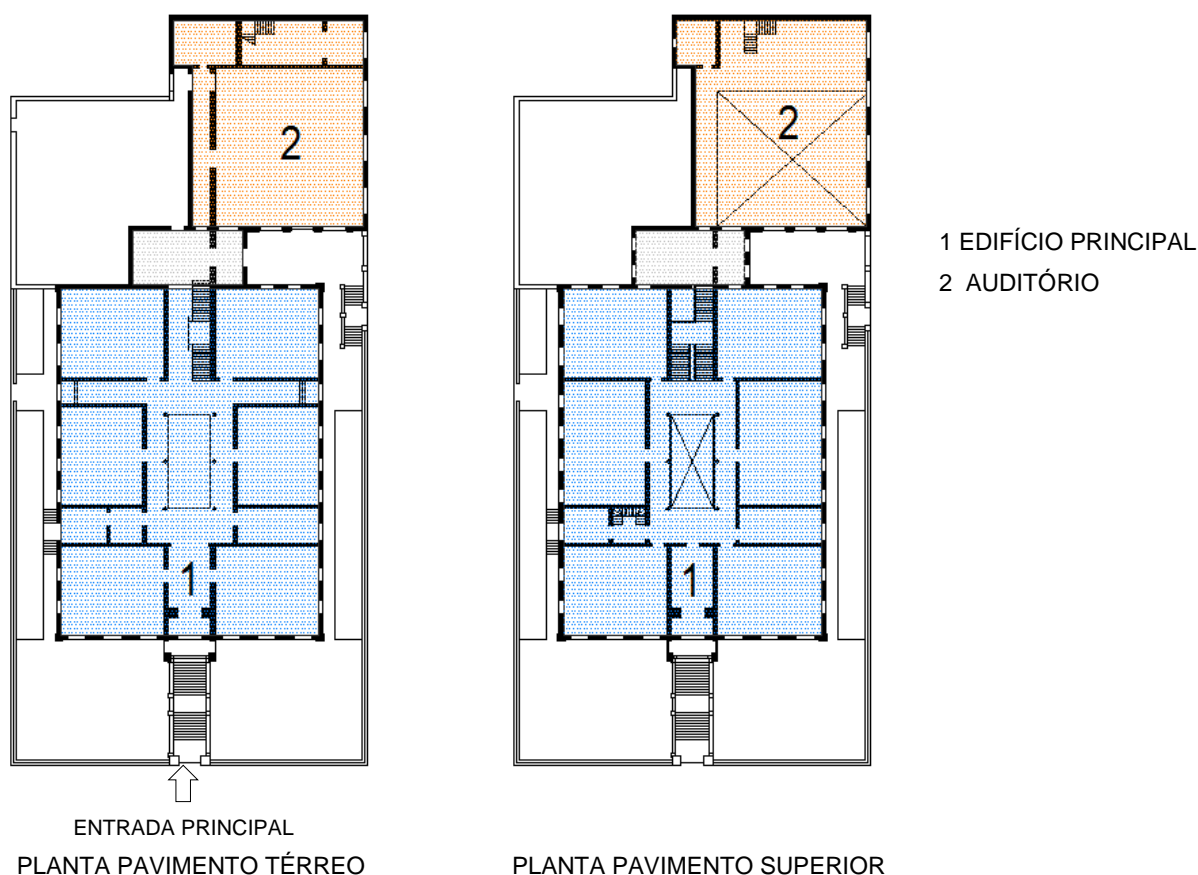


FIGURA 54 - PLANTAS DOS PAVIMENTOS TÉRREO E SUPERIOR DO GINÁSIO E ESCOLA NORMAL, 1904.
FONTE: SECRETARIA DA CULTURA DO PARANÁ

O relatório oficial do estado, de 1904, contém a descrição do edifício realizada pelo Inspetor do Ensino:

Este ano assinalou-se pela transferência do Gymnasio e Escola Normal para o suntuoso edifício, ereto à Rua Borges de Macedo. (...) Fiz a distribuição das salas do novo prédio, destinando-as a fins diversos: diretoria, secretaria, congregação, aulas, etc. e como sobrassem compartimentos amplos sem ocupação no momento julguei de utilidade a instalação da Escola Normal, e de acordo com o Governo e o diretor da

¹⁷⁴ Para o estudo sobre o Ginásio Paranaense ver o trabalho: "Espaços e Processos Educativos do Ginásio Paranaense: Os ambientes especializados e seus artefatos (1904-1949)", (ZACHARIAS, 2013).

Biblioteca Publica foi também para ai transferida a mesma Biblioteca, que hoje se acha instalada em dois vastos salões.
As condições do edifício prestam-se admiravelmente para a separação dos sexos, de modo que somente em aula encontram-se alunos e alunas.
(PARANÁ, 1905, p. 49)

Nas primeiras décadas do século XX, faziam uso do mesmo espaço a Escola de Aplicação, Biblioteca Pública e Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado. Portanto, os espaços que deveriam atender aos alunos ficaram comprometidos com a utilização para outros serviços administrativos. Devido ao acúmulo de serviços e atividades diferenciadas no novo prédio, a dúvida que permanece é: houve uma real preocupação na execução de uma escola que previa as especificidades tanto do Ginásio quanto da Escola Normal?

Naquele momento o principal destaque no projeto estava na monumentalidade do edifício e uma atenção particular nas dimensões, iluminação e ventilação das salas de aula, temas importantes nas discussões higienistas para a construção dos edifícios escolares. Mas a prática pedagógica, ambientes específicos para as aulas de laboratório, museu, entre outras, não puderam ser instalados em todo o edifício. A construção da esperada escola secundária agora era admirada pela população curitibana. Mas após a conclusão, o edifício poderia ser identificado como uma escola? Segundo relatório do próprio governo do estado, de 1904, o projeto foi pensado principalmente como um edifício público que atenderia qualquer outra instituição, construído “destinando-as a fins diversos” (REALATORIO, 1905, p. 49). Na fachada do prédio estava escrito “Instrução Pública”, para não gerar dúvidas aos visitantes. A figura abaixo, de 1916, valorizou a arquitetura e a percepção da monumentalidade do edifício:



FIGURA 55 - EDIFÍCIO DO GINÁSIO PARANAENSE E ESCOLA NORMAL 1916.
 FONTE: CASA DA MEMORIA DE CURITIBA

A construção do edifício foi destaque no documentário “L’Etat du Paraná”¹⁷⁵.
 A legenda apresentava as seguintes informações:

Entre as numerosas cidades paranaenses, todas interessantes por suas características específicas, mostraremos, nesta secção, a de Curitiba, Capital do Estado, que aloja uma população de 120.000 habitantes. (...) A Instrução pública é o objeto de atenção do Estado, o qual destina 26% das receitas públicas. (...) Tipo dos edifícios de Escolas Normais do Estado. (BOTELHO, L’ETAT DU PARANÁ, 1928)¹⁷⁶

¹⁷⁵ O filme “L’Etat du Paraná” , realizado pela empresa Botelho Filmes teve a finalidade de apresentação do Estado no exterior. O filme destacou os aspectos urbanos da cidade de Curitiba, Instrução pública, as Vias de comunicação e belezas naturais, por fim deu notoriedade ao Governador Affonso Camargo em seu segundo mandato. (Fonte: Cinemateca de Curitiba).

¹⁷⁶ Parmi les nombreuses villes Paranaense, toutes interessantes par leus caractéristiques particulières, nous montrerons, dans cette section, celle de Curityba, Capitale de L’Etat, qui héberge une population de 120.000 habitants. (...) L’instruction publique est l’objet de tout la sollicitude de l’Etat, qui affecte 26% des recette publiques. (...) Type des édifices de Écoles Normales de l’Etat.



FIGURA 56 - CENAS DO EDIFÍCIO DO GINÁSIO PARANAENSE E ESCOLA NORMAL.
 FONTE: BOTELHO, "L'ETAT DU PARANÁ", ANO 1928.

A sequência das cenas sobre o Ginásio e Escola Normal propiciou uma visão panorâmica do edifício, os detalhes da torre na fachada principal e a lateral onde localizava-se a entrada dos alunos e comunidade em geral. Os ângulos escolhidos para a filmagem mostram a valorização da construção de 1904, deixando implícito como modelo para outras Escolas Normais. Entretanto, este projeto foi único, não tendo sido executado em nenhuma outra escola no Estado.

Como já apresentado anteriormente, as tensões entre o uso do mesmo edifício, o ginásio e a escola normal, se agravaram ano a ano. Os espaços projetados não satisfaziam mais as necessidades das demandas e inúmeras reclamações eram feitas para que um novo prédio fosse construído e que atendesse somente a Escola Normal. A separação ocorre somente na década de 1920, quando o governador do Estado Caetano Munhoz da Rocha apresentou as suas propostas:

Sendo a Escola Normal a base solida de toda reforma racional na instrução publica primaria, claro é que deve merecer o máximo cuidado por parte dos governos.

A organização desse instituto eminentemente profissional determina forçosamente o bom ou mau êxito de todo o aparelho escolar, pois fornece o material mais importante, que é o professor.

Os cuidados relativos a tão magno assumpto começam pelo edifício. A construção que se vae iniciar será um grande passo para a instrução publica do Paraná e atestará o firme proposito que animou o espirito do Exmo. Snr. Dr. Presidente do Estado em prestar á sua terra serviços relevantes.

No sumptuoso edificio funcionarão, além das aulas da Normal, o grupo modelo anexo, o curso intermediário e duas escolas isoladas, modeladas pelo padrão que deve formar os demais estabelecimentos desse gênero.

O projeto obedece a todos os rigores da Higiene e da Pedagogia, podendo ser considerado como um trabalho completo. (PARANÁ, 1920, p.16-17)

O edifício da Escola Normal de Curitiba, situado na Rua Aquidaban, atual Emiliano Pernetá, teve sua obra iniciada em abril de 1921 e foi oficialmente inaugurado em 07 de setembro de 1922. O engenheiro Carlos Ross estava atento às teorias e tendências construtivas da época. As técnicas utilizadas foram a alvenaria de tijolo, argamassa de cal e cimento, telhas de ardósia e cerâmica, estruturas metálicas e de madeira – assim como materiais de acabamento inovadores – ferragens, janelas amplas e vidros.

No desenho (Figura 47, 48, 49) do prédio da Escola Normal de Curitiba retoma elementos da arquitetura greco-romana, presentes nos frontões, colunas, janelas e varandas, com revestimento de mármore em uma distribuição simétrica do edifício. Essas técnicas tinham a intenção de passar aos alunos, professores e comunidade uma determinada visão de escola. Pode-se afirmar que as linhas gerais do projeto pedagógico da Escola Normal estão inscritas também na arquitetura do prédio, o qual transmite sobriedade, credibilidade e conservadorismo do programa de ensino.

A simetria foi aplicada nas fachadas e nas plantas de todos os pavimentos. No livro “*Eléments et théorie de l’architecture*”, o professor Gaudet¹⁷⁷, detalhou elementos que poderiam ser utilizados na composição dos edifícios. Uma das teorias defendidas pelo autor era de que a simetria fosse considerada nos projetos, e define que: “A simetria é a regularidade daquilo que se deve ver com um rápido olhar. A simetria é a regularidade inteligente.”¹⁷⁸(GAUDET, 1901, P. 128). Esta teoria da *École des Beaux-Arts* foi utilizada nas construções desde meados do século XIX até o início do século XX, a simetria dos edifícios monumentais era considerado sinônimo de beleza.

Os desenhos a seguir representam às fachadas da Escola Normal de Curitiba. A fachada frontal obedece a simetria, marcada pelo eixo vertical central, composta pela escada e porta principal, as fachadas laterais seguem o mesmo padrão simétrico.

¹⁷⁷ Julien Guadet (1834-1908), arquiteto francês, foi professor de teoria da *École des Beaux-Arts*, entre os anos de 1894 e 1908. Dos livros escrito por Guadet, o “*Eléments et théorie de l’architecture*” (1901) foi muito utilizados pelos estudantes de arquitetura da *École des Beaux-Arts*, em Paris. (BARIDON, 1996)

¹⁷⁸ La symétrie est la régularité de ce qui doit se voir d’un seul coup d’oeil. La symétrie est la régularité intelligente.

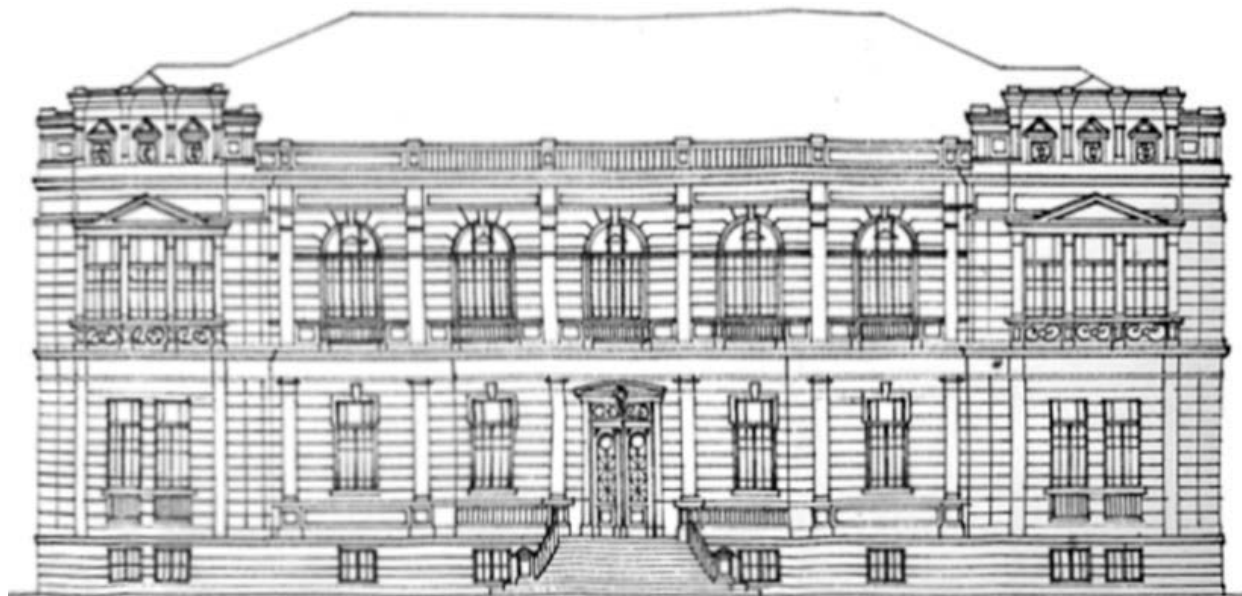


FIGURA 57 - DESENHO FACHADA FRONTAL DA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA. DECADA DE 1920
FONTE: COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO DO ESTADO DO PARANÁ / SEAP

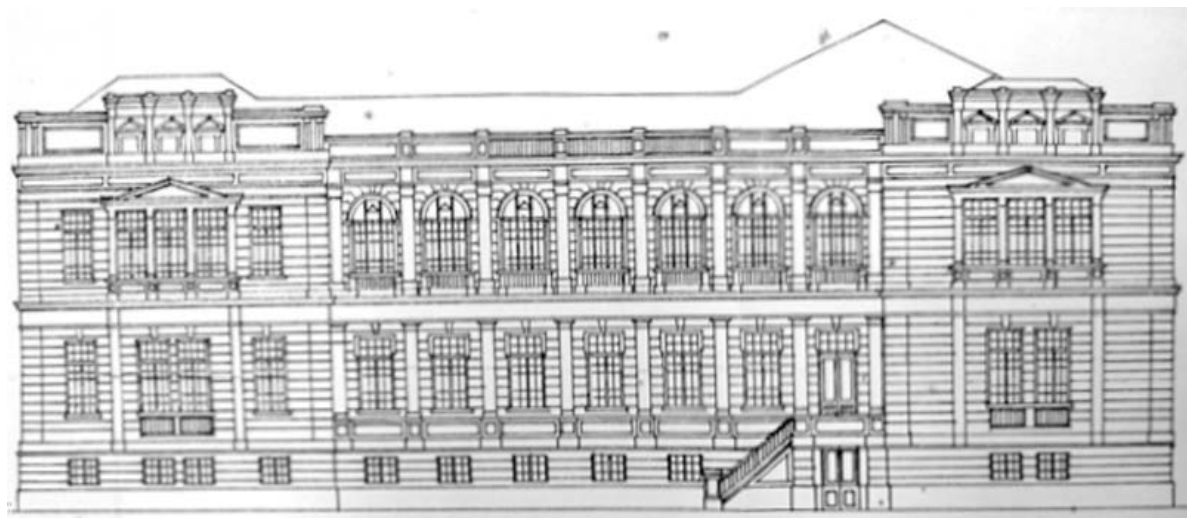


FIGURA 58 - DESENHO FACHADA LATERAL DA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA. DECADA DE 1920
FONTE: COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO DO ESTADO DO PARANÁ / SEAP



FIGURA 59 - FACHADA FRONTAL DA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA, DÉCADA DE 1920.
FONTE: COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO DO ESTADO DO PARANÁ / SEAP

Guadet recomendava aos seus discípulos o uso nos projetos do modelo das janelas do primeiro andar do palácio de Farnese em Roma¹⁷⁹ (GUADET, 1901, p. 49), deveriam ser utilizado nos projetos, desde que tomasse cuidado nas proporções e composição das fachadas. Para o arquiteto:

A composição é colocada em obra, é a reunião de um mesmo todo de diferentes partes que, elas também, devem ser conhecidas em seus recursos e em seus meios antes de ter a pretensão de compor, ou seja, fazer um todo. Bem, a arquitetura antiga, invocada pelos autores com suas mentiras artísticas que nos jamais fizemos, esta é a mais pura glória, a superioridade estética, e também, já que nos estamos na escola, a superioridade educadora. (Idem p. 88)¹⁸⁰

A “superioridade estética”, defendida por Gaudet, deveria seguir as propostas teóricas da escola da *beaux-arts*. Nesta concepção, a composição deveria utilizar os elementos da arquitetura antiga. Muitos desenhos trazidos por Gaudet em seu livro apresentam exemplos e modelos da arquitetura greco-romana. O desenho abaixo detalha a composição de uma janela nos moldes defendidos pelo arquiteto:

¹⁷⁹ O Palácio Farnese foi construído no alto do renascimento italiano em Roma, no século XVI. O edifício foi desenhado por Antonio da Sangallo , e posteriormente sofreu modificações realizadas por Michelangelo em 1534 e 1541. (<http://www.efrome.it/fr/ecole/farnese-fcu>).

¹⁸⁰ La composition, c’est la mise en oeuvre, c’est la réunion dans un même tout de différents parties qui, elles aussi, doivent être connues dans leurs ressources et dans leurs moyens avant d’avoir la prétention de les composer, c’est-à-dire d’en faire un tout. (...) Eh bien, l’architecture antique, invoquée si à tort par les auteurs de ces mensonges artistiques, n’en a jamais commis, c’est là la plus pure gloire, la supériorité esthétique, et aussi, puisque nous sommes à l’école – la supériorité éducatrice.

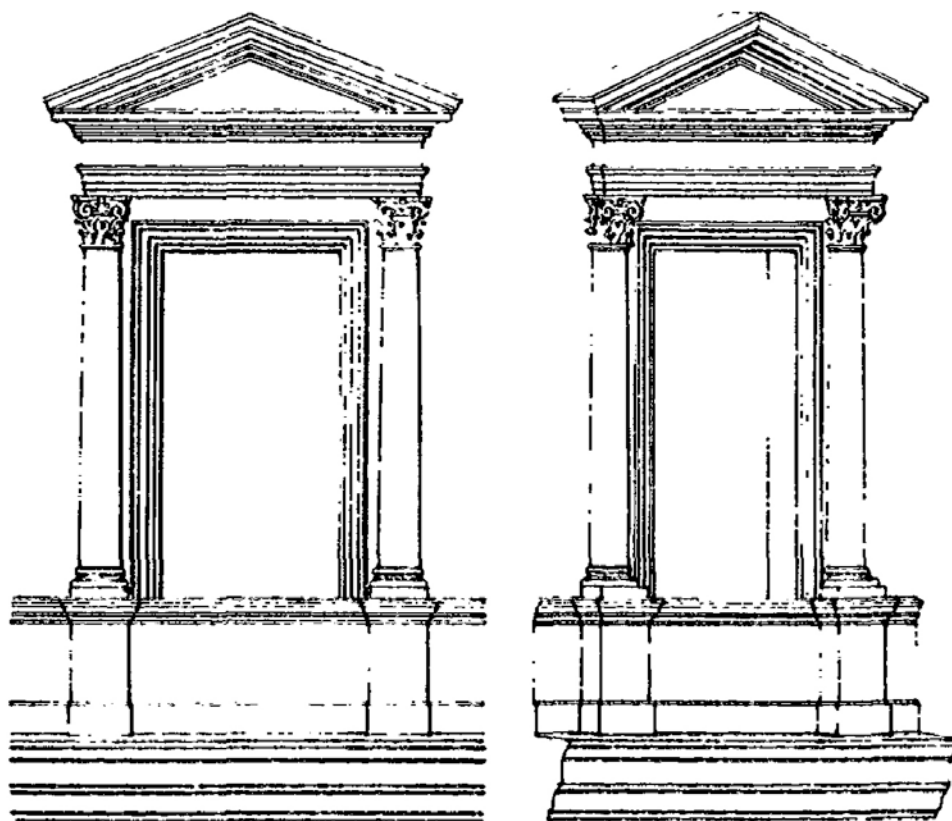


Fig. 14. — Fenêtre du premier étage du palais Farnèse.

FIGURA 60 - DESENHO DAS JANELAS DO PRIMEIRO ANDAR DO PALACIO DE FARNESÉ
 FONTE: ELÉMENTS ET THÉORIE DE L'ARCHITECTURE (GAUDET, 1901, P. 128).

O autor do projeto das escolas normais do Paraná seguiu os conselhos do professor da *Ecole des Beaux-Art*. O uso de elementos ecléticos envolve toda a edificação, a exemplo das janelas, as proporções diferentes sobrepõem-se nos três andares, com diferenças nos detalhes das vergas retas no térreo e no arco do pavimento superior. Este detalhe de projeto também foi descrito por Gaudet:

Toda janela é feita para iluminar um interior, e deve a principio satisfazer a este programa. Ela será diferente ainda que seja uma janela de residência, (...), vai harmonizar, ou então uma janela iluminando aos locais destinados ao trabalho ou ao estudo, a janela de um hospital terá proporções particulares, a janela de escola ou de um liceu igualmente. (GAUDET, 1901, p. 166)¹⁸¹

¹⁸¹ Toute fenêtre est faite pour éclairer un intérieur, et doit d'abord satisfaire à ce programme. Elle sera différente encore suivant qu'elle sera une fenêtre d'habitation, (...), viendra s'accouder, ou bien une fenêtre éclairant des locaux destines au travail ou à l'étude; la fenêtre d'un hôpital aura as proportion particulière, la fenêtre d'école ou de lycée également.



FIGURA 61- FOTO DA INAUGURAÇÃO DO NOVO PRÉDIO, 1922.
 FONTE: COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO DO ESTADO DO PARANÁ / SEAP

Outro ornamento muito utilizado na composição das janelas foram o balcão e o balaústre. Para os estudos da *École des Beux-Arts* estes ornamentos deveriam ser utilizados nas fachadas de edifícios que “l’architecte appréciera dans quels cas des exigences artistique diverses devront lui commander l’emploi...”¹⁸² (GAUDET, 1901, p. 279). Acreditava-se que desta maneira os edifícios ficariam com uma aparência mais monumental. O desenho abaixo, é retirado do livro de Gaudet, exemplificando um projeto de uma guarda-corpo com balaústre. Elementos que podem ser observados na foto ao lado, da entrada principal da escola:

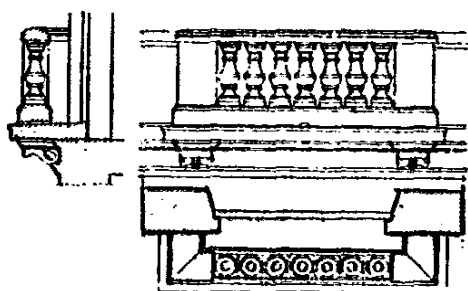


FIGURA 62 - DETALHE DE PROJETO DE UM
 GUARDA CORPO COM BALAUSTRÉ.

FONTE: ELÉMENTS ET THÉORIE DE
 L’ARCHITECTURE (GAUDET, 1901)



FIGURA 63 - DETALHE BALAUSTRÉ CORRIMÃO E
 ENTRADA PRINCIPAL DA ESCOLA NORMAL DE
 CURITIBA, DATA 2012.

FONTE: ACERVO PESSOAL

¹⁸² O arquiteto apreciará em alguns casos as exigências artísticas diversas que deverão comandar o emprego.

De acordo com os princípios de salubridade e higiene, discutidos nos meios educativos, médicos e arquitetos/engenheiros deste período, na elaboração de um projeto escolar deveriam ser considerados principalmente o tamanho das salas de aula, o número de alunos por sala, a abertura de janelas e a ventilação. Estes foram os principais critérios para uma boa edificação escolar temas presentes nos congressos de Higiene, e que foram atendidos satisfatoriamente nas três Escolas Normais projetadas no período.

O edifício da Escola Normal, em forma de U, foi projetado em três pavimentos distribuídos em: porão, térreo e primeiro pavimento¹⁸³. A área total construída foi de aproximadamente 3.600 m². O projeto original previa os seguintes ambientes: a sala de direção, secretaria, salão nobre, sala de professores, hall de entrada, biblioteca, sanitários e 26 salas de aula.

Este modelo paranaense foi adaptado daqueles utilizados nas Escolas Normais europeias do final do século XIX. As dimensões do edifício eram menores, com número menor de ambientes, diferentemente do modelo francês não previa alojamentos. As soluções para a construção da Escola Normal de Curitiba encontradas pelo Estado do Paraná suscitam os seguintes questionamentos: os ambientes pensados para atender a escola em Curitiba foram projetados em sua totalidade, considerando o projeto pedagógico da Escola Normal? Os ambientes construídos atendiam as necessidades das demandas da escola?

Na planta a seguir, chamada Porão, ficavam os laboratórios, as salas especiais para educação física, trabalhos manuais e pintura. As circulações externas de cada pavimento voltavam-se para um pátio interno, desta maneira as ações dos alunos e professores poderiam ser observados de um ponto privilegiado.

¹⁸³ O programa arquitetônico aqui analisado data do ano de 1920.



FIGURA 64 - PLANTA DO PORÃO DA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA, 1921.
FONTE: COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO DO ESTADO DO PARANÁ / SEAP.

A foto a seguir registra o dia da inauguração do edifício revela as intenções do fotógrafo, a primeira tem como objetivo apresentar a construção do grande edifício e a segunda a organização dos alunos enfileirados de braços para trás e os alunos nos corredores externos do edifício. Tirada do pátio interno, presente nas plantas das Escolas Normais do período, seria um dos locais privilegiados para demonstrar a ordem escolar, um espaço que facilitaria o convívio entre os alunos, mas também permitiria o controle da disciplina.



FIGURA 65 - ALUNAS DA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA, NO DIA DA INAUGURAÇÃO 07/09/1922.
 FONTE: MEMORIAL LYSIMACO FERREIRA DA COSTA.

O pátio foi também utilizado para a prática de ginástica, recreação, encontro e comemorações. Mesmo sendo um local de convívio social, a sua localização permitiu o controle dos alunos em vários pontos do edifício. Como aponta Vinão:

Ao estruturar ou modificar a relação entre o interno e o externo ao meio escolar - as fronteiras, o que fica dentro e o que fica fora -, ou seu espaço interno, ao abrigar ou fechar, ao dispor de uma maneira ou outra as separações e os limites, as relações e comunicações, as pessoas e os objetos, estamos modificando a natureza do lugar: estamos mudando não somente os limites, as pessoas ou os objetos, mas também o mesmo lugar (VINÃO, 1998, p. 71)

O acesso principal do edifício dava-se pelo pavimento térreo por uma monumental escadaria central, com degraus largos e corrimão decorado com pequenos balaústres. Este local serviu como palco de muitas cenas fotográficas, comemorações não só pelo governo do estado mas dos professores e alunos que realizaram suas práticas pedagógicas. Outra entrada secundária localizava-se nas laterais do prédio, escadas menores que foram utilizadas para a entrada dos alunos e da comunidade.

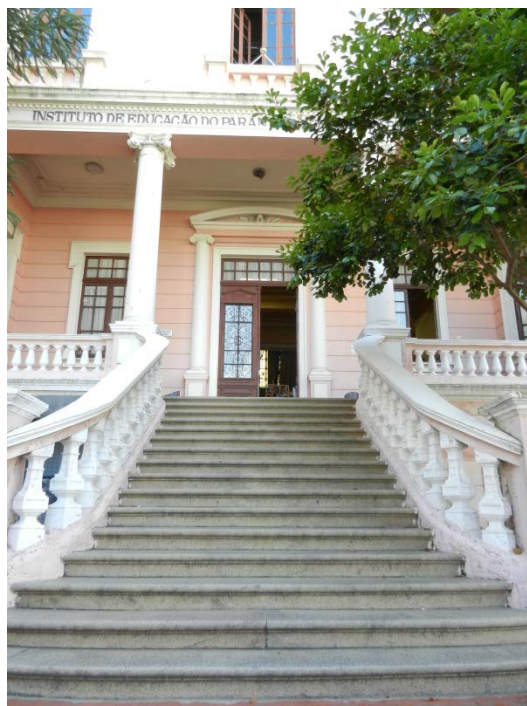


FIGURA 66 - ENTRADA PRINCIPAL INSTITUTO DE EDUCUAÇÃO DO PARANÁ PROFESSOR ERASMO PILOTTO, NOVEMBRO 2012.
FONTE: ACERVO PESSOAL

Iwaya (2001) relata em seus estudos que somente os professores poderiam utilizar a entrada principal, os alunos deveriam acessar o edifício pelas portas laterais. Para a autora os alunos:

(...) sonhavam com o dia em que poderiam também usufruir do privilégio de entrar em sua escola pela porta principal. Algumas conseguiam, tornando-se professoras do Instituto, outras não, mas têm a lembrança do momento máximo na vida da normalista: o momento da foto na escadaria principal, quando já sentiam-se professoras, porque poderiam utilizar, mesmo que momentaneamente, um espaço exclusivo dos professores (IWAYA, 2001, p. 41)

Logo que se adentrava no edifício encontra-se um hall amplo e repleto de ornamentos. Este formava um eixo e dividia o edifício em duas alas simétricas. Ainda, neste ambiente localiza-se uma grande escadaria de madeira que dava acesso ao primeiro pavimento, iluminada por vitrais cuidadosamente elaborados com desenhos e símbolos alusivos ao Estado do Paraná e a educação. Abaixo as imagens com os detalhes dos vitrais ainda preservados:



FIGURA 67 - VITRAIS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ PROFESSOR ERASMO PILOTTO, NOVEMBRO 2012.
FONTE: ACERVO PESSOAL

No pavimento térreo, foram previstos espaços destinados às atividades administrativas – diretoria, secretaria e sala de professores e, mais oito salas de aula. Os ambientes administrativos localizados logo na entrada do edifício possibilitavam um controle de quem entrava ou saía da escola. A seguir a planta do pavimento térreo da escola Normal de Curitiba:



FIGURA 68 - PLANTA DO PAVIMENTO TÉRREO DA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA, 1921.
FONTE: COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO DO ESTADO DO PARANÁ / SEAP.

As salas de aula eram retangulares, dispostas nas alas laterais, situadas de forma linear e ordenadas, distribuídas entre os dois lados do prédio a partir de um eixo central. Apesar das grandes aberturas para a iluminação, com insolação e ventilação adequadas das salas, observa-se a ausência de ornamentos, privilegiando-se o uso de formas geométricas simples. O relatório da década de 1926 descreve a situação das salas de aula:

Todas as salas obedecem rigorosamente aos modernos preceitos de higiene, aeração ampla, distribuição unilateral da luz solar, evitando as anomalias da visão, tão frequentes nas escolas, sendo que alguns especialistas chegaram à conclusão de que a diminuição da visão e a miopia em particular eram devidas às más condições desses estabelecimentos. A largura das salas de aula, para tornar uniforme a

distribuição de luz, (...) sendo geralmente de 6 metros por 9 de comprimento. (PARANÁ, 1926, p. 86)

Conforme regulamento do serviço sanitário do Estado do Paraná de 1918, com relação às dimensões das salas de aula a norma exigia:

Art. 69 – As dimensões das salas de classes serão projetadas ao numero de alunos, que não excederá de cinquenta, dispondo cada um de um metro e trinta centímetros quadrados de superfície, no mínimo, e de oito a dez metros cúbicos de ar puro em cada hora.

§ Único – Para estabelecer correntes aéreas, convém que haja aberturas na parte superior da parede protegidas por uma rotula, bem como ventiladores junto ao assoalho, para a renovação de ar, durante o trabalho da classe, quanto, aos dias chuvosos, houver necessidade de conservar as vibrações fechadas. Os tetos duplos são os que mais vantagens oferecem para esse sistema de ventilação.

Art. 70 – A altura das salas de classe deve ser no mínimo de quatro metros, o comprimento de dezessete metros e largura de seis metros, o que dará 4x17x6 igual a 408 metros cúbicos para cinquenta alunos. (PARANÁ, LEI Nº1791, 1918)

Na concepção e execução do projeto das salas de aula foram obedecidas as dimensões previstas no regulamento do serviço sanitário, assim como as estabelecidas para a ventilação, iluminação e o número mínimo de alunos.

A planta do pavimento superior estava programada para abrigar oito salas de aula, assim como a do pavimento térreo. Outros ambientes que completavam este pavimento: Salão Nobre, Biblioteca, Sala da Diretoria e Sala de Professores Abaixo, a planta do segundo pavimento com as descrições originais dos ambientes:



FIGURA 69 - PLANTA DO PRIMEIRO PAVIMENTO DA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA, 1921.
FONTE: COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO DO ESTADO DO PARANÁ / SEAP.

O novo projeto deveria atender as necessidades de uma escola profissional, ou seja, deveria levar em consideração, ao organizar o ambiente, o privilégio da formação de professores. As disciplinas que necessitavam de laboratórios como Física e História Natural, tiveram suas aulas ministradas em salas comuns, o que diferenciava das demais eram os mobiliários. Com relação às aulas de Ciências Físicas e Naturais, foi adaptado um tablado de madeira para que todos os alunos pudessem visualizar as atividades propostas pelo professor. Essa foi uma adaptação para atender as necessidades específicas de cada disciplina. A organização das salas foi registrada nas fotos a seguir, tiradas em 1930:

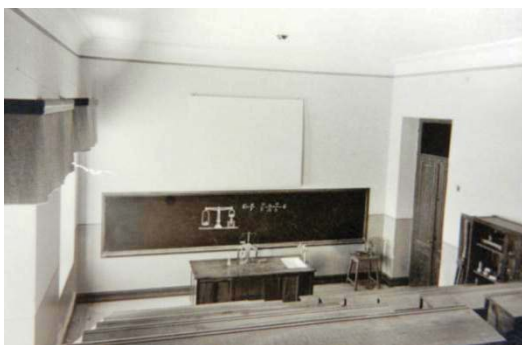


FIGURA 70 - SALA DE AULA DE CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS, DECADA DE 1930.
FONTE: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ-IEP.

O mesmo ocorreu com as aulas de Geografia e História Natural. Os ambientes específicos para algumas disciplinas tinham um considerável conjunto de materiais pedagógicos dispostos em cada sala. Observa-se na foto abaixo, o cuidado na compra e escolha dos mobiliários para compor a sala de aula.¹⁸⁴



FIGURA 71 - SALA DE AULA DE GEOGRAFIA, DECADA DE 1930.
FONTE: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DP PARANÁ-IEP.

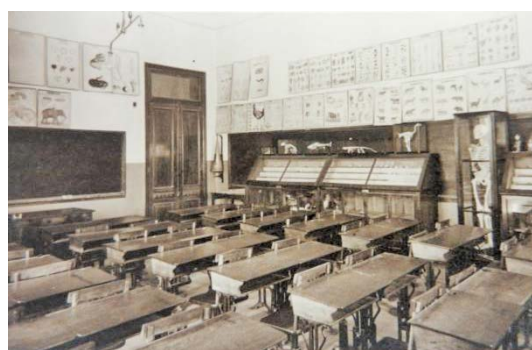


FIGURA 72 - SALA HISTÓRIA NATURAL, DECADA DE 1930.
FONTE: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DP PARANÁ-IEP.

No ano de 1920, o relatório do Inspetor de Ensino Cezar Pietro Martinez apresenta ao governador do Estado a situação precária do mobiliário escolar em todas as escolas do estado do Paraná. Deste mesmo documento consta uma lista dos materiais e mobiliários comprados para equipar algumas escolas, ele destaca ainda a compra de mobiliários escolares “cômodos e elegantes” (PARANÁ, 1920, p. 18).

¹⁸⁴ Para a análise do mobiliário escolar na Escola Normal de Curitiba ver: CORREIA e SILVERIA (2012).

Em 1924, no relatório apresentado pelo Inspetor Geral de Ensino destaca-se um item dedicado especificamente ao “Mobiliário escolar” (PARANÁ, 1925, p. 47) em que apresenta os tipos de mobiliário comprados para os grupos escolares e as escolas normais. O inspetor deixa claro que o material a ser utilizado nos grupos escolares seria do “tipo mais simples, de proporções reduzidas ao estritamente necessário”. Para as Escolas Normais foram pensados em um “tipo de mobiliário mais fino, todo de imbuia escolhida”. (PARANÁ, 1925, p. 48) Segue a descrição das carteiras adquiridas:

As carteiras são individuais, assentadas sobre pés de ferro moveis, com banco separado também móvel para o seu ajuste, conforme o tamanho do aluno. Os espaços que se separam são calculados para tornar cômodo o trabalho do aluno e o aproveitamento da sala que deve permitir o livre trânsito do professor e do escolar em todas as direções, respeitados os espaços maiores da frente e da direita, onde estão os quadros negros, para que possam permitir a chamada da classe ao trabalho de leitura pelo método analítico, ou ao estudo de Geografia na carta mural. (...)

Os pequenos armários, de fácil transporte, afastados da parede, não permitem que se ocultem objetos desnecessários e inconvenientes, que só servem para encher e enfeiar as salas de aula. E as elegantes carteiras, de linhas severas, dispostas em filas rigorosamente iguais e paralelas, pacientemente acabadas, mostrando o capricho das veias que se desenham na superfície da madeira envernizada com esmero, dão à sala de aula uma impressão de suavidade e convidam o aluno a ter todo o cuidado, para que nada se estrague, e desse modo, o ambiente pode dar sempre a ideia de novo tão agradável a vista e a própria alma que ali vai (...) (PARANÁ, 1925, p. 49)

Se comparados aos móveis e as condições físicas das instalações da Escola Normal, pode-se afirmar que, em termos de conforto ambiental e adequação do espaço, os alunos, finalmente, estariam em melhores condições de aprendizagem. Apesar da sobriedade das salas, os relatos e as fotos comprovam que agora seria possível organizar salas especiais para cada uma das disciplinas escolares. O inspetor continuava a descrever a compra do mobiliário escolar:

Consegui fabricar todo o mobiliário em oficinas desta capital, inclusive as ferragens e os tinteiros de nickel que são encaixados na madeira. A marcenaria dos srs. Salvador Maida & Filho, de acordo com a grande fundição dos srs. Muller & Irmãos, mandaram um dos tipos dessas carteiras para a Exposição do Rio de Janeiro, carteira que foi premiada e que despertou verdadeiro interesse, razão porque aqueles industriais receberam

inúmeros pedidos de proposta para fornecimento, vindos do Rio e de muitos Estados do Norte. (...) (idem)

O cuidado com o mobiliário estava em todas as salas do edifício. Para o salão nobre, foi projetada uma sala no pavimento superior, ao lado da sala do diretor. Como os laboratórios, o salão nobre só se diferenciou dos demais ambientes pelo seu mobiliário¹⁸⁵ e alguns detalhes, como cadeiras estofadas, forro, luminárias e ao fundo o quadro em destaque, do governador Caetano Munhoz da Rocha obra pintada por Alfredo Andersen¹⁸⁶. O salão nobre era considerado um ambiente diferenciado, pois era utilizado pelos alunos e pela comunidade em ocasiões especiais. Era palco das solenidades escolares, de espetáculos e festividades, entretanto não foi projetado de maneira adequada, considerando a área total, local e disposição interna.



FIGURA 73 - SALÃO NOBRE, DÉCADA DE 1930.
FONTE: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ-IEP.

¹⁸⁵ Não foi possível encontrar fontes sobre o mobiliário utilizado nesse período nas salas de aula, mas alguns móveis, antigos e imponentes, ainda encontram-se no edifício, na sala do diretor e no salão nobre.

¹⁸⁶ Alfredo Andersen (1860-1935) artista de origem norueguesa chega no Brasil em 1893. Considerado o primeiro artista plástico a atuar profissionalmente e a incentivar o ensino das artes puras neste Estado. Fundou a primeira escola particular de desenho e pintura e lecionou desenho na escola Alemã e no Colégio Paranaense. Seu envolvimento com a sociedade local, tanto no registro de sua história e cultura quanto na formação da primeira geração de artistas profissionais daquela localidade, também fazem dele uma personalidade relevante para o estudo da sociedade e da arte do Paraná do final do século XIX e primeiras décadas do XX. (ANTONIO, 2008).

A solicitação de um espaço mais adequado para o salão nobre ocorreu em 1927, com a construção de um anexo ao prédio principal no terreno da escola, foi possível projetar o anfiteatro e o jardim de infância. (PARANÁ, 1928)

A disciplina “Prática Pedagógica” era realizada, conforme relatório nas três Escolas Normais, em uma sala de aula. Segundo Miguel (1992) a reforma da Escola Normal no Paraná, na década de 1920, deu-se em pelo menos dois níveis: a separação física da Escola Normal do Ginásio Paranaense, o que possibilitou a ampliação de mais um ano de curso e conseqüentemente no aumento de disciplinas ofertadas aos normalistas (MIGUEL, 1992). Outras atividades da Prática Pedagógica eram desenvolvidas nas escolas primárias (Grupos Escolares existentes) e com as demais disciplinas do curso possibilitavam ao futuro profissional ministrar aulas ao ensino primário. Nesta mesma disciplina aplicava-se a Metodologia Geral que:

(...) estuda a natureza dos métodos em si e a Metodologia Aplicada mostra como se deve ensinar cada matéria, em todas as classes, desde os casos gerais aos particulares. (Martinez, 1920, *Apud*: Miguel, 1992, p. 48)

As práticas de ensino, portanto, foram desenvolvidas pelos alunos tanto nos grupos escolares da cidade como na escola anexa à Escola Normal, supervisionada pelo professor da disciplina. (MIGUEL, 1992).

Retomando as questões levantadas inicialmente, após análise dos espaços pensados no período do projeto para atender o projeto pedagógico da escola normal, nem todos os ambientes foram projetados adequadamente. Uma vez que, tanto o Salão Nobre quanto o Jardim de Infância foram readaptados em menos de cinco anos. No projeto original estes espaços tinham as mesmas dimensões das salas de aula comuns, diferenciando-se apenas pelos mobiliários.

Entretanto, no que diz respeito à suntuosidade do edifício em relação aos demais do seu entono, esta obra se destaca em todo seu conjunto: na ornamentação detalhada, baseada na escola de belas artes francesa, na utilização de novos materiais, nas dimensões e adequações de propostas higienistas da época.

4.2.2 Escola Normal de Ponta Grossa - a nova escola para os Campos Gerais

Quando da realização do documentário “Pelo Paraná Maior”¹⁸⁷, em 1927, a Escola Normal de Ponta Grossa já estava funcionando há três anos. O filme apresenta a cidade de Ponta Grossa e a Escola Normal aparece em destaque. A primeira cena da escola mostra aos espectadores o exterior do prédio dando destaque à Praça Barão do Rio Branco, ao fundo o edifício da escola Normal e a monumentalidade da sua construção. Tanto a área externa quanto a área interna da escola foram registradas. Destacam-se as salas de aula, seus detalhes e os mobiliários, os mesmos utilizados na Escola Normal de Curitiba.

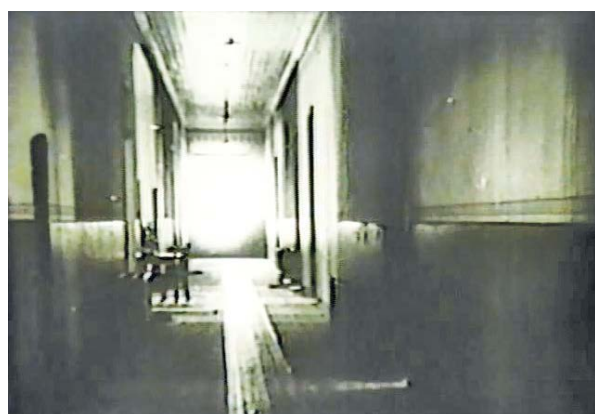
PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO AO FUNDO ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA



ÁREA INTERNA DA ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA



CORREDOR INTERNO DA ESCOLA NORMAL



SALA DE AULA



FIGURA 74- CENAS DA ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA
 FONTE: BOTELHO, “PELO PARANÁ MAIOR”, 1927.

¹⁸⁷ BOTELHO, A. *Pelo Paraná Maior*. Rio de Janeiro: Botelho Filme. 1927 (17' 29''): mudo: p&b. Intertítulos em português. (Cinejornal silencioso).

Os alunos também tiveram participação nas cenas. O documentário exibiu uma aula de ginástica com os alunos da Escola Normal. Na primeira imagem os alunos saem da escola e vão andando até a praça da estação, ao fundo, o prédio da Escola Normal de Ponta Grossa sobressai-se na paisagem. Na segunda cena, na Praça da estação, os alunos devidamente uniformizados e dispostos em filas, iniciam exercícios, físicos todos no mesmo ritmo.



FIGURA 75 - CENAS ALUNOS ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA
FONTE: BOTELHO, "PELO PARANÁ MAIOR", 1927.

As filmagens levam ao expectador a ideia de uma escola organizada, de disciplina dos alunos e de uma juventude saudável. Tendo como foco o interesse de mostrar o edifício como se fizesse parte destas demonstrações. Souza, ao analisar as práticas escolares nas fotografias escolares destacou que as “aulas de educação física revelam a forma escolar de investimento no corpo. No universo das praticas escolares, essa atividade é uma das que mais simbolizam a função moralizadora e disciplinar da escola primaria”. (SOUZA, 2001, p. 99)

Em 27 de fevereiro de 1924 as autoridades paranaenses inauguraram a Escola Normal de Ponta Grossa. Abaixo segue uma foto da escola na época de sua inauguração:



FIGURA 76 - FACHADA DA ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA, DECADA DE 1920.
FONTE: CASA DA MEMÓRIA PONTA GROSSA.

Em 1924, a distribuição dos ambientes foram semelhantes à distribuição dos ambientes da Escola Normal de Curitiba. A planta foi projetada em dois pavimentos, acrescida de um porão utilizável. A prática de elevar o porão também fez parte do Código Sanitário de Higiene do Estado do Paraná, de 1918, que previa a seguinte norma: “Art. 67 – Sempre que for possível, as escolas terão um só pavimento com um porão de um metro de altura no mínimo, convenientemente ventilado”. (PARANÁ, LEI 1791 DE ABRILA DE, 1918, p. 86)

O prédio em formato em U criou um pátio central. Os ambientes previstos para a escola eram basicamente dezoito salas de aula, salas administrativas, biblioteca e sanitários. As salas de aula foram projetadas adequadamente, de acordo com as normas do código sanitário, as mesmas normas aplicadas na Escola Normal de Curitiba. As plantas da Escola Normal de Ponta Grossa e a distribuição dos ambientes podem ser observadas a seguir:

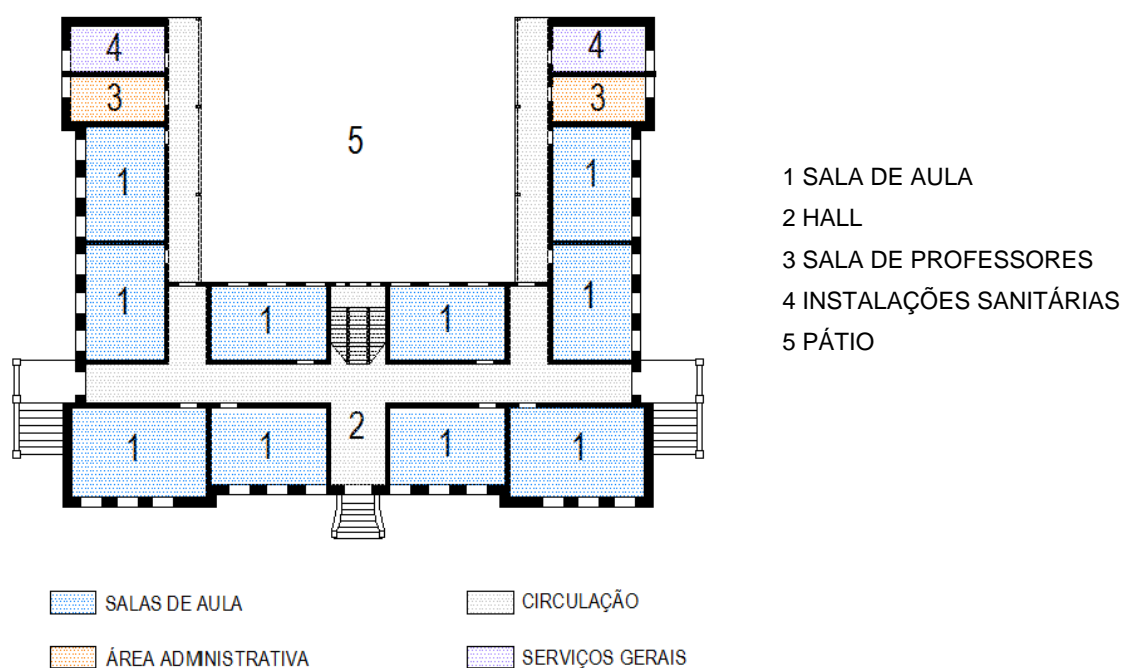


FIGURA 77 - PLANTA DO PAVIMENTO TÉRREO DA ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA, DÉCADA DE 1920.

FONTE: COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO DO ESTADO DO PARANÁ / SEAP.



FIGURA 78 - PLANTA DO PAVIMENTO TÉRREO DA ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA, DÉCADA DE 1920.

FONTE: COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO DO ESTADO DO PARANÁ / SEAP.

Analisando as plantas da Escola Normal de Ponta Grossa pode-se observar uma redução do número de salas de aula, se comparadas com as de Curitiba. Outro destaque refere-se à ausência de Salão Nobre e ao deslocamento da sala de professores para o fundo do prédio. De acordo com o projeto original o espaço dedicado à secretaria tinha dimensões maiores que as salas de aula e a localização no pavimento superior dificultava o acesso a comunidade.

A circulação interna dos alunos e professores era realizada apenas pela escada central, o que limitava o acesso ao pavimento superior. Em relação à circulação externa de alunos, professores e comunidade era realizado pelos portões principal e lateral em relação às ruas que o circundavam. O acesso principal ao edifício se dava pela Rua do Rosário, o secundário localizava-se nas laterais do edifício.

A entrada principal era realizada por uma escada central, elevando do solo o edifício pela presença do porão. De acordo com a figura 79 e 78, no acesso principal para a Escola Normal de Ponta Grossa foi construído uma escada com dimensões e proporções mais modestas que na Escola Normal de Curitiba.

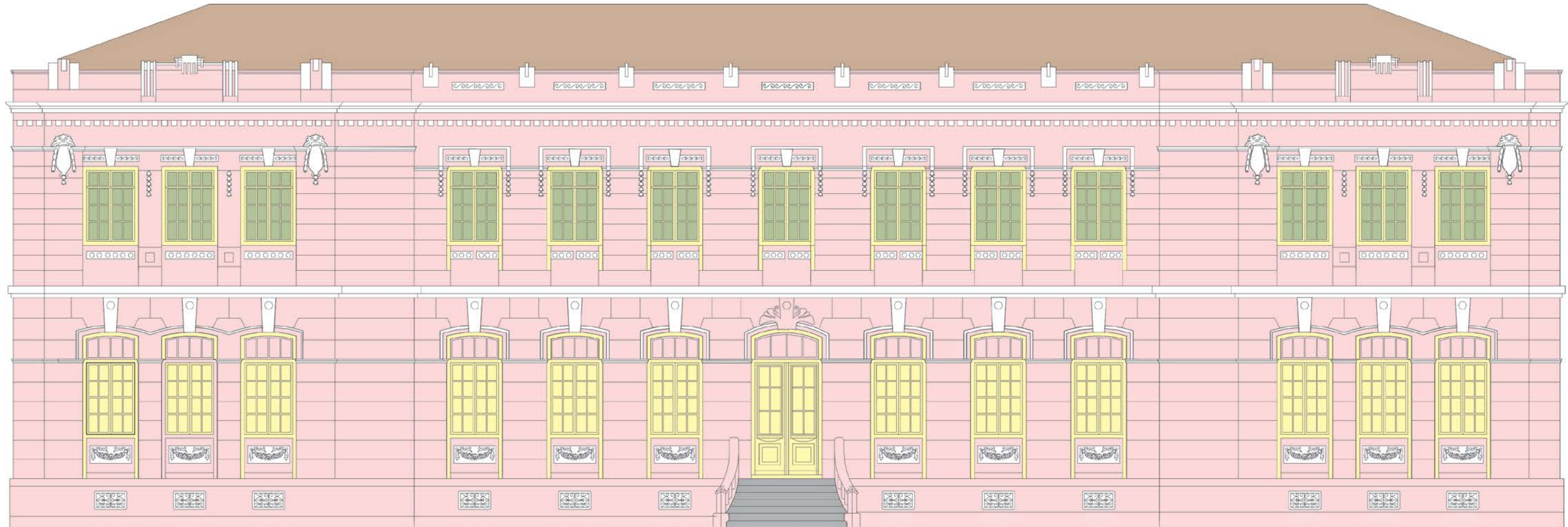


FIGURA 79 - FACHADA FRONTAL DA ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA, DÉCADA DE 1920.
FONTE: COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO DO ESTADO DO PARANÁ / SEAP.

As fachadas foram projetadas com ornamentos muito mais simplificados se compararmos as demais Escolas Normais. Conforme figuras números 79, 80, 81, 82 e 83 alguns elementos do estilo eclético podem ser observados. Apesar dos poucos ornamentos, alguns detalhes se destacam na fachada frontal e lateral como as molduras na janela e os elementos florais na parte inferior das janelas do pavimento térreo. Como observado nas imagens a seguir:

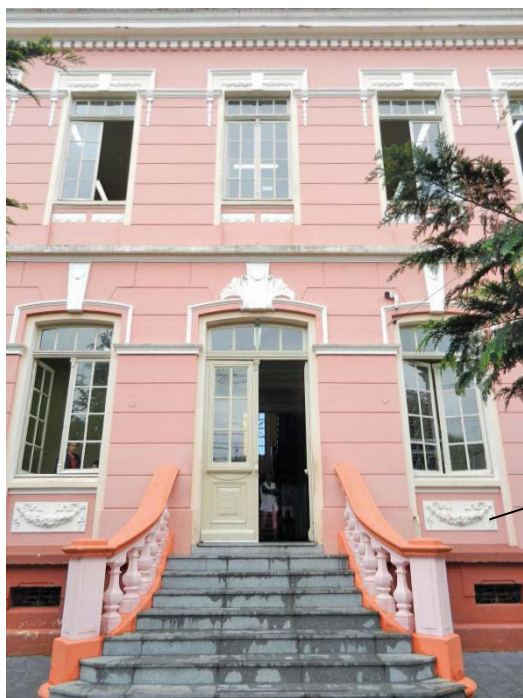


FIGURA 80 - ENTRADA PRINCIPAL ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA, NOVEMBRO 2012.

FONTE: ACERVO PARTICULAR



FIGURA 81 - ORNAMENTO FACHADA, ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA, NOVEMBRO 2012.

No pavimento superior as ornamentações estavam presentes nas molduras, cimalhas, platibanda e frisos. Os elementos decorativos principais tinham motivos florais, com destaque para uma “mascara” de leão que também compõe a fachada. A seguir uma foto e um desenho da fachada lateral da Escola, onde constam os detalhes dos elementos destacados acima:



FIGURA 82 - DETALHES ORNAMENTOS FACHADA LATERAL - ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA, NOVEMBRO 2012.

FONTE: ACERVO PARTICULAR

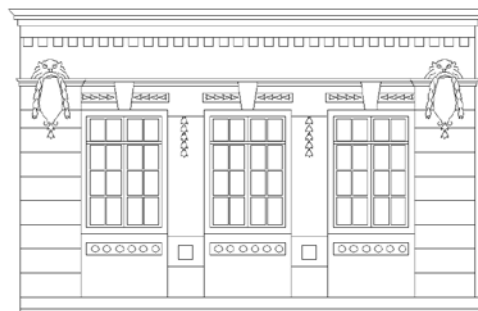


FIGURA 83 - DESENHO FACHADA FRONTAL - ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA.

As diversas composições da fachada das Escolas Normais mesclaram elementos de uma composição com ornamentação de flores e animais, que como afirma Peixoto “é uma roupagem que reveste a arquitetura para que fiquem ocultos os elementos desagradáveis, artisticamente inaceitáveis, e o funcionamento mecânico da construção”. (PEIXOTO, 2000, p. 11). Ao analisar o uso de ornamento nas características da arquitetura acadêmica o autor destaca que:

Se, para o ecletismo, a ornamentação acentua a dramaticidade cenográfica da composição, confere luxo à arquitetura, excita e diverte a vista com detalhes preciosos; para o neoclassicismo teve função completamente diferente: visava a ressaltar o sentido de ordem, a disciplina didática; a por em relevo com simplicidade e economia formal a essência do edifício com contenção e nobreza. Não importava tanto o conforto do usuário, mas antes a formação do cidadão. (PEIXOTO, 2000, p. 12)

A arquitetura para as Escolas Normais no Paraná, na década de 1920, contribuiu para a ampliação da dimensão pedagógica do espaço escolar, como um corpo e visibilidade que também serviram didaticamente na formação de professores. Vinão, em relação à forma escolar e o espaço, afirma que:

O espaço escolar não é, pois, um contenedor, nem um cenário, mas sim “uma espécie de discurso que institui em sua materialidade um sistema de valores (...), diferentes símbolos estéticos, culturais e, ainda ideológicos”. Em suma, como a cultura escolar, da qual forma parte, “uma forma silenciosa de ensino”. Qualquer mudança em sua disposição, como lugar ou território, modifica sua natureza cultural e educativa (VINÃO, 1995, p. 69)

É inegável o impacto causado na região dos Campos Gerais causado pela construção da Escola Normal, apesar das dimensões e detalhes menos elaborada que a de Curitiba, pode ser considerada uma escola modelar para a formação de professores no interior do estado até a década de 1930. Entretanto, doze anos após a sua inauguração, em 1936, pelo Decreto Nº 1929 promove-se a fusão entre a Escola Normal e o Ginásio Regente Feijó.

Duas décadas mais tarde, em 1958, o edifício que fora originalmente projetado para receber a Escola Normal, passou a abrigar apenas o curso ginásial.¹⁸⁸ A reestruturação da Escola Normal de Ponta Grossa se deu de maneira inversa de Curitiba, que se desvinculou do curso ginásial em 1922.

4.2.3 Escola Normal de Paranaguá – uma escola para o litoral

A inauguração da Escola Normal foi um grande acontecimento na cidade de Paranaguá. O filme “Pelo Paraná maior” registrou este momento, mostrando a presença do Presidente Munhoz da Rocha, e as “altas autoridades do Estado, e pessoas vindas especialmente à velha cidade litorânea” (PELO PARANÁ MAIOR, 1927...). À chegada do presidente e sua comitiva foi esperada pelos alunos, professores e comunidade. Na legenda do filme é descrito este momento: “O construtor do edifício entrega a chave do estabelecimento ao Presidente Munhoz da Rocha, que rendendo homenagem a Igreja Católica passa-a ao bispo, D. Fernando, que abre solenemente as Portas da Escola” (Idem). Abaixo as imagens da festa de inauguração em Paranaguá:

¹⁸⁸ Em 1963 a Escola Normal foi deslocada para outro edifício e passou-se a denominar Instituto Estadual de Educação Professor Cesar Prieto Martinez, adotando uma estrutura administrativa diferenciada. (NASCIMENTO, 2009)

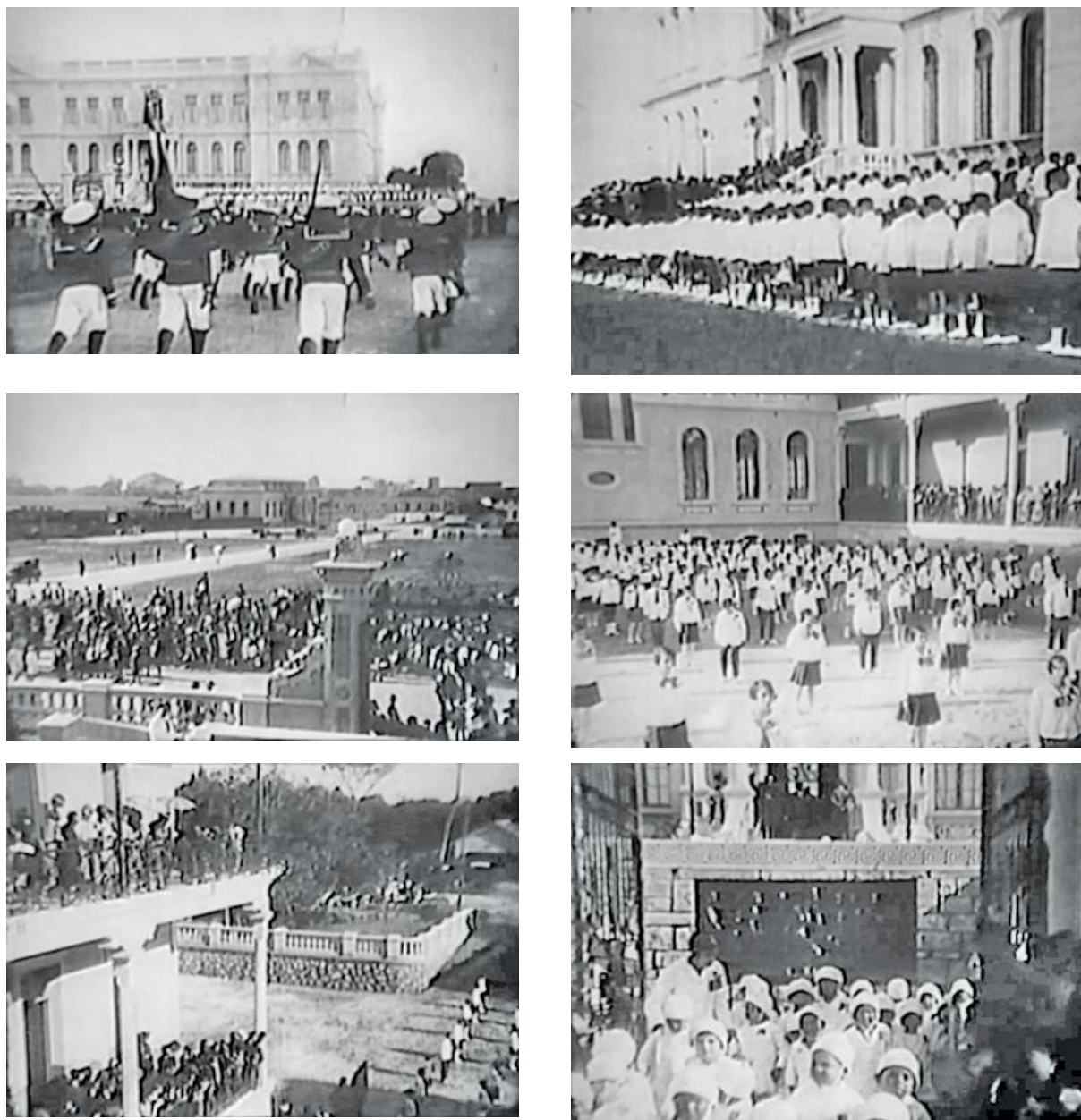


FIGURA 84 - CENAS DA ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ.
 FONTE: FILME "PELO PARANÁ MAIOR", 1927.

O público ocupou a praça em frente ao edifício para acompanhar o desfile dos alunos. Outros destaques nas filmagens foram a presença dos alunos, sua participação nas atividades, desfiles, a participação de outras instituições de ensino, no dia de inauguração: na primeira figura participaram do desfile os aprendizes marinheiros. Apesar da inauguração do prédio, alguns operários ainda continuavam seus trabalhos na pintura de parte do edifício.



FIGURA 85 - CENAS DA ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ.
 FONTE: FILME "PELO PARANÁ MAIOR", 1927.

O cuidado com a inauguração da escola mostrou a importância dessa construção de formação dos professores no litoral do Paraná. No projeto arquitetônico do edifício foram levados em conta questões de higiene, implantação, circulação, ventilação, iluminação, disposição e o dimensionamento dos espaços, proporcionando um ambiente mais adequado à tarefa de educar. Os detalhes internos, os ornamentos, muros, vitrais, o baixo relevo do escultor João Turin traduziram a representação de uma obra importante não só para a cidade, mas também para todo o estado do Paraná. A Escola Normal de Paranaguá¹⁸⁹ foi criada em 1921, lei estadual nº 2064, o governador do estado Caetano Munhoz da Rocha deliberou:

¹⁸⁹ Em 1952 passou à denominar-se de Escola Secundária Dr. Caetano Munhoz da Rocha e, em 1967, Instituto de Educação Dr. Caetano Munhoz da Rocha. (Tombamento estadual: Processo nº 22/90, Inscrição nº 112, Livro do Tombo II. Data: 12 de setembro de 1991).

Art 1º Ficam criadas duas Escolas Normais, uma em Paranaguá e outra em Ponta Grossa.

Único. Esta disposição de lei terá execução logo que os recursos orçamentários o permitam.

Art. 2º - O Governo organizará os quadros de funcionários e lentes, submetendo-os a aprovação do Congresso.

Art. 3º - É o Poder Executivo autorizado a organizar igualmente o quadro de lentes e funcionários da Escola Normal da Capital, para vigorar quando o estabelecimento funcionar em prédio próprio.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario. O Secretario Geral de Estado, a faça executar (PARANÁ, Lei nº 2064, 1921).

A construção do prédio teve início em 1924 e sua instalação definitiva se deu em 29 de julho de 1927. A edificação da Escola Normal de Paranaguá, não representou apenas a criação de um novo espaço para a formação docente no Paraná, mas todo o processo que envolveu a construção do prédio para a escola demonstra a sua importância para o desenvolvimento da região litorânea.

Para a época foi considerado um edifício “suntuoso”, com dezoito salas de aula e demais dependências. Implantado em terreno mais alto que as ruas que o circundam, impõe-se não só pelas suas dimensões, mas, sobretudo pela sua qualidade arquitetônica. Recentemente restaurado, foi possível verificar os detalhes da decoração interna das pinturas, a escada em madeira, os vitrais e demais componentes que se tornaram modelo da arquitetura educacional do Paraná.



FIGURA 86 - FACHADA DA ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ, ANO 1930.
FONTE: COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO DO ESTADO DO PARANÁ / SEAP.

O prédio foi construído em dois pavimentos mais porão. Além das 18 salas de aula, havia como secretaria, sala de diretor, biblioteca, sala de professores e instalações sanitárias. O formato em “U” criou um pátio central, local onde os alunos realizavam as aulas de educação física e convívio nos momentos de descanso. Essa configuração gerou também um limite físico e visual, uma linha divisória entre o exterior e o interior do edifício. As plantas abaixo representam o térreo e o primeiro pavimento do projeto construído na época:

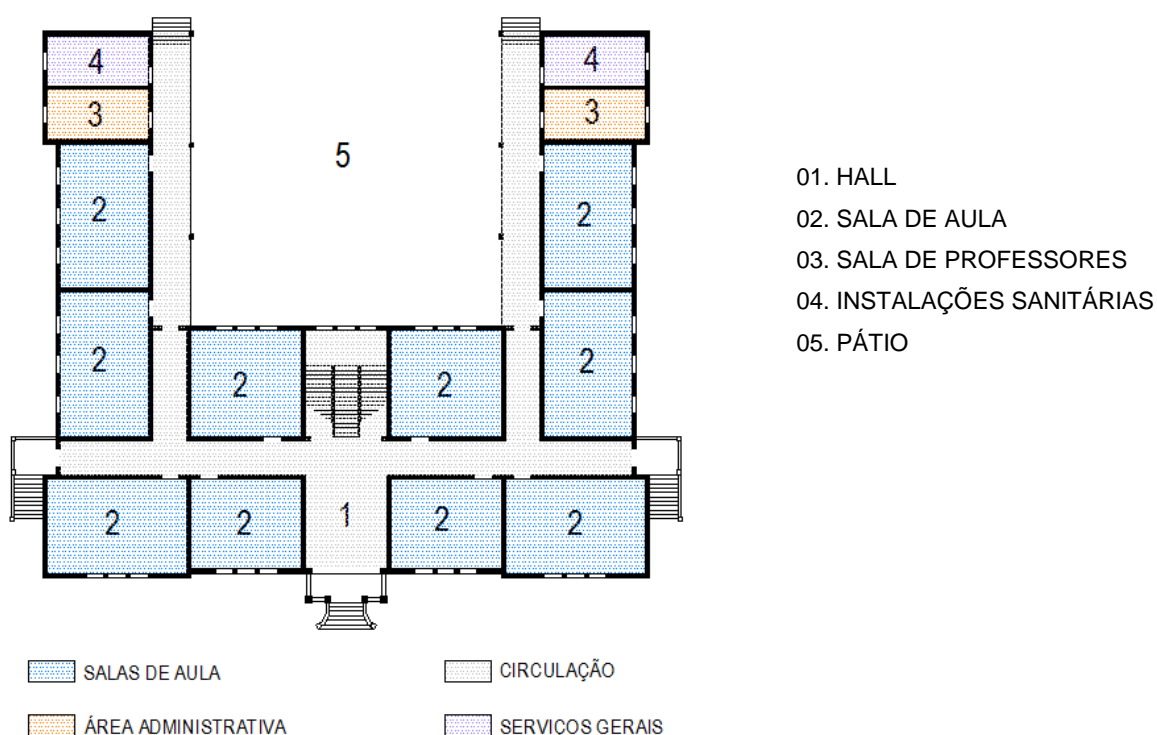


FIGURA 87 - PLANTA DO PAVIMENTO TÉRREO – ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ, DÉCADA DE 1920.
FONTE: COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO DO ESTADO DO PARANÁ / SEAP.

A sala do diretor localizava-se no primeiro pavimento, em frente a escada, local de destaque na organização dos ambientes, acrescido de uma sacada. Como conclui Souza, essa composição implicou numa especialização do uso do espaço, correspondente às relações de hierarquia e poder da instituição. A especialização dos espaços define:

(...) exclusões, pertinências, marginalidade. (...) Assim, a sala de aula é território de alunos e professores de determinado ano e seção; a sala de

professores é território docente, o gabinete da diretoria é território da autoridade. (SOUZA, 1998, p. 142)

A localização da diretoria, segundo Vinão tem uma relação direta “entre a estrutura de papéis e estrutura ou disposição espacial da escola” (VINÃO, 1998, p. 114). Dessa forma, o posicionamento da sala de direção num local central possibilitava o controle dos alunos, dos serviços administrativos e pedagógicos. Foi prevista uma sacada, voltada para o jardim externo, onde se podia ter uma visão privilegiada para a área externa do edifício.

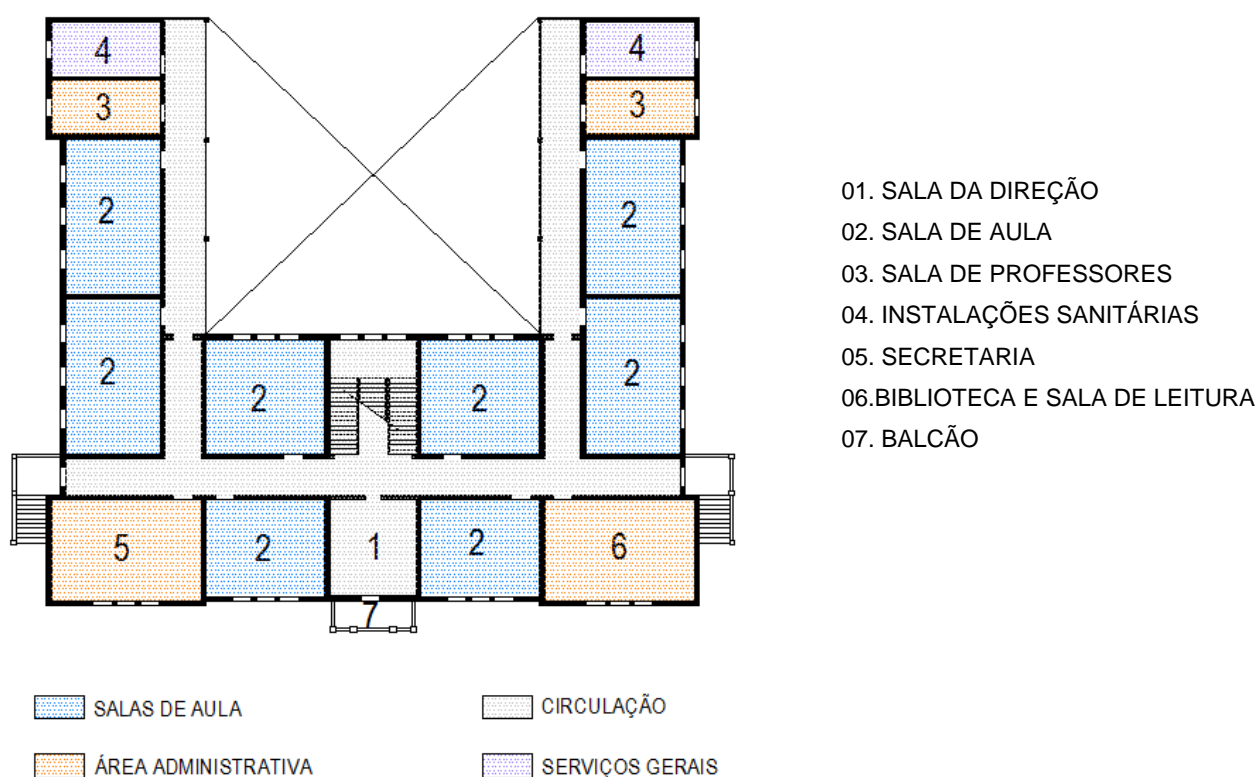


FIGURA 88 - PLANTA DO PAVIMENTO SUPERIOR – ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ, DÉCADA DE 1920.

FONTE: COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO DO ESTADO DO PARANÁ / SEAP.

Os detalhes internos e a relevância dada a alguns ambientes podem ser observados nos ornamentos e cuidados com as pinturas nas paredes, nos itens de serralheria, como gradis e balaústres em outros ambientes.

No hall de entrada destaca-se o cuidado com os detalhes e a monumentalidade externa. A foto abaixo do período da construção da obra retrata a

escada construída e a janela com os vitrais ao fundo que geravam uma grande luminosidade ao edifício.



FIGURA 89 - OBRAS ESCOLA NORMAL ENTRADA PRINCIPAL
FONTE: PARANÁ. 1926.

A escadaria de madeira nobre na entrada que dava acesso ao primeiro pavimento, foi construída em madeira. Ao fundo no primeiro lance da escada uma grande janela com vitrais contendo os seguintes desenhos e símbolos: o nome Escola Normal, um globo, livros, esquadros, compasso, lápis. Abaixo são imagens atuais e detalhes dos vitrais ainda preservado:



FIGURA 90 - VITRAIS ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ, NOVEMBRO 2012.
FONTE: ACERVO PESSOAL

As fachadas foram projetadas com amplas janelas, reforçando o critério de aproveitamento máximo da iluminação natural, promovendo a ventilação adequada. A grandiosidade da arquitetura do prédio foi acentuada pela sua posição de destaque no terreno e suas linhas arquitetônicas na fachada. Para se chegar até o edifício, foram projetados escadarias, destaca-se o cuidado com a escolha dos materiais, como piso de mármore e ornamentos no corrimão, estes elementos impressionavam antes mesmo de se chegar ao interior do edifício.

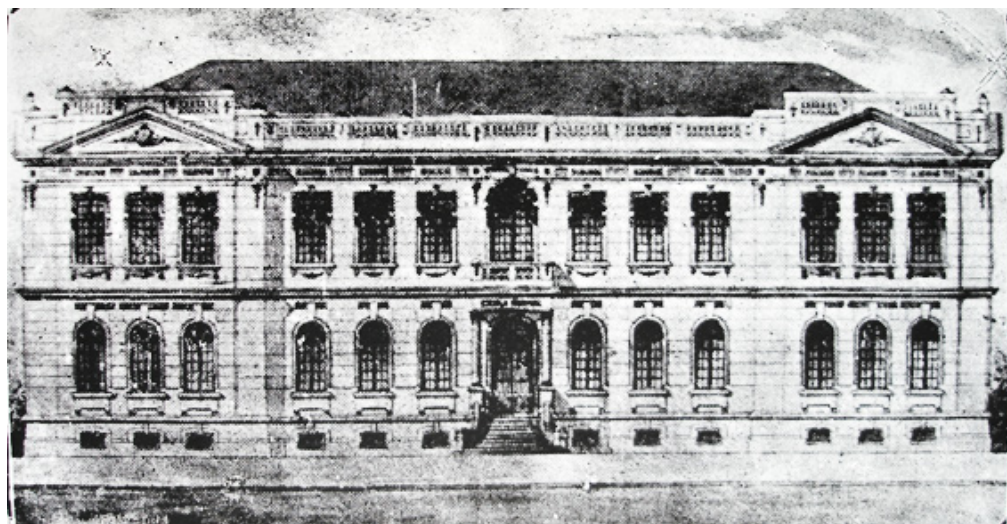


FIGURA 91 - FACHADA PRINCIPAL ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ
FONTE: PARANÁ. 1924.

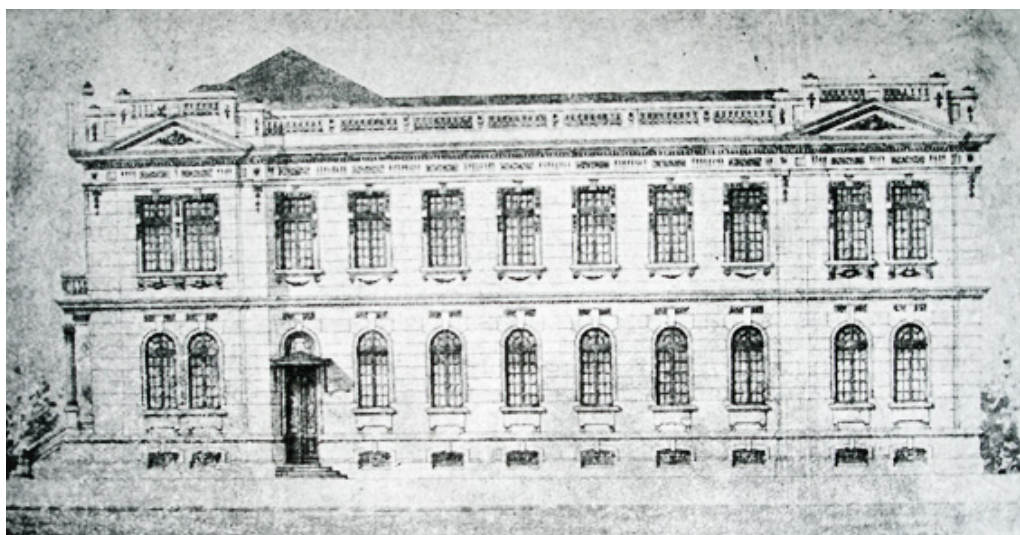


FIGURA 92 - FACHADA LATERAL ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ.
FONTE: PARANÁ. 1924.

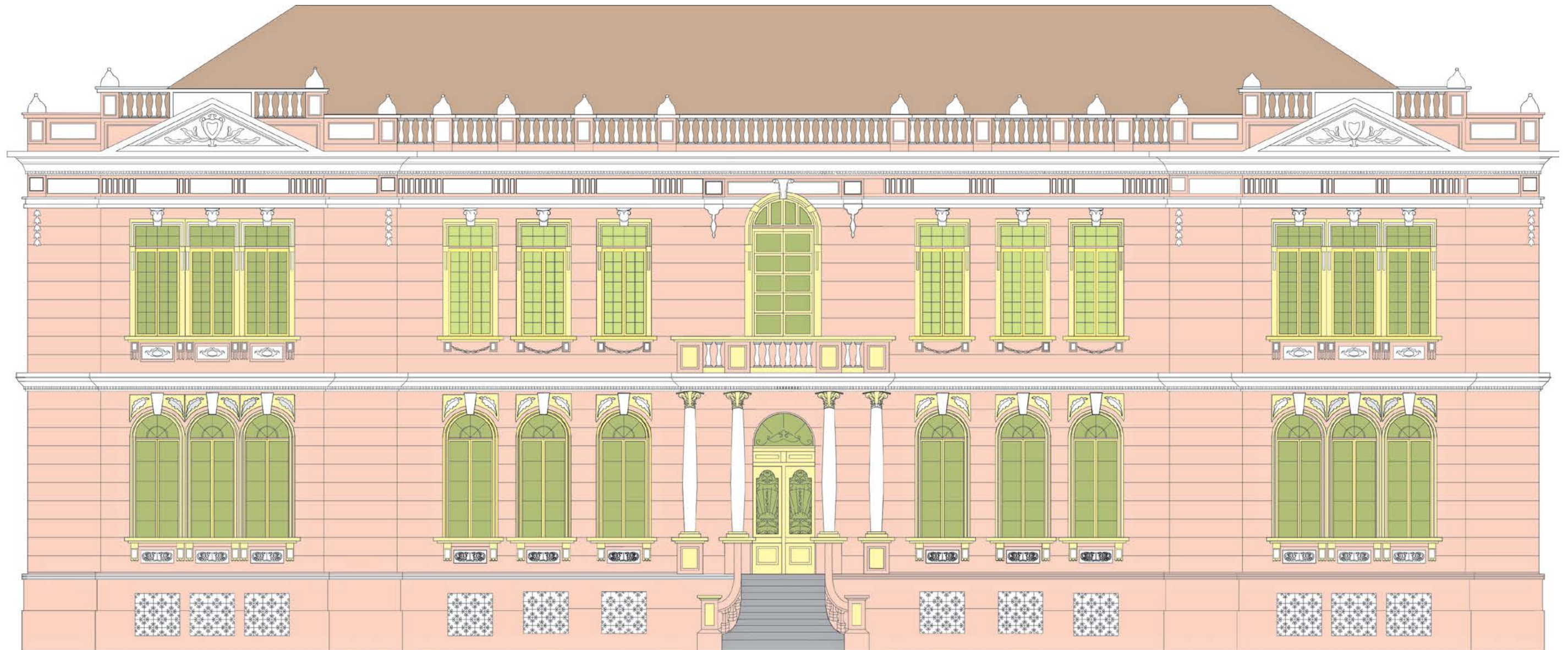


FIGURA 93 - FACHADA FRONTAL DA ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ, DÉCADA DE 1920.
FONTE: COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO DO ESTADO DO PARANÁ / SEAP.

O muro que separa a escola da rua, além de servir de proteção, serviria de controle na circulação dos alunos. No caso da escola Normal de Paranaguá além de delimitação do espaço específico para a escola, logo na entrada do terreno, há uma porta de ferro, ricamente decorada, demonstrando, sua imponência. No muro foi cunhado em cada lado “Escola” e “Normal”, identificando a instituição de ensino.

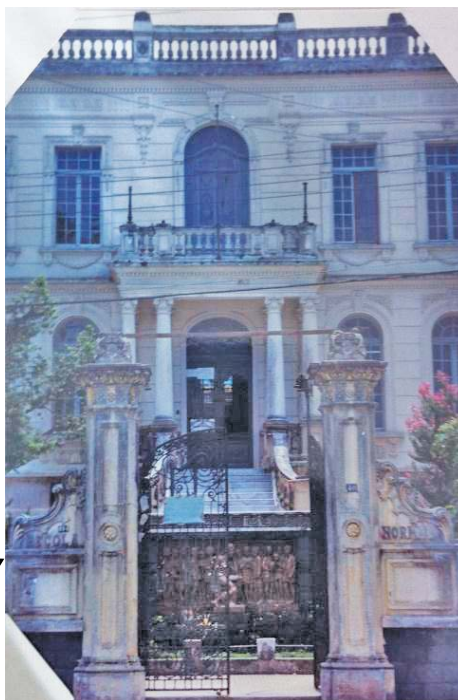


FIGURA 94 - PORTÃO DE ENTRADA – ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ, S.D.
FONTE: SECRETARIA DA CULTURA DO PARANÁ

Para as teorias de Gaudet, um dos elementos obrigatórios na composição da fachada eram os “Balaústres e balcões”, como já apresentados. Os balaústres, muito utilizados tanto na fachada da Escola Normal de Curitiba quanto na Escola Normal de Paranaguá fizeram parte das elevações. O balcão foi utilizado apenas em Paranaguá. O professor de teoria da arquitetura da “*École des Beaux-Arts*” explicava a finalidade desse recurso:

Em geral, a sacada está disposta para que possamos nos segurar, e, por consequência, a janela torna-se uma porta-cruz, ou uma verdadeira porta de vidro; as grandes varandas podem ser concebidas de maneiras diferentes. No entanto, as portas-cruz não descem para atravessar o próprio solo, as varandas são geralmente mais elevadas de uma altura de marca acima de do solo. (GAUDET, 1901, p. 280)¹⁹⁰

¹⁹⁰ En général, le balcon est disposé pour qu'on puisse s'y tenir, et par consequent la fenêtre devient une *porte-croisée*, ou véritable porte vitrée; les grands balcons ne peuvent être conçus autrement. Cependant, les portes-croisées ne descendent pas jusqu'au sol lui-même, les balcons sont ordinairement élevés d'une hauteur de marche au-dessus de ce sol.

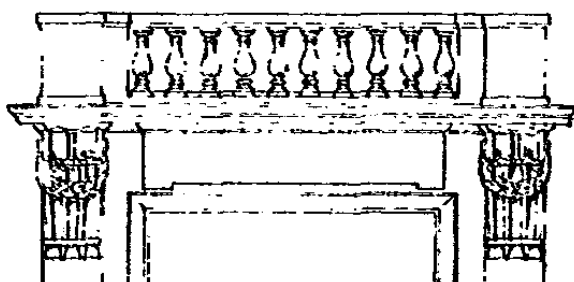


Fig. 173. — Balcons des monuments de la place de la Concorde.

FIGURA 95 - DESENHO DE BALCÃO DOS MONUMENTOS DA PRAÇA DA CONCORDIA. FONTE: ELÉMENTS ET THÉORIE DE L'ARCHITECTURE (GAUDET, 1901)

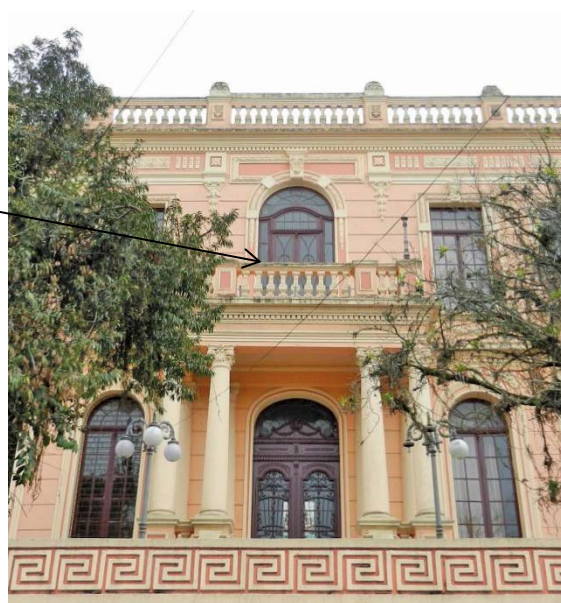


FIGURA 96 - ENTRADA PRINCIPAL ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ, 2012. FONTE: ACERVO PESSOAL

As fotografias abaixo da época da sua inauguração destacam a fachada principal e a vista posterior da Escola Normal de Paranaguá. O ângulo escolhido pelo fotografo reforça a monumentalidade da obra, destaca os detalhes dos ornamentos e grandiosidade do muro do entorno da escola. A figura 97 ilustra a diferença de escala entre a população e o prédio.



FIGURA 97 - ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ, 1927. FONTE: CASA DA MEMORIA DE CURITIBA



FIGURA 98 - VISTA POSTERIOR DA NORMAL DE PARANAGUÁ, 1927. FONTE: CASA DA MEMORIA DE CURITIBA

Com relação aos detalhes de janelas, percebe-se a diferença do desenho das vergas, arcos no térreo e retas nas janelas do pavimento superior (ver detalhes nas figuras 93 e 99), o uso de diferentes ornamentos envolvem toda a edificação. A arquitetura revela no seu estilo a função a que se destinava, através dos elementos clássicos e ornamentos utilizados, a educação e a cultura erudita deveria estar presente.



FIGURA 99 - DETALHE JANELA PAVIMENTO TÉRREO – ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ, 2012.
FONTE: ACERVO PESSOAL.

Para complementar os ricos ornamentos da Escola foi encomendado o painel de João Turin¹⁹¹, esculpido no muro da estrada da escola. Em 1927, o escultor realizou o baixo relevo chamado “Pedagogia”, executado em cimento e instalado no muro da Escola Normal de Paranaguá, conforme figura abaixo:

¹⁹¹ João Turin nasceu em Porto de Cima, município de Morretes no litoral do Paraná, em 1878 e faleceu em Curitiba no dia 9 de julho de 1949, “Considerado o precursor da escultura no Paraná, deixou um considerável acervo que inclui pequenas esculturas e baixos-relevos, pinturas, monumentos históricos e outras obras em locais públicos da capital e municípios paranaenses. De formação acadêmica, o artista iniciou seus estudos na Escola de Artes e Ofícios de Antônio Mariano de Lima em Curitiba, onde atuou como aluno/professor. Aos 27 anos com auxílio do Estado, seguiu para a Bélgica e especializou-se em escultura na Real Academia de Belas Artes de Bruxelas, sob os ensinamentos do reconhecido mestre da estatuária, o belga Charles Van der Stappen. João Turin fez parte de um grupo de intelectuais do chamado movimento Paranista. A forma encontrada para a divulgação dos trabalhos destes profissionais foi através da revista “Ilustração Paranaense”, com desenhos, gravuras, projetos e fotografias. João Turin vai divulgar seus trabalhos e influenciar os seus estilos artísticos com características regionais (TURIN, 1999).



FIGURA 100 - BAIXO RELEVO LOCALIZADO NO MURO DA ENTRADA PRINCIPAL, ESCULTURA DE JOÃO TURIN.
FONTE: PARANÁ. 1926.

No alto relevo foram esculpidos alunos, alguns deles portando livros ao redor do seu mestre, alunos interessados em aprender. O filme “Pelo Paraná maior” não deixou de mostrar a obra e descreve em sua legenda: “Um belo alto relevo “Pedagogia” colocada no edifício da Escola”.



FIGURA 101 - CENAS DO MURAL DA ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ.
FONTE: FILME “PELO PARANÁ MAIOR”, 1927.

A importância do prédio da Escola Normal Paranaguá é valorizada pelo escultor João Turin em outras obras na cidade de Paranaguá. Um monumento em homenagem ao governador Caetano Munhoz da Rocha, localizado em frente a Estação Ferroviária, representou algumas obras deste governador, destacando seu trabalho pela cidade, quanto à economia, cultura e educação. Na interpretação de Turin, a principal obra daquele governador na educação foi representada pela

escultura em alto relevo da Escola Normal de Paranaguá. Segue a obra de Turin de 1928:

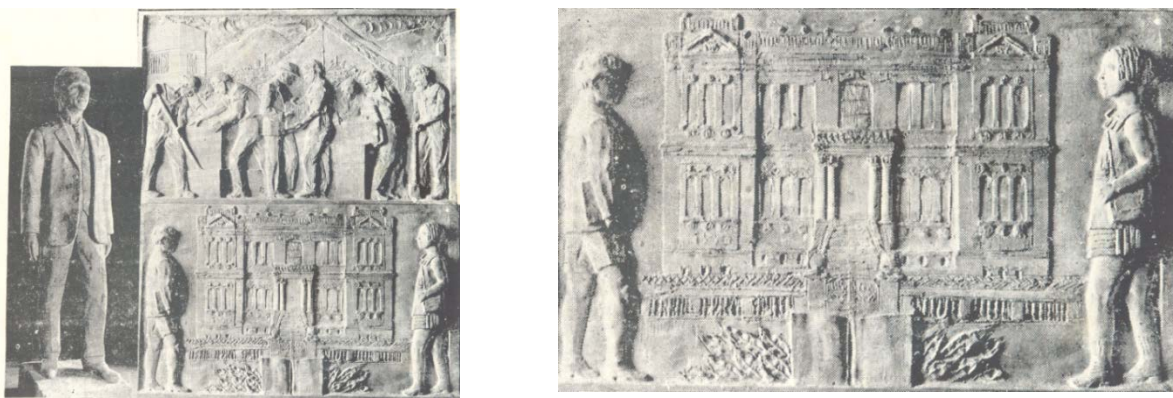


FIGURA 102 - MEMORIAL CAETANO MUNHOZ DA ROCHA, PARANAGUÁ.
 FONTE: ILLUSTRACÃO PARANAENSE, 1928.

Os principais destaques construtivos da Escola Normal de Paranaguá foram os detalhamentos quanto à ornamentação interna externa do edifício. Em nenhum edifício construído para a Escola Normal se encontrou obras de arte de tamanha riqueza referentes à escola e aos símbolos alusivos ao processo de ensino.

Os projetos arquitetônicos das escolas de Ponta Grossa e Paranaguá se assemelham quanto à distribuição dos ambientes, entretanto, a circulação dos alunos teve uma melhor solução em Paranaguá pela construção da escadaria na parte posterior do edifício, e aí como as demais, a entrada principal é destacada na fachada principal.

Os edifícios que abrigaram os novos “Palácios da Instrução” deveriam comunicar claramente a sua importância e, implicitamente, seus objetivos ao público. Estas destacaram-se não apenas nas comunidades em que foram implantadas, mas representaram uma política importante do Estado na formação dos professores.

Ao analisar o conjunto destas escolas revelou-se a variedade no emprego de materiais construtivos de boa qualidade. A grandiosidade destas obras, quando comparadas às demais obras do entorno, possibilitou que estas instituições se tornassem símbolos, pois o valor outorgado a esses monumentos, como modelos de educação e ensino de uma época, marcou a década de 1920 como um dos períodos mais produtivos no incentivo à formação de professores do Estado do Paraná.

As obras destas escolas acompanharam a realidade específica dos manuais construtivos em voga nos anos de 1920, no que diz respeito: à localização urbana, à higienização dos espaços e à monumentalidade da construção. Estas concepções estiveram presentes nos três projetos arquitetônicos das Escolas Normais do Paraná. As eventuais exigências específicas de seus programas de funcionamento didático – biblioteca, laboratórios, salão nobre – ocuparam ambientes com as mesmas dimensões das salas de aula.

A linguagem arquitetônica expressa, além de uma ordem construtiva, um sistema de intenções, valores e discursos, um jogo de simbolismo que acompanharam a tradição cultural e as concepções educacionais do Estado.

O objetivo do Governo do Paraná nos anos de 1920 em relação à formação de professores foi atingido, pois marcou e impressionou a população com a construção intencional de monumentos. Entretanto, analisando a distribuição das plantas pode-se perceber que alguns ambientes internos poderiam ser melhor projetados de acordo com os modelos existentes no Brasil e Europa. Isto foi revelado também pela necessidade de construção de outros prédios ou em virtude das adequações dos ambientes poucos anos após a inauguração daqueles.

CONCLUSÃO

Ao analisar a História das Escolas Normais do Paraná, considerando e conciliando três áreas de conhecimento, a saber, História, Educação e Arquitetura foi possível verificar qual a importância dessas escolas na busca de instituir no Paraná uma modalidade escolar que atendesse a formação de professores, na década de 1920.

No início do século XX, inúmeras discussões se fizeram acerca de uma construção escolar específica para atender a formação de professores, que se encontrava distante de se tornar uma realidade, mesma nas principais cidades do Paraná. Essa espera foi de aproximadamente cinquenta anos, desde a fundação da Escola Normal em 1876, até a criação de um espaço exclusivo para atender a Escola Normal no Paraná, em 1922.

Quanto à primeira Escola Normal do estado pode-se afirmar que em relação à infraestrutura esta instituição, desde a sua inauguração, passou por três etapas distintas: a primeira data de 1876 a 1904, este período refere-se ao da fundação do curso normal no estado até a transferência do novo edifício, na Rua Ébano Pereira. Esta etapa se caracterizou pela precariedade das condições físicas, pela descontinuidade do curso e devido ao déficit de matrículas. A segunda fase coincidiu com o período em que funcionou a Escola Normal em dualidade administrativa com o Ginásio Paranaense, de 1904 a 1922. Esta etapa caracterizou-se por um convívio conflituoso, em meio às adaptações do prédio, ainda deficiente para atender a um curso que requeria ambientes especiais, usado por outros serviços públicos. Uma terceira etapa, de 1922 a 1927, remonta à construção e inauguração dos três edifícios: em Curitiba (1922), Ponta Grossa (1924) e Paranaguá (1927). Em cada uma dessas etapas as escolas não passaram só pelas mudanças físicas-estruturais, mas por mudanças teórico/práticas em seus programas de ensino, de acordo com os ambientes e as salas disponíveis em cada período aqui abordados.

As experiências nas construções das Escolas Normais dos principais centros culturais e econômicos do país, São Paulo e Rio de Janeiro, do início do século XX, não aconteceram de forma homogênea e tampouco seguiram um mesmo padrão arquitetônico. Pelo breve estudo realizado foi possível constatar a imponência das escolas de São Paulo e verificar que as diretrizes educacionais daqueles estados

influenciaram mais fortemente as construções e as organizações das escolas no Paraná.

Nas primeiras décadas da República, a arquitetura escolar pública paranaense dedicou-se à construção dos grupos escolares, que se espalharam pelo estado. A demanda do ensino primário gerou a expectativa pela construção de um edifício próprio para a Escola Normal. Nesses estabelecimentos se daria a instrução, a promoção do saber e da cultura que, via o professorado, chegariam ao povo e por sua vez, impulsionaria o progresso do estado.

No que se refere à escolha das cidades que receberiam as novas Escolas Normais, a principal justificativa para a implantação nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá foi a localização estratégica como principais centros econômicos, políticos e culturais nos anos de 1920. Outros aspectos para preferência foram: a densidade populacional, o peso político e as parcerias diretas que o poder local estabelecidas.

Em defesa dessas regiões o estado alegava: Que em Curitiba, devido à situação precária, a Escola Normal traria o fortalecimento na formação de professores da capital. Que nos Campos Gerais contribuiria para a expansão da cultura para o interior, e principalmente naquelas em que a educação era organizada exclusivamente pelos imigrantes. Que no Litoral, devido à proximidade com o Porto e à proliferação das doenças, a Escola Normal teria a incumbência de formar profissionais que auxiliariam na conscientização da população no controle das doenças.

Ao utilizar os documentários como fonte, interpretá-las de maneira crítica, pode-se perceber que os filmes auxiliaram o governo a apresentar o cotidiano das cidades, das pessoas, das construções e de um pensamento *paranista*, como divulgação de uma identidade regional. A escola pública foi um dos locais que contribuiu para difundir o estes pensamentos. Essa afirmativa pode ser vista no discurso visual das cidades filmadas, onde predominou a imagem do progresso urbano e a divulgação dos resultados das intervenções realizadas.

Além do emprego de novas técnicas, o cuidado com a higiene e a moral dos alunos se intensificou no início do século XX, acrescidos das preocupações quanto ao bem estar e do saneamento das cidades. As fontes confirmam que para as construções das Escolas Normais foi relevante considerar o entorno como praças,

jardins, ruas largas e espaçosas et., pois na visão dos educadores e arquitetos da época contribuíram no aproveitamento das atividades escolares. Esses foram os principais critérios na localização do melhor terreno para a construção desses edifícios públicos. Além dos requisitos higiênicos/ambientais, os aspectos de visibilidade do terreno no conjunto da cidade tiveram também um peso importante na decisão da escolha dos locais para a construção das Escolas Normais. Por isso, não era difícil distinguir na paisagem das cidades os imponentes edifícios das Escolas Normais.

Todas essas ações foram referendadas por uma multiplicidade de discursos: dos representantes políticos, dos inspetores de ensino, dos professores e da imprensa. As construções dos edifícios das Escolas Normais estiveram presentes no cotidiano dos diversos setores da sociedade da época. Nos documentos e nas fontes analisadas podem-se encontrar inúmeras solicitações de adaptações nos edifícios, muitos elogios e críticas à situação do ensino paranaense. Essas manifestações influenciaram, direta ou indiretamente, na escolha dos espaços projetados para o funcionamento das Escolas Normais no Paraná. Os discursos oficiais e os da imprensa sobre as escolas estudadas configuraram, cada um ao seu modo, uma contribuição à consolidação de um projeto político pedagógico, que demonstrava progresso e ordem em consonância com os ideais republicanos.

Os discursos dos periódicos, ora entusiasmados com a inauguração e as festividades, ora criticando os gastos, foram fontes importantes na compreensão do cenário do período de instalação dessas escolas. Os diversos discursos que legitimaram a implantação das Escolas Normais no Paraná consolidaram uma escola de formação de professores suntuosa, que impressionou tanto os alunos quanto a comunidade, promovendo o papel civilizador da escola no período.

Desse modo, as construções dos edifícios públicos obedeceram a um programa previamente traçado pelas instituições estatais, incumbidas tanto da organização quanto do planejamento escolar. Por meio de requerimentos e normas construtivas foram propostos novos padrões mínimos de conforto físico-ambiental, assim como sugestões para que as edificações satisfizessem minimamente as condições para um bom ensino, essa ação educativa deveria atender à sociedade que se modernizava.

No que refere-se as mudanças dos programas de ensino no curso normal ocorridas no decorrer do período estudado, ou seja, desde o seu surgimento até a década de 1920, aconteceram de maneira lenta no Paraná. Em relação às disciplinas direcionadas à formação de professores notou-se que necessitavam de uma organização física e normativa específicas para que o curso pudesse ser implantado.

O edifício escolar, concebido e construído para fins educativos, incorporou em seus espaços as demandas pedagógicas, sanitárias e os códigos de posturas construtivas vigentes. Estas demandas exigiram o aprimoramento da técnica construtiva e refletiram a modernidade de sua linguagem plástica, bem como a importância da arquitetura escolar na representação de seus edifícios para o período investigado. Os engenheiros/arquitetos paranaenses estavam atentos às técnicas construtivas das escolas europeias, por meio dos tratados, dos livros e principalmente das obras difundidas, nas concepções teóricas do final do século XIX, o chamado estilo “beaux-arts”. Para isto, alguns elementos clássicos e ornamentos deveriam revelar que aquele espaço teria como objetivo a difusão de uma cultura, uma educação erudita.

Essa concepção de edificação deveria seguir a uma hierarquia específica, distribuída de forma simétrica. O programa para as escolas previa uma área administrativa (direção, secretaria, sala de professores e serviços) e uma área pedagógica (sala de aula, laboratório, salão nobre, biblioteca e pátio). O projeto arquitetônico do edifício deveria revelar, pelo seu estilo, a função a que o edifício se destinava. Para atender às necessidades dos programas de ensino, algumas salas eram adaptadas, algo que pode ser observado no salão nobre, biblioteca e laboratório que eram diferenciados dos demais ambientes apenas pelos mobiliários.

Outra teoria para entender a concepção dos projetos das Escolas Normais foram os princípios higienistas. As escolas deveriam ensinar o aluno não apenas os conhecimentos científicos, mas os edifícios escolares também tinham a tarefa de propagar as propostas higienistas da época, considerando dois pontos principais para a construção: a ventilação e a iluminação. Com relação à implantação arquitetônica o projeto tinha como base a localização (salubre e longe das aglomerações) e extensão do terreno (amplos e afastados das divisas).

A monumentalidade destas obras estava expressa nos ornamentos utilizados. Principalmente se comparada às demais obras do entorno. Isso propiciou que estas instituições se tornassem um símbolo. Tanto o acabamento interno como o externo deram valor de monumentos, de uma escola modelo de educação e de ensino. Uma escola que marcou um período histórico da educação do Paraná.

A construção dos prédios das Escolas Normais, nos anos de 1920, impulsionou uma política de formação dos professores, tanto pela importância quanto pela necessidade de se criar espaços adequados para ensinar novos conteúdos. Esses novos prédios consolidaram uma identidade de formação de qualidade, para várias gerações de normalistas e professores, tornando-se também portador de uma identificação arquitetônica própria, de dimensões simbólicas, o que permitiu um funcionamento didático/pedagógico em cada uma das cidades em que foram implantadas.

FONTES

ALMANACH DOS MUNICIPIOS. *Ponta Grossa: cidade moderna*. Curitiba, p. 147, 1926.

ALMANACH DOS MUNICÍPIOS, 1928.

ALMANACH DOS MUNICÍPIOS, Princesa dos Campos Gerais, 1929.

ALMANACH DOS MUNICPIOS, Paranaguá, 1930.

ALMEIDA JUNIOR, A de. *Formação de hábitos sadios nas crianças*. In: ANAES DO TERCEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE – São Paulo. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas de Inspetoria de Demografia Sanitária, 1926.

ALMEIDA, J. R. P. de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC; Brasília: INEP/MEC, 1989.

ANNAES DO PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE. Rio de janeiro: Oficinas Graphicas da Inspectoria de Demographia sanitária, 1923.

AVÉ-LALLEMANT, R. *Viagem pelo Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

ALBUM DE PONTA GROSSA, 1936.

ANAES DO PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE: 1 A 2 de outubro. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas de Inspetoria de Demografia Sanitária, 1923.

AZEVEDO, F de. *Novos caminhos e novos fins: a nova política da educação no Brasil*. Bibliotheca Pedagógica Brasileira. São Paulo: Ed. Companhia Editora Nacional, 1931. v. 1. (Serie IV Actualidades Pedagógicas)

AZEVEDO, F. de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 2. ed. São Paulo: E. Nacional, 1943.

BAUDIN, H. *Constructions scolaires en Suisse*. Écoles enfantines, primaires, secondaires, salles de gymnastique, mobilier, hygiène, décoration, etc. Genève, Kündig, 1907.

BUISSON, F. *Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire*. Paris: Librairie Hachette et cia., 1911.

BRASIL. *Decretos do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*. 11º fascículo. De 1 a 30 de novembro de 1890. Imprensa Nacional, 1891.

CAMARGO, M. A. de S. *Projetos de Grupos, Escolas reunidas e rurais*. Casa Espindola, São Paulo, 1920.

CLOQUET, L. *Traité d'Architecture: éléments de l'architecture types d'édifices – esthétique, composition et pratique de l'architecture*. 2ª edition. Paris: Librairie Polytechnique, 1911.

CONSTANT, B. *As escolas normais: sua organização, planos de estudos, métodos e programas de ensino*. In Atas e Pareceres do Congresso de Instrução do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1884.

COSTA, L. F. da. *Bases Educativas para a organização da Escola Normal Secundária*, Curitiba, 1923.

CURITYBA. *Posturas da Câmara Municipal de Curityba decretadas pela Câmara Municipal em Sessão de 22 de novembro de 1895*. Curityba: Typ. Lith. Curitybana, 1897.

CURITIBA. *Leis, Decretos da Câmara Municipal de Curitiba 1897 a 1906*. Curitiba, Typ. d'A República, 1910.

COMÉRCIO DO PARANÁ. Curitiba 9 set. 1922.

DIÁRIO DOS CAMPOS. *Escola Normal*. Ponta Grossa, terça-feira, 05 de junho de 1923.

DIÁRIO DO COMERCIO. *Escola Normal*, 5 set., 1924

DIÁRIO OFICIAL, 29 jan. 1919, Curitiba.

DIÁRIO OFICIAL, 10 fev. 1919, Curitiba.

DIÁRIO DA TARDE. *A nova Escola Normal*. Curitiba-PR, p. 01, 09 jul.

DIÁRIO DA TARDE. *A Escola Normal*. Curitiba-PR, 01 fev. 1923.

EUSTAQUIO, L. B. *Ventilação dos edifícios: meios de aquilatar a sua eficiência*. In: ANNAES DO PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Inspectoria de Demographia sanitária, 1923.

FONTENELLE, J. P. *Ventilação dos edifícios*. In: ANNAES DO PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Inspectoria de Demographia sanitária, 1923.

GAUDET, J. *Eléments et théorie de l'architecture: cours professé à l'École nationale et special des beaux-arts*. Paris: Librairie de la Construction Moderne, 1901.

GAZETA DO POVO. Curitiba 19 de abr. de 1920.

GODOY, A. *Indicações higienicas para a remodelação das cidades*. In: ANAES DO PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE: 1 A 2 de outubro. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas de Inspetoria de Demografia Sanitária, 1923.

ILUSTRAÇÃO PARANAENSE, JANEIRO DE 1929.

ILUSTRAÇÃO PARANAENSE. Curitiba, mar. 1936.

ILUSTRAÇÃO PARANAENSE. *Ponta Grossa a Princesa dos Campos e do Progresso*. Curitiba, mar. 1936.

MARTINS, R. *Paranística*. A Divulgação. Curitiba, p.91, fev./mar. 1946.

NARJOUX, Félix. *Les Écoles Normales Primaires, construction et installation*, Paris, Delagrave et Morel, 1880. (a)

NARJOUX, Félix. *Architecture Communale: Architecture scolaire – Écoles de Hameaux, Écoles Mixtes, École de Filles, Écoles de Garçons, Groups Scolaires, Salles d'Asiles, Écoles Professionnelles, École Normales Primaires*. Troisième Série., Paris, V A. Morel et Cia, Libraires-Editeurs, 1880. (b)

NARJOUX, F. *Architecture scolaire*. In: BUISSON, F. *Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire*. Paris: Librairie Hachette et cia., 1911.

O PROGRESSO. *Ponta Grossa de Hoje*. Ponta Grossa, 20 jul. 1912.

PARANÁ. Relatório do Presidente da Província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 14 de julho de 1854. Curitiba, tipografia paranaense de Cândido Martins Lopes, 1854.

PROVÍNCIA do Paraná. Lei nº 238 de 19 de abril de 1870 In: MIGUEL, E. B. e MARTIN, S. D. *Coletânea da Documentação Educacional Paranaense de 1854 a 1889*. INEP - Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. 2004.

PROVÍNCIA do Paraná. Lei nº 456 de 12 de abril de 1876 – Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província do Paraná, 1876, In: MIGUEL, E. B. e MARTIN, S. D. *Coletânea da Documentação Educacional Paranaense de 1854 a 1889*. INEP - Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. 2004.

PARANÁ. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Paraná, ao Presidente da Província do Paraná, Polidoro Cesar Burlamaque. Curitiba: Typ. De Candido Martins Lopes, 1867.

PARANÁ. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Paraná, ao Presidente da Província do Paraná, Antônio Luiz Afonso de Carvalho. Curitiba: Typ. De Candido Martins Lopes, 1870.

PARANÁ. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Paraná, ao Presidente da Província do Paraná, Antônio Luiz Afonso de Carvalho. Curitiba: Typ. De Candido Martins Lopes, 1873.

PARANÁ. Lei nº 456 – Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província do Paraná, 1876.

PARANÁ. Relatório do diretor geral da Instrução Pública Moysés Marcondes, ao Presidente da Província do Paraná sobre o ano de 1882. Curitiba: Typ. Dezenove de Dezembro, 1882.

PARANÁ. Relatório do Superintendente geral do ensino publico do estado Victor Ferreira do Amaral e Silva , ao Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica sobre o ano de 1893. Curitiba: Typ. E Lith. Companhia Impressora Paranaense, 1894.

PARANÁ. Lei nº 1236. Curitiba: Circulo de Estudos Bandeirantes, 2 maio 1912.

PARANÁ. Leis de 1912. Curitiba: Typ. Do Diário Oficial, 1913.

PARANÁ. Regulamento da Instrução Publica da Província, 16 DE JULHO DE 1876. In: Leis e Regulamentos da Província do Paraná, 1876.

PARANÁ. Regulamento da Escola Norma. Acto n. 153, 4 de maio de 1883. Typ. Dezenove de Dezembro, 1883.

PARANÁ. Relatório do diretor geral da Instrução Pública Victor Ferreira do Amaral e Silva, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Octavio Ferreira do Amaral e Silva, sobre o ano de 1900. Curitiba: Typ. Da Livraria Econômica, 1901.

PARANÁ. Decreto nº 93 de 11 de março de 1901. In: Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Leis, decretos e regulamentos do Estado do Paraná de 1901.

PARANÁ. Ofício do Inspetor escolar Sebastião Paraná ao Diretor Geral da Instrução Pública. Victor Ferreira do Amaral e Silva, em 26.12.1900. DAMI. vol 14, Ofícios, 1901,

PARANÁ. Decreto nº 93 de 11 de março de 1901. In: Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Leis, decretos e regulamentos do Estado do Paraná de 1901.

PARANÁ. Relatório do diretor geral da Instrução Pública Victor Ferreira do Amaral e Silva, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Octavio Ferreira do Amaral e Silva, sobre o ano de 1901. Curitiba: Typ. Da Livraria Econômica, 1902.

PARANÁ. Relatório do diretor geral da Instrução Pública Victor Ferreira do Amaral e Silva, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Octavio Ferreira do Amaral e Silva, sobre o ano de 1902. Curitiba: Typ. Da Livraria Econômica, 1903.

PARANÁ. Relatório do diretor geral da Instrução Pública Victor Ferreira do Amaral e Silva, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Octavio Ferreira do Amaral e Silva, sobre o ano de 1903. Curitiba: Typ. Da Livraria Econômica, 1904.

PARANÁ. Relatório do diretor geral da Instrução Pública Reinaldo Machado, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Bento José Lamenha Lins, sobre o ano de 1904. Curitiba: Typ. Da Livraria Econômica, 1905.

PARANÁ. Relatório Professor Sebastião Paraná, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, João Candido Ferreira. Curitiba: Typ. Da Livraria Econômica, 1906.

PARANÁ. Relatório Professora Carolina Pinto Moreira, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, João Candido Ferreira. Curitiba: Typ. Da Livraria Econômica, 1907.

PARANÁ. Relatório do diretor geral da Instrução Pública Arthur Pedreira de Cerqueira, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Bento José Lamenha Lins, sobre o ano de 1907. Curitiba: Typ. Da Livraria Econômica, 1908.

PARANÁ. Decreto nº 479 de 10 de dezembro de 1907 .In: Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná de 1907. Curitiba: Typ. da Penitenciária, 1907.

PARANÁ. Relatório do Professor Lysimaco Ferreira da Costa, ao diretor da Escola Normal e Gymnasio Paranaense, Artur Pereira de Cerqueira, em 1908. Curitiba: Typ. Da Livraria Econômica. Em 31 de dezembro de 1909.

PARANÁ. Relatório do diretor geral da Instrução Pública Arthur Pedreira de Cerqueira, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Luiz Antônio Xavier sobre o ano de 1909. Curitiba: Typ. Da Livraria Econômica, 1910.

PARANÁ. Relatório do diretor geral da Instrução Pública Arthur Pedreira de Cerqueira, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Luiz Antônio Xavier sobre o ano de 1910. Curitiba: Typ. Da Livraria Econômica, 1911.

PARANÁ. Relatório do diretor geral da Instrução Pública Arthur Pedreira de Cerqueira, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Luiz Antônio Xavier sobre o ano de 1911. Curitiba: Typ. D'A República, 1912.

PARANÁ. Relatório do diretor geral da Instrução Pública Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Claudio R. Ferreira dos Santos de 1913. Curitiba: Typ. D'A República, 1914.

PARANÁ. Relatório do diretor geral da Instrução Pública Raul Gomes, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Júlio Pernetta sobre o ano de 1916. Curitiba: Typ. D'A República, 1917.

PARANÁ. Relatório do diretor do Ginásio Paranaense e Escola Normal Sebastião Paraná ao diretor geral da Instrução Pública Raul Gomes sobre o ano de 1916, Curitiba: Typ. D'A República, 1917.

PARANÁ. Código de ensino do Estado do Paraná. (Decreto nº 17 de 9 de Janeiro de 1917). Curitiba: Typ. D'A República, 1917.

PARANÁ. Leis, Decretos e Regulamentos de 1892. Curitiba: Typ. D'A República, 1929.

PARANÁ. Relatório do diretor geral da Instrução Pública Cesar Prieto Martinez, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Marins Alves de Camargo sobre o ano de 1920. Curitiba: Typ. D'A República, 1921.

PARANÁ. Lei nº 2064, de 31 de março de 1921. Cria duas escolas normais em Ponta Grossa e Paranaguá. Diário Oficial, Curitiba, Paraná, Livro de leis de 1921.

PARANÁ. Relatório do diretor geral da Instrução Pública Cesar Prieto Martinez, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Marins Alves de Camargo sobre o ano de 1921. Curitiba: Typ. D'A República, 1922.

PARANÁ. Relatório do diretor geral da Instrução Pública Cesar Prieto Martinez, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Marins Alves de Camargo sobre o ano de 1922. Curitiba: Typ. D'A República, 1923.

PARANÁ. Relatório do diretor geral da Instrução Pública Cesar Prieto Martinez, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Marins Alves de Camargo sobre o ano de 1923. Curitiba: Typ. D'A República, 1924.

PARANÁ. Regulamento das Escolas Normais Primarias. Typ. D 'A Republica. Curityba 1924.

PARANÁ. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Secretario Geral de Estado pelo Professor César Pietro Martinez, Inspetor Geral do Ensino. Curitiba: Typ. Da Penitenciaria do Estado, 1924 a.

PARANÁ. Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, pelo Governador Caetano Munhoz da Rocha, 1926.

PARANÁ. Relatório apresentado ao Presidente da Republica Getúlio Vargas, pelo Interventor do Estado do Paraná, Manoel Ribas. Curitiba, 1936.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina, São Paulo*. Edusp, 1995

SÃO PAULO. *Álbum da 3ª Conferência Nacional de Educação: Edifícios Escolares*, 1927.

SÃO PAULO. *Decreto nº 248, de 26 de julho de 1894* – Aprova o regimento interno das escolas públicas do estado de São Paulo. In. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo*; (<http://www.unifesp.br/centros/ghemat/images/stuffs/INVENTARIO/legislacao.htm>)

ROCCO, Salvador et al. (Org.). *Poliantéia comemorativa: 1846-1946; Primeiro Centenário do Ensino Normal de São Paulo*, São Paulo, 1946.

VITOR, N. *A Terra do Futuro - impressões do Paraná*. Curitiba, Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996 (Coleção Farol do Saber).

VIOLLET-LE-DUC, E. E. *Entretiens sur L'Architecture*. Paris: Pierre Mardaga, p. 450, 1872.

CENSO, 1900, 1920, 1930.

IMAGENS E MAPAS

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ

COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO DO ESTADO DO PARANÁ / SEAP.

CASA DA MEMÓRIA DE CURITIBA

CASA DA MEMÓRIA DE PONTA GROSSA

CASA DA MEMÓRIA DE PARANAGUÁ

[HTTP://WWW.ITCG.PR.GOV.BR/ARQUIVOS/LIVRO/MAPAS_IAP.HTML](http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_iap.html)

BIBLIOTECA NACIONAL,.... [HTTP://BNDIGITAL.BN.BR](http://bndigital.bn.br)

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ PROFESSOR ERASMO PILOTTO, CURITIBA.

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO "DR. CAETANO MUNHOZ DA ROCHA", PARANAGUÁ.

COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, PONTA GROSSA.

FILMES

BOTELHO FILM. PELO PARANÁ MAIOR. Direção de Fr. M. MUCHA. Curitiba: Botelho Film, 1927. 1 cassete (90 mim.): mudo: p&b.

BOTELHO FILM. L'ÉTAT DU PARANÁ. Curitiba: Botelho Film, 1928. Cinejornal silencioso - 2ª secção. Intertítulos em francês. mudo: p&b.

(1ª secção: Imagens de campo Largo e dos Campos Gerais.16'31"/ 2ª secção: Aspectos urbanos de Curitiba; instrução pública; vias de comunicação e belezas naturais; Affonso Camargo em seu segundo mandato. 06'36").

BOTELHO FILM. O QUE É O PARANÁ: vias de comunicação belezas naturais. Curitiba: Botelho Film, 1929. 1 cassete (16'37"): mudo: p&b. (3ª secção - Via de Comunicação e Belezas Naturais – Segunda Parte).

BOTELHO FILM. EL TRIGO. Curitiba: Botelho Film, 1929. Cinejornal silencioso. Intertítulos em Espanhol. mudo: p&b. (Mostra a cultura do trigo no Paraná, estações experimentais, transporte e exportação).

GROFF FILM. CIDADES DO PARANÁ. Curitiba: Groff Film, 1936. Cinejornal silencioso - 2ª secção. 1 cassete (31'34"): mudo: p&b. Intertítulos em português. Filme contratado para apresentação das cidades Paranaense que possuíam uma Agência da Caixa Econômica do Paraná).

GROFF FILM. GRANDES REALIZAÇÕES do Sr Manoel Ribas no Governo do Estado do Paraná. Curitiba: Groff Film, 1942. Cinejornal silencioso (31'34"): mudo: p&b.

REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, M. P; LIMA, C. M. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. São Paulo, Vicente Wissenbach Editor, 1998.
- ANTONIO, R. C. *Arte na educação: o projeto de implantação de escolinhas de arte nas escolas primárias paranaenses (décadas de 1960-1970)*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, 2008.
- ARAUJO, J. C. S. FREITAS, G. B. F.; LOPES. A. P. *As escolas normais no Brasil – do império à república*. Campinas: Editora Alínea, 2008.
- ARRUDA, A. M. V. *Arquitetura dos Edifícios da Escola Pública no Brasil (1870-1930): construindo espaços para a educação*. Tese Doutorado em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, 2010.
- ARGAN, G. C. *História da arte como história da cidade*. Tradução: Pier Luigi Cabra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ARGAN, G. C. *El revival*. El pasado en el presente: el revival em las artes plásticas, la arquitetura, el cine y el teatro”. Barcelona: Gustavo Gili, 1977, p. 7-28
- BAHLS, A. V. da S. *A Busca de Valores Indenitários: a memória histórica Paranaense*. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História. UFPR, Curitiba, 2007.
- BASTOS, M. H. C. A imprensa Periódica Educacional no Brasil (1808-1944). In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (orgs.) *Educação em Revista – A imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.
- BASTOS, M.H.C. *Ferdinand Buisson no Brasil. Pistas, vestígios e sinais de suas ideias pedagógicas (1870-1900)*. Revista História da Educação. ASPHE/UFPEL. Pelotas, v.4, n.8. setembro de 2000. P. 79-109.
- BARTHES, R. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BENCOSTTA, M. L. A. *Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928)*. Educar em Revista, Curitiba, n. 18, p. 103-141, jul./dez. 2001.
- BENCOSTTA, M. L. A. *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar*. 1. ed São Paulo: Cortez, 2005.
- BENCOSTTA, M. L. A. *Grupos escolares no Brasil um novo modelo de escola primária*. In: STEPHANOU, Maria. História e Memórias da Educação no Brasil. vol. II – Séc.XIX. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2005.

BENCOSTTA, M. L. A. *Arquitetura Escolar na Belle Époque: Jean Omer Marchand e Francisco de Paula Ramos de Azevedo (Montreal e São Paulo, 1894-1926)*. In: CULTURAS escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos. Org. Marcos Levy Albino Bencostta, Diana Vidal. São Paulo: Cortez, 2007. (p. 103-128).

BENCOSTTA, M. L. A. ; BRAGA, M. F. *História e Arquitetura Escolar: a experiência dos regulamentos franceses e brasileiros para os edifícios escolares (1880-1910)*. Linhas (UDESC) (Florianópolis. Online), v. 12, p. 51-72, 2011.

BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2009.

BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política. Obras Escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

BENJAMIN, W. *Rua de mão única. Obras Escolhidas II*. São Paulo: Brasiliense, 1987, 2011

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. *Cores da cidade: Riachuelo e Generoso Marques*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 23, n. 110, mar., 1996.

BORGES, M. E. L. *História & Fotografia*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

BRADBURY, M. *As cidades do modernismo*. In: McFARLAINE, James; BRADBURY, Malcolm. O nome e a natureza do modernismo. In: BRADBURY, Malcolm; McFARLAINE, James. *Modernismo. Guia Geral*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (p. 75-82).

BRUAND, Y. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BONI, M. I. M. *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)*. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado) - Departamento de História da Universidade de São Paulo.

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. *Cores da cidade: Riachuelo e Generoso Marques*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 23, n. 110, mar., 1996.

BOLLE, W. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

BUFFA, E.; PINTO, G. de A. *Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971*. Brasília: Inep, 2002.

BUFFA, E.; NOSELLA, P. *Schola mater. A antiga Escola Normal de São Carlos, 1911-1933*. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos/ FAPESP, 2002.

CASTRO, E. A. de. *Arquitetura das escolas públicas do Paraná (1853-1955)*. 2 v. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, 2011.

CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CAPELATO, M. H. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1998.

CAPELATO, M. H. *Os Arautos do Liberalismo: Imprensa Paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAPELATO, M. H. R. *O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945)*. In Revista Brasileira de História nº 23-24. São Paulo: ANPUH. Set, 1991

CERTEAU, M. de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHÂTELET, A.M. *L'école prend forme. Paris à l'école*, Paris, Éditions du Pavillon de l' Arsenal, Picard, 1993

CHÂTELET, A. M. *La naissance de l'architecture scolaire: les écoles élémentaires parisiennes de 1870 a 1914*. Paris: Honoré Champion, 1999.

CHARTIER, R. *O Mundo como representação*. Estudos Avançados, vol. 5, n 11, São Paulo. Jan/ Abr, 1991.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre praticas e representações*. Rio de Janeiro; Lisboa: Bertrand Brasil: DIFEL, 1994.

CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

CARTOLANO, M. T. P. *Benjamin Constant e a Instrução Pública no Início da República*. (Tese de Doutorado). Campinas: UNICAMP, 1994.

CARVALHO, M. C. W. *Ramos de Azevedo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

CARVALHO, M.C.W. e WOLFF, S.F.S. *Arquitetura e fotografia no século XIX*". In: FABRIS, Annateresa (org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX*, São Paulo: Edusp, 1991.

CARVALHO, M. M.C. de. *A Escola e a República*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1989.

CARVALHO, M. M. C. *Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Editora: EDUSF, 1998.

CARVALHO, M. M. C de. *Reformas da Instrução Pública*. In: 500 anos de educação no Brasil. Org. LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G; Belo Horizonte: Autêntica, 2ª edição. 2000. Pp. 225-251.

CHÂTELET, A-M. *Combats pour l'alphabétisation*. In: L'école primaire à Paris 1870-1914. Délégation à l'actions artistique de la ville de Paris. 1985.

CHÂTELET, A. M. *La naissance de l'architecture scolaire: les écoles élémentaires parisiennes de 1870 a 1914*. Paris: Honoré Champion, 1999.

CHAVES, N. B. *A cidade civilizada: discurso e representações sociais no jornal Diário dos Campos na década de 1930*. Curitiba, Aos Quatro Ventos, 2001.

CHERVEL, A. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Teoria e Educação, Porto Alegre, n.2, PP. 117-229, 1990.

CHERVEL, A. e COMPÈRE, M. *As humanidades no ensino*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 25, n. 2, jul./dez. 1999.

CHORNOBAI, G. Q. L. *Igreja Católica, educação feminina e cultura escolar em Ponta Grossa (Paraná): A Escola Normal de Sant' Anna (1947-1960)*. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

COLLINS, P. *Los ideales de la arquitectura moderna, su evolución (1750-1950)*. 5 ed. Barcelona: Gustavo Gilli, 1998.

CORRÊA, A. S. *Alfredo Andersen (1860-1935): Retratos e Paisagem de um Norueguês Caboclo*. Tese Programa de pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

CORREIA, A. P. P. *História & arquitetura escolar: os prédios escolares públicos de Curitiba (1943-1953)*. 2004. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Defesa: Curitiba, 2004.

CORREIA, A. P. P.; SILVEIRA, M. H. P. *Mobiliário Escolar: escola normal de Curitiba (1922-1936)*. In: IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Resumos e Textos Completos do VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012.

DIAS HILSDORF, M. *Escola Normal de São Paulo: Entre a metáfora das luzes e a história republicana*. In: ARAUJO. J. C. S; FREITAS, G. B. F.; LOPES. A. P. As Escolas normais no Brasil: do império á república. Campinas: SP, Editora Alínea, 2008. Pp.75-89.

DUDEQUE, I. J. T. *Cidades sem véus: doenças, poder e desenhos urbanos*. Curitiba: Champanhath, 1995.

DUDEQUE, I. *Espirais de madeira: uma história da arquitetura de Curitiba*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.

ÉPRON, J-P. *Comprendre L'Écletisme*. Paris: Norma, 1997.

FABRIS, A. *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel: Ed. da USP, 1987.

FARIA FILHO, L. M. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: (Org.) FARIA FILHO, L. M et ali. *Educação modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autentica. 1998. Pp. 90-125.

FARIA FILHO, L. M. de. *Dos pardieiros aos palácios*. Passo Fundo: EUFPF, 2000.

FERREIRA, A. G. A. *Modernidade, Higiene e Controle Médico da Infância e da Escola*. In: ALMEIDA, M. de L. P. de.(Org.) *Escola e modernidade: saberes, instituições e práticas*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004. Pp. 97-111.

FEBVRE, L. *Caminhando para uma outra história*. In: COMBATES pela história. Lisboa: Presença, 1985. Pp. 241-259.

FLEURY, M. et ali. *Dictionnaire par noms d'architectes des constructions élevées à Paris aux XIX et XX siècle*. Tomo IV, Paris. 1996.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir. História da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1983.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 16. Editoria Graal, Rio de Janeiro, 2000.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em dois de dezembro de 1970*. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

FOUCAULT, M. *As palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

NASCIMENTO, T. Q. R. do. *Pedagogia Liberal Modernizadora*. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

GODINO CABAS, A. *Paraná, o século, o asilo*. Curitiba: Crias Edições, 2004.

GONÇALVES, M. A.; PINTO, E. A. *Ponta Grossa – um século de vida (1823-1923)*. Ponta Grossa: Kugler, 1983.

Haidar, M. L. M. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1972.

HERSCHMANN, M.; PEREIRA, C. A. M. *A invenção do Brasil moderno – medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBBSAWN, E. J; RANGER, T. O. *A invenção das tradições*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

IMAGUIRE JUNIOR, K.; *A arquitetura no Paraná: uma contribuição metodológica para a história da arte*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Curso de Pós-graduação em História, Curitiba, 1982.

IPARDES/Fundação Edison Vieira. *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba: IparDES, 1989.

IWAYA, M. *Palácio da Instrução: representações sobre o Instituto de Educação Professor Erasmo Pilotto (1940-1960)*. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001.

KESSEL, C. *Estilo, discurso, poder: arquitetura neocolonial no Brasil*. *História Social*, Campinas, n. 6, p. 65-93, 1999.

KOSSOY, B. *Realidade e ficção na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 4ª Ed., 2009.

KOSSOY, B. As fontes fotográficas e os estudos históricos. *FOTOGRAFIA & História*. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê, 2009.

KOSSOY, B. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne (Org.). *O fotográfico*. São Paulo: Hucitec/CNPq, 1998.

LAINÉ, M. *Les constructions scolaires en France*. Paris, Presses Universitaires de France. (L'Éducateur), 1996.

LE GOFF, J. *Antigo, moderno*. In: _____. *História e memória*. Campinas, SP; Ed. Unicamp, 2003. Pp. 149-178.

LEITE, M. M. *Retratos de Família: leituras da Fotografia Histórica*. 3. Ed – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

LINHARES, T. *História Econômica do Mate*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.

LORENZO, H. C. (org). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

MARACH, C. B. *Inquietações modernas: discurso educacional e civilizacional no periódico a escola (1906-1910)*. 2007. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Defesa: Curitiba, 2007.

MARQUES, V. R. B. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Editora UNICAMP, São Paulo, 1994.

MIGUEL, M. E. B. *A Pedagogia da escola Nova na formação do professor primário paranaense: início, consolidação e expansão do movimento*, Doutorado em Educação, PUC-SP, 1992.

MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. *Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no Período de 1853 a 1889*. In: *Coleção Documentos da Educação Brasileira*. Brasília: SBHE, INEP, MEC. 2004. Coletânea em CD-ROM.

MIGUEL, M. E. B. *A formação do professor e a organização social do trabalho*. Curitiba: Editora UFPR, 1997.

MIGUEL, M. E. B. *Escola Normal no Paraná: Instituição formadora de professores e educadora do povo*. In: ARAUJO, J. C. S; FREITAS, G. B. F.; LOPES, A. P. *As Escolas normais no Brasil: do império á república*. Campinas: SP, Editora Alínea, 2008. Pp-146-162.

MONARCHA, C. *Escola Normal da Praça. O lado noturno das luzes*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NUNES, C. *A escola reinventa a cidade*. In: HERSCHMANN, M.; PEREIRA, C. A. M. *A invenção do Brasil moderno – medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

NASCIMENTO, M. I. M. *A primeira escola de professores dos Campos Gerais-PR*. Editora UEPG, 2009.

NUNES, C. *(Des)encantos da modernidade pedagógica*. In: *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Pp. 371-398.

NUNES, C. *O “velho” e “bom” ensino secundário – momentos decisivos*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 14, 2000.

NORA, Pierre. *Le Dictionnaire de pédagogie de Ferdinand Buisson, cathédrale de l'école primaire*. IN: NORA, P. *Les lieux de mémoire*. Tome 1. La République. Paris: Gallimard, 1997, p.353-378.

OLIVEIRA, B. S. de. *A modernidade oficial: a arquitetura das escolas públicas do Distrito Federal (1928-1940)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, 1991.

OLIVEIRA, J. C. de O. *Educadores Ponta-Grossa: 1850-1950*. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2002.

OSBORNE, P.; BENJAMIN, A. *A Filosofia de Walter Benjamin, Destruição e Experiência*. Jorge Zahar Editor, R.J., 1997, p.206

PAULA, J. C. M. de. *População, poder local e qualidade de vida no contexto urbano de Ponta Grossa- Paraná*. Dissertação de mestrado em geografia, Unesp, 1993.

PESAVENTO, S. J. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano, Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

PESAVENTO, S. *Correntes, campos temáticos e fontes: uma aventura da história*. In: *História & História Cultural*. 2ª Ed. Belo Horizonte: autêntica, 2004.

PEREIRA, L. F. L. *Paranismo: Cultura e Imaginário no Paraná dos anos 1920*. In: *Cultura e Cidadania*, v. 1, Curitiba: ANPUH-Pr, 1996.

PEREIRA, L. F. *Paranismo: o Paraná inventado, cultura e imaginário no Paraná da I República*. 2. ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PEREIRA, M. R. M. *Semeando iras rumo ao progresso. Ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PATETTA, L. *Considerações sobre o Ecletismo na Europa*. In: FABRIS, A. (ord.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel: Ed. da USP, 1987.

PATETTA, L. *L'Architettura dell'Ecletismo: fonti, teorie, modelli: 1750-1900*. Milão: Gabriele Mazzotta, 1975.

PEIXOTO, G. R. O ecletismo e seus contemporâneos na arquitetura do Rio de Janeiro. In: CZAJKOWSKI, J. (org.). *Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

PINTO, E. A.; GONÇALVES, M. A. C. *Ponta Grossa, um século de vida, (1823-1923)*. [Ponta Grossa, PR]: UEPG, 1983.

POSSAMAI, Z. R. *Narrativas fotográficas sobre a cidade*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, 2007, p. 56-90.

RAMOS, F; MIRANDA, L. F. *Enciclopédia do cinema brasileiro*. Editora SENAC: São Paulo, 1997.

REIS FILHO, C. dos. *A educação e a ilusão liberal: origens da escola pública paulista*. Campinas: Autores Associados, 1995. (Coleção, memória e educação)

REIS, J. C. História e Verdade: posições. In: *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3ª edição. São Paulo: FGV Editora, 2006, p. 147-177.

ROSSI, A. *A arquitetura da cidade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROSSI, E. R. *"Insuladas tribos"*. A escola primária e a reforma de socialização escolar. São Paulo (1912-1920). Tese (Doutorado) - Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Assis, 2003.

SCHEIFER, B. *Paranaguá, Cidade Portuária: entre a cidade "Sonhada e a cidade Real"*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2008.

SEGAWA, H. *Construção de Ordens: um aspecto da arquitetura no Brasil 1808-1930*. Dissertação apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1988.

SEGAWA, H. *Prelúdio da Metrópole. Arquitetura e urbanismo em São Paulo na Passagem do século XIX ao XX*. Ateliê Editorial, São Paulo, 2000.

SOUZA, N. R. de. *Planejamento Urbano, Saber e Poder. O Governo do espaço e da População em Curitiba*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização – a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1998.

SOUZA, R. F. de. *Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária*. Educar: Curitiba, n. 18, p. 75-101, Editora da UFPR, 2001.

SOUZA, R. F. de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, R. F. e FARIA FILHO, L. M. A Contribuição dos estudos sobre Grupos Escolares para a renovação da História do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, D. G. (Org.) *Cultura escolar primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado de letras, 2006.

SOUZA, N. R. de. *Planejamento Urbano, Saber e Poder. O Governo do espaço e da População em Curitiba*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

STRAUBE, E. C. *Do Licêo de Curitiba ao Colégio Estadual do Paraná: 1846-1993*. Curitiba: Fundepar, 1993.

STRAUBE, E. C. *O prédio do Ginásio: 1903-1990*. Curitiba: Seec, 1990.

SUTIL, M. *O Espelho e a Miragem: Eclétismo, Moradia e Modernidade na Curitiba do Início do Século 20*. Curitiba, Editora: Travessa do Editores, 2009.

TANURI, L. *Contribuição para o estudo da escola normal brasileira*. Pesquisa e Planejamento, São Paulo, v. 13, p. 7-97, dez. 1970.

TANURI, L. M. *O ensino normal no estado de São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Faculdade de Educação. Estudos e Documentos, nº 16, 1979.

TANURI, L. M. *História da formação de professores*. Revista brasileira de Educação, m.14. Mai/jun/jul/ago, 2000, Pp, 61-88.

TRINDADE, E. M. C. *Cidade, homem e natureza: uma história das políticas ambientais de Curitiba*. Curitiba: Unilivre, 1997.

THOMPSON, E. P. Intervalo: a lógica histórica. In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 47-62.

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRINDADE, E. M. de C. *Paranidade ou paranismo? A construção de uma identidade regional*. Revista da SBPH, Curitiba, n.13, p.65, 1997.

TRINDADE, E. M. C. ANDREAZZA, M. L. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.

TRINDADE, E. M. de C. *Cidade, homem e natureza: uma história das políticas ambientais de Curitiba*. Curitiba: Unilivre, 1997.

VASCONCELOS, L. T. de M. *Calçadas de Curitiba: preservar é preciso*. Curitiba: Ed. do autor, 2006.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009.

VIDAL, G. V. Lá vem o Bonde das Normalistas... Uma incursão pelo cotidiano escolar do Instituto de Educação do Rio de Janeiro na década de 1930. In: ARAUJO, J. C. S; FREITAS, G. B. F.; LOPES, A. P. *As Escolas normais no Brasil: do império à república*. Campinas: SP: Editora Alínea, 2008.p 233-247.

VIEIRA, C. E. *Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos 1920*. In: OLIVEIRA, M. A. T. *Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação*. Editora Autêntica, 2005, Pp. 11- 40.

VIEIRA, D. M.; *João Batista Groff, um olhar fotográfico no Paraná das primeiras décadas do século XX*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, 1998.

VILLELA, H. O. S. *O mestre –escola e a professora*. In. LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VILLELA, H. O. S. *A primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX*. In: ARAUJO, J. C. S. FREITAS, G. B. F.; LOPES, A. P. *As escolas normais no Brasil – do império à república*. Campinas: Editora Alínea, 2008. Pp. 29-45.

VINÃO, A. F. *Historia de la educacion y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones*. Revista Brasileira de educação, Belo Horizonte, n. 0, P. 63-82 , set./dez, 1995.

VINÃO, A.; ESCOLANO, A. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

VIÑÃO, A.; BENCOSTTA, M. L. Entre a multidisciplinaridade e a história: o espaço e a arquitetura escolares nas recentes historiografias educativas espanhola e brasileira. In: ARAÚJO, M. M. (Org) História (s) Comparada (s) da Educação. Brasília: Liber Livro, UFRN, 2009. Pp. 23-51.

WACHOWICZ, L. A. *Relação professor-estado do Paraná tradicional*. São Paulo: Cortez, 1984.

WACHOWICZ, R. C. *História do Paraná*. 3ª Ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1972.

WACHOWICZ, R. C. *Universidade do mate: história da UFPR*. 2ª ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 2006.

WESTPHALEN, C. M. *Porto de Paranaguá: um sedutor*. Curitiba: Secretaria de Estado de Cultura, 1998.

WESTPHALEN, C. M.; CARDOSO, J. C. *Atlas Histórico do Paraná*. Curitiba, Livraria do Chain, Editora, 1981.

WOLFF, S. F. S. A arquitetura escolar documentada e interpretada através de imagens. In: *Seminário Pedagogia da Imagem, Imagem da Pedagogia*, Niterói. Anais... Niterói: Universidade Federal Fluminense/Faculdade de Educação/Departamento de Fundamentos Pedagógicos, 1996. p. 102-109.

WOLFF, S. F. S. *Escolas para a República: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas*. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2010.